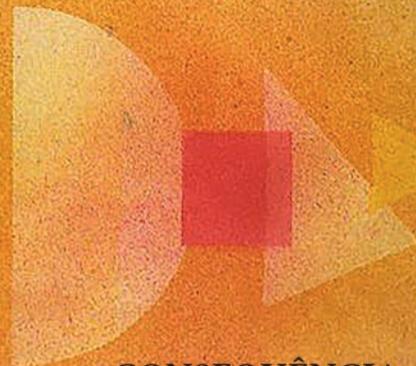




Alexandrina Luz Conceição
Ana Fani Alessandri Carlos
Manoel Fernandes de Sousa Neto
Rogata Soares Del Gaudio
(Orgs.)

MARX, A GEOGRAFIA E A TEORIA CRÍTICA



CONSEQUÊNCIA

Marx, a Geografia e a Teoria Crítica

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
ANA FANI ALESSANDRI CARLOS
MANOEL FERNANDES DE SOUSA NETO
ROGATA SOARES DEL GAUDIO
ORGANIZADORES

Marx, a Geografia e a Teoria Crítica

CONSEQUÊNCIA

© 2023, dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br
BlogdaConsequência

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial

Alvaro Ferreira
Carlos Walter Porto-Gonçalves (*In memoriam*)
João Ferrão
João Rua
Marcelo Badaró Mattos
Márcio Piñon de Oliveira
Marcos Saquet
Martina Neuburger
Ruy Moreira
Timo Bartholl

Coordenação editorial e projeto gráfico: Consequência Editora

Revisão: Cristiane Fogaça

Diagramação: Oliveira e Filho

Capa: Tiago Rodrigues

Imagem de Capa: Wassily Kandinsky, *Evasive (Auswrichend)*, 1929

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

M392 Marx, a geografia e a teoria crítica / organizado por Alexandrina Luz
Conceição...[et al.]. - Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2023.
384 p. : il. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-87145-70-9

1. Geografia. 2. Marx. 3. Teoria crítica. I. Conceição, Alexandrina Luz.
II. Carlos, Ana Fani Alessandri. III. Sousa Neto, Manoel Fernandes de. IV.
Del Gaudio, Rogata Soares. V. Título.

2023-2205

CDD 910
CDU 91

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO9

OS LIMITES DA GEOGRAFIA E A TEORIA CRÍTICA

CAPÍTULO 1. Horizontes de uma “Geografia crítica radical”17
Ana Fani Alessandri Carlos

CAPÍTULO 2. A crítica como arma. A Geografia que não se quer ver,
sendo (re)vista37
Alexandrina Luz Conceição

CAPÍTULO 3. Teria a Geografia ajudado a sepultar a história no
capitalismo tardio? Reflexões funerárias de pouca pompa e
nenhuma circunstância sobre o fim do mundo57
Manoel Fernandes de Sousa Neto

CAPÍTULO 4. A reprodução do capital como fundamento da
desigualdade socioespacial e sua inserção na vida cotidiana67
Glória da Anunciação Alves, Isabel Aparecida P. Alvarez

CAPÍTULO 5. A (in)constância da ideologia no discurso
geográfico escolar87
Rogata Soares Del Gaudio

CAPÍTULO 6. Uma (anti)fábula que fala de ti (ou de nós)? Reflexões
sobre desigualdade, ideologia e alienação109
Wagnervalter Dutra Júnior

AS CONTADIÇÕES DA PRÁXIS: ESPAÇO, TEMPO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 7. Representações, uso e apropriação do espaço133
Sinthia Cristina Batista

CAPÍTULO 8. A prática socioespacial da resistência e a crítica da produção do espaço contemporâneo153
Rafael Faleiros de Padua

CAPÍTULO 9. Por uma Geografia crítica do capitalismo de vigilância. Dados espaciais, *big techs* e colonialismo digital171
Rildo Borges Duarte

CAPÍTULO 10. Práxis para enfrentar o capital. Ir à essência do espaço geográfico, e voltar?183
Fabrcia de Oliveira Santos

CAPÍTULO 11. Apropriação, propriedade e vivência. Contradições e conflitos nas relações sociais com a terra197
Camila Salles de Faria

CAPÍTULO 12. Contradições uso/troca nas ocupações urbanas. A luta pela moradia entre a propriedade privada e apropriação217
Danilo Volochko

CAPÍTULO 13. As contradições da prática. As lutas sociais entre a propriedade e a apropriação.....237
Suzane Tosta Souza

DA NATUREZA À PRODUÇÃO DO ESPAÇO: CAPITAL, TRABALHO E CRISE

CAPÍTULO 14. Natureza e trabalho. Na tessitura das mediações do capital.....259
Alexandrina Luz Conceição, Wagnervalter Dutra Júnior

CAPÍTULO 15. Lefebvre na floresta. Natureza, sociedade e produção do espaço em um mundo devastado.....277
Gustavo Prieto

CAPÍTULO 16. Teorizando a China contemporânea. Divergências entre David Harvey e Giovanni Arrighi na abertura do século XXI.....299
Raimundo Jucier Sousa de Assis

CAPÍTULO 17. Capital, trabalho e crise na perspectiva da produção do espaço. Elementos para a compreensão de uma vertente de análise.....	327
<i>César Simoni-Santos, Elisa Favaro Verdi</i>	
CAPÍTULO 18. As metamorfoses da mercadoria e as “mediações das formas irracionais”	341
<i>Paulo Godoy</i>	
CAPÍTULO 19. Os monstros que devemos enfrentar	359
<i>Sócrates Menezes</i>	
<i>SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES</i>	377

APRESENTAÇÃO

O livro que o leitor tem em mãos contempla um “modo de pensar a geografia”, que tem na obra de Marx um campo fértil de reflexão e debate que estimula e orienta um caminho teórico para pensar nossa realidade a partir da geografia.

O encontro da Geografia com a obra de Marx se alimenta pela necessidade de encontrar a raiz das desigualdades espaciais. Neste caminho aposta-se na necessidade de desvendar a realidade em seus conteúdos mais profundos, iluminando as contradições que a movem trazendo à tona as novas formas de alienação. Trata-se, portanto, de uma Geografia preocupada com os problemas de seu tempo.

O desenvolvimento de uma Geografia em debate com a obra escrita por Marx revela o caminho de uma construção teórica que situa a Geografia no campo do pensamento crítico.

Esse modo de compreender o mundo a partir da Geografia é o que reúne os autores deste livro. Nosso **objetivo geral** diz respeito à construção e mapeamento - e possibilitar o encontro - daqueles que têm o marxismo como fundamento das pesquisas e produções geográficas. Como objetivos específicos, nossa intenção corresponde a buscar maior integração dos grupos que têm trabalhado com a perspectiva marxiana/marxista na Geografia; debater a Teoria Marxiana/Marxista na Geografia; nos manifestar em prol de uma geografia marxista brasileira diante da emergência do pensamento pós-moderno.

Como nasceu o encontro, do qual resulta este livro? Em 2017, nos encontrávamos em Aracaju, participando do IV ENGPECT e X Fórum Estado, Capital, Trabalho - 09 a 11 de agosto de 2017- UFS Campus São Cristóvão, coordenado pela profa. Alexandrina. Em uma conversa informal entre Alexandrina, Rogata, Ana Fani, Manoel e Paulo Godoy, surgiu a ideia de organizarmos uma atividade, um evento, que nos reunisse a todos, para discutirmos nossas pesquisas, nossas proposições, a questão do método, que

nos aproxima a tod@s, a despeito de algumas variantes. A partir do encontro em Aracaju, organizamos um seminário virtual intitulado “Geografia e Marxismo: os limites e os horizontes da pesquisa”, no período de 16 a 18 de novembro de 2021 (disponível na íntegra em: <https://ppgh.fflch.usp.br/seminario-virtual-geografia-e-marxismo-0>). Este seminário, realizado via plataforma virtual da FFLCH/USP/São Paulo reuniu pesquisadores de três grupos de pesquisa: o Grupo de Estudos Sobre São Paulo (GESP/LABUR/USP); o Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho (GPECT/UFS) e o Grupo de Estudos do Capital (GECA/USP).

Os capítulos presentes em cada seção trazem reflexões diversas, mas que têm em comum a dimensão do método, as preocupações com as desigualdades socioespaciais, as possibilidades de apreensão das contradições com as quais nos defrontamos, estando organizados em três seções. Na primeira seção, “Os limites e horizontes da Geografia e a Teoria Crítica” buscamos problematizar a relação entre Geografia e Marxismo a partir de recortes de método.

Ana Fani A. Carlos problematiza as dimensões que a crise tem assumido na atualidade, assim como os “horizontes de uma geografia crítica radical” nesse contexto. Crise esta que, no Brasil, aponta para o aprofundamento da desigualdade, “caminha em direção ao inumano” e se articula à crise teórica que assola as ciências humanas, subsumidas à “valorização que sustenta a acumulação continuada”.

Ao assumir a Crítica como Arma, na reflexão dos limites e horizontes da geografia, Alexandrina Luz define o método do materialismo histórico-dialético como ponto de partida, entendendo que é na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, a realidade, negando-se fazer uma geografia mascarada como uma relação ética (de poder), uma antropologização, uma sociologização da geografia!!!

O capítulo de Manoel Fernandes discute a maneira como o trabalho morto comanda o trabalho vivo no capitalismo, propondo que a celebração do fim da história, dos Estados nacionais e dos antagonismos entres classes é parte de um discurso ideológico na geografia que se expressa na tentativa de apagar as análises dialéticas marxistas para celebrar as retóricas discursivas fundadas com o advento da chamada virada espacial em plena crise estrutural do capitalismo.

Para Gloria Alves e Isabel Alvarez, o capítulo “Desigualdade socioespacial como fundamento da reprodução do capital e sua inserção na vida

cotidiana” visa discutir a desigualdade como ideologia e representação, partindo da ideia de que a desigualdade é um dos fundamentos da reprodução do capital. No cotidiano representações da desigualdade são incorporadas à vida e, como representações, são elaboradas para ocultar os processos que as criam e as aprofundam. Desvendar esses processos é necessário para a criação de estratégias para o devir.

Rogata S. Del Gaudio problematiza a dimensão que as ideologias assumem para a (re)produção dos discursos geográficos, sejam eles acadêmicos e/ou escolares. Para ela, a(s) ideologia(s) é(são) tão importante(s) na construção de espaços, territórios, paisagens e lugares quanto as dimensões econômicas, políticas e sociais, na medida em que justificam, naturalizam, racionalizam, universalizam (entre outros), processos que são, essencialmente, sociais.

A análise de Wagnervalter D. Junior a respeito da relação entre desigualdade, ideologia e alienação parte de uma leitura de base marxiana e busca destacar as conexões sociometabólicas entre a produção alienada e a ideologia operadas pelo capital, a naturalização da desumanização e a barbárie, ponderando a respeito do papel da Geografia diante da fábula que escamoteia as misérias, fomes e mortes concretas e reais.

Na segunda seção, “As contradições da práxis: espaço, tempo e território”, trazemos, a partir de pesquisas com perspectivas diferentes, mas situadas na interface entre os marxismos e as geografias, algumas dimensões relacionadas às contradições de no/do tempo - e espaço - presentes, seja no campo ou na cidade.

Sinthia Batista situa, referenciada na teoria crítica de Henri Lefebvre, a cartografia como representação do espaço. Discute as representações do espaço subjetivas, as quais nos processos de lutas sociais instituem a reivindicação do uso e apropriação do espaço, que revelam a tensão tridialética (entre o espaço vivido, percebido e concebido) e contraditoriamente articulam-se à política do espaço, como espaço de representação.

Para Rafael de Pádua, o foco na luta pelo espaço aparece como uma prática necessária na vida cotidiana de grupos sociais que são ameaçados de expulsão ou que não têm direitos básicos garantidos, e que se substancia enquanto prática espacial na medida em que cada vez mais é o espaço da vida que está ameaçado. O urbano é vivido como precarização e como esperança de conquistas, ou também como conquistas ameaçadas pelo avanço da lógica do mercado que, através do Estado, avança sobre espaços da

vida de moradores pobres e periféricos, o que exige a luta pela garantia do espaço da vida e uma prática necessária de conscientização da lógica de segregação imposta.

O ensaio de Rildo Duarte apresenta uma reflexão inicial sobre o papel da ciência geográfica na crítica a todo sistema de exploração e opressão típico deste novo momento do capitalismo tardio, em que a extração de dados georreferenciados, a exploração de trabalhadores de plataformas e a dominação territorial de áreas produtoras de minérios são fundamentais para a reprodução deste modelo produtivo que pode, em um tempo não muito distante, destruir as condições para a manutenção da vida no planeta. Nesse sentido, novas geografias devem ser pensadas e praticadas, para efetivamente produzir um mundo verdadeiramente humano.

Fabília de Oliveira Santos procura compreender as contradições articuladas às “lutas pela terra” a partir de atividades de ensino e extensão realizados em um Campus da Universidade Federal de Sergipe. Os dados revelam, a partir de pesquisa realizada pela autora, questões relacionadas à terra, como rebatimento da alienação do trabalho e das agressões à natureza no campo, e associados à violência.

Camila Salles foca sua análise em três noções que permeiam as relações de distintos sujeitos sociais e a terra no campo brasileiro. Essas relações não ocorrem isoladamente e em coexistência pacífica, mas conflituosa e contraditoriamente. Entende-se, assim, que historicamente as lutas sociais no campo brasileiro se realizam no processo entre a expansão da constituição da propriedade privada capitalista da terra e as resistências pelo uso, pela apropriação da terra por camponeses, quilombolas e outros povos do campo e pela vivência indígena com a terra.

O capítulo escrito por Danilo Volochko move-se pelos conflitos colocados concretamente na práxis, sobretudo as lutas urbanas por moradia na periferia de Curitiba. Estas se estabelecem no plano de uma contradição uso/troca e que, mesmo possuindo na moradia seu fundamento e horizonte, recolocam a propriedade privada da terra em sua base. Para ele, tais lutas incluem formas essenciais de desalienação, que operam, contudo, juntamente e em conflito com a produção de novas camadas de alienações no plano do trabalho, da política urbana e de formas de ação social que estipulam horizontes mais estritos do ponto de vista da transformação da lógica hegemônica da produção do espaço nas periferias urbanas.

Suzane Tosta desenvolve a análise sobre o avanço do capital no campo brasileiro, na apropriação de territórios, via expansão do agronegócio, da propriedade privada por uma classe rentista, que se configura, na separação dos trabalhadores dos meios de produzir a vida, tomando por base as reflexões de Karl Marx, e de Istvan Meszaros sustentadas no tripé Estado, Capital, Trabalho.

Na terceira seção, “Da natureza à produção do espaço: capital, trabalho e crise” discutimos questões afeitas às crises, tanto aquelas relacionadas ao suposto “fim das utopias” quanto articuladas às contradições da (re)produção do/do espaço no Brasil.

Alexandrina e Wagnervalter desenvolvem uma reflexão sobre a mercantilização da natureza e a negação do uso a partir do avanço do capital na modernidade, articulada nos imperativos metabólicos da troca, na expropriação do trabalho e na ampliação da produção destrutiva do capital, que faz avançar as suas contradições à ampliação das finanças e à conversão da natureza em commodities.

Gustavo Prieto parte da hipótese de que a produção do espaço é a síntese dialética, desigual e contraditória da ruptura metabólica sociedade-natureza. As relações socioespaciais críticas com a natureza são constitutivas do processo de produção social do espaço (como concretização societária) e sua apropriação privada (submetida à existência da propriedade privada da natureza, da terra, da riqueza e do solo urbano), na qual o valor de troca do espaço subsume o valor de uso. A propriedade privada é, neste sentido, uma mediação necessária para a compreensão da *dimensão espacial da reprodução capitalista*.

O capítulo de Raimundo Jucier comenta algumas divergências entre David Harvey e Giovanni Arrighi no que se refere à teorização sobre o processo de ascensão da China como potência mundial do último quartel do século XX aos primeiros anos do século XXI, confrontando duas perspectivas, a saber: o desenvolvimento de um capitalismo com “características chinesas” ou o domínio político de uma economia de mercado não propriamente capitalista.

César Simoni-Santos e Elisa Favaro Verdi apresentam uma leitura da articulação entre os termos capital, trabalho e crise - na perspectiva da produção do espaço, de modo a delinear e situar o trabalho de Henri Lefebvre no âmbito do debate marxista na Geografia. Além disso, também desenha

uma compreensão acerca da acomodação das ideias e do debate marxista-lefebvriano ao contexto de consolidação de uma vertente dos estudos urbanos na geografia brasileira.

A ideia central do capítulo escrito por Paulo Godoy consiste em desvelar as mediações das formas irracionais, sob a ordem metabólica do capital, mediante a análise crítica da reificação das relações sociais em suas dimensões práticas e operacionais.

Sócrates Menezes se debruça sobre os desafios para o reestabelecimento de uma crítica geográfica radical e efetivamente emancipatória. Para tanto, analisa a relação entre a crítica e a crise estrutural do capital, avança na reflexão sobre sua natureza destrutiva e esboça uma leitura da produção do espaço em tais condições de criticidade socioreprodutiva.

Esperamos continuar a instigar pesquisas e debates que têm na interseção Geografia-Materialismo Histórico-Dialético uma chave para compreensão e ação nos processos de (re)produção do espaço.

@s Organizadores

Os Limites da Geografia e a Teoria Crítica



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/fotografia-aerea-de-ondas-quebrando-na-costa-2700234/>

CAPÍTULO 1

Horizontes de uma “Geografia crítica radical”

Ana Fani Alessandri Carlos

Estamos vivendo um período de crise profunda. Sua compreensão se impõe, hoje, ao pensamento, porque revela-se um problema para a sociedade. Vivida no plano do cotidiano e do lugar, seu entendimento ilumina a imbricação de escalas espaço-temporais. O lugar, onde as contradições ganham os contornos dos conflitos, aponta sua relação com regiões mais amplas envolvendo o território nacional e o plano global. Já a escala temporal associa dialeticamente o tempo presente ao passado e ao futuro.

Essa crise, no Brasil, é caracterizada pelo aprofundamento da desigualdade e vivida como privação quase absoluta por parte significativa da sociedade que caminha perigosamente em direção ao inumano - momento em que a existência humana se encerra na luta pela sobrevivência¹. Esta situação vem despontando na radicalidade da luta por mudanças frente ao projeto neoliberal que se impõe contra o social. Esse momento traz como exigência a compreensão dos seus fundamentos.

Esse período também aponta para o fato de que à crise real se articula uma crise teórica envolvendo de forma violenta as ciências humanas cada vez mais subsumidas ao horizonte produtivo que serve ao Estado em seu papel de esteio dos processos de valorização que sustentam a acumulação continuada. Essa situação traz como exigência a crítica em relação ao “modo de pensar o mundo” e a responsabilidade social daquele que investiga. É assim que o momento atual coloca, para a Geografia, uma ne-

1 O inumano pode ser localizado na destruição das condições que permitam a realização do ser humano como sujeito histórico.

cessidade teórica - a produção de um conhecimento capaz de esclarecer o sentido e horizonte das metamorfoses de uma sociedade capitalista (que se constitui como urbana no espaço mundial, hoje), ao mesmo tempo em que deve contemplar a crítica da sociedade contemporânea onde a realização do capitalismo, em seu estágio atual, parece abortar o futuro da sociedade sob seu domínio.

Para a Geografia esse caminho traz dois desafios importantes. O primeiro diz respeito a sua submissão à lógica neoliberal imposta pelo poder do Estado à universidade que serve a sua dominação sobre o social que se orienta, cada vez mais, por critérios de utilidade e eficácia jogando investigadores numa competição irresponsável que produz a guerra entre todos estreitando cada vez mais os espaços do debate. Quando ao ato de investigar submete-se a necessidade de um conhecimento aplicado, a Geografia se amesquinha. Aqui se localiza a exigência da crítica como momento de interrogação sobre a vida e os impasses vividos a partir da constatação da existência do desigual, do conflito latente na sociedade baseada na unidade indissociável entre teoria e prática.

Em sua dialética, a compreensão das condições que sustentam a privação tem como atributo indispensável a necessidade de, ao desvendar o presente em suas contradições, encontrar o movimento que indica o futuro. Nesse sentido, o ato de conhecer comporta aquele da utopia. Isto é, a construção de um projeto de sociedade centrado nas possibilidades da constituição da humanidade do homem.

Nessa direção, três momentos aparecem como fundamentais à reflexão: a compreensão dos fundamentos da desigualdade, seu questionamento na práxis e o sentido do futuro que se constrói pela possibilidade de superação dos conflitos vividos sob o capitalismo. Esse movimento traz como exigência a consideração de seus fundamentos. Marx (1981) é o autor que se debruçou criticamente, na compreensão do modo de produção capitalista encontrando seu sentido no processo de produção de mais-valia (como processo de valorização) expresso na forma mercadoria, e de seu mundo, localizando esse processo na história da expropriação assentada na concentração da riqueza associada ao poder político e normativo de uma determinada classe social sobre outra, expresso na existência da propriedade privada-concentração da riqueza definidoras da constituição de classes diferenciadas.

Ao longo dos séculos esse fundamento se mantém, atualizando-se como condição necessária do processo de acumulação sempre renovada do capital. De um lado, o movimento da história aponta que, em seu prolongamento, o capitalismo realizou o que estava latente no processo, isto é, sua mundialização. Esse movimento surge do desenvolvimento de uma nova sociedade que, saída da industrialização, ganha novas extensões, indicando o surgimento de uma sociedade urbana (Lefebvre, 1970). Nesse processo todas as relações sociais passam a ser invadidas pela lógica da mercadoria que se constitui como mundo. De outro, constata-se que as classes sociais se complexificam fragmentando-se em função de determinações históricas específicas, em que desponta a privação da vida, que vem do desenvolvimento, expansão e extensão do capitalismo no plano mundial com o aumento e velocidade da fluidez do capital, que cada vez mais se desterritorializa, submetendo os Estados nacionais às suas exigências. Na escala do local, a lógica do capitalismo se impõe através de mudanças profundas do mundo do trabalho que hoje se depara com a flexibilização de contratos, extinção de empregos, estreitamento-extinção de políticas sociais acompanhado pelo definhamento do estado de bem-estar social, enfraquecimento dos sindicatos e seu poder de diálogo. Atravessando esse momento, a propriedade privada e a concentração da riqueza seguem seu rumo redefinindo as relações sociais, ao mesmo tempo em que aumenta sua concentração.

O segundo desafio refere-se à contradição entre a condição da Geografia como disciplina parcelar no seio das Ciências Humanas e sua necessidade de compreender o mundo como totalidade social iluminando as contradições do mundo moderno como fundamento dos conflitos vividos reveladores da sociedade extremamente desigual em que vivemos. Uma tentativa de resposta repousa no pressuposto de que a Geografia se abre para a construção da compreensão do mundo através da espacialidade das relações sociais, isto é, não existiria uma sociedade a-espacial posto que as relações sociais se realizam numa relação direta com o espaço. Tal formulação sinalizaria que a compreensão da realidade, a partir da determinação espacial do mundo social, conduziria o movimento da análise do fragmento em direção à totalidade. O caminho de superação da especialização da Geografia (imposta por sua condição disciplinar) encontraria no materialismo dialético a condição necessária. Essa é a hipótese que construímos para orientar a resposta a esses desafios.

1. Esboçando os fundamentos

A coesão da Geografia encontraria seu ponto de partida na relação homem-natureza como unidade histórica iluminando o papel do trabalho como definidor da atividade que nasce da práxis. Nessa perspectiva, a relação homem-natureza revela-se como produtora do mundo e do homem, isso porque todas as relações sociais requerem um lugar e um tempo determinado sem os quais não se concretizariam. Essa relação dialética permeando a ação, como atividade, torna possível a vida humana como aquela que transforma a natureza em produtos de sua necessidade

O primeiro pressuposto de toda história é, obviamente, a existência de indivíduos vivos. O primeiro fato é verificar, portanto, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua determinada relação com o resto da natureza (...) toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no curso da história (Marx y Engels, 2007: 86-87).

Deste modo, ação humana cria com a natureza uma relação dialética que se revela como produtora do mundo e do próprio sujeito produtor.

El hombre produce al hombre, se produce a sí mismo y produce a otros hombres: como el objeto, que es la manifestación directa de su individualidad, es simultáneamente su propia existencia para el otro hombre, la existencia de este y su existencia para sí. Sin embargo, tanto el material del trabajo así como el hombre como sujeto son, al mismo tiempo el resultado y el punto de partida del movimiento (y el hecho de que necesariamente tengan que ser este punto de partida, implica enteramente la necesidad de la propiedad privada). El carácter social es, por tanto, el carácter general de todo el movimiento; así como la sociedad produce al hombre como hombre, esta es producida por él (Marx, 1908:107).

Consequentemente, a natureza vai, no processo, assumindo inicialmente a condição da realização da vida no planeta, em seguida, meio através do qual o trabalho se realiza, até assumir o sentido da criação humana como resultado da atividade que mantém os homens vivos e se reproduzindo.

Nesse movimento, ao produzir sua vida, o fazem no espaço; produzindo um espaço que é próprio a cada atividade enquanto ação sustentadora e definidora da vida humana que se realiza em espaços-tempos apropriados. Esse processo vai revelando que a produção do espaço é imanente à produção-reprodução da vida humana ao mesmo tempo criadora do mundo social. Assim se revela uma prática social realizando-se espacial e temporalmente localizando a produção do espaço social no seio do processo civilizatório como movimento constitutivo do processo de humanização. Essa construção teórica repousa na dialética da produção-reprodução, em seus desdobramentos, indissociavelmente vinculada à práxis socioespacial.

No movimento do processo constitutivo do conhecimento geográfico essa análise propõe uma **inversão**: da consideração do espaço como palco da ação humana àquela de sua compreensão de sua condição de produção social. Tal inversão ilumina a sociedade como sujeito da ação produtora do espaço. Deste modo **qualifica-se a práxis** como espaço-socio-temporal e **desloca-se** a pesquisa do campo da epistemologia para focar aquele da prática socioespacial em sua totalidade. É assim que a exigência de uma teoria crítica se move em duas direções: a crítica dos sistemas de pensamento e a crítica das relações sociais que movem a história, contraditoriamente.

O conceito de produção ganha centralidade neste debate. Em suas exigências teóricas ele descortina um horizonte para a análise geográfica e nos obriga a pensar **a qual práxis** ela corresponde no mundo moderno. Nas obras de Marx e Lefebvre, o conceito de produção tem por conteúdo uma dupla determinação, é criadora do mundo e do homem, ao mesmo tempo que criadora de "objetos" materiais e imateriais. É assim que o conceito de produção *latu sensu* permite iluminar a totalidade social em movimento de realização continuada constituindo-se em sua dialética, fato que envolve momentos articulados e justapostos de produção-reprodução. Do ponto de vista da produção do espaço, aponta a relação sujeito-objetos; a sociedade como sujeito produtor do mundo e da própria sociedade. Essas determinações apontam a práxis, ao mesmo tempo em que surgem dela. A produção é constitutiva do processo civilizatório que ganha concretude no plano da vida realizando-se em lugares específicos - como lugares da ação - revelando os conteúdos da práxis. Portanto o fato importante, aqui assinalado, é a constituição de uma sociedade que se revela como sujeito da produção do espaço que, por sua vez, desponta como produto social e histórico.

Ao longo do processo histórico esse fundamento se mantém, atualizando-se como condição necessária do processo de acumulação impondo como desafio sua atualização, ao mesmo tempo em que exige seu prolongamento, **na dialética entre passado-presente e presente-futuro**. O materialismo dialético como movimento da compreensão do mundo que nasce da prática se volta para o possível. Portanto a apreensão de uma totalidade difere do sistema que se quer coerente, estável, positivo, sustentável e fechado.

Em Karl Marx e Henri Lefebvre, a filosofia apresenta três traços importantes: a tendência em direção à totalidade; o caráter crítico em relação ao existente e a relação com o mundo não filosófico que se transpõe em uma promessa utópica. Marx se debruça em descobrir as leis gerais do capitalismo que explicam os fundamentos e o desenvolvimento da sociedade sob o capital, como modo de acumulação dominando e orientando as relações sociais pelo desenvolvimento da indústria (e do processo de industrialização) no século XIX em sua extensão produtora de um mundo contraditório e desigual. Lefebvre (1970) encontra no capitalismo da segunda metade do século XX a produção do espaço como extensão, necessária, do capitalismo como momento da história em que a industrialização, em seu desenvolvimento, produziu um salto qualitativo produzindo a sociedade urbana. Nesse movimento, Lefebvre propõe, para a compreensão, a passagem da dialética da história, àquela do espaço como definidora deste momento.

Ambos os autores trazem em suas análises as questões referentes ao mundo em que vivem, formulando, metodologicamente, suas contradições, isto porque o pensamento se move como superação do conhecimento como necessidade da transformação imposta pelo movimento da história. O que me parece importante sinalizar em Lefebvre, como exemplo desse movimento, é o fato de que sua investigação no âmbito da sociologia se debruça sobre o mundo rural, todavia, deparando-se com questões pertinentes à cidade, ao urbano e ao espaço como elementos importantes da realidade da segunda metade do século XX, colocando novas questões e com elas a necessidade de superação e/ ou desenvolvimento de alguns conceitos trabalhados por Marx como aquele de modo de produção e de reprodução, bem como a introdução de novas categorias de análise, como as de urbano, cotidiano, diferença e espaço social. É assim que o pensamento de Marx prolonga-se desdobrando-se a partir de seu fundamento. A problemática do espaço se desenvolve nas obras de Lefebvre, a partir da discussão em torno da noção

de produção - apontada por Marx - levando às últimas consequências a ideia de Marx da articulação entre forças produtivas-relações sociais. Isto é, o desdobramento dessa relação no século XX - particularmente na segunda metade - levou Lefebvre a descobrir que a situação atual das forças produtivas não acarretava somente a produção de coisas no sentido clássico do termo, a produção é também reprodução de relações sociais - nesse sentido acrescenta-se algo de novo à produção. Além disso, existe também a produção-reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção enquanto manutenção das relações de dominação. Esse processo apresenta um lado estratégico e político da reprodução e reforça o papel do Estado na manutenção geral das relações sociais.

O método dialético (desenvolvido por Marx) desdobra-se em Lefebvre. A dialética do tempo se transforma em dialética do espaço e o caminho da análise se realiza através do método progressivo-regressivo (movimento de análise que parte do presente, buscando suas condições na história) e do método da transdução (o movimento que desvela a utopia). Assim, é na segunda metade do século XX que a espacialidade se torna mais importante que a historicidade (1987).

2. Uma teoria sobre o espaço na Geografia

Em suas exigências teóricas, o conceito de produção aponta um horizonte para a análise geográfica e nos obriga a pensar a qual práxis ela corresponde no mundo moderno. Esse movimento desemboca numa teoria sobre o espaço criado na relação desta teoria com a práxis, envolvendo vários níveis da realidade que se apresentam como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade; aquele da dominação política, das estratégias do capital objetivando sua reprodução continuada, e aquela das necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana em sociedade em contradição frontal com aquelas do capital. Estes níveis correspondem a uma prática socioespacial real que se revela produtora dos lugares, e que encerra, em sua natureza, um conteúdo social diferencial dado pelas relações sociais que se realizam em espaços-tempos determinados.

Do ponto de vista da história da geografia, essa compreensão inverte o sentido da investigação (inversão, esta, apontada no início deste capítulo-

lo), deslocando a compreensão centrada na localização e distribuição das atividades e dos homens no espaço ou no território em direção à análise da produção do espaço sinalizando seu sentido social produzido ao longo do processo histórico ancorado no momento em que os grupos humanos passam a dominar a natureza, produzindo seu outro sem, todavia, deixar de contemplá-la nesse movimento. Cada atividade enquanto ação sustentadora e definidora da vida humana realiza-se em espaços-tempos apropriados numa prática social que se realiza espacial e temporalmente.

Desta inversão como momento crítico desdobram-se duas consequências; a ação ativa e transformadora do trabalho como condição da produção do mundo social a partir da natureza e a necessidade de localizar a investigação no seio da práxis qualificada como socioespacial. Assim o ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação contendo e superando sua condição de materialidade para se abrir para a reprodução social. O espaço pensado como produção/produto da ação da sociedade imerso na totalidade da reprodução social localiza o conhecimento geográfico no seio da teoria social orientada pela totalidade social.

Em seu desdobramento, foi possível avançar na produção de uma teoria sobre o espaço como conceito e prática. Trata-se da consideração da produção do espaço como “**condição, meio e produto da reprodução das relações sociais**” (Carlos, 2011). Ao revelar a reprodução social em sua espacialidade, a tríade aponta novos conteúdos, abrindo o pensamento à totalidade. Essa **tríade expõe**, na prática, uma contradição: a produção do espaço se realiza como um ato envolvendo toda a sociedade em seu movimento de reprodução (o que lhe dá o caráter de produção social e histórica), mas, sob o capitalismo, o uso do espaço se realiza através de uma apropriação privada. Assim, a contradição produção social-apropriação privada do espaço socialmente produzido está no fundamento da desigualdade social traduzida nos processos espaciais que se fundamentam na concentração da riqueza e no poder da propriedade privada desta riqueza produzida socialmente.

Uma questão que se desdobra desta contradição é que a atividade produzir se expressa, sob o capitalismo, o que torna o produto de toda a atividade uma mercadoria. Portanto a análise ao estabelecer o espaço como um dos produtos da sociedade salienta sua condição como mercadoria. Esta

por sua vez contempla a contradição valor de uso-troca; elemento central para pensar a desigualdade social. Portanto em seu movimento de produção-reprodução, o espaço exhibe a contradição interna da mercadoria entre o valor de troca (e nesta situação, se torna produtivo, realizando-se como fonte de lucro) e o valor de uso (a vida urbana concretizando-se através dos usos dos espaços-tempos que são, em essência, improdutivos do ponto de vista do capital). A contradição (uso/troca) se desdobra nas mais diversas formas de precarização das esferas da vida cotidiana. Deste modo, a reprodução do espaço, sob a lógica da acumulação capitalista, repõe outra condição que a fundamenta: a desigualdade dos indivíduos na sociedade vivida concretamente através dos modos de apropriação diferenciados da cidade para realização da vida, iluminando a condição diferenciada dos indivíduos na sociedade. Nessa análise, a categoria "classe social" ganha importância relevante.

Esse movimento também revela a mediação da propriedade privada (que impõe a troca mercantil no seio das relações sociais) delineando a tendência de que todas as formas de uso se submetam ao mundo da mercadoria definidora das trocas sociais. A propriedade privada, como fundamento e como produto do processo de produção do espaço sob o capitalismo, aclara a submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria. Nessa condição, o processo realiza as cisões impostas sob várias formas, definindo as relações sociais, dominando-as, direcionando as práticas enquanto usos e acessos ao espaço (e conseqüentemente impondo a redução do conteúdo da prática socioespacial).

No plano do lugar, essa contradição marca e delimita a vida cotidiana, porque, numa sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido enquanto mercadoria, tem seu acesso imposto pelo mercado e suas regras. Neste plano, o modo diferencial da apropriação dos lugares constitui a segregação como racionalidade que se projeta pela separação dos sujeitos no espaço explicitando a situação de privação vivida e experimentada sob a forma da segregação socioespacial. Nesta condição, como a forma da desigualdade espaço-temporal, a segregação sinaliza a negação da vida através da separação dos lugares cotidianos enquanto elementos autônomos. **É neste plano que o espaço é vivido e percebido como fragmento, pela existência e imposição das formas da propriedade privada, inaugurando o conflito real entre uso e troca, numa prática**

socioespacial concreta, em que o uso corresponde a uma necessidade humana, entorno do qual surgem os conflitos.

A produção do espaço no processo de acumulação do capital realiza, dominando a vida pela constituição de um cotidiano de coerções e normas, vigiado pelo Estado. Portanto a prática espacial despedaçada sinaliza o empobrecimento e a deterioração da vida social diante da extensão da mercantilização que acompanha a privatização do mundo. Essa produção espacial vai expressar, portanto, as contradições que estão na base da sociedade, e que, sob o capitalismo, traz determinações específicas no âmbito de uma lógica do desenvolvimento espacial desigual fundado na concentração da riqueza que hierarquiza as relações sociais e os sujeitos no espaço. Aqui não se pode evitar o conflito agudo entre a lógica da realização do capital e as necessidades da sociedade (conflito entre a lógica imposta pelo uso e pela troca).

O movimento do pensamento que vai da produção à reprodução do espaço, elucidando os conteúdos e os momentos da práxis postos pelo processo de reprodução do capital, também aponta sua tendência em direção à mundialização. Nesta escala, tal processo constitui-se como desenvolvimento espacial desigual. Este é um movimento-momento importante da construção de um conhecimento sobre a cidade.

2.1 A reprodução do espaço como estratégia da acumulação do capital

No século XIX, na análise de Marx, a tendência à queda da taxa de lucro como movimento crítico da acumulação (um processo contraditório do próprio desenvolvimento interno do capitalismo), encontrou solução no aumento da massa de mais-valia. Realizada no âmbito da ampliação do ciclo do capital no seio de processo de produção, através da compressão do espaço e do tempo deste ciclo. O século XX sinaliza que a crise provocada pela tendência a baixa da taxa de lucro no regime fordista, exigindo a reestruturação produtiva, transforma os termos a partir dos quais a acumulação - em sua fase crítica, vai se desenrolar. Há migração do capital gerado no processo industrial para novos setores da economia trazendo, como consequência, o desenvolvimento de novas esferas de produção no seio de uma sociedade de consumo.

Como apontada por Lefebvre, a crise da segunda metade do século XX se resolve, não mais exclusivamente, através da ampliação do processo produtor de mercadorias. Nesse sentido, a produção deixa de ser, prioritariamente, definida no plano da produção clássica de mercadorias. O desenvolvimento do capitalismo permitiu ampliar a produção e seu sentido: agora se produz o espaço como o lugar da reprodução. Nesta condição o espaço torna-se produtivo. Significa dizer que o capital só pode se realizar (como condição de superação de sua crise) através de uma nova estratégia: produzindo o espaço. Os conteúdos da urbanização contemporânea revelam, portanto, uma mudança no papel do espaço no movimento de acumulação do capital, momento em que a produção do espaço se torna o segundo setor da economia e torna-se produtivo (1970). É assim que o autor abre caminho para pensarmos a problemática espacial através da passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro aprofundando, na escala global, o desenvolvimento espacial desigual.

As consequências da análise centrada na categoria "produção do espaço" no movimento da reprodução de uma sociedade capitalista impõe localizar esta produção na totalidade social das outras produções que sob a égide capitalista se insere no movimento da valorização que é o fundamento da acumulação. No capitalismo a produção do espaço baseia-se e repõe em seu movimento àquele da valorização que se realiza através do mundo da mercadoria. Em seu desdobramento o processo de valorização como movimento necessário da acumulação produz a própria "cidade como negócio" como extensão do mundo da mercadoria (Carlos, 2022).

Assim, a acumulação afirma-se através da extensão espacial estabelecendo funções específicas às parcelas do espaço a partir do desenvolvimento das forças produtivas, em suas novas modalidades de produção, incluindo a urbanização (que se processa sob a pressão do mercado mundial). O que quer dizer que, no amplo processo de acumulação, o capitalismo estende-se à produção do espaço englobando e articulando novas áreas pela necessidade de expandir-se para novas esferas produtivas. Isto porque, no processo cíclico de sua realização, o capital encontra seus limites. Assim, a produção espacial não se reduz a uma das determinações da produção (estrito senso) como aquela vinculada à produção do imobiliário, apesar de ter nele um ponto de importância indiscutível, ao mesmo tempo em que supera a construção do ambiente construído para sinalizar a reprodução da sociedade

como urbana em sua determinação espacial, subordinando as relações sociais produtoras da urbanidade. Deste modo, o movimento do pensamento vai da produção à reprodução do espaço, elucidando os conteúdos e os momentos do processo de reprodução do capital como lógica dominando todos os planos da realidade, concretizada no cotidiano.

Deste modo, a construção de uma problemática urbana nos obriga, inicialmente, considerar o fato de que ela não diz respeito somente à cidade, mas nos coloca diante do desafio de pensarmos o urbano, não só enquanto realidade real e concreta, mas também enquanto virtualidade apontada pela generalização da urbanização. Aponta a formação de uma sociedade urbana que vem impondo um modo de vida, que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, pelo desenvolvimento da mídia que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida, através de uma potente rede de comunicação que aproxima os homens e lugares, ao mesmo tempo em que os isola, num espaço-tempo diferenciado e desigual. No plano local, a análise da cidade indica uma prática social de conjunto, isto é, especializada e em conflito.

2.2. Atualizando a alienação

Para Marx, os grandes produtos da atividade humana escapam ao homem e se constituem como realidade autônoma, na qual cada vez mais se desvalorizava o mundo dos homens em confrontação com o das coisas. O foco na produção social do espaço atualiza o processo de alienação no mundo moderno, consequência da criação da cidade como exterioridade, em relação à sociedade (sujeito dessa produção) como produto mais bem acabado da modernidade. Decorre do momento de implosão dos referenciais criados pela história, e da imposição do processo de abstração permeando e definindo as relações sociais como produto da equalização do desigual que confronta os sujeitos no mundo da troca. Assim o espaço social produzido, como exterioridade, se opõe ao cidadão, como potência estranha. É assim que, ao se constituir como condição da acumulação capitalista, a cidade, como o seu produto mais bem acabado, ganha realidade autônoma, frente à sociedade. Nessa condição, o processo realiza as cisões impostas sob várias

formas, definindo as relações sociais, dominando-as pelo direcionamento das práticas sociais enquanto usos e acessos ao espaço da realização da vida. Isto porque, como já assinalado, a produção social do espaço é apropriada privativamente num processo em que a obra humana vai opondo-se ao humano, como condição e realização sempre renovada do capital. A propriedade privada, como condição e realização sempre renovada do capital está, assim, no cerne das resistências. Dessa forma, a produção social do espaço como momento de exterioridade em relação à sociedade motiva as lutas no espaço pelo acesso a ele como condição de exercício de liberdade em todas suas dimensões. Portanto o movimento da reprodução social capitalista desloca a luta do lugar da fábrica para a cidade - da luta entorno do trabalho, do salário, da jornada de trabalho - para a luta pela vida em suas dimensões mais amplas e complexas no plano do vivido no espaço, onde a privação atravessa a vida.

3. O espacial qualifica a luta

Em suas articulações, o processo de acumulação se desenvolve no campo do mundial, aprofundando as tendências na direção da construção de uma nova relação espaço-temporal imposta pela hegemonia do capital financeiro sobre o industrial através da constituição de novos setores econômicos de realização do capital. Significa dizer que o espaço ganha prioridade nos processos acumulativos do capital subsumindo a sociedade a esta nova imposição. Talvez possamos afirmar que um dos legados do século XX foi a mudança do papel do espaço nos processos de valorização do capital que acompanha sua transformação em mercadoria. Hoje o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro sinaliza a mudança do sentido do solo urbano para o capital, que deixa de ser um lugar de fixidez do investimento para se tornar o lugar através do qual ele vai efetivar-se.

A produção do espaço-mercadoria efetua-se em dois níveis, nomeadamente o da produção da habitação (uma mercadoria intercambiável no mercado imobiliário, sem o qual a função da moradia não se realiza) e o da produção da própria cidade (pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história). Para o capital, a materialidade do espaço é o suporte do

valor de troca, a forma como, pela extensão do processo de urbanização, cria-se o espaço como produto imobiliário e como rede de infraestrutura, articulando o público e o privado numa morfologia diferenciada socialmente pela ação dos capitais públicos e privados (ora em conflito, ora em aliança). Em outros termos, a reprodução do espaço aparece como uma possibilidade de realização da acumulação através do movimento do capital. O urbano e a vida urbana passam pela subjugação ao processo de valorização. Mas para a sociedade o espaço é condição, meio e produto que a mantém viva e atuante como momento constitutivo de sua humanidade.

No interior da prática urbana, as contradições eclodem revelando a contradição entre necessidade - imposta pela reprodução econômica - e desejo-imposto pela reprodução da vida social. A prática urbana ganha sentido na reprodução das relações sociais, em que se defrontam as estratégias da reprodução das frações de capital e da vida social mudando, significativamente, os elementos da análise urbana, abrindo a perspectiva para o entendimento do conjunto da sociedade em suas contradições. Os conflitos na cidade desmascaram a lógica das políticas urbanas que aprofundam a segregação através do direcionamento dos investimentos e da construção da infraestrutura provocando valorização diferenciada nos lugares da cidade que expulsa aqueles que não dispõem de renda. As lutas se realizam revelando o sentido e o caminho da reprodução da cidade a partir de interesses e jogo de forças diferenciadas, reduzindo o cidadão à condição de usuário de serviços num espaço geométrico e visual onde a vida cotidiana é programada pelo consumo manipulado.

O lugar dos movimentos sociais na cena brasileira, em seus diferentes conteúdos, revela esse salto. Alguns denotam a urgência - moradia, emprego, serviços; outros colocam em xeque a produção da cidade através do questionamento das políticas urbanas, e do planejamento que aprofunda as desigualdades. Em sua missão e negatividade, os movimentos revelam em maior ou menor grau o momento crítico, colocando em xeque a existência da propriedade da terra urbana, fundamento da segregação.

A compreensão das condições que sustentam a privação tem como atributo indispensável a necessidade de, ao desvendar o presente, nele encontrar o movimento que indica o futuro. Portanto o ato de conhecer comporta aquele da utopia. Isto é, a construção de um projeto de sociedade centrado nas possibilidades da constituição da humanidade do homem que hoje se

acha presa ao "mundo da mercadoria", que subsume os indivíduos ao "reino do objeto" produzindo representações que sustenta esse mundo, orientado pela ideologia do crescimento que guia a ação, orientada e vigiada pelo Estado.

Do ponto de vista teórico, o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais. A articulação global-local impõe-se à análise e à sociedade determinando novos padrões de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade **no espaço mundializado**. Neste sentido, a sociedade atual contemporânea aparece como sociedade urbana. Pensar o urbano nesta direção significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo; momento da redefinição da cidade, da constituição de novas centralidades, de sua expansão, da extensão das periferias, da reprodução do espaço se concretiza num outro patamar. Neste plano a contradição centro-periferia muda de escala - do mundial ao local.

4. A metageografia como movimento de crítica a Geografia e o horizonte da pesquisa

O movimento da análise se desenvolve: a) a partir da centralidade que a produção/reprodução do espaço urbano desempenha, hoje, na realização da sociedade capitalista. Em suas profundas metamorfoses, o espaço aponta à realização do capitalismo no plano mundial, como um momento da reprodução da sociedade, que, saída da história da industrialização, que permitiu com o desenvolvimento do mundo da mercadoria a generalização do valor de troca-divisão do trabalho no seio da sociedade, o desenvolvimento das comunicações, a expansão da informação, a redefinição das relações entre os lugares de realização da vida. A extensão do capitalismo no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social e, nesta direção, elemento definidor dos conteúdos da prática socioespacial, o que modifica as relações espaço-tempo da vida social, redefinindo contradições e produzindo novas; b) desvenda os conteúdos da urbanização hoje tendo como foco de análise os fundamentos que explicitam a desigualdade vivida concretamente no cotidiano da metrópole tendo como perspectiva a construção de uma

“geografia crítica radical”. Entende-se por “crítica radical” a disciplina capaz de revelar as contradições constitutivas do processo desigual da produção contemporânea do espaço, e que, ao potencializar o “negativo” desse processo, propõe um caminho profícuo para elucidar os conteúdos não revelados da luta pelo “direito à cidade”; c) tem a metrópole de São Paulo como ponto de partida e meio de tecer caminhos para a construção teórica de uma “geografia urbana crítica radical” em diálogo com a teoria social. Entendida como um compromisso de analisar a realidade urbana em seu movimento contraditório e enfocando os conteúdos que explicitam a desigualdade vivida concretamente, essa crítica visa a construção de um projeto de “uma outra cidade”; uma outra sociedade urbana como destino do homem; trazendo como consequência a necessidade de uma reflexão que elucide nossa época, focando a análise na reprodução socioespacial.

O caminho da crítica na geografia orientada pela teoria da produção social do espaço propõe: a) superação da especialização e da fragmentação que daí decorre, propondo a totalidade como via e caminho da compreensão; b) a centralidade do conceito de “produção social do espaço” em suas contradições; c) preocupação com a explicação na articulação dialética prática/teoria, real e virtual; d) compreensão das situações que permitem ao capital se reproduzir e as novas formas de submissão que daí decorrem; e) atualização à alienação no mundo moderno. Envolve, portanto, uma crítica da realidade e do conhecimento produzido sobre esta e com ela a crítica dos conceitos que sombreiam a produção social e contraditória do espaço no capitalismo como: meio ambiente urbano, cidade socialmente justa e sustentável e abrindo-se para novas categorias de análise como a dialética da produção/reprodução e da vida cotidiana/cotidiano. Nessa direção a contradição entre as novas formas de alienação vividas pela privação do urbano encontra os questionamentos sobre a vida de privação no urbano e as possibilidades que se abrem no horizonte para pensar a sua superação visando/aspirando uma outra vida numa outra sociedade. O trabalho de investigação nesta direção aponta para o fato de que a produção social do espaço não se realiza como atividade exterior ao capitalismo nem à lógica capitalista da acumulação, mas, ao contrário, a reprodução do capital nos dias atuais.

5. O horizonte utópico

O percurso da crítica pelo caminho do método dialético envolve, portanto, repensar as categorias de análise, revisando os conteúdos dos principais conceitos da Geografia, num sistema superior de pensamento que acompanha um projeto de superação de uma realidade em profunda metamorfose que é urbana e mundializada, num tempo que se comprime pela velocidade. O momento crítico como aquele da interrogação sobre a vida e os impasses vividos, da constatação do conflito latente na sociedade. Hoje a exacerbação da desigualdade impõe a luta pela vida iluminando o mundo dominado pela privação (aquele que situa o homem na mera sobrevivência) como o negativo do humano que imobiliza o presente na medida em que os esforços se movem para suprir as necessidades no tempo do "aqui-agora", apontando as condições que asfixiam a vida. Diante dessa situação de urgência, o pensamento e a investigação se mobilizam para criar as condições que mantêm os homens vivos através da elaboração de políticas públicas e programas orientados pelo Estado.

Uma nova contradição, entre a superação da urgência vivida e a utopia como possibilidade de projetar uma outra sociedade como o negativo da capitalista, desponta no horizonte para qualificar o impasse vivido (teórica e praticamente).

A compreensão das condições que sustentam a privação tem como atributo indispensável a necessidade de, ao desvendar o presente, encontrar nele o movimento que indica o futuro. Significa dizer que o ato de conhecer comporta aquela da utopia- vislumbrar a possibilidade do pensamento utópico como realização da essência perdida do homem - em sua liberdade criadora e como emancipação diante das condições que escravizam o humano sob novas formas. Esta é uma exigência do pensamento crítico desbravador das contradições que se impõe como barreiras a realização do humano em direção à realização da essência perdida do homem.

O sentido da crítica e do pensamento crítico se associa a uma crise prática real, produto das metamorfoses do mundo moderno, em que a lógica do crescimento - sob várias representações, como aquela do progresso (que funda a ideia de qualidade de vida) - produziu o aumento da riqueza gerada em lugares e classes concentradas no espaço e na sociedade. No caminho aqui proposto, a análise geográfica do mundo seria aquela que caminharia

na direção do desvendamento dos processos constitutivos da reprodução da sociedade em sua dimensão espacial, em que as contradições exigiriam outras respostas não encontradas no plano das políticas públicas dentro do Estado.

O horizonte de onde parte e se desenvolve a necessidade de uma crítica a Geografia (metageografia) indica compreender as desigualdades vividas, articulando, dialeticamente, teoria e prática (definida como socioespacial) iluminando as contradições que a move, trazendo à tona as novas formas de alienação que aparecem na vida cotidiana como fundamento da privação. Desenha-se, assim, uma Geografia preocupada com os problemas de seu tempo, renovando a reflexão sobre a desigualdade que comporta a necessidade de uma crítica profunda ao Estado e a sua política, cujo poder se exerce através do espaço, enquanto dominação política. Neste sentido propõe uma nova inteligibilidade mergulhando nas possibilidades e nos limites das transformações do mundo.

O presente como aquele das políticas mitigadoras das condições de extrema pobreza e desigualdade imobilizam o futuro como aquele do devir, capaz de inverter a lógica neoliberal, sem a qual não parecer haver futuro humano possível. O horizonte e a radicalidade da luta teórico-prática é a negação do capitalismo como projeto civilizatório.

Referências

- CARLOS, A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. A virada espacial (The spatial turn). **Mercator**, 14(4), pp. 7-16. doi:10.4215/RM0000.0000.0000, Fevereiro de 2016.
- _____. El concepto de “producción del espacio” y la dinámica urbana contemporánea bajo el dominio de lo financeiro. **Revista de Geografia Norte Grande**. v. 82, p. 89-107, 2022.
- CARLOS, A C. S. SIMONI, & I. P. ALVAREZ. **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018
- LEFEBVRE, H. **La révolution urbaine**. Paris: Gallimard, 1970
- _____. **La survie du capitalisme**. Paris: Anthropos, 1973.
- _____. **De l'état**, tomos III et IV. Paris: Union Générale d'Éditions, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **El Capital**. : Siglo XXI editores. Ciudad de México, 3 tomos., 1987.

_____. **Fondements de la critique de l'economie politique**. Paris: Éditions Antropos, 1968.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Bogotá: Editorial Pluma, 1980.

PADUA, R. F. Pensando a noção da prática socioespacial. Em A. A. CARLOS, C. S. SIMONI, & I. P. ALVAREZ, **Geografia Urbana Crítica: teoria e método** (p.35-52). São Paulo: Contexto, 2018.

CAPÍTULO 2

A crítica como arma

A Geografia que não se quer ver, sendo (re)vista

Alexandrina Luz Conceição

1. Um Debate Necessário

A fragmentação disciplinar da ciência tem intensificado o processo da perda da reflexão crítica. O certo e o absoluto são apresentados como verdades necessárias dogmáticas, como rota de fuga ao desespero da garantia do último suspiro de sobrevivência. Estamos atolados, como náufragos, sem projeção de encontrar, mesmo que seja minúscula, uma ilha que nos abrigue.

Domenico Losurdo (2014; 13) alerta que a voga do antipolítico tem relação com as desilusões e perda da esperança “[...] diante das primeiras dificuldades e das primeiras contradições [...] o ingênuo entusiasmo vira uma desilusão e um desgosto [...]. Agora, o mundo político, o mundo enquanto tal se revela irremediavelmente medíocre e vulgar. É a hipocondria do antipolítico”;

A aceitação de uma ‘verdade’ não submetida à pesquisa crítica é substituída pela incapacidade de reconhecer-se numa verdade qualquer, que não seja a verdade do sujeito. A ausência de crítica diante do objeto é assim substituída pela ausência de crítica em relação ao sujeito, o dogmatismo do objeto, pelo dogmatismo do sujeito (idem, p.15).

Após a Segunda Guerra Mundial, a voga do antipolítico se instala no contexto dos finais de 1950-1960, quando os capitalistas anunciam de forma fleumática a louvação ao consumo, análise que David Harvey desenvolve no

seu livro *Condição Pós-Moderna*, em primeira edição publicada no Brasil em 1992, a partir do debate da relação entre as alterações das formas culturais pós-modernas e a correlação dos modos flexíveis de acumulação do capital sob a ação da compressão do tempo-espço. Harvey aponta as diferentes respostas dos intelectuais diante dessa compressão, seja pelo “silêncio exaurido” como também pela leitura desconstrucionista, que terminou, segundo o autor: “apesar das melhores intenções dos seus praticantes mais radicais, por reduzir o conhecimento e o significado a um monte desordenado de significantes” assim produzindo uma condição de niilismo (1992, p.315).

Na leitura de Emília Viotti da Costa (1994), o contexto do qual emerge o Maio de 1968 descamba das tendências indivisíveis entre um capitalismo de consumo, que se deseja irrefreável, anunciando um projeto de construção de uma sociedade mais humana. Os discursos dos intelectuais críticos ao marxismo apropriam-se dessa ideiação ao fazer a crítica ao método e abordagens tradicionais, invertendo os postulados da historiografia dos anos 1960 e transformando-a em um exercício puramente estético e retórico. O cultural, o político e a linguística passaram a ser determinantes na defesa da subjetividade como explicativa histórica. Há um corte epistemológico com a separação da infra da superestrutura. Como sustenta na sua análise a autora, o que nascera como uma crítica necessária à historiografia reducionista economicista assume uma “inversão dialética”.

Para Coutinho “o positivismo dos estruturalistas converte-se numa involuntária apologia do capitalismo da manipulação” (2010, p.98-99), há um processo de radicalização ao recusarem a dialética e o historicismo concreto. Com o abandono conveniente da complexidade dialética, da práxis, a lógica formal torna-se a argumentação explicativa nos estudos das Ciências Humanas e, nesse contexto, entendemos que também a Geografia se inclui no movimento identificado pelo autor como “miséria da razão”, com sua consequente “miséria do objeto” (idem, p.109).

A ideologia do antipolítico do período Pós-Segunda Guerra é reproduzida no transcurso da “Queda do Muro de Berlim”. O discurso apologético da defesa da liberdade, diversidade, subjetividade, do fragmentário manifesta-se de assalto à razão¹ com sua roupagem ideológica

1 Analogia ao livro de Lukács. LUKÁCS; Georg. *El Asalto a la Razon: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*, Ed. Fondo de Cultura Económica.

eficaz para rechaçar a alternativa socialista, narrativa tão presente na atualidade, que conduz e explicita o debate dos Limites e Horizontes da teoria crítica.

Os pós-modernos, em um jogo de deturpações de visões ideológicas, superpõem a ausência dos conceitos categorias do materialismo dialético, afirmando que a perspectiva da “história universal” do “progresso linear” não dá conta para pensar a realidade social. Nessa direção, desaparecem as categorias de totalidade, mediações e contradições, que são subsumidas em uma lógica positivista sem se lerem as contradições, o processo histórico, projetando a categoria indivíduo como central na análise. Que cada qual conte a sua verdade.

O incômodo da crítica como arma impede compreender o mundo como unidade dialética dos contrários. Com a rejeição da história, rejeitam-se o humanismo e a totalidade dialética. “A totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias” (KOSIK, 1969, p.51). Dá-se o retorno ao empirismo, ou melhor, utilizando-me aqui da analogia na expressão de Ilich Lenin, ocorre a intensa defesa do que se pode denominar empiriocriticismo². O empirismo virou moda novamente, contudo, não mais como um momento necessário da teoria, mas como um fim em si mesmo. A nova historiografia a todo custo buscou exorcizar Karl Marx, colocando-o na força. Há o completo abandono do conceito de classe social como categoria interpretativa, fato para o qual Thompson (1981, p.57) chama atenção:

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historicizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores.

2 Refiro-me a leitura de V. Ilich Lenin. Materialismo E Empiriocriticismo. Lenin escreve este livro no início do século XX em contraposição ao forte (res)surgimento do idealismo filosófico, contrarrevolucionário da chamada “filosofia da experiência crítica” - o empiriocriticismo ou machismo, formas de idealismo subjetivo, contrárias à filosofia materialista dialética - ao marxismo em reação.

Em nome da crítica do reducionismo econômico, assume-se a defesa do reducionismo: cultural ou linguístico,³ a história do ponto de vista do participante, no extremo apologismo ao indivíduo, como sujeito definidor da sua própria vontade/necessidade de liberdade - chegando-se ao atual apologismo do lugar da fala como a clarividência iluminada. Na negação do processo histórico, multiplicaram-se os estudos fundados exclusivamente em depoimentos, relatos, em uma completa confusão de subjetividades. A perspectiva pós-moderna propõe uma nova linguagem da subjetividade, da representação de natureza fluida, plural de múltiplas posições subjetivas. As histórias da vida cotidiana foram ressuscitadas, com a ênfase ao indivíduo. A história oral passou a ser o gênero predominante. A memória/enquanto lembrança e o depoimento assumiram, cada vez mais, o lugar da história, considerando-se a linguagem como determinante da forma das relações sociais, em vez do reverso. Busca-se o todo através das partes e liquida-se a particularidade.

O trabalho do historiador, ao limitar-se a registrar as várias versões, tendo como dimensão o indivíduo, na perspectiva das múltiplas identidades: etnia, gênero, religiosa, nacionalidade, assume o abandono da luta de classe. Para Lukács (2003, p.383):

O indivíduo nunca pode se tornar a medida das coisas, pois contrapõe-se necessariamente à realidade objetiva como a um complexo de coisas rígidas, prontas e inalteradas, que lhe permitem alcançar apenas o juízo subjetivo do reconhecimento ou da rejeição. Somente a classe (e não a 'espécie', que não passa de um indivíduo contemplativo, estilizado e transformado em mito) é capaz de referir-se à totalidade da realidade de maneira prática e revolucionária.

A história é projetada a partir de conceitos modernos, que reduzem a variedade complexa de experiências humanas em um "discurso" monolítico. Em contraste, ao discurso da multiplicidade e pluralidade, dá-se o abandono da história e se assume a dimensão geopolítica: a negação das estruturas globais de dominação, os processos de acumulação do capital, o

3 Ressalto que tenho concordância com a leitura de Lukács e Raymond Willams sobre Literatura e Cultura, reflexão que farei nas Considerações Finais deste texto.

papel do Estado, as relações entre classes sociais. Com o discurso do fim do movimento de classe, o proletariado deixa de ser sujeito e passa a ser ator. O único, em oposição ao pluralismo dos chamados “novos movimentos sociais”; com base na filosofia hegeliana que “reprime a matéria, o Outro”. Diante de tais contextos, os limites e horizontes da Geografia têm que assumir o método do materialismo dialético, da crítica como arma.

1.1 O Método do Materialismo Histórico-Dialético como ponto de partida

A epistemologia dialética de Marx tem como caráter a historicidade e, dentro dessa historicidade, inscrevem-se as categorias do método. As categorias de análise constituem a base do método de análise. São as categorias que conferem ao método a possibilidade de explicar o mundo (o real) - o método deve ser o ponto de partida. A pesquisa deve estar voltada para o entendimento do real concreto. Desse modo, quem define o objeto de análise é a totalidade concreta, categoria fundamental da realidade. É a realidade objetiva do ser social que indica quais os procedimentos metodológicos a serem adotados pelo pesquisador.

[...] o verdadeiro ponto de partida é a própria realidade; que a sua decomposição abstrativa conduz a categorias de reflexo, cuja construção sintética apresenta um caminho para conhecer a realidade, mas não o caminho da própria realidade, embora seja óbvio que as categorias e conexões que surgem nesse processo possuem - enquanto reproduções da realidade - caráter ontológico e não lógico (Lukács, 1979, p.76).

A base de qualquer conhecimento da realidade, independentemente de se tratar da natureza ou da sociedade, é o reconhecimento da sua objetividade. A consciência humana do mundo existe independentemente da consciência. Na visão marxista, a categoria da totalidade concreta é entendida a partir da compreensão de que a realidade é totalidade concreta, que se transforma em estrutura significativa para cada fato, ou conjunto de fatos, no movimento de contradição dialética. Em que a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do que realmente existe, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e

sistemática; ao contrário, são a realidade, “formas de ser, determinações da existência” elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto intensivo quanto extensivo (idem, p.28).

Os estudos de Geografia levam em conta o conceito abstrato de população, como elemento de representação para a leitura da localidade em estudo. Ao analisar-se o objeto de pesquisa a partir do real concreto, na compreensão não marxista, parte-se do estudo da população, que é o sujeito do ato social de produção. Como explica Karl Marx nos *Gundrisse* (2011) na leitura do método do materialismo dialético, na dimensão da categoria totalidade:

A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes são, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo, e por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez encontrar de novo a população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (p.54).

O método dialético visa ao conhecimento da sociedade como totalidade. O ponto de vista do indivíduo não leva à totalidade, mas ao fragmentário, a fatos desconexos. Como explicita Mézáros (2002), o sistema do capital como modo de reprodução sociometabólica encontra-se em fase declinante de desenvolvimento histórico, tornando-se manifesta em quatro aspectos: 1. caráter universal; 2. alcance Global; 3. escala de tempo extensa; 4. autodestrutiva, só sendo capaz de sustentar-se apenas de um modo ainda mais destrutivo. A crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações, pondo em questão a própria existência do complexo

global, e não está confinada à esfera socioeconômica. É mister destacar que a crise financeira acentuada em 2008 fez/faz parte dessa destrutibilidade do sistema de capital, nas multideterminações, na: a) esfera militar; b) questão ecológica; c) da produção destrutiva - “destruição criativa” (idem, 2011).

Para István Mészáros, a crise na atualidade deve ser compreendida no contexto da estrutura social global, do sistema como um todo, e não na esfera particular - seu caráter é universal, seu escopo é global, sendo distinta das crises anteriores. Não é uma crise cíclica, periódica ou conjuntural, é uma crise estrutural, orgânica, logo, permanente “para a qual não há possibilidade de superação no interior da lógica do capital, de modo que ambas, crise e sistema, estão fundidas de modo definitivo condenando a sobrevivência do capital ao metabolismo crítico que, na atualidade, o caracteriza” (2011, p.06).

1.2 Pressupostos teóricos/metodológicos analíticos

Os pressupostos analíticos dos estudos/pesquisa na nossa leitura se substantivam nos estruturantes teóricos/metodológicos das categorias centrais/nucleadoras, que se definem nas formas das mediações de primeira ordem: Estado, Capital, Trabalho. Categorias teóricas/filosóficas, que explicitam o caráter de classe e a condição do sujeito de Práxis. O objetivo das mediações de primeira ordem é assegurar a reprodução sociometabólica do capital, sendo o trabalho a categoria fundante, mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto condição da existência humana, condição ontológica do Ser social, do Ser sócio-histórico. Estado, Capital, Trabalho são dimensões articuladas, inseparáveis do sistema do capital. É inconcebível emancipar o trabalho sem superar, simultaneamente, o capital e o Estado.

Ricardo Antunes, no Prefácio do livro *Para Além do Capital*, afirma (2002, p.16):

[...] o sistema de sociometabolismo do capital é poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema.

Ao se fazer a análise crítica da propriedade privada da terra; da renda da terra, do intercâmbio capitalista que submete o valor de uso da terra à lógica de acumulação do valor de troca; da divisão social e hierárquica do trabalho, necessariamente, essa análise deve ser desenvolvida a partir do estudo das mediações. Refletir sobre as mediações exige o entendimento da totalidade das relações, na amplitude das multideterminações, que só podem ser apreendidas se a análise percorre a transversalidade essencial do todo para chegar à leitura do real concreto. A produção capitalista do espaço é estruturada pelas mediações de segunda ordem:

[...] ou seja, os meios alienados de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial - sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles (Mészáros, 2002, p.71).

A teleologia é uma categoria puramente social, humana e restrita ao ser social, pertencente à essência do mundo dos homens. A relação dialética entre teleologia e causalidade corresponde à essência do trabalho. “O trabalho pode ser considerado, como fenômeno originário, como modelo do ser social [...], o que parece metodologicamente vantajoso começar por sua análise” (Lukács, 2018, p.10).

O trabalho é a forma originária e o fundamento ontológico das formas da práxis social. O trabalho tem sua essência ontológica (criador de valor de uso, condição de existência do homem) na inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza (orgânica e inorgânica). Sem o trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir.

Em escrita no texto “Epistemologia e Ontologia como estruturantes na formação dos Grupos de Pesquisa de Geografia Agrária” (Conceição, 2020), Conceição explicita como exemplo os estudos no Grupo de Pesquisa, Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de reordenamentos territoriais (GPECT/PPGEO/UFS). Esses se alicerçam na crítica radical do discurso da negação, da ontologia marxiana, e em contramão à leitura estruturalista, ou dos denominados pós-estruturalistas. Assume-se a concepção teórico-metodológica dos estudos marxianos da análise da ontologia lukscasiana do entendimento da totalidade, como categoria central da realidade, sendo,

portanto, o trabalho a categoria central/fundante, condição ontológica do Ser social, do Ser sócio-histórico. Enfatizando a citação de Lukács: “A prioridade do ontológico ante o mero conhecimento não se refere, apenas, ao Ser em geral, mas à objetividade objetiva no seu todo, é em sua estrutura e dinâmica concretas, em seu ser-precisamente - assim, ontologicamente da mais elevada importância” (Lukács, 2018, Tomo I, p.578).

Na esfera marxiana, os fundamentos ontológicos do ser social são, portanto, objetivos, históricos, mutáveis, inserindo-se na totalidade das mediações materiais, que se estabelecem na dialética homem/natureza/sociedade. O trabalho é uma categoria fundante e condição ontológica ineliminável do ser social, porque é por meio dele que o homem desenvolve a sociabilidade, a capacidade de conhecer, de criar valores e alternativas, de escolher e projetar finalidades à sua ação.

2. Sujeito de Práxis

Ao optar por assumir a concepção teórico-metodológica dos estudos marxianos, afasta-se do entendimento da epistemologia como estruturante de análise, objetiva-se ter como preocupação a análise concreta do real, de uma situação concreta; o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. O concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo - o real concreto. Dessa forma, parte-se da particularidade/singularidade/do geral, da categoria totalidade. A leitura da totalidade implica analisar as contradições do capital no seu caráter autofágico do trabalho, o fetiche da mercadoria e a teoria do valor (CONCEIÇÃO, 2020).

As categorias Estado, capital, modo de produção são essenciais na leitura do real, postas como estruturantes ontológicas. Ao serem colocadas como conceitos epistemológicos, afastam-se da opção da leitura da crítica imanente da análise das contradições entre Estado e trabalho; ou mesmo Estado e capital, Estado, capital e trabalho unidades contraditórias da relação dialética/tridialética, mediações centrais para a expropriação do trabalho no processo de acumulação do capital. Ao fundamentar a análise na centralidade da crítica imanente, as reflexões dos estudos/tese de Sinthia

Cristina Batista, permitem refletir a cartografia como prática espacial, que se materializa na lógica de apropriação espacial, revelando e/ou escondendo os conflitos nas diferentes lógicas de apropriação do espaço, uma cartografia da crítica à Geografia do Capital.

[...] não se compreende o mapa somente a partir de uma ideia que se concretiza plenamente, mas a partir das relações entre as condições objetivas historicamente, economicamente, politicamente e socialmente determinadas que produzem o espaço, como “representações do espaço” e “espaços de representação” (BATISTA, 2014, p.87).

Contudo, as relações sociais de trabalho e produção no século XXI estão sendo exorcizadas, a cada dia, do cotidiano geográfico. Ao contrapor-se, veementemente, ao modernismo, o pós-modernismo abraça a linguagem do comércio e da mercadoria, objetiva-se, como já se afirmou, negar todo pensamento totalizante. A fragmentação, a heterogeneidade, a diferença, o pluralismo e a descontinuidade são os descaminhos para a negação da história e vão dar materialidade aos fantasmas que passam a fazer a ronda nas Ciências Sociais e Humanas e, na nossa especificidade, a Geografia.

[...] a ênfase foucaultiana na descontinuidade e na diferença na história e a primazia dada por ‘correlações polimorfias em vez da casualidade simples ou completa’ novos desenvolvimentos na matemática - acentuando a indeterminação (a teoria da catástrofe e do caos, a geometria dos fractais) (OLIVEIRA, 2013, p. 7).

Em 1997, no auge da inscrição do discurso da pós-modernidade, Jean Brincmont e Alan Sokal publicam o livro *Impostures Intellectuelles*, publicado na *Social Text*. Os autores focalizam trechos de obras de Jacques Lacan, Julia Kristeva, Luce Irigaray, Bruno Latour, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paul Virilio, Michel Foucault, com o objetivo de demonstrar os abusos na utilização de conceitos e termos provenientes das ciências físico-matemáticas, que consistem, segundo Brincmont e Sokal (ibid), no uso de terminologias científicas (ou aparentemente científicas de noções das ciências exatas) sem conhecimento de seu significado, importadas para as ciências humanas, como justificativa empírica ou conceitual, com o obje-

tivo de exibir uma erudição superficial ao apresentar termos especializados ao leitor “leigo” em um contexto no qual eles não têm pertinência alguma.

Com frases desprovidas de sentido, jogos de linguagem, a partir desses critérios, os autores, inicialmente, listam uma série de imposturas nas obras em questão e, em seguida, partem para uma crítica ao relativismo cognitivo. Para Sokal e Bricmont, eles importam para as ciências humanas noções das ciências exatas sem justificativa empírica, assim como exibem uma erudição superficial para impressionar o leitor com termos da ciência, manipulando frases sem sentido.

Em entrevista⁴ às antropólogas Alessandra El Far e Rose Satiko Gitirana Hikiji, o autor Alan Sokal afirmou que Lacan, Deleuze, Baudrillard, entre outros, ao tratarem das ciências físicas e matemáticas, ramos por ele e Jean Bricmont bastante conhecidos, constataram que:

[...] nessa parte de suas obras - que não é uma enorme parte, mas, tampouco, insignificativa - há graves abusos. Não se trata de meros erros, mas de graves incompetências ao escrever supostas profundidades a propósito de assuntos que eles não conhecem ou não entendem quase nada, ou de desonestidade intelectual. Não pretendemos descobrir se se trata de incompetência ou desonestidade intelectual: para isso teríamos que entrar na mente desses autores, o que não é nosso propósito.

Na Geografia, Michael Foucault tornou-se, principalmente a partir da década de noventa, a sedução dos escritos dos geógrafos. Comungamos na íntegra com a Tese de Doutorado de Mavi Rodrigues (2006) *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno*, fundamentada no pensamento habermasiano, que sustenta a tese de que o pensamento foucaultiano preparou as condições filosóficas da nova fase do irracionalismo (pós-modernismo), sendo M. Foucault um “legítimo pensador proto pós-moderno”. Para a autora, segundo o subjetivismo das pesquisas foucaultianas, em oposição ao objetivismo científico, esse está diretamente relacionado ao pós-modernismo, sendo a análise foucaultiana, inevitavelmente, relativista.

4 Entrevista com Alan Sokal: Entre a paródia e a denúncia: trajetos de dois físicos nos bosques das Humanidades, in **Rev. Antropol**, vol. 41 n.1 São Paulo, 1998, s/p.

Ao nos debruçarmos no livro *O Discurso Filosófico da Modernidade*, de Jürgen Habermas, sobre a crítica da razão às ciências humanas, o autor centra a sua análise sobre as aporias da teoria do poder de M. Foucault. Concordamos com sua afirmação de que:

Foucault bem criticava o envolvimento das ciências humanas com a filosofia do sujeito: estas ciências afastam-se da aporética de autotematização contraditória do sujeito que procurou conhecer-se e, ao fazê-lo envolveu-se ainda mais no cienticismo auto reificante. Mas Foucault não pensou as aporias da sua própria abordagem tão bem que tivesse podido ver como a sua teoria do poder é surpreendida por um destino semelhante: a sua teoria pretende elevar-se a uma objetividade mais rigorosa colocando-se acima das pseudociências, mas cai ainda mais desesperadamente de uma historiografia presentista que se vê impelida por uma autodenegação relativista (1990, p.275).

Nos escritos de Mavi Rodrigues os pós-modernos,

Grande parte de suas antinomias se deve justamente a sua rejeição ontológica. Na verdade, aliada à anticientificidade, a antiontologia pós-moderna substitui a objetividade neutra das ciências naturais por uma subjetividade singular dilatada. Assim, a cultura pós-moderna, mesmo nos seus segmentos de esquerda, se revela como um positivismo de sinal trocado (RODRIGUES, p. 67).

Se, para a teoria social positivista, a busca da objetividade científica conduz à negação dos valores na produção do conhecimento, no campo pós-moderno, a afirmação da interferência dos valores na constituição do saber, o resto - todas as perfídias cogitadas sobre os graus da pretensa morte de Marx - é enfermidade espiritual: necrofilia filosófica e ferocidade assassina, não importa o índice de sofisticação ou o nível de rusticidade com que a mortalha seja tecida.

Fúria homicida que redundava, é óbvio, em suicídio estúpido, que traz à lembrança o antigo mote leniniano, aquele que adverte para a alma viciosa da burguesia, que a levaria a vender a própria corda com que seria enforcada. Na atual subsunção explícita da produção de ideias à forma geral da mercadoria, é imperioso denunciar - com ânimo bom e generoso - que a

intelectualidade vem intensificando a fabricação de ideias com que ela própria se trucidava sem glória (o que não significa sem alguma fama certa pecúnia e pequena mordomia). Em suma, discussões infames como as da morte total ou parcial de Marx são evidências da inutilidade humana da atividade intelectual como ferramenta da moda.

3. A Geografia que não se Quer Ver, sendo Re(Vista)

Como já apontado, nas suas contradições, o Movimento de 1968 trouxe, como afirma David Harvey, uma “vigorosa denúncia da razão abstrata e uma profunda aversão a todo projeto que buscasse a emancipação humana universal, pela mobilização das forças da tecnologia, da ciência e da razão”. Quando não há clareza dessa postura, assumem-se imposturas metodológicas, no que David Harvey denominou de “ecletismo de mercado”, um “vale tudo” marcado pelo *laissez-faire!!*. (1989, p.46-47).

Nos últimos anos, desde a década de noventa e nos anos atuais, estamos vivenciando na escuta os que anunciam/salientam o domínio dos tempos de incertezas, de fragmentação, insegurança e vulnerabilidade, tempos de violência, do individualismo, que significam a impossibilidade de utopias, de esperanças na luta pela igualdade, de justiça social. A fragmentação em oposição à totalidade, a desconstrução em oposição à totalização; a ausência em oposição à presença. Na defesa do fragmentário, do descontínuo. Mundialmente, assistimos, de certa forma coniventes, com a formatação de Uma Outra Geografia - a Geografia das Incertezas.

As transformações capitalistas, com a ideologia da globalização, visíveis sobretudo na dimensão do mercado do consumo, conduzem a imposição de novas mudanças nos pensares no âmbito do indivíduo; nesse bojo, os pressupostos teóricos da sua existência. Os tempos atuais, tempos efêmeros, tempos da pós-modernidade são vistos por alguns como do fim da história, ou do fim da Geografia. Neste ínterim, a história tem sido acusada como a vilã dos erros de sua própria transformação. A anti-história como parâmetro, a negação da possibilidade de transformação política econômica, da luta de classe são discursos sustentados na ideia da volatilização e do etéreo, da mobilidade, da fluidez, da falta de estabilidade como leituras de sociedade. Nesse bojo, cada vez mais desaparece a imagem do

intelectual comprometido com as mudanças sociais, com a luta de classe, o intelectual militante. As relações sociais deixam de ser compreendidas no âmbito do princípio da universalidade, da negação da verdade de modelos estruturais de organizações de sociedade e de identidade, de propostas universalizantes.

Em distintas publicações, tenho reafirmado que, assim como as ciências sociais, a Geografia se revela enquanto ciência que tem se inscrito no discurso da pós-modernidade. Do discurso da negação da metanarrativa, da meta-história, nesse âmbito, priorizam-se pesquisas de campo cada vez mais em temáticas deslocadas do discurso de classe social. Fala-se de lugares em laboratórios, fala-se da natureza natural sem sociedade; são raríssimas as exceções, os que, ainda, compreendem o espaço a partir da centralidade do trabalho.

Intensificam-se pesquisas e teorias que sustentam seus postulados tendo como referência a crítica da totalidade e do espaço como categorias de análise geográfica, leva a negação da objetividade do real. O pós-modernismo, mesmo o de contestação, se apresenta como uma dilatação da subjetividade singular. Tudo é produto dos gostos, opções por valores e sentimentos do indivíduo. Não há objetividade possível num mundo inflado de subjetividades individuais (Conceição, 2020, *idem*: pp.68-69).

Fundamentado na leitura da teoria do Capitalismo Tardio de Ernest Mandel (1985), Fredric Jameson (1996) entende cultura, não como uma expressão autônoma de uma organização social, mas na própria lógica do sistema capitalista. O que distingue o estágio da cultura no pós-modernismo, das fases anteriores, é a íntima relação das esferas econômica e cultural, não como um estilo, mas enquanto a dominante cultural e a própria lógica do capitalismo tardio. No pós-modernismo, o mundo e a ciência são concebidos como uma construção discursiva. O conhecimento científico é concebido como um jogo de linguagem, mera narrativa/construto social. A história só existe para a cultura pós-moderna como pastiche, um mundo transformado em mera imagem de si próprio - um simulacro fotográfico - um espetáculo. “[...] a canibalização aleatória de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de alusões estilísticas e, de modo geral, aquilo que Lefebvre chamou de primazia crescente do ‘neo’” (*ibidem*, p.45). No pós-modernis-

mo, temos a alienação do sujeito, a morte do sujeito, o desaparecimento do sujeito individual.

No Ensaio, *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*, J. Chasin (1989) afirma

Na atual subsunção explícita da produção de ideias à forma geral da mercadoria, é imperioso denunciar - com ânimo bom e generoso - que a intelectualidade vem intensificando a fabricação de ideias com que ela própria se trucidada sem glória (o que não significa sem alguma fama certa pecúnia e pequena mordomia). Em suma, discussões infames como as da morte total ou parcial de Marx são evidências da inutilidade humana da atividade intelectual como ferramenta da moda, especialmente quando moda competente, usina produtora de vezos para uso e abuso dos poderosos (p.45-46).

Diferentemente dos pós-modernos que, substituindo a preocupação ontológica pela epistemológica, que tomam o real como uma tessitura de linguagens, um jogo discursivo, Georgy Lukács (2003, p.107) não confunde o processo de cognição do real com o processo de constituição do real. O método do abstrato ao concreto nada mais é do que a reprodução na esfera gnosiológica das determinações do ser. “A totalidade [do objeto] só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade”.

A leitura escalar no plano micro está subscrita em análises fragmentadas, particularizadas. A indignação é substituída pela naturalização dos fatos sociais, que, aos poucos, são enquadrados como fatos culturais desvinculados da estrutura da divisão social do trabalho e lidas como atividades e costumes comportamentais. A Psicologia e a Antropologia garantem a estrutura de pensamento, vinculadas à subjetividade na formatação do indivíduo enquanto unidade particularizada do contexto localizado. A ênfase em práticas e ações sociológicas, na diversidade cultural, tende a subtrair a leitura do capital, mercado, das desigualdades sociais, das contradições entre pobreza e riqueza como construções e produção socioespacial.

As teses marxistas sustentadas nos paradigmas da relação capital *versus* trabalho; ou da natureza *versus* sociedade são substituídas na leitura de gênero, etnia, religiosidade entendidas como categorias culturais, onde Homem e Natureza vão significar a força da paisagem naturalizada - entendida como fenômeno natural - meio ambiente. Há uma deserção da teoria

marxista afirmando-se a sua impraticabilidade por não ter dado conta da permanência do socialismo, o que legou uma crise de referenciais. Nessa trajetória, identifica-se a perda dos referenciais utópicos, das possibilidades de uma sociedade de iguais e livres, mas não questionam o capitalismo, na incontrolabilidade do seu sistema sociometabólico.

Conforme Lyotard (2004), na pós-modernidade, o uso das máquinas informacionais afeta a circulação do conhecimento, no campo das ciências, da literatura e das artes. As transformações tecnológicas provocam modificações substanciais na forma de distribuir o saber, a ciência. O saber sofre alterações, a fonte de todas as informações, a ciência, como todo conhecimento, é apenas uma forma de organização e distribuição de informações. Somente o saber (linguagem informacional) gera nova produção e garante o valor de troca. O que se observa é que a questão básica paradoxal é o uso das categorias analíticas subsumidas com outros conteúdos e ou vice-versa. É preciso observar que não nego a importância fundamental do conhecimento de toda e qualquer concepção filosófica, no entanto, o que assusta é a corriqueira hipostasia do discurso ideológico em nome da garantia da cientificidade.

Descontextualizadas, as categorias, desprendem-se do real na tentativa de dar conta de uma cientificidade, abstraindo-se das condições e contradições da realidade. O que resulta na substituição da teoria pela metodologia, que representa o caráter apologético da afirmação do discurso da negação da história e, conseqüentemente, do congelamento do real ao natural, dando lugar às geografias invisíveis: a Geografia da invisibilidade da cotidianidade; da Geografia dos Paradoxos capturada pelo mercado (Conceição, 2013). O tempo efêmero tem penetrado na vida urbana, dando novas propostas urbanas, marcadas por novas mobilidades e “uma aceleração espaço-temporal crescente”.

Como pensar o espaço das relações sociais de trabalho e produção econômica? Como ler o espaço no tempo flexível do domínio do capital sobre o trabalho? Como afirma Terry Eagleton (2005), no mundo pós-moderno, a cultura e a vida social estão mais uma vez estreitamente aliadas, agora na forma da estética da mercadoria, da espetacularização da política, do consumismo do estilo de vida, da produção de mercadorias em geral. “O pós-estruturalismo e o pós-modernismo iriam provar-se igualmente ambíguas, subvertendo os fundamentos metafísicos da sociedade de classe média com algo do relativismo de mercado que a caracteriza” (idem, p.50).

4. A crítica como Arma

O “espaço de todos”⁵ segrega, a cada dia, dezenas de desempregados, de escravos do capital que não têm acesso à internet, entretanto, o discurso da aparência da globalização anuncia as possibilidades da inclusão. Não se nega aqui a importância da técnica; ao contrário a técnica é fundamental, o que se contesta são as formas de apropriação da técnica.⁶

A visão da classe média tende a enaltecer a importância da internet. Com a pandemia, da covid-19 ficamos escravizados pelas redes sociais. A questão básica é observar a realidade dos excluídos do direito e inclusos no dever. A velocidade do tempo do consumo garante a esquizofrenia da sociedade informacional global; tornamo-nos trabalhadores do tempo total de vida, trabalhadores sem salário para as empresas online, que vendem o sonho de estar em casa e poder acessar sua empresa para atendimento; ao tempo que desempregamos o outro, realizamos nossos desejos por termos a condição de sermos consumidores. Ter para Ser.

A ausência da crítica como arma dá espaço para a Geografia do terrorismo, do ódio, da violência, dos espaços da impunidade da Geografia dos espaços da miséria silenciada e consentida (Conceição, 2013). É preciso a valorização da teoria em contraposição à supervalorização do praticismo (empiricismo). É preciso assumir a teoria crítica como caminho do conhecimento, da transformação - Práxis. “É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, a realidade e o poder do seu pensamento” (Marx, K. e Engels, F., 2007, p. 533). Negando-se fazer uma geografia mascarada como uma relação ética (de poder). Negando-se a fazer uma antropologização ou uma sociologização da geografia!!!

O que faz remeter à pergunta: O desafio na contemporaneidade é da Geografia ou é uma questão subjetiva/objetiva de escolha de cada geógrafa e ou geógrafo?

5 Analogia a determinação do art. 5º inciso XV da Constituição de 1988, que “assegura a todos o direito de ir e vir, da *“livre locomoção no território”*..

6 Sugerimos a leitura do texto: CARDOSO, V. S e CONCEIÇÃO, A.L. Considerações sobre a ciência e a tecnologia, in *Revista Geopauta*, Vitória da Conquista/BA, v. 6. P. 1-21 Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/10345>. Acesso em: 14 ago. 2023.

Referências

- BATISTA, S. C. Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações. Porto Alegre, 2014, **Tese** (Programa de Pós-graduação de Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CHASIN, J. **A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda**, São Paulo: Ed. Ensaio nº 17/18, 1989. p.45-46.
- CONCEIÇÃO, A. L. Limites e Possibilidades do Pensamento Geográfico: Uma Leitura a partir dos/nos Espaços e Tempos da Geografia da Miséria, in **Revista Geonordeste**, n. 2, 2013, Ano XXIV - Edição Especial _____ . Epistemologia e Ontologia como estruturantes na Formação do Grupo de Pesquisa de Geografia Agrária, in **Geografias e Geograficidades: Escolhas, Trajetórias e Reflexões**. Orgs. MENEZES, Sônia de Souza M.; PINTO, Josefa Eliane S. S., São Cristóvão, Ed. UFS, 2020.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010, 110. 1ª edição, 1972, Paz e Terra.
- COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**. Brasil: 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.
- EAGLETON, T. **Depois da Teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**, tradução Maria Lúcia Oliveira, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Ana Maria Bernardo, José Rui Meirelles et al. Portugal/Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1990, p.275.
- HARVEY, D. (1989) **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992: 1ª edição 1989, p.46-47.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. Tradução Maria Elisa Cevalco, São Paulo: Ed. Ática, 1996
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.
- LOSURDO, D. **A Hipocondria da Antipolítica: História e atualidade na análise de Hegel**. Tradução: Jaime Clasen, Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2014.
- LYOTARD, J. F. (1996) **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: A falsa e a verdadeira ontologia de**

- Hegel, trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Prolegômenos e Para a Ontologia do Ser Social**, tradução Sergio Lessa, Tomo II, Vol 14, Coletivo Veredas, 2018.
- MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ed. Cultural, 1985 (Coleção Economistas).
- MARX, K. e ENGELS, F. **Ideologia Alemã**, tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, K. **Gundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política, tradução Mário Duayer Nélío Schneider, São Paulo: Boitempo, 2011.
- MESZAROS, I. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição, tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Ed. Boitempo, Editora da Unicamp, 2002
- MESZAROS, I. Crise Estrutural necessita de mudança estrutural, *Conferência de Abertura*, II Encontro de São Lázaro: UFBA, Salvador/BA, 2011 - texto mimeografado.
- OLIVEIRA, David Barbosa de. O Fim das Grandes Narrativas Modernas e sua Influência sobre a Concepção de Patrimônio Cultural, in **Revista de Políticas Culturais**, 1(6), p 85-98, 2013, www.politicasculturaisemrevista.ufba.br, in file:///F:/2023/PALESTRAS/Palestra%20para%20a%20UFERSA/8250-Texto%20do%20Artigo-23483-1-10-20130826.pdf, consultado em julho de 2023.
- RODRIGUES, M. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jahar, 1981.

CAPÍTULO 3

Teria a Geografia ajudado a sepultar a história no capitalismo tardio?

Reflexões funerárias de pouca pompa e nenhuma circunstância sobre o fim do mundo

Manoel Fernandes de Sousa Neto

Um dos sinais mais interessantes da crise de uma dada sociedade é a busca, por parte de seus ideólogos, de proclamar o fim da história e reconhecer por uma autopsia não muito sofisticada, o contemporâneo em sua condição de cadáver¹. O presente então passa a se explicar por ele mesmo e a partir de interpretações muito mais assentadas na aparência fetichizada dos fenômenos do que na materialidade das relações constituintes do mundo.

O presente morto, ou o anúncio de tentativas vãs de trazê-lo de volta à vida, constituem as estratégias discursivas que buscam iludir, os que vivem, de que o morto nunca esteve tão vivo e assim permanecerá *ad eterno*. Para, exatamente em função dessa crença, fazer a todos viverem a vida do morto.

O funeral se anuncia como promessa. A barbárie como natural. O mundo como imutável. Diante da sensação de que nada mais há por fazer difunde-se a lógica da aceitação do mundo tal como está; busca-se produzir uma coletiva sensação de impotência que diz não haver salvação senão para alguns eleitos; propaga-se o individualismo, estimula-se o “salve-se quem puder” e a realidade é subsumida à esfera do fenomênico cada vez mais baralhada pelo reino das imagens².

A emergência dessa lógica está no advento da própria modernidade, vivida por nós desde o longo século XVI, e passível de ser periodizada de

1 FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

2 JAMESON, Frederic. **A Cultura do Dinheiro**: Ensaio sobre globalização. Tradução Maria Helena Cevalco. Petrópolis: Vozes, 2001

maneira distinta de tempos em tempos, como forma de compreender esta totalidade em movimento que é o capitalismo em diferentes momentos e estágios³.

Em princípio o capitalismo é o primeiro sistema, modo de produção, regime de acumulação, como queiram denominar, realmente global e afeta, ainda que de diferentes modos, as mais diversas latitudes do mundo, do planeta, mesmo aquelas que se mantêm como áreas por explorar em sua contínua expansão de destruição criativa e criação destrutiva⁴.

A expansão contínua, temporal e espacial, é inerente à própria condição de realização do capital que não pode se reproduzir senão de maneira ampliada e, como tal, sua voracidade é sempre maior, como um desses bichos que cresce e tem mais fome quanto mais quer que coma, abocanhe, submeta e subordine todos os tempos e espaços que lhe possam garantir existência.

A subordinação temporal e espacial exige uma dupla concentração subordinante, só inteligível na indissociabilidade espaço-tempo ou tempo-espaço, como preferirem, expressíveis didaticamente como a busca contínua por reduzir ao máximo o tempo de realização do ciclo da mercadoria e ultrapassar todas as barreiras espaciais que impeçam, dificultem ou atrasem a sua realização.

A apropriação do tempo-espaço no âmbito da lógica da mercadoria busca, em sua sanha, abolir, aniquilar a ambos e chegar ao ótimo de sua condição: realizar de modo imediato e em qualquer lugar o ciclo completo, como na busca medieval por um *moto continuum* que transforma em momento seu próprio movimento e, como na imagem do pião que gira sobre seu centro como se tivesse uma única cor, paralisando aquilo que o poderia mobilizar. O pião não roda senão sobre seu próprio eixo, quanto mais veloz, menos se vê suas cores e, se perde força no seu girar ele cambaleia, revela suas cores e cai.

O problema, perdoem as metáforas dos brinquedos infantis, é que a tendência do pião em seu giro é parar, ele não pode girar continuamente, senão a partir de uma força que o impulsione, o mantenha, um braço que desen-

3 BERMAN, Marshal. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

4 WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Afrontamento, 1979 (Vol. 1).

role o laço que o envolve. Em outras palavras, sem as mãos que fazem girar o próprio mundo, as relações espaço-tempo não existem e muito menos podem se realizar.

Os modos de conceber o tempo e o espaço, a relação espaço-tempo, são resultado de convenções que a própria humanidade criou. E as formas de conceber o espaço-tempo expressam cosmogonias, cosmovisões e, *pari passu*, se desdobram como práticas e dessas práticas sócio-históricas são derivadas.

O mundo só o é para quem o cria e, nesse caso, concordando com Marx, o que faz girar o mundo é o trabalho que cria riqueza e, compreenda-se aqui, não qualquer trabalho, mas trabalho vivo⁵.

O trabalho morto para Marx é riqueza já criada, mas não capaz de sozinha criar nova riqueza, reproduzir riqueza, tornar a riqueza maior, mobilizar as forças que permitam a sua contínua realização.

Para Marx só o trabalho vivo pode produzir valor, criar riqueza, renovando a si mesmo por intermédio de uma forte racionalidade criativa que permite tornar ainda maior a riqueza socialmente produzida, dando vida ao trabalho morto.

Aos ideólogos do capital sempre coube a tarefa de proteger os interesses dos detentores do trabalho morto e de glorificar com *Hosanas nas Alturas* o heroísmo desses homens que sempre se reconheceram a partir de seus bens. Ao mesmo tempo, esses mesmos ideólogos decretam, propagandeiam *aos quatro ventos* a inutilidade do trabalho vivo, concreto. E, denegando o trabalho vivo, o tornam a única mercadoria negociável por um menor valor, capaz de produzir mais-valia.

A mesma concepção já foi expressa por muitos, mas Robert Kurz, no livro *O Colapso da Modernização*, diz serem as máquinas capazes de produzir muito, mas consumir quase nada⁶.

O problema central está no fato de que a reprodução do trabalho vivo exige que ele se mantenha vivo cotidiana e historicamente, ainda que no limite de realização do próprio trabalho morto. Trabalhadores são obrigados a proteger e zelar pelas máquinas-ferramenta em que trabalham, embora

5 MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção. (Vol. 1). Trad. Reginaldo Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

6 KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

possam de vez em quando perder um dedo, um braço, a audição, a capacidade de pensar o mundo para além dos muros em que estão aprisionando seu trabalho criativo e sua consciência alienada.

A modernidade proposta pelo capitalismo, em seus diferentes estágios, é aquela em que os mortos comandam os vivos. Os ideólogos do capital buscam convencer os trabalhadores a acompanhar o seu próprio enterro. Mas se a humanidade só cria os problemas que ela própria é capaz de resolver, podemos dizer, a partir do mesmo Marx, que os vermes que hão de comer o morto são gerados no interior de suas próprias entranhas.

A primeira regra da tragédia do capital está exatamente no fato de que, sem que o trabalho vivo seja eventualmente transformado em consumidor de mercadorias, não se realiza a mercadoria em sua plenitude, como relação, mediada por suas formas cambiáveis, aniquilantes de sua concreticidade, precisam readquirir o que lhes foi temporariamente negado na esfera da circulação, qual seja, sua condição de uso. A mercadoria precisa transformar-se novamente naquilo que foi desde o princípio, e desde o princípio jamais pôde ser, até aquele momento em que o trabalho vivo se realiza como consumo e a coisa mercadoria perde seu referente de troca para satisfazer *os desejos do estômago ou da fantasia*.

A modernidade do capital, nesse sentido, se dá como negação do mundo concreto, do trabalho concreto, vivo, produtor de riqueza e afirma o morto como motivo, rei, senhor de todos os tempos e espaços.

A Geografia como disciplina, ainda que pobre e modestamente⁷, nasce a serviço do processo de expansão capitalista do mundo e seus papéis como disciplina científica vão mudando ao longo de diferentes estágios do capitalismo, como prática e como discurso que precisam ser pensadas indissociavelmente.

Em princípio dominar o mundo a partir do trabalho morto implicava em explorar todas as riquezas naturais, os saberes das mais diferentes etnias e civilizações do mundo, as riquezas já produzidas por trabalhadores de todos os lugares e o trabalho vivo que se realizava mundo afora.

Depois se tratava de dado o início dos processos de acumulação primitiva permanente, tornar a todos, indistintamente, produtores e consumidores

7 FEBVRE, Lucien. **La Terre et l'évolution humaine**: introduction géographique à l'histoire. Paris: La Renaissance du livre, 1922.

de mercadorias e estabelecer como deus uma mercadoria tão singular como pervertida, como o dinheiro. Embora o dinheiro não seja uma criação capitalista, somente no capitalismo se torna representação de um equivalente geral de valor, singularíssima mercadoria.

Por fim, esta disciplina precisava se adequar aos estágios de acumulação, gerando práticas cartográficas, responsáveis por medir o mundo com exatidão e o mais que possível uniformizá-lo espaço-temporalmente, ao mesmo tempo em que se inventariavam todas as suas riquezas e as transformava em mercadorias; criar modelos como os de análise regional ou planejamento territorial que permitissem garantir ainda mais os interesses do capital; criar ou reforçar discursos como os de civilização, desenvolvimento, globalização. E, por fim, transformar a própria geografia em disciplina-mercadoria turística, ambiental e cultural quando da emergência de uma cultura do dinheiro própria do capitalismo tardio.

Em grandes linhas e largas tintas, pensando a partir do processo de constituição moderna capitalista do sistema mundo, queria explicitar como a geografia esteve e está a serviço do capitalismo e, claro, da lógica da mercadoria e sob a égide reificada e reificante do trabalho abstrato.

A primeira onda geográfica de modernização implicou na tentativa de tornar o mundo de todo explorável e de uniformizar suas medidas de tempo e espaço, o que se desdobra em um claro processo de aniquilar todos os outros tempos e espaços, em suas materialidades e concepções, no mundo.

A medida de todas as coisas do mundo deveria ser a medida do tempo médio socialmente necessário à criação de valor com a submissão do trabalho concreto ao trabalho abstrato. As medidas do planeta foram sendo soldadas por cronômetros cada vez mais perfeitos, por mapas cada dia mais precisos, por um processo que captava o movimento do planeta como um peão em movimento, para tornar por intermédio de latitudes e longitudes convertidas em convenções mercantis em uma só métrica a serviço do trabalho morto⁸.

A este desiderato serviram de modo fenomenal os processos de colonização, exploração, expropriação, assassinato em massa, genocídio, etnocídio, epistemicídio a partir da expansão capitalista, em sua voragem de acumulação contínua. O conhecimento do território implicava em sua dominação. A dominação do território implicava em seu conhecimento.

8 ALDER, Ken. **A medida de Todas as Coisas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

O exemplo mais acabado e institucional desse *empreendimento* e que está vinculado ao próprio alvorecer da geografia como disciplina científica, são as sociedades geográficas, a maior parte delas europeia - por que será? - e, não por acaso, seu surto mais glorioso se deu exatamente naquele período denominando por Eric Hobsbawm da *Era dos Impérios*, por se estender de fins dos oitocentos a princípio dos novecentos⁹. Não por acaso, mesmo um geógrafo conservador como *Horácio Capel* admite serem as sociedades geográficas serviços do imperialismo, instituições a serviço do processo de colonização e dominação capitalista¹⁰.

Um dos exemplos mais acabados de sociedade geográfica a serviço do capital é o da *Geographical Society of London (1830)*, responsável por diversas expedições que visavam estabelecer seus domínios sobre o mundo. As ações imperialistas da Sociedade de Londres estão expressas de maneira muito didática na película *Montanhas da Lua*, que narra a expedição realizada por Richard Burton e John Spike com vistas a identificar e nomear e dominar a nascente do Rio Nilo e, por consequência, todo o Norte da África¹¹.

Não por acaso, a adoção do sistema métrico decimal e a imposição de um meridiano zero para todo mundo, a partir do centro do capitalismo de fins do século XIX, propiciaram a conformação de um sistema-mundo que vive sua segunda grande compressão, depois daquela realizada a partir do século XVI. Informação e fumaça, telégrafos por fios e cabos submarinos, conectados a navios a vapor e trens, possibilitavam que as crises do capital, como a de 1929, expressassem as marcas de seus duros sintomas em menos de uma década e buscassem a guerra como espetáculo genocida para manter vivo o reinado do trabalho morto.

A geografia teve papel destacado nesse processo. Boa parte dos mapas de precisão do século XIX foram realizados somente a partir do telégrafo, que permitia transmitir informações com rapidez e realizar os processos de triangulação em menor tempo e com maior exatidão. Como se vê, a geografia estava já a serviço desta perspectiva de anulação do espaço pelo tempo.

Em outra perspectiva, é possível falar das geografias veiculadas a cons-

9 HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios** (1875-1914). Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steindel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

10 CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografía. (Nova edição ampliada). Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012

11 As Montanhas da Lua, de Bob Rafelson *Mountains of the Moon*, EUA, 1990

tituir recortes regionais do mundo, ao estabelecer um projeto civilizacional capitalista e nomear como selvagens, bárbaras, atrasadas e logo disponíveis à exploração mais vil, as sociedades extra-europeias, ao sul do equador, a oeste e leste de Greenwich.

Uma segunda onda de modernização geográfica do capitalismo esteve associada às geografias vinculadas ao discurso e às práticas do planejamento a serviço do capital no pós-guerra.

O planejamento, originalmente criado para resolver problemas do mundo do socialismo real, que pressupunha pelo menos em tese dar cabo de responder às necessidades humanas mais básicas e de maneira coletiva, no capitalismo visava garantir uma tendência contínua e crescente de acumulação ampliada e valorização do valor, baseada na máxima racionalização do capital regulada pelas ações do Estado a seu serviço.

Um nítido exemplo disso foram as teorias sistêmicas e dos lugares centrais, os modelos locacionais e as teses desenvolvimentistas que permitissem o máximo de otimização do capital, a ostentação estatística que buscava definir áreas de expansão do capital e subordinar grandes porções do território a centros de comando industrial e financeiro.

Não é casual que nas décadas de 1960 e 1970, a disciplina de matemática, o estudo de estatística aplicada ao planejamento e as cartografias para uma ação voltadas para esse fim faziam parte do currículo dos geógrafos no Brasil e no mundo. O pragmatismo técnico a serviço do capital e a pobreza teórica estavam na ordem dessa segunda onda de modernização geográfica do capitalismo.

A crise do capitalismo, crise estrutural que ora vivenciamos e se instala a partir de fins da década de 1960 e princípio da década de 1970, iniciará uma terceira onda de modernização geográfica do capitalismo, que tenha por princípio o casamento com um discurso pós-moderno de viés culturalista com uma ação financeirizada, que torna cada dia mais a geografia uma mercadoria tão eclética quanto vendável e tão vinculada à cultura do dinheiro que esqueceu ser o mundo resultado do trabalho vivo, exacerbou teoricamente a centralidade do espaço nas teorias sociais críticas e olha para a crise que afeta a disponibilidade de riqueza natural para a humanidade como uma questão de gestão ambiental¹².

12 SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

A geografia a serviço da lógica da mercadoria, é preciso que se diga, faz o papel para o qual foi criada e isso não nos deve espantar, porque também a geografia como disciplina científica e escolar, como as demais disciplinas e a própria ciência criada com a emergência da razão instrumental esclarecida e iluminista, nasceu para este fim.

O que deve nos comover e mover, àqueles que têm consciência de que só o trabalho vivo cria valor, é uma batalha teórica sem peias que nos faça entender o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo e as formas de atuar para o seu fim, para o enterro do trabalho morto e não para barbárie humana.

A impressão que me dá, geralmente, é que os intelectuais e entre eles uma significativa parte dos geógrafos, não se reconhece mais ou nunca se reconheceu como trabalhador ou com qualquer vinculação ao mundo do trabalho. Esta servidão voluntária¹³ ao capital, agora expressa cada vez mais na submissão do pensamento ao que manda pensar as instituições de fomento, materializadas na desvairada produção de projetos, artigos de qualquer espécie, o mais do mesmo, acabam por reforçam este jeito colonizado de ser.

Por isso tenho falado, a partir de Frederic Jameson, de uma certa cultura geográfica do dinheiro, porque deslocou-se a leitura do mundo do trabalho para o mundo do consumo. A base material sobre o qual se ergue e se realiza o mundo e a própria cultura não encontram suas bases no mundo real.

É uma geografia subsumida à reprodução ampliada do capital ou um discurso fragmentário, pós-moderno e que se apresenta como plural, antipolítico e manifestamente acadêmico, que trata de temas tão abstratos quanto o próprio dinheiro. A imagem que criam e da qual vivem não só não tem correspondência com o real, como se vende a ideia de que o real é sempre uma invenção entre outras.

Ao falar em imagens fico a me perguntar como se pode ler algumas que não nos saem da cabeça e que, apesar de parecerem pós-modernas, surreais, são resultado desse mundo criado pelo capital.

A primeira delas trata de um avião, dois edifícios, a bela visão que há de Manhattan e uma manhã de setembro.

13 LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso Sobre a Servidão Voluntária**. e.BooksBrasil. 2006 (1549)

A segunda imagem é a de um cogumelo gigante, nascido em um arquipélago, semeado por um avião.

As duas imagens se permitem dizer só são explicáveis quando compreendemos que a razão não é algo que a humanidade possa negar, porque a razão é inerente aos homens e mulheres e não nos cabe mergulhar no irracionalismo e no relativismo que se vende por aí nas salas de aula. Não fora a razão e esses objetos mais pesados que o ar, os aviões, nas duas cenas, não existiriam, seja para derrubar edifícios ou para destruir cidades. O problema é que aquilo que faz ruir edifícios e exterminar milhares com uma única bomba, para além de aviões, só se explica a partir de algo que existia antes dos aviões e é instrumentalizada pela racionalidade do capital, a valorização do valor, a reprodução ampliada do capital, o velho novo imperialismo.

Por fim, para alguns intelectuais, dentre eles geógrafos, notícias como aquelas que denunciam a marca ZARA de ter suas roupas de grife sendo produzidas por bolivianos escravizados, comprimidos em cubículos, muitos com tuberculose, não os comove. E, quiçá, até usem com orgulho objetos de grife que imaginam ter brotado em árvores imaginárias.

E por quê? Porque os objetos são aparentemente belos, confortáveis e os identificam como consumidores de elevado poder aquisitivo. A morte ou a vida de alguns não tem relação direta com a sua própria vida.

Esses intelectuais estão com sua elegância colonizada a segurar as últimas pás de cal, com um ar de grande importância, mal sabem que o mundo em que buscam fazer os outros acreditar é a sua própria cova.

Referências

- ALDER, Ken. **A medida de Todas as Coisas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografía. (Nova edição ampliada). Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012.
- FEBVRE, Lucien. **La Terre et l'évolution humaine**: introduction géographique à l'histoire. Paris: La Renaissance du livre, 1922.

- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steindel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JAMESON, Frederic. **A Cultura do Dinheiro: Ensaio sobre globalização**. Tradução Maria Helena Cevalco. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso Sobre a Servidão Voluntária**. e.Books-Brasil. 2006 (1549)
- MARX, Karl. **O Capital: o processo de produção**. (Vol. 1). Trad. Reginaldo Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Afrontamento, 1979. (Vol. 1)

CAPÍTULO 4

A reprodução do capital como fundamento da desigualdade socioespacial e sua inserção na vida cotidiana

Glória da Anunciação Alves
Isabel Aparecida P. Alvarez

A desigualdade social no capitalismo é, antes de mais nada, uma relação historicamente constituída e reproduzida no seio da divisão social do trabalho. Conforme Marx demonstrou (Marx:2013), toda violência do processo de acumulação primitiva resultou na formação e concentração de capital, na separação da imensa maioria dos produtores das condições e instrumentos de produção, para que posteriormente fossem reunidos em nova organização do processo produtivo e relações sociais de produção, sob a lógica da reprodução ampliada do capital, a partir da intensa produção de mercadorias.

A segmentação e especialização da produção ampliou-se com a revolução industrial, conformando-se a uma grande variedade de setores pelos quais o capital circula, se metamorfoseia e se reproduz, em níveis diferenciados de lucratividade. Ao mesmo tempo, no âmbito do trabalho, uma miríade de funções hierarquizadas executadas em cooperação foram fracionando a classe trabalhadora, gerando uma tensão entre a homogeneidade de classe (os não proprietários, os detentores da força de trabalho) e as cisões. O trabalho como substância da valorização do capital torna-se subordinado ao capital e, contraditoriamente, passa a ser negado por ele a cada aumento da composição orgânica, gerando uma contradição fundamental, que é o processo de valorização *pari passu* à desvalorização de parte do capital (o capital variável), expressa através da diminuição dos empregos no setor produtivo e da precarização estendida das condições de trabalho, queda dos rendimentos e retirada dos direitos dos trabalhadores. Essa relação é, portanto, determinante da desigualdade, que se expressa de manei-

ra diferenciada nos países centrais e periféricos e mesmo entre os setores produtivos. Mas ela fundamenta as demais relações sociais e, sobretudo, as formas de produção e distribuição da riqueza social.

Se a propriedade privada dos meios de produção é a essência do processo produtivo capitalista, a propriedade privada da terra, de dinheiro, de ouro, de títulos do mercado financeiro, se configura como capital em potencial e também compõem a riqueza socialmente produzida, que se concentra nas mãos de poucos. É exatamente essa forma de riqueza pautada em rendas relacionadas à movimentação do mercado financeiro que constitui o cerne da acumulação capitalista atualmente (Chesnais:1999;2013). Não cabe, no escopo deste breve capítulo, trazer à tona toda complexidade dos processos que, a partir da lógica da acumulação capitalista, engendram a concentração de riqueza nas suas mais diferentes formas: lucro, renda, patrimônio. O objetivo deste momento é desnaturalizar a existência da desigualdade no seio da sociedade capitalista. Enquanto um fundamento dessa sociedade é constantemente repostos por processos de expropriação e exploração, que são mascarados por mediações que dissimulam as raízes da sua existência. Assim ocorre, por exemplo, com os contratos de trabalho, que representam uma troca entre iguais (o detentor do capital e o detentor da força de trabalho), ocultando o fato de que apenas uma pequena parte do valor produzido é realmente pago ao trabalhador. Ou os projetos de intervenção urbana que são apresentados pelo Estado e pelos setores do mercado imobiliário e financeiro, como necessidade e desejo do conjunto da sociedade, quando em realidade favorecem as incorporadoras, construtoras e o mercado financeiro. Como veremos adiante, as representações do espaço nestes projetos revelam e, sobretudo, ocultam os processos e estratégias de valorização do espaço e de segregação, que são inerentes a esses projetos.

Chegamos então à relação entre desigualdade social e desigualdade espacial. Para além do entendimento da desigualdade espacial como simples reflexo da desigualdade social, consideramos que a produção do espaço no capitalismo é produtora de desigualdade, ou seja, a desigualdade espacial é produto e condição da reprodução capitalista, ainda que no senso comum tenha sido construída a representação que a desigualdade social é natural, sempre existiu e está vinculada à capacidade de trabalho individual, logo, não tem relação com o sistema de reprodução do capital e sim com a capa-

cidade nata de cada um, enquanto a desigualdade espacial seria produto da natureza, que apresenta uma distribuição diferenciada de seus atributos na superfície terrestre, o que determina as condições de ocupação, de exploração dos recursos, etc. Neste sentido, por exemplo, a existência de moradias precárias nos grandes centros urbanos, distantes do centro ou das centralidades, aparece como resultado da falta de planejamento do Estado, de um lado, e de falta de iniciativa e de esforço e trabalho árduo de outro. E a concentração de capitais, atividades e riqueza em certas porções da superfície terrestre também é naturalizada, pois resultaria da melhor distribuição e uso dos recursos, e/ou de avanço da tecnologia, compreendida autonomamente em relação às relações de produção e de dominação capitalista. Por isso, ao tratarmos da desigualdade do ponto de vista da produção do espaço, nos referiremos à desigualdade socioespacial, tendo em vista que seus conteúdos são sociais e historicamente construídos.

A desigualdade se manifesta na realidade, em diferentes escalas, mas necessita ser apreendida e compreendida para além de suas representações. No cotidiano, as muitas representações da desigualdade são incorporadas à vida e, como representações, são elaboradas para ocultar os processos que as criam e as aprofundam.

Mas o que entendemos por representação? Recorremos a Lefebvre (1983). Segundo ele, talvez tenha sido Hegel o filósofo que teria elaborado a teoria mais sutil sobre as representações, segundo a qual

...a representação é uma etapa, um nível, um momento do conhecimento. É preciso passar por ela, para sair dela, superando-a. A reflexão sempre pode voltar a cair nesse nível médio entre o sensível e a abstração verdadeira, conceito e ideia (Lefebvre, 1983:21).

Ou seja, as representações são um momento do conhecimento sobre a realidade, porém são sempre insuficientes para a compreensão da sua totalidade, pois não são frutos de um processo metódico capaz de produzir uma abstração a partir da percepção.

A compreensão das desigualdades para além desse paradigma tem sido um esforço de vários pensadores e pesquisadores, entre eles geógrafos, que buscam no materialismo dialético e nas formulações de Marx, caminhos para a superação da condição da representação nas análises.

No plano mundial, entre muitos autores que já discutiram a importância da reprodução da desigualdade para a reprodução do capital, destacamos Mandel (1982), por exemplo, que discute e aprofunda a proposição de Trotsky, para explicar o processo de desenvolvimento capitalista dos países periféricos, enfatizando não só as disparidades políticas, culturais e econômicas existentes entre os diversos Estados nações, mas também a necessidade de compreensão dos diferentes processos de desenvolvimento nacionais, nos quais não se pode esquecer as relações desiguais decorrentes dos processos de colonização e exploração.

Essa abordagem marxista é trabalhada também em Soja no livro “Geografias pós-modernas” (1993) e em Harvey “17 contradições e o fim do capitalismo” (2016), a partir do desenvolvimento geográfico desigual e combinado (com suas contradições). Soja (1993) procura, a partir dessa abordagem, explicar as relações em escala mundial, mas também a escala regional tomando como estudo de análise os EUA e algumas de suas regiões. Neste trabalho, o autor mostra como nos Estados Unidos esse desenvolvimento geográfico e desigual ocorre, a partir da análise do cinturão do gelo/ferrugem (ligado ao processo de desindustrialização americana) e o cinturão do sol (tomando o processo de desenvolvimento e crescimento da Alta Tecnologia/Sociedade da Informação) (Soja, 1983:195). Na Califórnia (que faz parte do cinturão do sol), aponta como a partir da análise da concentração de trabalhadores, uns ligados à indústria de ponta (softwares), em geral americanos (ou mesmo estrangeiros) com alto grau de instrução e outros ligados à indústria de confecções, em sua maioria imigrantes, muitos deles sem documentação, ou chamados de ilegais, em determinadas localidades nessa região, é possível entender alguns elementos constitutivos do processo de desenvolvimento geográfico e desigual.

Harvey (2016), ao discutir os “desenvolvimentos geográficos desiguais e produção do espaço”, chama a atenção da necessidade de os movimentos anticapitalistas entenderem esse processo, já que é esse desenvolvimento geográfico desigual que permite o desenvolvimento do processo capitalista, principalmente em momentos de crise e, particularmente, a partir da produção do espaço. Em suas palavras “... é meio crucial pelo qual o capital se reinventa periodicamente” (Harvey, 2016:140) e que, na atualidade tem na produção desigual do espaço sua aposta para continuidade do processo. Essa proposição de Harvey nos parece indicar um caminho bastante

frutífero para a compreensão da desigualdade a partir do conhecimento geográfico, entendendo-a não apenas como resultado, mas como condição da reprodução capitalista. Mais do que isso, se a produção do espaço é o meio pelo qual o capital se reinventa, é preciso considerar que essa produção se fundamenta na desigualdade. No momento atual, no qual os Estados nacionais passam por transformações significativas no que concerne à distribuição e execução de recursos para projetos que visam garantir direitos e políticas sociais, e o capital se reorganiza para produzir com base na superexploração do trabalho, a luta de classes se agudiza e a desigualdade se escancara no plano do cotidiano.

Mas Harvey (2016) também observa que a produção da desigualdade pode ser um caminho para a criação de novas formas de resistência. Ele propõe o entendimento desse processo (produção geográfica desigual) como forma de, contraditoriamente, inserção/resistência no processo de reprodução capitalista. Para ele os movimentos anticapitalistas deveriam

abandonar todas as ideias de igualdade regional e convergência em torno da harmonia socialista. Essas teorias são receitas para uma monotonia global inaceitável e inatingível. Os movimentos anticapitalistas devem liberar e coordenar sua própria dinâmica de diferença, para reinventar e explorar alternativas regionais criativas ao capital. A estrutura do desenvolvimento geográfico desigual deu origem a diferentes movimentos e resistências desde Estocolmo e Cairo até São Paulo, Xangai, Paris e Londres. Esses movimentos constituem um mosaico de sementeiras, vagamente interconectadas, em que podem semear as transformações de capitalista rumo a um futuro anticapitalista. (Harvey, 2016:152).

Chamamos a atenção dessa proposição teórica marxista - desenvolvimento desigual e combinado - ou, na visão de Soja e Harvey, - Desenvolvimento geográfico desigual e combinado pois, na lógica formal, quando se analisa a desigualdade a partir da categoria trabalho, se reduz essa desigualdade à representação do não trabalho e, no caso da desigualdade de capitais e atividades econômicas, a representação passa pela disponibilidade natural de recursos e pela suposta capacidade dos lugares de competir pelos investimentos públicos e privados, como se os lugares, eles próprios, fossem sujeitos dos deslocamentos de capitais. Outras análises, quase que

deterministas no sentido mais banal, tomam as condições naturais existentes como elementos centrais e, a partir daí, o não desenvolvimento é atribuído às condições naturais desfavoráveis, como existência de áreas áridas ou desérticas, vide a representação, por exemplo, que durante muito tempo se teve (e ainda é reproduzida) do não desenvolvimento/atraso da região nordeste do Brasil, atribuindo a isso as condições derivadas da seca, e não ao processo de reprodução capitalista, em que o desenvolvimento desigual e combinado pode explicar melhor a situação, como visto no clássico “Elegia para uma re(li)gião” de Francisco de Oliveira (1987) .

Em se tratando da representação do trabalho e do esforço individual como fundamento das desigualdades, quem já não ouviu essa expressão: “Vai trabalhar, vagabundo!”? Ou então a fábula da cigarra e da formiga? Ou “Deus ajuda a quem cedo madruga”? Ou ainda imagens com palmeiras tropicais em que aparecem moradores locais em redes tocando violando, ou seja, descansando, não trabalhando? Todas essas frases/fábulas/imagens fazem parte das representações sobre a meritocracia do trabalho, que explicaria por que uns, em nossa sociedade capitalista, conseguem se diferenciar dos outros, permitindo acesso aos bens de consumo, infraestruturas e condições básicas de vida (moradia, alimentação, saúde, mobilidade, lazer); e outros, os que aparentemente não trabalham, ficam renegados à pobreza. Pela meritocracia do trabalho justificam-se as desigualdades sociais e espaciais com o uso da lógica formal: a quem trabalha, os louros sociais; aos que não trabalham, a miséria. Desta maneira, naturaliza-se a pobreza como resultado da não vontade/do pouco trabalho e esforço, culpabilizando os sujeitos pela situação de miserabilidade em que vivem. O que não se questiona é que a desigualdade faz parte do processo de reprodução capitalista. Como já afirmamos acima, ela é um de seus fundamentos e está presente no cotidiano, a partir da articulação de diversas escalas geográficas.

1. A produção do espaço urbano, as desigualdades e as representações

Entender como as representações e ideologias possibilitam a manutenção do sistema capitalista, disseminando no cotidiano que as desigualdades são fruto do não trabalho das pessoas e também, em algumas situações, resul-

tado de condições naturais que impossibilitam o desenvolvimento econômico, nos permite entender a construção que se faz dos espaços urbanos nas grandes cidades, ocultando os processos de desigualdades existentes e criando representações que culpabilizam determinadas populações pelas mazelas que enfrentam no espaço urbano.

Uma expressão clara da desigualdade no urbano é a relação centro - centralidade e periferia. Conforme já salientamos em outros trabalhos (Alves:2018), o centro era a expressão da vida cidadã, enquanto a periferia era o local da reprodução da vida, da sobrevivência, da luta cotidiana pelo acesso aos bens públicos que eram escassos nesses espaços, mas concentrados no centro e nas centralidades existentes na cidade.

A produção do espaço urbano capitalista tem como conteúdo a produção das desigualdades expressas na constituição do par dialético centro-periferia. A produção do espaço como mercadoria se insere no movimento de constituição do mercado fundiário e imobiliário e na reiteração da propriedade privada como elemento constitutivo do processo. De tal sorte, ela implica o envolvimento direto de um segmento econômico (proprietários fundiários, incorporadoras, construtoras, investidores financeiros) na obtenção de lucros e rendas derivadas. Ao mesmo tempo, é uma produção normatizada e planejada pelo Estado, que orienta e abre caminhos aos investidores. Como assinalou Lefebvre (2016), a produção do espaço foi mobilizada no capitalismo, especialmente a partir do século XX, como um setor fundamental da economia (a partir do imobiliário), para os quais se deslocam capitais em busca de maior lucratividade. Mas, além do potencial de valorização, a produção do espaço também comporta a especulação e os ganhos derivados das rendas (Lefebvre:2016; Alvarez:2018). Neste sentido, sua produção está voltada, antes de mais nada, para a acumulação e não para garantir a reprodução da vida com dignidade e/ou o direito universal à centralidade. Nos países centrais, nos quais os ganhos derivados do trabalho são maiores e o Estado teve como uma de suas funcionalidades principais a produção de políticas sociais e de direitos, a desigualdade não é tão aparente. Mas num país dependente como o Brasil, as cidades são marcadas por profundas desigualdades espaciais, revelando um processo intenso de segregação socioespacial, marcado pelo racismo estrutural (Almeida:2018) desde tempos coloniais. Desse modo, nossas periferias não são fruto da espontaneidade, nem naturais, foram produzidas *pari passu* às centralidades econômicas e de poder.

Então, quais representações são as mais presentes na sociedade quando se fala em periferias? Em geral associa-se apenas às noções de pobreza, precariedade e violência e foram construídas, com mais força, ao longo dos cinquenta últimos anos. A noção de periferia, inicialmente como lugar de reprodução da força de trabalho, marcada pela precariedade das moradias, inexistência de serviços públicos, começou a ser utilizada para indicar a oposição ao que seria o centro. O reconhecimento dessa precariedade pela produção acadêmica levou aos movimentos sociais urbanos uma perspectiva de identidade. Contraditoriamente, a construção acadêmica do conceito de periferia, e suas representações, de um lado, possibilitou um instrumental de luta e, de outro, para a dominação.

Enquanto um instrumental para a luta e resistência, a incorporação das noções de periferia no cotidiano dos moradores que a vivem em parte ocorreu a partir do contato com pesquisadores da universidade, com os movimentos eclesiais de base e de sindicatos durante os anos 1970/1980 (séc. XX), em que na luta por melhorias buscava-se entender os fundamentos do processo de exploração e espoliação urbana (Kowarick:2009). Com maior consciência desse processo que se fundamentava na desigualdade urbana, as associações de bairros, em seus embates com o Estado, conseguiram importantes vitórias e melhorias no cotidiano do espaço urbano em que viviam.

Por outro lado, na mídia de modo geral, a difusão apenas das representações de precariedade, escassez e criminalidade que pouco destaca a luta para a transformação social e os processos que levaram a sua constituição, servindo para naturalizar a desigualdade apenas como um dado da realidade. Vale lembrar que na construção do conceito, academicamente exposto, a ideia de precariedade esteve também presente. Mas ela possuía um sentido claro, de produção de argumentos para explicar a existência das periferias nas cidades.

Nesse sentido, será que as periferias das grandes cidades, em especial, os espaços onde se concentram as populações de baixo ou nenhum poder aquisitivo, que veem nos espaços periféricos a possibilidade do morar, ainda que de modo precário, com dificuldades ao acesso às riquezas socialmente produzidas como: infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica), equipamentos de saúde, de educação, de lazer, de locomoção, poderiam também ser entendidas a partir dessa dimensão do espaço, ou seja,

enquanto representação do espaço? Talvez num primeiro momento fôssemos inclinados a dizer que não, afinal aparentemente não foram espaços planejados, muitos até diriam que são espaços sem a presença o Estado.

Entretanto, ainda que de modo perverso, essas áreas periféricas se constituíram como espaços que concentrariam a classe trabalhadora, que necessitava de moradia inclusive para se reproduzir como classe. Tratava-se de tentar prover uma necessidade básica da existência. É importante lembrar que mesmo nos anos 1970, quando do *boom* da industrialização no sudeste brasileiro, a remuneração dos trabalhadores era bem menor do que a produtividade alcançada, revelando uma superexploração do trabalho, conforme asseverou Oliveira (2003) e que uma grande parcela dos trabalhadores não encontrava sequer empregos formais. Deste modo, grande parte da classe trabalhadora, especialmente os de baixa qualificação, estava inserida no sistema de modo precário (Martins, 2008) e só conseguia viver em locais distantes do centro e desprovidos de infraestrutura e serviços, mas conformando aqueles espaços como o que Tello Robira (2005) chamou de territórios de reserva, ou seja, em sua visão, espaços que num determinado momento, aparentemente, não seriam alvo de investimentos públicos ou privados, mas que poderiam estar à disposição para produção e transformação em um outro momento, por isso a noção de reserva.

Tomando Lefebvre (1983) como referência, a aparente ausência do Estado era, dialeticamente, sua presença dada a partir de opções políticas feitas pelo Estado em privilegiar com investimentos áreas específicas dos municípios, com a criação de novas centralidades, ou mesmo regiões do país (se mudamos de escala) em detrimento de outras, cujos acessos aos bens e serviços, em especial nas cidades, eram conquistados a partir da luta social. Um exemplo em São Paulo foi a construção de conjuntos habitacionais da COHAB (anos 1970 e 1980) em locais bem distantes do centro histórico e de outras centralidades e, portanto, ainda que possibilitasse acesso à moradia aos trabalhadores, mantinha-os na privação ao direito à cidade, na medida em que continuavam sem acesso ou com acesso muito limitado aos bens e serviços públicos como saúde, educação, lazer e mobilidade urbana, que são produzidos coletivamente, mas apropriados privadamente.

A maior parte das moradias periféricas era resultado do trabalho familiar, construída nos tempos livres, ao que foi compreendido como au-

toconstrução, realizada nos loteamentos irregulares e ilegais¹. Como seu acabamento levava muito tempo, a paisagem da periferia reportava ares de não acabada, em eterna construção, com tijolos aparentes e falta de reboco, dando até uma certa homogeneidade na paisagem onde o avermelhado das ruas não asfaltadas e dos “tijolos baianos” das construções eram uma marca. Ao longo de sua história de lutas, os movimentos sociais nesses bairros conseguiam algumas conquistas, como a implantação de infraestruturas urbanas. Para muitos moradores a mudança de cor da paisagem, do avermelhado das ruas para o cinza era visto como uma grande vitória, pois significa muitas vezes a chegada de asfalto às ruas (bem como iluminação, água tratada e às vezes esgoto) e o mínimo de acabamento com reboco das casas.

A representação que se tem desses espaços periféricos (e também das favelas), em especial na mídia e mesmo em parte da produção acadêmica, continua reforçando a ideia de precariedade e a criminalidade. Esses elementos estão presentes sim, mas ao reforçar apenas essas representações, homogeneízam-se os espaços e situações, bem como se reforça ideias preconceituosas sobre seus moradores, criminalizando-os e justificando ações de violências (extermínio, comandos e batidas policiais) nas quais os moradores são rotulados como bandidos, desocupados, drogados.

Na representação desses espaços estão presentes elementos constitutivos do processo de produção do espaço, mas não todos: são selecionados alguns que possibilitam e justificam o controle e domínio sobre esse espaço em geral a partir de ações de repressão policial. Nesse sentido, pode-se entender as periferias também a partir da dimensão da representação do espaço.

Além das periferias das grandes cidades, outra solução à habitação para a classe trabalhadora foi a produção de favelas, que também revela a desigualdade e a segregação socioespacial. Se até anos 1980 sua produção se realizava próximo e/ou nas centralidades das grandes cidades, em sua maioria em espaços públicos, temos que desde as décadas finais do século XX as favelas também são produzidas nas áreas periféricas. No caso de São Paulo, apenas a Favela do Moinho resiste ainda em área central. As demais

1 Ver, por exemplo, o texto já clássico de Ermínia Maricato. *Autoconstrução, a arquitetura do possível* (1982)

foram removidas em diferentes momentos, por diferentes políticas estatais. Entre as mais recentes, a Lei das Operações Interligadas, que ficou mais conhecida como Lei do Desfavelamento².

Desse modo, observamos que a lógica de fragmentação e hierarquização dos espaços se faz presente de modo generalizado em nossa sociedade, produzindo cisões entre a classe trabalhadora, produzindo representações que a hierarquizam a partir do lugar de morar, no caso entre os que compraram lotes (legalizados ou não) e aí construíram suas moradias e/ou que habitam os conjuntos habitacionais e os que moram em favelas (ou comunidades).

Aqui novamente remetemo-nos a Lefebvre (2013:58), quando ele analisa a tríade presente no processo de produção espacial na modernidade: homogeneização/ fragmentação/ hierarquização. Produção do espaço homogêneo pelo processo de produção que, dialeticamente, se fragmenta em lotes, parcelas, pedaços e que, por sua vez, são hierarquizados, no caso das favelas, como espaços marginais, por exemplo. Segundo o Lefebvre (2013:58)

Uma curiosa lógica desse espaço o vincula ilusoriamente à informatização. Oculta sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. Além disso, parece que esta lei ou esquema do espaço com sua lógica de homogeneidade/fragmentação /hierarquização tomou um alcance maior e uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber e na cultura, no funcionamento de toda sociedade.

2. Desigualdade socioespacial, conflitos e lutas pelo espaço

Do mesmo modo em que há lutas na produção das periferias a partir dos loteamentos clandestinos e ou irregulares, também conflitos e lutas por me-

2 Lei Municipal 10.209/86, alterada posteriormente pela Lei 11.773/95. Em linhas gerais, previa uma permuta entre o poder público e agentes privados para retirada de favelas, permitindo mudanças no zoneamento, no coeficiente de aproveitamento dos terrenos, desde que o empreendedor privado se comprometesse a construir unidades de HIS. Serviu para que incorporadores e construtoras conseguissem ter acesso e construir em áreas valorizadas de São Paulo, mas que estavam ocupadas por favelas. Como se tratava de negociações pontuais, e sem a participação sequer da Câmara Municipal de São Paulo, além da remoção de inúmeras famílias, houve inúmeras denúncias de corrupção no processo que resultaram na abertura de CPI na Câmara Municipal de São Paulo e numa ação de inconstitucionalidade do Ministério Público, que foi acatada 2000.

lhorias ocorrem na produção das favelas. No caso paulista, um dos movimentos organizados, como o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), busca, nas políticas urbanas existentes de urbanização de favelas, interferir no processo de modo a conseguir também pensar sobre as formas morfológicas da favela de modo a impedir as remoções de parte das moradias (que a municipalidade rotula de barracos) e que, segundo os órgãos oficiais, são necessárias para poder realizar a urbanização das mesmas. Segundo a tese de Fabiana Ribeiro (2012), esse movimento tentava

...desconstruir a representação do espaço de favela como aquela na qual se reúnem bandidos e vagabundos e lutavam para mostrar que o processo de espoliação e exploração produzia a favela. Juntamente a isso está a defesa da posse coletiva da terra ao considerá-la como um bem coletivo e não individual. Portanto, as concepções elaboradas a partir da prática socioespacial de luta pelo espaço, pela via da luta pela moradia, estiveram baseadas na concessão coletiva e nas melhorias infraestruturais das morfologias produzidas (Ribeiro, 2012:191).

A urbanização das favelas é um desejo de seus moradores, no sentido de garantir as mínimas condições de moradia digna com acesso a água tratada, esgoto, energia elétrica nas casas e nas ruas, pavimentação, coleta de lixo, entrega de correspondências, entre outras demandas.

A questão que se coloca é que a necessidade e luta por melhorias sociais tem se transformado em mote para grandes negócios de empresas (Volochnko, 2012), principalmente do ramo da construção civil. No caso da urbanização de favelas, que faz parte de política pública elaborada por planejadores e urbanistas, ainda que essa política só exista devido à luta e demanda de movimentos sociais, em geral estes (os movimentos sociais) não participam da elaboração do projeto, afinal, na dimensão da produção do espaço concebido, são entendidos como destituídos de conhecimentos técnicos e, sobre essa ótica, não precisam ser ouvidos. Por isso a tentativa de parcela dos movimentos existentes em favelas de buscar participar do processo, trazendo para a discussão a dimensão dos espaços de representação, ou seja, de como vivem e compreendem seus espaços.

Vários trabalhos mostram (RIBEIRO, 2012; SILVA, 2006) que o resultado desse processo de urbanização de favelas em geral implica, de um lado,

na melhoria das condições de habitabilidade e, por outro, na remoção de parte das habitações existentes, afinal os projetos se pautam no que se reconhece como a cidade formal e, nesse sentido, o tamanho das ruas, por exemplo, tende a ser padronizado, com a alegação de que se isso não ocorrer não poderá haver coleta de lixo, ou implementação de alguma infraestrutura e assim, parte dos moradores tem de ser retirada. Além disso, torna-se um grande negócio para empresas que, ao ganhar as concorrências, têm o grande cliente que é o Estado.

Deste modo, principalmente em projetos nos quais a participação das comunidades é praticamente nula, criam-se fraturas no corpo social das mesmas, sob a justificativa de que normas técnicas devem ser seguidas. Como resultado, uns têm que ser sacrificados/ removidos para que outros possam usufruir das benesses.

No processo, há quebra das relações sociais nesses espaços transformados, neste caso, pela ação de uma política pública. Segundo Lefebvre (2013)

A reprodução das relações de produção funciona plenamente e pela quebra dos vínculos sociais, até o ponto que o espaço simbólico da familiaridade (família e vida cotidiana), o único espaço “apropriado”, prevalece. Isto não é possível se não por uma referência perpétua das representações do espaço (os planos e os mapas, os transportes e comunicações, as informações mediante imagens ou por signos) ao espaço de representação (a natureza, a fecundidade) em uma prática cotidiana familiar. A remissão de um ao outro, a oscilação, desempenha um papel ideológico, substituindo qualquer ideologia distintiva. O espaço é aprisionado, tanto mais quando escapa à consciência imediata. Talvez por isso a passividade dos “usuários”. Somente uma pequena elite distingue a armadilha e evita cair nela. O caráter elitista dos movimentos opositores e das críticas sociais pode compreender esse sentido. Entretanto, o controle social do espaço pesa fortemente sobre os usuários que não recusam a familiaridade do cotidiano (Lefebvre, 2013:274).

Mas, como assinalamos, na maior parte das vezes, as remoções não ocorrem sequer em função dos processos de urbanização e sim por meio de projetos de intervenção e reestruturação urbana que são desenhados e elaborados, considerando apenas ao nível da formalidade, a existência de

inúmeras famílias moradoras desses locais, sejam favelas, cortiços, ocupações. Além do exemplo da Lei do Desfavelamento citado acima, podemos relacionar o projeto Nova Luz que não chegou a ser executado³, mas que no seu percurso inicial de elaboração da proposta síntese, previa a transformação de 45 quarteirões próximos à Estação da Luz em São Paulo. Como já assinalamos (Alvarez:2015), a proposta era claramente gentrificadora e, nesse caso específico, as imagens criadas para representar as transformações previstas do espaço pelo projeto eram reveladoras desse processo, ao mostrarem ruas transformadas em calçadas, com paisagismo, cafés, livrarias, cinema, substituindo uma paisagem real de rua estreita, repleta de pequenos comércios e bares populares, além de vendedores ambulantes.

Assim, a dimensão do espaço de representação, vivido cotidianamente pelos moradores, é invadida pela dimensão das representações do espaço contida nos projetos de urbanização propostos pelo Estado, desta forma cindem-se às relações existentes e ganham força e novas noções ligadas à ordem, à existência de novas atividades comerciais e de serviços, ou novas formas de habitar e viver.

Como assinalou Lefebvre (2013), as representações do espaço seriam:

...o espaço concebido, o espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais e até certo tipo de artistas próximos à cientificidade, todos os quais identificam o vivido e o percebido com o concebido...É o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção) (Lefebvre, 2013:97).

Deste modo, as representações do espaço compõem o conjunto das opressões que recaem sobre os moradores que são removidos para a realização de projetos, sejam de urbanização de favelas ou de reestruturação urbana, a partir da dimensão da representação do espaço, reforça-se a ideologia de que a racionalidade técnica dos planos de combate à desi-

3 Formalmente ele não foi executado pois foi paralisado por decisão judicial tomada a partir de ação popular que mostrou o não cumprimento do requisito da participação popular nas decisões sobre o projeto. Entretanto houve a demolição de muitos quarteirões, fazendo com que muitos cortiços fossem demolidos e seus moradores tivessem que procurar outros lugares para morar.

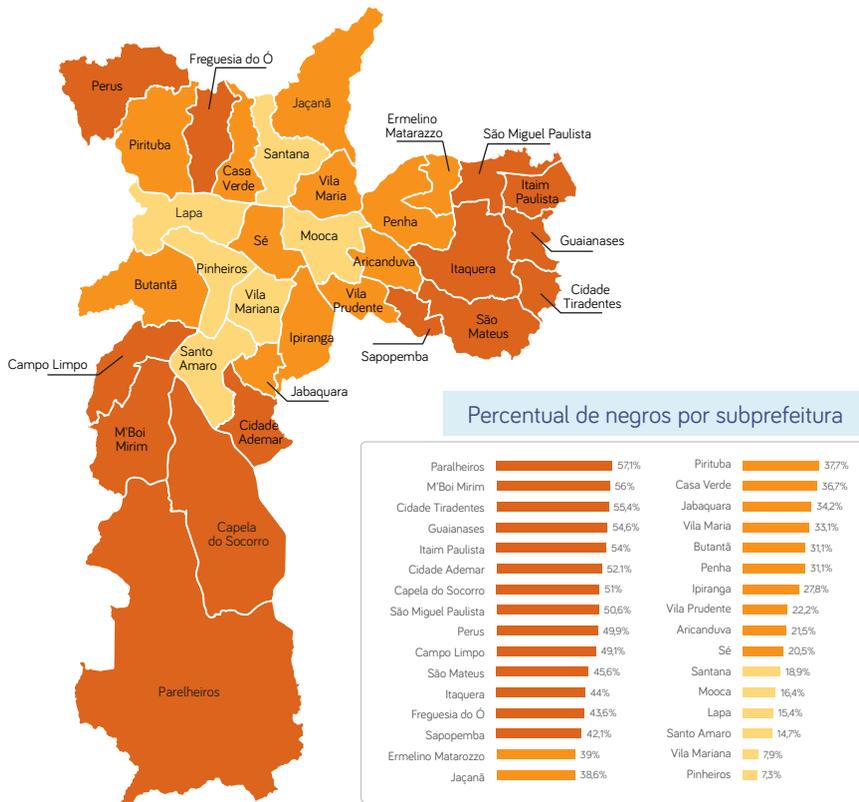
gualdade natural e inevitável em nossa sociedade. Ao ser naturalizada, oculta-se que a desigualdade é um fundamento do capitalismo, já que é pautada na exploração de classes e que estes projetos, em geral só a reforçam.

A favela, bem como os loteamentos irregulares periféricos voltados às populações com baixo poder aquisitivo, é fruto do processo de espoliação e exploração urbana. A produção desses espaços, entendidos como condição, meio e produto, segundo Ana Fani Carlos (2017), é pautada na desigualdade socioespacial existente em que se aprofundam as distâncias socioespaciais entre os que detêm os meios de produção e de capital, e os que sofrem a miserabilidade, sendo ainda culpabilizados pela situação, postos no senso comum como vagabundos, aqueles que não quiseram trabalhar, estudar, enfim, se esforçar para “subir na vida”. No caso do Brasil, a colonização, marcada pela escravidão da população negra, moldou profundamente a formação das classes sociais e a sua condição de acesso a direitos, trabalho formal, e tudo o mais que pudesse indicar condições objetivas de mobilidade social. Ou seja, é preciso reconhecer que a racialização atravessa a condição de classe e tal processo se evidencia na produção do espaço urbano e nas representações desse espaço.

No capitalismo, parte-se da divulgação da ideia de que todos são iguais e, que, portanto, os que conseguem se destacar, alcançando postos de comando, riqueza e poder, o fazem a partir de seus esforços, de seu trabalho, ao menos ideologicamente são essas as representações que foram construídas e incorporadas na sociedade. Assim, se oculta que em nossa sociedade, ao contrário do que foi construído ideologicamente, não há nenhum tipo de igualdade por princípio.

No caso brasileiro, é essencial lembrar que nossa colonização pautada na escravidão e domínio, primeiro das múltiplas etnias indígenas aqui e, na sequência, da população trazida forçadamente do continente africano, fundamenta o processo de desenvolvimento pautado na desigualdade, que se aprofunda ainda mais na atualidade com o avanço das políticas neoliberais.

Mapa da Concentração da População Negra na Cidade de São Paulo



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

*A palavra negra inclui pretos e pardos.

Fonte: São Paulo (cidade). Igualdade racial em São Paulo: avanços e desafios, São Paulo: SMPIR, s/d, link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf acesso em setembro de 2021.

Quando observamos o mapa de Concentração da População Negra no município de São Paulo, constatamos a concentração de população negra nos distritos periféricos da cidade. Em Parelheiros, extremo sul da cidade, cerca de 57% da população se autodeclara negra, e índices em torno de 50% (um pouco acima ou abaixo) são encontrados em São Miguel Paulista, M'Boi Mirim, Guaianazes, Cidade Ademar, Itaim Paulista, Perus, Itaquera, apenas para citar parte, os mesmos que são representativos da expansão urbana e produção do espaço periférico, ocorrida principalmente a partir dos anos 1970, quando do crescimento da produção industrial em sentido am-

plo (construções infraestruturais - pontes/avenidas/sistema metroviário -, construção civil, indústrias de bens de consumo duráveis e não duráveis, de bens de produção) e a necessidade de muita mão de obra para a realização dessas atividades, o que exigiu intensa migração de trabalhadores: muitos vindos do Nordeste e Norte, mas muitos provenientes do interior paulista por causa do êxodo rural. Em contrapartida, em distritos com maior renda per capita como Pinheiros e Vila Mariana, a percentagem é respectivamente (7,5 e 7,9%) da população que se autodeclara negra.

Se nas representações que buscam ocultar os processos que levam à desigualdade ressalta-se o não esforço, a não vontade de trabalhar, como explicação simples, mas bem divulgada, temos que voltar nos indícios dessa construção da representação. Ela ocorreu durante todo o período escravocrata no Brasil e, a partir da Lei de Terras de 1850, em que, como aponta Martins (1996), a terra torna-se cativa enquanto se anuncia o trabalho livre. A construção da ideia do negro enquanto preguiçoso, não afeito ao trabalho se dá durante toda a escravatura, o que justificava inclusive os maus-tratos e castigos, e é reforçada, nas palavras de Martins (1996:60), em situações já quando do negro liberto, após a formalização da libertação dos escravos:

Quando o negro, libertado, fazia valer a sua liberdade, era acoimado de vagabundo, porque, para o branco, querer de negro era querer de sujeição, embora para o negro fosse afirmação e consciência da liberdade.

Se para os imigrantes era construída a representação do trabalho enquanto possibilidade para ser proprietário da terra, de modo a integrá-lo na produção do café, para os negros libertos essa possibilidade quase não existia. A eles o trabalho mal qualificado e pior remunerado era o que se apresentava como possibilidade e, quando de sua negativa, insatisfação ou luta por melhores condições, o rótulo de quem não quer trabalhar era reforçado.

Essa regressão temporal é necessária para entender como estruturalmente se constrói a representação do negro pobre como responsável por sua própria situação de miserabilidade e precariedade. No entanto, essa representação oculta a existência de uma desigualdade econômica e de uma gestão política destinada a reproduzir essa condição. Destituída de recursos, impossibilitada a uma educação que permitisse melhorias sociais, a população negra e descapitalizada, ainda que trabalhadora, mas com salários ínfimos, é renegada a

buscar sobrevivência em sentido amplo: ela que tem que construir sua moradia em espaços considerados precários pela inexistência ou pouca presença de equipamentos de educação, saúde, infraestrutura urbana e de transportes; esses espaços, em particular na metrópole paulista, foram as periferias que eram a possibilidade para a produção do espaço da vida.

Se, apesar das dificuldades até anos 1990 (século XX), as localidades periféricas ainda eram uma possibilidade de realização da vida (mesmo com todas as precariedades e dificuldades), ao longo do séc. XXI esses espaços, que antes podiam ser chamados de reservas (Tello Robira, 2005) do capitalismo, hoje estão na lógica da reprodução e, por isso mesmo, são espaços de conflitos e, ideologicamente, se reforça a necessidade da ação do Estado, a partir do uso da força, nas periferias, favelas ou centralidades ocupadas pela população, em sua maioria negra e pobre, representada como perigosa, drogada, violenta, desocupada.

Assim, busca-se promover uma higienização étnica e social, liberando espaços para a reprodução do capital a partir da reprodução do espaço, justificando as ações de retiradas, remoções, prisões e mortes, com um discurso que promete a transformação do espaço a partir de operações urbanas consorciadas e/ou criação de infraestruturas para toda a sociedade (como desapropriações para chegada do metrô/ criação de piscinões -controle de inundações, entre outras). Ao mesmo tempo, são reforçados os processos de desigualdade socioespacial que, contraditoriamente, são ocultados midiaticamente a partir da culpabilização dessa população por sua sina.

Assim, podemos dizer que as representações são parte integrante da produção da desigualdade, porque elas se realizam como relações de produção e de dominação. No caso da produção do espaço, os planos e projetos de intervenção urbanística revelam, de modo geral, um descolamento em relação ao plano do vivido, aos desejos e necessidades concretas dos sujeitos envolvidos na sua execução, de modo que parecem apenas indicar a substituição de formas quando, em realidade, indicam a substituição de conteúdos e usos sociais, com forte conteúdo de classe e racial. Já a meritocracia do trabalho como representação esfumaça as determinações do capital e das políticas de Estado na produção e reprodução da desigualdade, na superexploração do trabalho. Desse modo, as lutas sociais são ao mesmo tempo, contra as condições reais e concretas da desigualdade e contra as representações que as sustentam.

Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. Col. Feminismos plurais. 1ª ed. São Paulo. Ed. Jandaíra, 2019.
- ALVAREZ, I. P. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p.494-505, dez. 2019.
- ALVES, G. A. As centralidades periféricas: da segregação socioespacial a direito à cidade in CARLOS, A. F. A; SIMONI SANTOS, C.; ALVAREZ, I.A.P (org.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**, São Paulo: Contexto, 2018, p.109-124.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço tempo da vida cotidiana na metrópole**, São Paulo: FFLCH, 2017, disponível em
- CHESNAIS, F. **A mundialização financeira**, São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. As raízes da crise econômica mundial. In: **Revista Em Pauta**. Fac.de Serviço Social da UERJ, n.31, vol.11, p.21-37, Rio de Janeiro, 2013
- HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**, São Paulo: Boitempo, 2016.
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**, 2 ed., São Paulo: ed. 34, 2009.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal , lógica dialética**, 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones, Mexico: Fondo de cultura económica, 1983.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**, Madrid: Capitán Swing, 2013 .
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. 2ª ed. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2016.
- MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**, São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.25-47.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**, 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, K. **O Capital**. Volume 1. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RIBEIRO , Fabiana Valdoski. **A luta pelo e espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo**,

- São Paulo: FFLCH, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26032013-122231/pt-br.php>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Igualdade Racial em São Paulo: avanços e desafios**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf Acesso em: 21 ago. 2023.
- SÃO PAULO (ESTADO). **Empreendedorismo- Plano Estadual de Educação Empreendedora Material de Apoio ao Currículo da Educação Básica**. Secretaria de Educação, S/d. Disponível em: 1275.pdf (educacao.sp.gov.br) Acesso em: 21 ago. 2023.
- SILVA, F. E. **Favela, que negócio é este? Um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e de sua reprodução crítica**. (dissertação de mestrado), São Paulo: FFLCH, 2006.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas**, Rio de Janeiro: Zahar ed., 1993.
- TELLO ROBIRA, R. Áreas metropolitanas, espaços colonizados in CARLOS, A.F.A. e CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização**, São Paulo: Ed. Contexto, 2005, 9-20
- VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**, Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH, 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10082012-183616/pt-br.php> Acesso em: 21 ago. 2023.

CAPÍTULO 5

A (in)constância da ideologia no discurso geográfico escolar

Rogata Soares Del Gaudio

Por que eu tento entender e estudar a relação entre as ideologias e a geografia? Porque considero que, ao longo do tempo, essa temática foi bastante secundarizada na discussão geográfica¹. Além disso, entendo que ao não problematizar as possibilidades conceituais em torno da ideologia no campo das ciências sociais, os/as geógrafos(as) tendem a se apropriar desse conceito somente como “falsa consciência”, “véu”, uma espécie de “encobrimento da realidade”, obliterando seu potencial como construtora, e simultaneamente, derivada dessa mesma realidade. E a “esquecer” de situar a produção geográfica como construtora e (re)produtora de ideologias asentadas, seja na (re)produção do espaço, dos territórios, das paisagens ou dos lugares e dos S(s)ujeitos².

No meu entendimento, a ideologia é tão importante na conformação dos espaços, territórios, paisagens e lugares quanto as dimensões econômicas, políticas e sociais, pois, por meio da ideologia, se realizam processos

1 O presente texto corresponde a um recorte da minha pesquisa de pós-doutoramento realizada na Universidade de São Paulo, entre 2020 e 2021, sob a supervisão do Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, com a colaboração do Prof. Dr. João Carlos Garcia (Universidade do Porto/Portugal).

2 O termo S(s)ujeito se refere a uma interpretação pessoal daquilo que o sociólogo sueco Göran Therborn (1991) analisa em relação à constituição dos sujeitos por meio da interpelação feita cotidianamente aos seres humanos a partir das ideologias. Ao refletir acerca das ideologias na sua interface entre o material e o subjetivo, Therborn afirma que todos somos sujeitos simultaneamente submetidos e qualificados. Submetidos ao “poder do príncipe”; às condições materiais; qualificados tanto para manter a ordem existente quanto para modificá-la. Por concordar com essa reflexão, entendendo que simultaneamente nos submetemos a uma determinada ordem e a ela nos contrapomos ou reforçamos, uso essa analogia na escrita na palavra “sujeito” com dois esses.

de interpelação³ que se somam às demais, contribuindo para que cada S(s)ujeito compreenda o mundo em grau diverso (Therborn, 1991). Posso citar como um exemplo marcante desse processo a reiteração da ideia da “Amazônia como um vazio demográfico”, perspectiva extremamente “útil e cara” ao Estado ao longo da ditadura militar (1964-1985), que serviu, de um lado, para justificar projetos para aquela região - como a rodovia Transamazônica e os planos de “colonização” para “conceder aos homens sem-terra do Nordeste, acesso às terras sem homens da Amazônia⁴”. Simultaneamente, esse discurso a respeito da Amazônia foi (e ainda é) extremamente útil para “apagar” da história e do espaço os povos e comunidades que ali viviam (e vivem). A questão que se coloca é o quanto essa ideia reverberou, por exemplo, nos livros didáticos de geografia em circulação naquele momento, e que ajudou a consolidar a concepção da Amazônica como vazio⁵. Quantos milhares de estudantes, pais e professores literalmente “professaram” essa ideia e reforçaram o “apagamento” de outros milhares de povos e comunidades que ali viviam e vivem? Quais efeitos desse processo podem ser percebidos ainda hoje em relação às nossas concepções em torno da Amazônia? Como ignorar a contribuição do discurso geográfico em sua relação com “o poder da ideologia e a ideologia do poder” (Therborn, 1991)?

Cabe averiguar, portanto, a importância da ideologia no processo de constituição dos S(s)ujeitos, que tanto atuam quanto compreendem o mundo, os espaços, territórios, lugares e a história em graus variados.

3 A interpelação pode ser entendida, no senso comum, como um chamamento. Mas é, também, “uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento.” (Pêcheux, 1996, p.149).

4 Silenciando ainda que grande parte das concessões de terras na região foram “outorgadas” ao latifúndio, não necessariamente aos “sem-terra”. Outro exemplo claro dessa dimensão foi a Fordlândia, que, inclusive, antecede em décadas o projeto militar, mas não as práticas e relações entre capital, terra e pessoas na região.

5 Aqui é preciso certo cuidado. Apesar de essas concepções terem sido levadas a cabo pelos projetos militares, sua historicidade antecede sua assunção ao poder. Elas representam certo conjunto de perspectivas de parte da *intelligentsia* brasileira, preocupada, pelo menos desde o final do século XIX com a questão da “unidade territorial do Brasil”, com os projetos de “integração territorial”, com a “modernização, o progresso e a civilização”. Assim, buscar compreender o discurso geográfico alude em situá-lo frente ao pensamento social de cada época; implica em verificar os contextos em que foram produzidos e em que circularam, bem como avaliar os intelectuais que os (re)produziram e reverberaram.

A intenção desse texto é, desse modo, problematizar aspectos relacionados à relação entre Ideologia(s) e Geografia(s) tomando como referência o discurso geográfico escolar, exemplificado a partir de sua construção entre as décadas de 1930 e 1940 no Brasil a partir do exame de três obras didáticas, publicadas entre o final da década de 1920 e meados da década de 1940. Sei que três livros didáticos compreendem uma “amostra muito pequena” de tudo que foi produzido. Por isso, as análises que faço não podem ser “generalizáveis”. Porém, não busco “leis, nem generalizações”. A partir da análise de três obras didáticas de geografia, procuro apreender algumas perspectivas do discurso geográfico escolar em circulação no contexto brasileiro do período varguista - que, entre muitos outros aspectos, foi marcado pela criação dos primeiros cursos superiores de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do próprio Ministério da Educação e Saúde Pública - e pela efetiva organicidade do sistema educacional em escala nacional.

Assim, os livros foram produzidos em um contexto em que ocorreu a institucionalização da geografia no Brasil e que foi demarcado por alguns processos que modificaram profundamente a economia, a política e a estruturação do território brasileiro. Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância da década de 1920 no sentido de proposições relacionadas ao valor da educação e, em especial do ensino superior no contexto da sociedade brasileira. Em segundo, destaco as mudanças relacionadas aos rearranjos econômicos e territoriais derivados da crise do café e da quebra da bolsa de Nova Iorque. Em terceiro, mas não menos importante, do apelo de marcado acento nacionalista que se constituía entre as oligarquias e elites brasileiras de então, no sentido de se constituir o “povo brasileiro”.

Toda essa dinâmica e debates travados ao longo da década de 1920, inclusive aqui o Manifesto dos Pioneiros pela educação nacional, se substancializou, na década de 1930, com a instauração do governo provisório de Getúlio Vargas que, a partir de 1937, resultaria no estabelecimento do Estado Novo, de matiz nitidamente autoritária e com laivos fascistas.

Em relação às escolas básicas, a geografia existia como “conteúdo” (sob a denominação de “corografia”) pelo menos desde meados do século XVI (Silva, 2012; Queiroz Silva, 2015). Ainda como corografia, se fez presente como disciplina e conteúdo de modo mais bem estruturado a partir do

século XIX, quer fosse no ensino primário ou no secundário⁶, sendo seus docentes escritores, advogados, médicos, entre outros, com formação autodidata no campo.

Mas foi nas décadas de 1930 e 1940 que pudemos observar maior organicidade e expansão do seu número de aulas, em especial a partir das reformas educacionais Francisco Campos (1931), da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), também na década de 1930, e da reforma Gustavo Capanema (1942). A criação do MESP implicou na gestão e organização da educação em escala nacional e as duas reformas incidiram diretamente na estruturação do mercado editorial brasileiro e mais diretamente ainda, na produção de livros didáticos⁷.

A consolidação acadêmica está articulada à criação do Conselho Nacional de Geografia (1933), do Instituto Brasileiro de Estatística (posteriormente Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), em 1934 e da instauração dos primeiros cursos superiores voltados à formação de professores de Geografia. São exemplos desse processo a criação dos cursos de Geografia na Universidade de São Paulo (São Paulo, 1934), na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1935), seguidos pela criação do curso em outras unidades federativas, como em Minas Gerais (atual UFMG)⁸ em 1940 e a partir de então, se espalhando pelo território brasileiro.

1. Os autores e as obras analisadas

O recorte da temática aqui tratada diz respeito não a toda produção didático-escolar lançada naquelas décadas, mas de modo mais preciso a três obras escritas por quatro autores que influenciaram significativamente tanto a geografia escolar quanto a acadêmica no período assinalado, cujo alcance, de certo modo, ainda se faz presente até os dias atuais.

As obras e os autores selecionados foram Raja Gabaglia, F. A.; Raja Gaba-

6 A esse respeito, ver Jeane Silva, 2012.

7 Conferir: Colesanti, 1984; Schwartzman *et.al*, 1984; Silva, 2015; Decreto 18.890 de 18 de abril de 1931 e Decreto 1006/1938.

8 Del Gaudio, R. S. *et.al*. **Os cursos de Geografia das Universidades Federais de Minas Gerais e Uberlândia**: memória dos docentes. Relatório Científico. FAPEMIG (APQ-01524-14).

glia, J. C. **Curso de Geografia** - 2ª série. Para uso no Collegio Pedro II e no ensino secundário e normal. 1935 (s/ed). Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. (estando em vigência a Reforma Francisco Campos). Azevedo, Aroldo de. **Geografia para a terceira série secundária** - de acordo com o programa oficial. 7ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939, cuja primeira edição é de 1936, portanto, também na vigência da Reforma Francisco Campos. Delgado de Carvalho, Carlos M. **Geografia Física e Humana para a primeira série**. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943, cuja primeira edição é de 1942, portanto, em consonância com a Reforma Eduardo Capanema.

Os irmãos João Capistrano Raja Gabaglia e Fernando Antônio Raja Gabaglia⁹ foram ambos docentes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, sendo que João Capistrano Raja Gabaglia também lecionou no Instituto de Educação. Além disso, A. C. Raja Gabaglia integrou a marinha do Brasil e foi autor do livro **Poder marítimo nas duas guerras mundiais** (1953). Como docentes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, participaram de discussões e construções relacionadas ao ensino de Geografia em escala nacional, uma vez que, pelo menos até a Reforma Capanema, aquele colégio foi referência para a educação secundária em todo o Brasil.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho é bastante estudado no Brasil, sendo que existem inúmeros trabalhos de pesquisas e textos científicos voltados a analisar sua obra e influência, em especial na Geografia. Além de docente no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e autor de dezenas de obras didáticas para o ensino de Geografia, foi autor da primeira obra voltada à metodologia de ensino dessa “matéria escolar”: **Methodologia do ensino geográfico - introdução aos estudos de geographia moderna**, publicada em 1925. Foi signatário do Manifesto dos Pioneiros, membro do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), onde organizou a Escola de Altos Estudos, entre 1916 e 1918. Atuou também na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), tendo participado, nesta organização, do Curso Livre Superior de Geografia. Atuou ainda na Inspeção de Obras contra as Secas¹⁰.

É importante destacar que tanto os irmãos Gabaglia quanto Delgado de

9 Como na capa do livro há apenas as iniciais dos nomes de ambos (F. A. Raja Gabaglia e J. C. Raja Gabaglia), fui pesquisar seus nomes e um pouco de sua biografia. Foram ambos filhos do professor de matemática Eugênio de Barros Raja Gabaglia. Juliana Martins escreveu, em 2019, uma tese de doutorado a respeito de Eugênio de B. Raja Gabaglia (Martins, 2019).

10 Conferir Elaine Queiroz Silva (2015); Perla Zusman e Sergio Nunes (2000).

Carvalho não tiveram formação específica em Geografia, sendo considerados como autodidatas em relação a essa disciplina escolar; característica, aliás, comum a praticamente todos que atuaram neste campo pelo menos até a década de 1930.

Aroldo de Azevedo é, dentre estes autores, o único com formação específica no campo, tendo cursado geografia na Universidade de São Paulo e discente da primeira turma deste curso. Sua obra, que se estende por dezenas de livros didáticos, artigos científicos e livros acadêmicos, também é extremamente vasta e sua influência no ensino dessa disciplina escolar foi imensa, pelo menos até a década de 1970. Ele é o primeiro autor a criar uma classificação didática para o relevo brasileiro, ensinada nas escolas até pelo menos a década de 1980. Existem também diversas pesquisas e textos científicos a respeito deste autor, que formou ainda várias gerações de novos geógrafos, a partir de sua atuação como docente da Universidade de São Paulo¹¹.

Assim, a escolha dessas três obras se associou ao fato de todas terem sido produzidas no contexto das duas reformas centrais para a educação brasileira nas décadas de 1930 e 1940.

Cabe explicitar, todavia, que foram diversas as obras que circularam naquelas décadas, conforme levantamento que fiz. No entanto, somente consegui adquirir essas três em sebos *on line* dentre todas as publicadas, uma vez que durante os anos de 2020 e grande parte de 2021 as bibliotecas ficaram fechadas em decorrência da pandemia de covid-19, o que não me possibilitou ampliar o *corpus* da investigação. A despeito disso, a relevância dos autores escolhidos e o cruzamento entre as obras selecionadas e as duas reformas educacionais validam, a meu ver, a escolha do corpus, além do que as três me permitiram compreender uma parte expressiva do discurso didático escolar da geografia em circulação naquela época.

Por fim, mas não menos importante, os autores investigados compuseram a *intelligentsia* de sua época, dialogaram e se fizeram presentes nos grandes debates que atravessavam a sociedade brasileira do período e contribuíram de modos diversos, tanto para a consolidação do discurso escolar quanto para a institucionalização da geografia na academia.

11 Ver: Luciana Dias Gontijo Soares (2020) e Santos, W. **A obra de Aroldo de Azevedo - uma avaliação**. Rio Claro. 1984 (dissertação de mestrado).

2. E de volta... para a ideologia

Ideologia é um termo criado no contexto do Iluminismo francês que, ao longo do tempo, oscilou entre sua positividade - como conhecimento importante ou elemento relacionado à materialidade - e sua negatividade, como inverdade ou conhecimento equivocado e insuficiente. Além disso, conforme McLellan ([1986] 1987) e Eagleton ([1991]1997), a ideologia é em geral considerada como “algo de outrem, jamais nosso”. Ou seja, a ideologia seria “facilmente identificada no outro”, mas estaria “ausente em minhas próprias concepções e convicções”.

As discussões em torno da ideologia variaram ao longo do tempo oscilando entre, de um lado, sua submissão ao econômico, e de outro, tendo como pressuposto sua potência como constituinte e constituída da e na materialidade - suscitando, ambas, interpretações distintas a seu respeito. Ademais, nesses mais de duzentos anos, foram extremamente comuns diversas declarações, autores e obras que a negaram e outros que declararam sucessivas vezes, seu “fim”. Independente da sua negação ou da suposição de seu fim, fato é que a ideologia se constitui em um conceito importante para compreender a permanência ou mudança na ordem social.

Neste texto, começo a examinar a ideologia a partir dos pressupostos apontados por Karl Marx e Friedrich Engels ([1845/46] 2007; [1852-69], 2011). Admitiam Marx e Engels n’A Ideologia Alemã que “o primeiro pressuposto da existência humana (...), de toda história, a saber, [é] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” ([1845-46] 2007, p.32-33, inserção minha). Portanto, “a própria produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto na alheia, na procriação, aparece desde já como relação dupla - de um lado como relação natural, de outro, como relação social” (op. cit, p.34).

Além disso, sublinhavam estes autores a dimensão da propriedade¹², que correspondia ao fato de se “poder de dispor da força de trabalho alheia” (op.cit. p.37). Segundo Marx e Engels (id.ibid.), “além do mais, divisão do

12 Essa dimensão estará fortemente presente como mecanismo de interpelação aos nacionais nas obras didáticas analisadas, sobremaneira pelo uso do pronome “nossa/nosso” para se referir ao Brasil, suas terras, seus hábitos, suas riquezas, obnubilando o fato de que a apropriação dessas riquezas é essencialmente privada e os ônus, essencialmente sociais.

trabalho e propriedade privada são expressões idênticas - numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito em relação ao produto da atividade”.

Assim, “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias” (op.cit., p.43), considerando que a produção da vida tem dupla dimensão (natural E social), e que em ambas temos a presença (concreta/abstrata) da propriedade privada. Afirmam Marx e Engels que

as ideias da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (Marx, Engels [1845-46] 2007, p.47, destaques dos autores).

Ao considerar a formação social brasileira, encontramos alguns eixos centrais da ideologia da classe dominante no Brasil que se espraiam como ideologia dominante no contexto da sociedade brasileira. Assim, se as ideologias dominantes são aquelas da classe dominante numa dada formação social, existem pressupostos fundamentais para compreendermos as relações sociais e com a natureza estabelecidas no Brasil, a exemplo da propriedade privada como valor intocável, do brasileiro como “branco”, do “destino manifesto” deste Estado nacional como civilizado e com um progresso sempre por vir. E essa dimensão não diz respeito à ideologia como “ideias”, mas à sua persistência enquanto práticas sociais que se consubstanciam nas relações dos homens e mulheres entre si e destes com a natureza, inclusas aqui todas as práticas predatórias - dos homens e mulheres entre si e destes para com a natureza.

Destaco a seguir alguns exemplos, a partir das obras didáticas que analisei, que se remetem diretamente às dimensões acima apontadas, a saber, a crença no progresso, a perspectiva do Brasil como país branco e civilizado e a crença no Brasil como país do futuro.

Além da **raça branca**¹³, a grande maioria, há os **indígenas**, (impropriamente chamados índios, ou também **ameríndios**) **amarelos e negros**. Os índios, popularmente denominados **peles vermelhas**, hoje mui reduzidos em número, levam a vida de caçadores, rebeldes à civilização ou se adaptaram ao progresso (...) (Raja Gabaglia, 1935, p.140, destaques dos autores).

Os *povos selvagens* são os que se encontram no mais alto grau de atraso. (...) Os *povos bárbaros* ou *semicivilizados* vivem já em sociedades mais ou menos organizadas (...). Os *povos civilizados* (...) sabem melhor transformar ou adaptar a natureza que os cerca (Azevedo, 1939, p.57-58, destaques do autor).

Entre as populações atuais do globo, é comum a classificação em *selvagens, bárbaros e civilizados*, segundo o grau de dependência direta da natureza em que se acha o grupo considerado. A escala, entretanto existe, salientando grandes contrastes, entre o indígena australiano, que vive nu (...) e o pastor da Ásia Central, vestido de lã (...) e o fazendeiro paulista, ou o comerciante de Santos. (...) O civilizado tem uma vida material e espiritual muito mais complexa do que o primitivo ou o bárbaro (Delgado de Carvalho, 1943, p.155-156, destaques do autor)

A crença no progresso, a concepção de “país do futuro”, o caminho inexorável à “civilização” eram marcas da positividade do Brasil no “concerto das nações” para parte expressiva da *intelligentsia* brasileira no primeiro quartel do século XX. E em grande medida, nas obras analisadas, o que observamos foi o reverberar dessas concepções, ainda que existissem já questionamentos a essa “ordem¹⁴”. E para isso, precisávamos “transformar ou adaptar a natureza que nos cerca”, o que, por exemplo, colocava “um fazendeiro paulista ou comerciante de Santos mais próximo de uma vida material e espiritual mais complexa”, portanto, instituía, ao menos os “pau-
listas” (“empreendedores”, donos de terras e/ou comerciantes de Santos!) como “civilizados”.

13 A presença dos destaques nesses excertos é uma das “marcas” da linguagem escolar, que devem trazer claramente assinalados aquilo que os estudantes deveriam aprender (Lestegás, 2002). Assim, a tecnologia editorial disponível na época possibilitava aos autores destacarem palavras e expressões ao longo do texto, por meio do negrito ou do itálico.

14 Por exemplo, com as obras de Manoel Bomfim, Caio Prado Junior ou Sérgio Buarque de Holanda.

Dizendo de outro modo, se as ideologias são estruturantes e estão ao mesmo tempo estruturadas nas e com as relações sociais, não é possível compreender o racismo, o autoritarismo, o sexismo, as práticas predatórias em relação à natureza se não as associarmos às práticas e concepções dominantes das classes dominantes no Brasil ao longo do tempo. Elas marcam e auxiliam a definir relações sociais que se materializam em práticas sociais amplamente reconhecidas, valorizadas e efetivadas, por exemplo, nas políticas de favor e no “jeitinho brasileiro”. Essas práticas sociais, assumidas como positividade do “caráter” brasileiro, não permitem averiguar o seu grau de dominação e dificultam qualquer perspectiva de construção de cidadania (ainda que nos estreitos limites da cidadania liberal), e se encontram ainda mais distantes de qualquer possibilidade efetiva de emancipação humana. No entanto, são “louvadas em verso e prosa” como “valores positivos” dos “brasileiros”. Criticá-las e apontá-las como o que realmente são, práticas de dominação, gera um profundo incômodo social, mesmo entre aqueles de se posicionam como “críticos” do racismo, do autoritarismo, do sexismo e das relações predatórias com a natureza. Esse exemplo demarca o que é a ideologia, como ela funciona e quais os seus efeitos, para nos referirmos à problematização das ideologias apontadas por Pinheiro (2019).

Vale sublinhar n’A Ideologia Alemã outra analogia que Marx e Engels fazem a respeito da ideologia é o fato de “os homens e suas relações aparecerem de cabeça para baixo”

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às formações mais desenvolvidas. A consciência (...) não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente (...), e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (Marx, Engels [1845-46] 2007, p.94).

Assim, se “não era em todo o Brasil que tínhamos a civilização, pelo menos a encontrávamos nos fazendeiros paulistas e nos comerciantes de Santos”.

Esse sentido da ideologia como “falsa consciência”, ilusão e/ou “véu” foi fortemente assumido por variados marxistas ao longo do século XX, bastando, para combatê-la, a ela opor uma “consciência verdadeira” ou desvelá-la, de modo a se alcançar o real. A essa interpretação da ideologia se agregou ainda uma recepção bastante mecanicista do conceito, na medida em que se pontificava acerca da oposição (mas não da dialética) entre falsa consciência/consciência verdadeira. Até os dias atuais, há uma forte assunção dessa concepção que relaciona ideologia e falsa consciência, que, ao invés de contribuir para compreendê-la enquanto elemento constituinte (e constituído) do real, somente dificulta entender os mecanismos pelos quais a ideologia continua a interpelar os indivíduos como sujeitos (Althusser, [1970] 1996).

Apesar de **A Ideologia Alemã** ser o livro em que a palavra “ideologia” aparece inclusive em seu título, em outra obra, Marx se dedicou a examinar os processos de tomada do poder em França por Luís Bonaparte, e aí, a ideologia aparecerá de modo mais bem explicitado enquanto prática. Refiro-me aqui, a **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, redigido entre 1851 e 1852 e revisado por Marx em 1869. Embora neste livro, o autor não utilize o termo ideologia, em distintos momentos ele se refere às formas pelas quais a dominação burguesa se manifesta ideologicamente como prática política e social.

Ao estudar as sucessivas derrotas dos “insurgentes franceses”, Marx afirmou que suas lutas haviam “preparado, aplainado o terreno sobre o qual podia ser fundada e erigida a república burguesa (...). Ela havia revelado que neste caso, a *república burguesa* representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre outras” ([1852] 2011, s/p. - e-book). Além disso, para o autor, as revoltas e a derrota das classes trabalhadoras naquele período, na França,

Provou que *a República só pode representar a forma de revolução política da sociedade burguesa e não a sua forma de vida conservadora*. Durante o mês de junho, **todas as classes** e todos os partidos **se uniram** ao *Partido da Ordem* **contra a classe proletária**, considerada *o partido da anarquia*, do socialismo e do comunismo. **Eles “salvaram” a sociedade dos inimigos da sociedade**. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da **antiga sociedade**: “*Propriedade, família, religião, ordem*”,

instigando a cruzada contrarrevolucionária. (Marx, [1852] 2011, s/p., itálico do autor, destaques meus)

É importante recordar aqui que essas “palavras de ordem” veem à tona em todos os movimentos contrarrevolucionários, em todos os estados nacionais, desde, pelo menos, o contexto ao qual se refere Marx. Para lembrar alguns mais diretamente relacionados ao escopo desse texto e nos quais essas “palavras de ordem” vieram à tona - em maior ou menor grau -, recordemos eventos como a Revolução de 1930, a guerra civil de 1932 (“revolução constitucionalista”), a intentona comunista de 1934 e, por fim, o golpe de estado de Getúlio Vargas em 1937. Momentos em que a sociedade brasileira precisou ser “salva” de seus “inimigos”, cujos lemas reverberam até os dias atuais: “propriedade, família, religião, ordem”¹⁵.

O trecho destacado de **O 18 Brumário** possibilita decifrar a ação da ideologia, enquanto materialidade e ação política, em seu “estado mais puro”. Qualquer ofensiva contra a classe trabalhadora - ou qualquer ofensiva contrarrevolucionária - retoma essas palavras: “ordem”, “família”, “religião”, “pátria”, “propriedade”. Como ignorar a ação e a materialidade das ideologias diante desse quadro? Para Marx,

A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. **Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais trivial republicanismo é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”**. E, por fim, os próprios sumo sacerdotes da “religião e da ordem” são escorraçados a pontapés dos seus tripodes, “pítios”, tirados das suas camas na calada da noite, enfiados em carruagens ou mandados ao exílio; o seu templo é arrasado, a sua boca é selada, a sua pena quebrada, a sua lei rasgada, tudo em nome da religião, da propriedade, da família, da ordem... (Marx, [1852] 2011, s/p - e-book, destaques meus).

15 Não pode ser esquecido o fato de que a “sociedade brasileira” precisou ser salva em momentos posteriores, tais como no golpe militar de 1964 e no golpe perpetrado em 2016. E que as palavras de ordem dessa “salvação” continuaram basicamente as mesmas: “propriedade, ordem, família, religião”, com algumas variâncias conjunturais, como “pátria” e “combate à corrupção”.

Apesar de Marx em “O 18 Brumário” não utilizar o termo “ideologia”, é a ela, às práticas ideológicas e seus efeitos políticos e econômicos que se refere em sua análise do bonapartismo. Portanto, proponho que a ideologia não seja entendida como “conjunto de ideias” (embora possam ser isso também), mas como materialidade, bem como destaco que não as considero como “ideias falsas”, mas como o modo pelo qual

os sujeitos humanos vivem suas vidas como atores conscientes em um mundo em que cada um compreende em grau diverso. A ideologia é o meio através do qual se operam esta consciência e esta significatividade. A consciência de cada novo ser humano se forma por meio de processos psicodinâmicos em sua maior parte inconscientes, e funciona mediante uma ordem simbólica de códigos de linguagem. A ideologia, entretanto, não pode ser reduzida nem a uma, nem à outra (Therborn, [1980] 1991, p. 1 e 2, tradução livre do espanhol).

A partir dessa concepção, a ideologia deixa de ser algo “estático”, articulado ao primado do econômico para reassumir a dimensão dialética assentada nas práticas sociais. E mais, adotando o exame de Pinheiro (2019), cabe destacar que em relação à ideologia, é fundamental não apenas dizer **o que ela é** (dimensão de muitos textos e análises sobre o tema), mas considerar como ela **atua** (por meio dos mecanismos de interpelação ideológica¹⁶) e **analisar** seus efeitos.

Logo, se a ideologia é um modo pelo qual os sujeitos interpretam o mundo (e nele agem) em graus variados, como elas operariam? A partir do momento em que os “indivíduos são interpelados como sujeitos, desde antes de nascerem” (Althusser [1970]1996; Therborn [1980]1991). Tais mecanismos têm materialidade, não somente do ponto de vista da instituição de símbolos e signos por intermédio dos quais somos capazes de interpretar e agir no mundo significando-o, mas por meio da linguagem, modo pelo qual operamos essas conectividades. Embora, vale a ressalva, a ideologia não possa ser reduzida nem a um, nem ao outro.

16 Neste caso, é essencial destacar as contribuições de Gramsci, Althusser e Pêcheux na compreensão dessa perspectiva. E não esquecer que Althusser estudou Gramsci, Spinoza e Lacan, assim como Pêcheux estudou Althusser. E que Therborn na obra referenciada é tributário dessa linha de interpretação.

E quais seriam seus efeitos? De um lado, segundo Therborn ([1980]1991), submetendo os sujeitos à aceitação de uma dada ordem, percebida como “boa, justa, bela e correta e todos os seus opostos”. De outro, qualificando esses sujeitos a modificar essa ordem, ainda que essa qualificação seja, em larga medida, também processo de submissão. E uma das formas mais eficientes pelas quais a ideologia “age” e interpela os sujeitos é por meio da linguagem - meio pelo qual “falamos”, interpretamos, significamos e agimos (acerca de nós mesmos e do mundo).

Novamente apresento alguns exemplos, a partir das obras didáticas analisadas, em que os processos de interpelação ideológica são explicitados no sentido de contribuir para a construção dos “brasileiros” e do Brasil como “signo de progresso, civilização e futuro”:

Nos **países mais civilizados** (Alemanha, França, Inglaterra, Itália, etc.) (...) **mais importante foi o desenvolvimento da indústria**, quer da extractiva, quer da manufactureira ou fabril. Os habitantes das regiões industriais agrupam-se, formando grandes aglomerações urbanas e habitam casas de tijolo ou de concreto (Raja Gabaglia, 1935, p.36, destaques dos autores).

Hoje, graças aos prodígios da indústria moderna, vão aos poucos desaparecendo as distâncias e os empecilhos, quando surgem, são desde logo transpostos ou removidos pelo engenho humano. (Azevedo, 1939, p.187)

Durante os quatrocentos anos já decorridos depois da descoberta de Cabral, processou-se lentamente a formação do povo brasileiro. (...) O povo brasileiro formou-se a partir de três grupos étnicos: o índio, **primitivo** senhor das nossas terras; o *português*, que chegou para colonizá-las; e o *negro*, que veio da África **para auxiliar** este último na obra de colonização. Da **fusão desses três tipos raciais foi que surgiu o brasileiro**, cuja **integração no tipo de côr branca se torna cada vez maior** (...) porque a imigração tem contribuído para o seu fortalecimento (Azevedo, 1939, p.217, itálicos do autor, destaques meus).

Os três tipos étnicos fundamentais (...) cruzaram-se grandemente, larga mestiçagem. (...) Os mulatos são, geralmente, mais vivos e inteligentes que os negros. Em compensação, possuem menos robustez física e menos disposição para os trabalhos pesados. (...) Os caboclos são descendentes dos bandeirantes destemidos, que alargaram as nossas fronteiras (Azevedo, 1939, p.223-226).

O que há nelas [religiões] de geográfico não é, pois o meio em que se formaram, mas a sua *expansão* e a sua *distribuição*, em determinado momento histórico. (...) No mundo de nossos dias, a *propagação* é mais lenta e por infiltração; assistimos à eliminação gradual do paganismo e à dilatação de certas comunidades sob *influência missionária*, isto é, à obra de paz e de persuasão, independente de fatores geográficos. (...) A experiência histórica tende a provar que a solidez política de uma nação nunca é ameaçada por dissensões e lutas religiosas quando 80% da nação pertence à mesma religião (Delgado de Carvalho. 1943, p.160-161, destaques do autor).

Se, para Bakhtin/Volochínov ([1929]2006), a palavra é o signo ideológico por excelência, isso ocorre em razão de a palavra ser em princípio “vazia”, ganhando sentido e significado no processo de interação discursiva. Assim, os sentidos construídos se articulam às ideologias, em especial aquelas dominantes numa dada formação social, contribuindo, desse modo, para os processos de submissão/qualificação dos sujeitos. Esse processo é tão mais forte quando estas palavras se apresentam organizadas em obras didáticas, consideradas como “portadoras da verdade e do conhecimento científico” ou, pelo menos, do conhecimento considerado como socialmente válido para ser ensinado a crianças e jovens numa dada sociedade e em um dado tempo. Um exemplo desse valor social atribuído às obras didáticas é encontrado em Mónica (1980), quando esta autora analisa os impactos e a importância dos livros didáticos no contexto salazarista, em Portugal.

Em 1934, um reconhecido pedagogo liberal queixava-se que não podia dar aulas sem usar manual, porque os alunos e os pais protestavam. E não conseguia perceber o “culto que dava ao livro um prestígio tão grande”, sobretudo em pais pobres, que, apesar de mal poderem pagar o material escolar, não deixavam de manifestar pelos livros, um “estúpido respeito”. “Um papel que diz coisas”, espantava-se Dias Agudo, “produz sempre admiração” (Mónica, 1980, p.580)

No entanto, eu reforço que não atribuo “às ideologias”, isoladamente, todo esse “poder de fogo”. Ao contrário, ela somente tem esse “poder”

por refletir/refratar¹⁷ (Bakhtin/Volochínov, [1929] 2006) justamente a dimensão econômica, a luta de classes e as contradições das sociedades e do Estado burguês. As ideologias não são “as causas” desse estado de coisas, quaisquer que sejam eles, embora constituam os S(s)ujeitos de modo a concordar e sustentar essas ordens - bem como podem qualificá-los para tentar mudá-las.

Elas interpelam os sujeitos a defenderem bandeiras, palavras de ordem, um determinado tipo de Estado ou reformas econômicas, ainda que o custo seja a própria vida. Esse aspecto Anderson ([1983] 2008) destacou em relação a “nation-ness” que, a despeito de ser “frágil em argumentos”, foi (e ainda é) capaz de conduzir milhões de trabalhadores a matarem-se, uns aos outros, em seu nome (as guerras mundiais fornecem um exemplo clássico).

Enfim, a partir das análises de Marx, outros teóricos marxistas, ao longo do tempo, buscaram interpretar o que seriam as ideologias, desde uma perspectiva mais atrelada às lutas dos trabalhadores e à ação do partido comunista (como Lênin e Gramsci), até as vertentes classificadas no que Perry Anderson denominou como “marxismo ocidental¹⁸”.

Negada, subestimada ou ignorada por alguns teóricos marxistas que buscaram conceder maior visibilidade às dimensões da alienação ou mes-

17 De acordo com Bakhtin/Volochínov ([1929-30] 2006, p.31, grifos dos autores), a palavra seria o signo ideológico por excelência, capaz de refletir/refratar a realidade. Refletir implica em ser-lhe fiel, espelhando-a; refratar, concepção que vem da física, implica em desviar a atenção, distorcer. Esta concepção bakhtiniana/volochinoviana é fundamental em minha apreensão dos processos ideológicos, pois, “um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos, não existe ideologia*. (...) Converte-se (...) em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade”

18 Neste caso, para Anderson ([1976] 2004), “o marxismo ocidental inverteu paradoxalmente a trajetória do próprio Marx” (p.70), relacionado às derrotas proletárias do final do século XIX e início do século XX à crescente aproximação com a filosofia, certo “encapsulamento” na universidade e progressivo afastamento crescente das lutas proletárias. Segundo o autor, se inscrevem nesse grande e heterogêneo conjunto teóricos como G. Luckács, A. Gramsci (transição entre as lutas proletárias e a tradição acadêmica); L. Althusser; H. Marcuse; W. Benjamin, H. Lefebvre, entre vários outros. ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo, [1976] 2004.

mo do fetiche, no meu entendimento, as ideologias a eles se coligam contribuindo para a manutenção ou para a mudança de determinada ordem social. Ela não se limita à “superestrutura”, embora possa ser ali mais claramente identificada, mas imiscui-se na materialidade por práticas e palavras e mesmo na constituição da psique dos indivíduos, colaborando fortemente para “sua” apreensão do mundo - que embora aparente ser individual, é principalmente, social.

Na produção geográfica o que observo é que, em geral, ora os pesquisadores tendem a ignorar o termo, optando por trabalhar com as concepções de alienação, fetiche e reificação; ora tendem a compreendê-la mais fortemente como “falsa consciência”. A perspectiva da ideologia como constituinte dos S(s)ujeitos e de visões sociais de mundo, de sua existência material, da sua articulação à (re)produção das relações de produção em geral, é pouco ou nada considerada.

A partir das referências assentadas em Marx, Gramsci, Althusser e Therborn, adoto a concepção de Ideologia afeita à sua capacidade de interpelar os indivíduos, constituindo-os em sujeitos que são dialeticamente submetidos e qualificados (S(s)ujeitos), quer seja para manter uma dada ordem social, quer seja para mudá-la. As ideologias, logo, não são ideias que os S(s)ujeitos possuem acerca das coisas e do mundo, podendo desfazerem-se delas, assim que delas “tomam consciência”.

Ao contrário, por sua “localização” entre o psíquico e o social, pela contínua retroalimentação dialética entre um e outro, tanto nossa forma de “ser e agir no mundo” quanto àquilo que do mundo age em nós encontram-se emaranhados em teias de signos, podendo estar organicamente situados, quer saibamos ou não claramente disso. Se “significamos o mundo por meio de palavras e silêncios”, agimos nesse mesmo mundo a partir de “liberdades limitadas” por nosso tempo e espaço.

Assim, ideologias não são ideias, concepções abstratas; elas adquirem materialidade tanto por meio das próprias palavras, seus silêncios e das políticas de silenciamento (Orlandi, [1995] 2007), quanto em função de nossas tantas filiações teóricas, políticas, econômicas, de nosso ser e estar no mundo (Therborn, [1980] 1991). Elas se fazem presentes ao respondermos à indagação que é o título de um livro de Guilherme Boulos: “De que lado você está?” (2015). A resposta a essa indagação remete-nos à dimensão de que cada um de nós pode ser interpelado e interpelar aos outros como “in-

telectuais orgânicos¹⁹ (Gramsci, [1949] 1991). E reitero que para além de dizer o que pode ser a ideologia, é fundamental considerar como ela opera e quais são seus efeitos (Pinheiro, 2019). Somente assim, no meu entendimento, poderemos melhor compreender as “ideologias geográficas” (Mo-
raes, 2002) presentes tanto nos discursos acadêmicos quanto nos escolares, seus modos de operação e seus efeitos.

19 Gramsci ([1949]1991) afirma que, em princípio, todos nós somos intelectuais, por utilizarmos nosso intelecto mesmo em ações corriqueiras e repetitivas. Entretanto, aqueles que exercem a “profissão” de intelectuais podem ser entendidos como intelectuais orgânicos desde que a sua produção esteja articulada às classes sociais. Neste caso, ao respondermos à indagação de Boulos, podemos nos situar como intelectuais orgânicos da burguesia ou do proletariado (Gramsci, [1949] 1991).

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Estado-Nação e Ideologia: Elementos para uma discussão. In: DEL GAUDIO, Rogata Soares e PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). **Geografias e Ideologias**: Submeter e Qualificar. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In ZIZEK, Slavoj. (org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro; Ver. De trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia para a terceira série secundária** - De acordo com o programa oficial. 7ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939. (A primeira edição é de 1936, portanto, na vigência da Reforma Francisco Campos).
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- _____. **O Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1935.
- BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** Reflexões sobre a política e a conjuntura urbana do Brasil. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.
- BRASIL, Decreto 18.890 de 18 de abril de 1931.
- BRASIL. Decreto 1006 de 30 de dezembro de 1938.
- CARVALHO, N. R. de. **Geographia do Brazil**: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da Primeira República. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.
- COLESANTI, Marlene T. de M. **O ensino de geografia através do livro didático no período de 1890 a 1871**. Dissertação. Mestrado em Geografia. Rio Claro: UNESP, 1984.
- DELGADO de CARVALHO, Carlos M. **Geografia Física e Humana para a primeira série**. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943. (A primeira edição é de 1942, portanto, em consonância com a Reforma Eduardo Capanema).

- DEL GAUDIO, R. S. **Nação e coerção**: os livros didáticos de Geografia no Estado Novo em Portugal e Brasil (1930-1945). Relatório de Pós-doutorado. Supervisão: Manoel Fernandes de Sousa Neto e João Carlos Garcia. São Paulo: PPGH/USP, Universidade do Porto, 2021.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia** - uma introdução. Tradução: Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, [1991] 1997.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1949] 1991.
- HOLANDA, Sérgio B. **Visão do paraíso - os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Junior. Campinas: Ed. Unicamp, [1916] 2011
- LESTEGÁS, Francisco J. Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. **Boletín de La A.G.E.**, n. 33, 173-186, 2002. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1122458> Acesso em: 10 fev. 2013.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélio Schneider. Prólogo de H. Marcuse. São Paulo: Boitempo editorial (E-book), 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã** - crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes projetos. [1845-1846]. Tradução Rubens Enderle; Nelio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.
- MCLELLAN, David. **A ideologia**. Lisboa: Estampa editorial, [1986] 1987.
- MÓNICA. Maria F. Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX. **Análise Social**, segunda série, vol. XVI, n. 63, 1980
- MORAES, Antônio C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002 [1988, 1ª ed.].
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.143-152.

- PINHEIRO, Jair. Política e cultura - uma interpretação de experiência do MTST. In: JOHNSON, G. A.; SILVA, I. G.; SILVA, B. G. da. (orgs). **Democracias, lutas e movimentos sociais**. São Luís: EDUFMA, 2019, p.32-72.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo - colônia**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RAJA GABAGLIA, F. A.; RAJA GABAGLIA, J.C. **Curso de Geografia** - 2ª série. Para uso no Collegio Pedro II e no ensino secundário e normal. 1935 (s/ed). Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. (Estava já em vigência a Reforma Francisco Campos).
- SANTOS, W. **A obra de Aroldo de Azevedo** - uma avaliação. Dissertação. Mestrado em Geografia. UNESP: Rio Claro 1984.
- SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena M. B. COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SILVA, Elaine Q. **Discurso(s) acerca do trabalho presentes nos livros didáticos de Geografia (1889-1945): Educação, Estado e Ideologia**. Dissertação. Mestrado em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- SILVA, Jeane M. **A bibliografia didática de geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...)**. Tese. Doutorado em Geografia e Gestão do Território. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.
- SOARES, Luciana D. G. **O continente que virou uma nação?** Aspectos do Brasil e da geografia brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo. Dissertação. Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFMG, 2020.
- THERBORN, G. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. México: Siglo Veintiuno Ed., 3ª. Ed., 1991.
- ZUSMÁN, Perla; PEREIRA, Sergio N. Entre a Ciência e a Política - um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho. **Terra Brasilis** [Online], 1 | 2000 Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/pdf/288> Acesso em: 12 fev. 2021.

CAPÍTULO 6

Uma (anti)fábula que fala de ti (ou de nós)?

Reflexões sobre desigualdade, ideologia e alienação

Wagnervalter Dutra Júnior

1. “Decifra-me, enquanto te devoro”

Pensar a desigualdade como ideologia - e na ideologia - nos remete a uma série de questões e conexões instituídas na organicidade e na dialética da genericidade *versus* particularidade, situada a partir das objetivações inscritas nos *pôres* teleológicos do complexo primário que nos forma humanos. Lukács observou conexões, a partir da dimensão ontológica, entre a raiz fundante da violência na sociedade capitalista e os seus fundamentos econômicos.

Ambas, violência e economia (sistema de mercado), nascem do mesmo chão da concreticidade material efetiva do movimento de constituição da sociedade, algo semelhante guarda proximidade com uma relação dessa mesma natureza e que está proposta no tema da mesa: a conexão da desigualdade com a ideologia, a desigualdade como ideologia e da ideologia com a produção de efetividades materiais - ainda que como um complexo secundário - que buscam influir nas determinações da práxis social; o sentido de partida no trabalho não deixa de fazer pulsar uma alienação de base no processo do trabalho, que, ao se exteriorizar, objetiva-se socialmente.

Essa é uma característica do processo de trabalho em geral, todavia convém demarcar de partida que a especificidade histórica da alienação requerida pelo “estar de pé para fazer história” tem uma natureza diversa da alienação requerida pela forma especificamente capitalista da objetivação do trabalho como uma potência aparentemente metafísica, um deus

sem rosto, cujo altar a própria ideologia compõe para que os sujeitos que se dobrem ante “caprichos teológicos e sutilezas metafísicas” não possam mais distinguir - pois perdem a noção da substancialidade material de sua fundação -, quando se curvam para o altar do chão da fábrica - sua linha de montagem - para serem materialmente explorados, para o altar do Deus Mamom ou venerem outros *deuses* menos importantes.

Heilbroner (1996), em sua obra *História do pensamento econômico*, ao analisar o papel que Adam Smith assume ao dar estatuto de cientificidade para o inaugurado vínculo *efetivo* entre os seres humanos, que não mais correspondia às tradições centradas na palavra, típicas da sociabilidade feudal, aclarou o tipo de vínculo social primário e produtivamente organizativo que o sociometabolismo do capital coloca no centro da cena, a saber: o nascimento do sistema de mercado. A sobrevivência agora não deve mais sua resolução pelos costumes nem imposição, mas pela ação *livre*, cujo objetivo é o lucro de seres humanos que agora tinham em comum entre si o mercado.

O historiador do pensamento econômico (Heilbroner, 1996) remete a uma ideia que se corporificava em razão dessa nova sociabilidade metabólica inaugurada, a do “homem econômico” que seria: “um pálido esboço da criatura que seguia seu cérebro ‘máquina de somar’ aonde quer que este decidisse levá-lo”, ao que complementa “Os livros logo começariam a falar de Robinsons Crusoes em ilhas desertas, que organizavam seus negócios como se fossem avaros contadores” (p.39).

É certo que Marx demonstrou, em inúmeras passagens, que as robinsonadas são parte integrante de uma dissociação da aparência com a essência no âmbito da atividade econômica primária, que possui implicações prático-materiais no âmbito da totalidade, o que não nos desobriga da seguinte questão: todos podem se tornar avaros contadores, cujos vínculos deixam-se ao encargo da *entidade* mercado que tem uma mão invisível que produz fomes visíveis e filas para comprar osso e carcaças à luz do dia, quase que a cegar tantos olhos? Ou cegando-os?

A ideia, rememora Heilbroner (1996), precisava de uma filosofia. E essa filosofia, parteira da ciência econômica, nasceu com um novo problema: “como manter os pobres pobres” (p.41). Prossegue apresentando seu argumento para dar uma noção do entrelaçamento entre uma prática efetiva, mediada pelo sistema mercantil que nascera, e a conversão da moral, a au-

xiliar na manutenção dessa nova forma. Em si, a ciência econômica, nascida dos braços da “filosofia moral”¹ de Adam Smith, não constitui diretamente uma ideologia, todavia, na medida em que sustenta, direciona, orienta, e, por vezes, entrecruzando-se às cadeias causais dos pores teleológicos primários, demanda ações e práticas redefinidas em sua historicidade ontológica e orientada, agora, única e exclusivamente pela valorização do valor - e tudo o que isso possa significar - adentra ao reino da ideologia, pois as ações e práticas supramencionadas repousam agora numa organicidade triádica, Estado-Capital-Trabalho, cujo funcionamento conecta todas as mediações ideológico-alienante-fetichistas ao curso de uma História que parece funcionar como a externalidade estranhada do Espírito Absoluto. Por tal razão, Mészáros (2002) remete ao *capital permanente universal hegeliano* e à história que marcha no caminho único do oriente ao ocidente, que a fantasia liberal alçou ao reino da “liberdade individual” como condição para uma sociedade mais harmônica e feliz. Mas para quem?

Era generalizadamente admitido que, se os pobres não fossem pobres, não seriam as ‘ferramentas’ honestas para o trabalho diário que não pediam pagamentos exorbitantes. ‘Para formar a Sociedade Feliz ..., é necessário que grande número de pessoas continue a ser Ignorante e Pobre’, escreveu Bernard Mandeville, o mais perspicaz e malévolo cronista social do início do século dezoito. Assim, também os escritores mercantilistas observavam e aprovavam o barato trabalho agrícola e industrial da Inglaterra (Heilbroner, 1996, p.41).

É fundamental ressaltar a relação dialética entre o ideal e o material, para melhor situar o concreto e a práxis da ideologia. Resgatando, a partir de Marx, a condição ontológica e tele(onto)ológica do trabalho no metabolismo que converte a natureza em historicidade e sociedade (na formação do ser social) - a constituição do corpo *orgânico-inorgânico* do ser huma-

1 “Em Glasgow, Adam Smith dava aulas de Filosofia Moral, uma disciplina de concepção muito mais ampla naquele tempo do que na atualidade. A Filosofia Moral englobava Teologia Natural, Ética, Jurisprudência e Economia Política: tudo isso orientado o tempo todo, a partir dos mais sublimes impulsos do homem em relação à ordem e à harmonia, em direção a atividades menos ordeiras e harmoniosas na árida atividade para conseguir viver por si mesmo” (Heilbroner, 1996, p.43).

no -, a imprescindível condição de pré-idear é o ponto que impulsionou na história os saltos qualitativos para a formação do ser em um patamar superior, numa história de desenvolvimentos conectados que permitiu a conformação do ser social.

Lukács (2013) reitera o trabalho como fundamento e fundante de toda práxis econômica e igualmente o modelo mais geral de sua estrutura e dinâmica, ao que complementa: “o pôr teleológico conscientemente produzido (que é, portanto, um momento ideal) deve preceder ontologicamente à realização material” (p.356). Pode aparentar que um momento seja anterior ao outro, contudo, para não deixar tal impressão, Lukács (2013) acrescenta,

No entanto, isso acontece no quadro de uma complexidade inseparável: do ponto de vista ontológico, não se trata de dois atos autônomos, um ideal e um material, que estariam vinculados de alguma maneira que, apesar dessa vinculação, cada um poderia preservar sua própria essência, mas a possibilidade do ser de cada ato, que só pode ser isolado no pensamento, está ligada por necessidade ontológica do ser do outro. Isso quer dizer que o ato do pôr teleológico só se torna um ato teleológico autêntico através da efetuação real de sua realização material; sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, uma representação, um desejo, etc., que tem com a realidade material no máximo uma relação de caráter representativo (p.356).

Diante da consideração do texto lukácsiano e na articulação ontológica do ideal com o material, é possível compreender por qual razão a ideologia é, eminentemente, prática (práxis). Por ser ideal, é material; por ser material, é ideal. É conhecida a passagem de Marx que capturou algo dessa relação dialética: à humanidade só se colocam problemas que ela seja capaz de resolver/responder. Uma expressão ideal é um momento material na totalidade dialética da organicidade sociometabólica. Como é possível perceber essa conexão, ideologicamente, por exemplo? Talvez possamos fazê-lo com auxílio da mais elaborada ideologia da apologética do capital, as ciências humanas e sociais, em especial como uma particularidade desta, a Geografia capta o espaço-tempo.

Dutra Jr. (2015), em sua tese de doutoramento, inquiriu a respeito de uma estranha “horizontalidade epistemológica lablacheana”, numa geografia das coisas, da (des)humanidade, do desumano, que pôs no mesmo “reci-

piante” da abstração, como agentes - supondo algo que induz uma espécie de ação passiva, pois a condição de agente é mera operação epistêmica, desprendida do movimento do real-concreto - paus, rochas, relevos, morros, voçorocas e o homem - num mesmo plano dessa episteme. Postos no mesmo plano, inclusive, também, como mero movimento do ideal, só podem gerar como única geografia possível uma geografia (des)humana, pois, no refúgio do absoluto, foram muito bem guardados o “hieróglifo social” que apaga os rastros e os rostos humanos da constitutividade da produção do espaço-tempo, o concreto foi abstraído por uma operação teórico-prática que produz o esquecimento de que,

[...] por outro lado, a cadeia causal peculiar que perfaz a parte material do trabalho, a qual é posta teleologicamente em movimento, não tem como surgir por si mesma, a partir da causalidade do ser natural agindo por conta própria, embora nela possam se tornar ativos exclusivamente momentos causais naturais, existentes em si. (As leis da natureza, por exemplo, jamais e em parte alguma produziram uma roda, embora sua essência e suas funções possam ser derivadas inteiramente das leis da natureza). Mesmo que, na análise do trabalho, seja possível considerar e analisar mentalmente separados os atos que o constituem - em termos ontológicos -, ele só adquire o seu ser autêntico como componentes do complexo concreto chamado trabalho (Lukács, 2013, p.356).

Nesse momento, convém retornar a uma questão, posta um pouco mais acima, sobre a alienação relativa ao trabalho no geral e a alienação relativa ao trabalho especificamente capitalista, para ampliar a reflexão que expõe o assento do aparente a suplantar a essência, ou obnubilando a mesma, a partir da dissociação da organicidade do ser social em sua totalidade, apresentando-o em aparentes cisões concretas (ou do concreto), todavia impossível de serem efetivadas, senão como mero movimento do pensamento (por essa razão, o princípio da ideologia guarda relação próxima aos desdobramentos práticos do processo de alienação).

O momento da conexão metabólica entre trabalho e natureza pressupõe uma exteriorização que se objetiva, nessa medida, pela natureza social do trabalho. Essa objetivação nunca é ou pode ser um fim em si mesma, objetiva-se socialmente para algo além de si mesmo. Na medida em que

as coletividades humanas ainda não haviam experimentado a cisão entre a necessidade imediata sustentada socialmente na coletividade e uma divisão social do trabalho que levou ao controle da produção social do excedente em mãos cada vez mais individualmente diminutas, a alienação do trabalho não tinha como experimentar a diferença de uma sociabilidade em que essa alienação se resolvia na coletividade social, como partilha, e outra em que essa alienação não mais podia se resolver dessa maneira, ficando restrita a alguma forma de apropriação privada dos resultados do trabalho, já nas sociedades de classe.

O aprofundar dessa divisão social do trabalho, em Marx e Engels (2007), só se torna realmente uma divisão quando divide-se o trabalho manual do espiritual (intelectual). Nesse momento, “a consciência pode de fato imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real” (p.35). A partir daqui, a consciência emancipa-se do mundo se lançando à construção da teoria, da filosofia, etc. O ideológico pressupõe uma determinidade/determinação materialmente constituída, como é possível notar a partir dessa passagem, entretanto, não é difícil antever que o aprofundamento dessa divisão social do trabalho vai ampliando o escopo possível da alienação, que, libertada da mediação coletiva nas sociedades de classes, já sinaliza para a necessidade satisfeita fora das minhas - nossas - mãos, de mãos que concretamente apareçam, culminando com uma produção que dominou o seu produtor.

A diferença entre a alienação do trabalho em geral e a alienação do trabalho no sociometabolismo do capital ainda não fora revelado, todavia é de suma importância entendermos que a alienação com especificidade capitalista corresponde a um aprofundamento dessa historicidade e sociabilidade típicas da ordenação da sociedade em classes distintas, a ocupar distintos espaços no processo produtivo e nos demais complexos fundados.

A especificidade da alienação no sociometabolismo do capital, ante as outras variantes históricas daquela nas sociedades de classe, deve-se à intensidade da separação metabólica que distanciou a possível garantia da sobrevivência material do coletivo social para, cada vez mais, colocá-lo em poucas mãos (retomaremos a questão da alienação). A dimensão ideal, a expressão ideal dessa relação material foi muito bem capturada por Konder (2020), que afirmou a ideologia como uma nova versão do enigma que a

Esfinge apresentou a Édipo; ao invés do “decifra-me ou te devoro”, a irônica moderna Esfinge provoca: “decifra-me, enquanto te devoro”.

Não sem razão, todo o aparente do conjunto sociometabólico do capital remete à transcendência, como se o mundo fosse comandado por externalidades, pois os rastros da vinculação dialética entre universalidade e singularidade - no capital tal vinculação **não** se direciona à coletividade/comunal, por isso a alienação que se aproxima do fundante ontológico do trabalho no capital funciona como antessala do estranhamento - foram expulsos do paraíso, e agora impôs a todos que comam o pão com o suor do seu próprio rosto, todavia, fazendo-nos acreditar que o EU desse trabalho pode, robinsonadamente, ser apenas EU; um EU, que não reconhecido e nem reconhecendo de fato onde está, não pode olhar para o outro senão como estranho.

Pelo fato do outro ser esse estranho - e eu ser estranho para ele - é que mais de meio milhão de mortes foram naturalizadas durante essa pandemia? A ideologia operada com armadura negacionista foi eficaz para continuar garantindo o deslocamento da objetividade material de onde ela está para onde ela desaparece. Como recorda Lukács (2013), independente do caráter de falsidade ou verdade de uma determinada ideologia, o que faz desta ideologia não é essa preocupação com aproximação da verdade, mas a sua capacidade de dirimir conflitos sociais, de operar em suas brechas e reificar as relações sociais como potência coisal/coisificante.

Se olharmos para *A ideologia alemã* de Marx e Engels (2007) e a sua definição da ideologia, observa-se sua substancialidade na compreensão de que a classe que é a força material dominante da sociedade, constituir-se-á como a força espiritual dominante dessa mesma sociedade. “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (p.47). A classe que controla os meios de produção material deterá o controle dos meios de produção espiritual, por essa razão “as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias” (p.47), expressando relações que fazem e naturalizam uma classe, como a classe dominante, “são as ideias da sua dominação” (p.47).

Ao promover a reificação das relações sociais e a naturalização e universalização da valorização do valor, como a economia política clássica intentava quando eternizava as categorias burguesas como imanentes a toda

a história da humanidade; não fica difícil perceber a evidência do caráter referendado por Lukács (2013), da ideologia como *efetividade prática* na resolução dos conflitos, todavia tal operação acentua e retroalimenta o caráter fetichista das relações sociais e intensificava a cortina de fumaça do “hieróglifo social” estampado na mercadoria.

A ideologia acentua aquelas “sutilezas metafísicas” e “argúcias teológicas” ditadas pelo fetichismo da mercadoria, ao passo em que é por essas acentuada - o fetichismo da mercadoria é a forma específica da alienação econômica capitalista (Netto, 1981; Konder, 2020). Como pondera Marx (2013),

Os homens não relacionam entre si seus produtos como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais do trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Por isso, na testa do valor não está escrito o que ele é. O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem (p.149).

A humanidade do humano esvaindo-se de si é o acentuar desse salto do caráter social da mercadoria para o caráter metafísico, a unidade social da mercadoria nega sua socialidade em função da garantia do lucro e do mais valor. Remete à lei geral da acumulação capitalista, cuja pegada vampiresca alimenta-se do sangue do trabalho vivo, e esse trabalho, agora abstraído e mortificado, faz saltar a humanidade do ser humano para a coisa. A coisificação, a ideologia e a alienação nascem de um terreno comum, da nossa escravização a um tempo de trabalho socialmente necessário como medida mediada de todas as coisas, porém essa “régua social” não se dispõe a necessidades efetivas reais, mas ao fim-em-si mercantil e esvaziado que produz o decréscimo do valor de uso no bojo dessa unidade dialética com o valor de troca.

As mortes promovidas e naturalizadas das mais de 611 mil² pessoas nessa pandemia pode ser captada por essa ótica da fetichização, alienação e coisificação que desumaniza. Ao completar um ano e oito meses, totalizando vinte meses de pandemia, a proporção relativa ao tempo das mortes aqui ocorridas é maior do que a quantidade de mortes, proporcionalmente ao tempo, em Auschwitz. Considerando que o campo de concentração mais conhecido do holocausto nazista teve um período de atividade que vai de maio de 1940 a janeiro de 1945, testemunhando, nos levantamentos mais realistas, algo em torno de 1,1 a 1,3 milhão de mortes³. A pandemia tragicamente conduzida como forma de potencializar a lucratividade, sobremaneira do capital financeiro, produziu uma média de mortes mensais (611 / 20) de 30.550 mortes. Em seu período de atividade, perfazendo 58 meses, a média mensal de mortes em Auschwitz foi de, considerando a estimativa mais alta, 1,3 milhões de mortos, algo em torno de 22.414 mortes por mês.

O que saiu das ruínas de Auschwitz depois da guerra? Na pandemia, a fração da ideologia dominante produziu sua inscrição em qualquer rincão deste país: “Salvem a economia!!!”. As inscrições de nossa desumanidade tornaram-se gerais, demonstrando a derrota da sociabilidade fundada no capital que, a essa altura de sua história, produz destrutividade e desumanização na mesma medida em que produz mercadorias, e talvez ampliando até mais o compósito da materialidade metafísica em detrimento da substância humana que, mesmo que negada, não pode desaparecer, pois é a única potência capaz de produzir um valor além de si mesmo.

O horror da expressão “e daí, eu não sou coveiro”, parece não afetar o *tic tac* que me leva a cada dia para o trabalho que se recusa em me libertar (diz-se, em alguns lugares e portões, que o trabalho liberta); tal recusa só pode ser mantida porque a ideologia, associada à materialidade da lei geral da acumulação acima aludida e “bebendo” dessa materialidade, viu - e reificou

2 Os dados referem-se ao quantitativo de mortes por covid-19 quando o texto foi escrito, em novembro de 2021. Números atuais, divulgados pelo Ministério da Saúde, contabilizam a marca de mais de 700 mil mortes, número infelizmente atingido em março de 2023. Consultar: <https://covid.saude.gov.br/>.

3 Dados analisados a partir dos seguintes sites: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>; <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/holocausto-pelo-menos-11-milhao-de-judeus-foram-mortos-em-auschwitz.htm>; <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/rotina-de-vida-e-morte-no-campo-de-auschwitz/>.

- a produção social de uma humanidade descartável agigantar-se, mediante à expulsão do trabalho vivo da composição de tudo que nos rodeia.

Essa condição de descartabilidade humana, que habita muito mais direta e claramente a superpopulação relativa (descendo ao lumpesinato), na medida em que repõe os estoques barateados de força de trabalho, regulando o seu preço, acentua o estranhamento, habilmente manipulado a partir da individualização atomística do humano, aparente no âmbito ontológico mediado pela ideologia, como uma cereja do bolo da naturalização da competição entre trabalhadores, muitas vezes traduzidas nas manobras ideológicas do darwinismo social. Não raro essa condição se acentua em matrizes liberais e neoliberais da produção ideológica, a exemplo da meritocracia.

2. De como não somos mercedores do amor de um cão, apenas de suas pulgas

Mas quem hoje pode afirmar-se como estando do lado de fora dessa superpopulação relativa⁴? A uberização do trabalho talvez discorde disso, andando de mãos dadas com a reforma administrativa, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária e a *offshore* do *old* Chicago Boy Paulo Guedes, que ficou 14 milhões de reais mais rico nos seus mil dias como Ministro da Economia desse país. Para as personae do capital, que corporificam-se no que representa Paulo Guedes, não somos mais do que Macabéas⁵.

4 Ocorreu-me que o próprio modelo produtivista de perfil fordista-toyotista, ao aprofundar a negação de si para o humano, representada na busca incessante pelo aumento do tempo de giro do capital, transfere ainda mais humanidade para a coisa, pois essa aceleração aumenta a sensação de produzir o nada, na medida em que o trabalhador não se reconhece no produto que sai de imediato das suas mãos e estranha-se em relação ao que está do seu lado na mesma linha de montagem; ao perceber, por vezes inconscientemente, que sua força vital ao saltar para a dança das mercadorias, sendo força vital abstraída e cega sobre a concreticidade do produto social em sua relação com a necessidade, leva consigo a possibilidade de realizar-se humanamente. Na academia, essa superpopulação relativa já está sendo produzida pelo capital acadêmico-financeiro abrigado nos fatores de impacto, que por sua vez pouco se importa ou faz se importar com o qualitativo, é tão destinado ao quantitativo quanto a produção social da indiferenciação de todo e qualquer trabalho concreto, direta ou indiretamente; por isso o modelo hegemônico de ciência e eficiência está mensurado na extensão do lattes.

5 Personagem do livro *A hora da estrela* de Clarice Lispector.

O personagem de Lispector (1998) sintetiza a desumanização - e a reificação - em algumas de suas falas, logo retornaremos a Macabéa, mas, antes, é necessário asseverar que em Marx, corroborado por Lukács (2013) e Netto (1981), a alienação possui, inevitavelmente, uma raiz no econômico.

Já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, obra escrita no período de juventude de Marx (2004), essa relação está posta e mantém-se ao longo do desenvolvimento do pensamento de Marx. Ter chegado a especificidade dessa alienação de base econômica do sociometabolismo do capital em sua obra maior, quando ao analisar a célula fundamental da sociedade e da riqueza abstrata burguesas, a mercadoria, percebeu que, sem encobrir-se de uma aura metafísica, estaria perigosamente expondo o que suga a humanidade do ser humano para a produção do valor. Objetivamente, como Marx destacou, ela não pode carregar na testa o que ela é. Para auxiliá-la a não se apresentar Hegel (2012) colocou a História fora do seu próprio eixo - na verdade o único a colocar a História no eixo foi Marx -, comandada de fora pela autoconsciência de um Espírito Absoluto, que pode transferir-se por uma espécie de “mediunidade”, para a sociedade civil, o tempo, o povo, o Estado, e fazer a História se locomover.

Para chegar a isso, foi necessário que Hegel chegasse ao trabalho - que espelho de sua inversão idealista seria transfigurado em Espírito - como base da sociedade e percebesse o processo de alienação. Entretanto, como pondera Konder (2009), o processo de alienação em Hegel confundia-se com o processo de exteriorização, ou melhor, eram postos como o mesmo processo; a chave da especificidade histórica do trabalho foi jogada fora de qualquer possibilidade, pois o sentido concreto e sociometabólico da alienação também foi perdido por completo, interrompendo a possibilidade de perceber se essa alienação, em sua especificidade histórica, está mediada no coletivo ou no individual. Apoiado em Konder (2009), ampliemos a compreensão das bases do conceito de alienação em Hegel:

Lukács mostra, ainda, que o conceito de alienação de que Hegel se serviu provinha de fontes diversas: de um lado, representava a retomada de temas da chamada ‘teologia negativa’, temas gnósticos, recebidos através de Jacob Boehme, segundo os quais a criação do mundo teria resultado da alienação de Deus (Deus - bom - se teria alienado num mundo mau, dilacerando-se a si mesmo numa trágica aventura); de outro lado, era a transposição para

a filosofia alemã da alienation inglesa, isto é, da expressão com que os economistas clássicos (Adam Smith, Ricardo) designavam a transferência da posse de uma mercadoria. Uma terceira fonte, ainda (fazendo abstração da fonte filosófica imediata, que foram as conceituações de Schelling e Fichte), e da maior importância, foi a concepção jusnaturalista do contrato social, segundo a qual os indivíduos seriam levados a aceitar a perda da liberdade que possuíam quando em estado natural (alienando-se, assim, desta liberdade) em troca de garantias comunitárias decorrentes do contrato social (2009, p.29).

A alienação para Hegel, alicerçada num chão triádico que expressa uma historicidade, não poderia ultrapassar o sistema idealista hegeliano, pois desse chão brotou nascendo do: a) teológico, que não pode abrir mão de uma leitura da ontogênese como uma externalidade situada no espírito; b) com a *alienation* inglesa, prendeu-se à posse da mercadoria que já ocultou a sua substância vital do/no trabalho vivo - por isso Hegel chega enviesado à especificidade da alienação econômica, por que já diluída na eternização categorial da apologética burguesa abrigada na economia política clássica, quando Hegel chegou lá; e c) do jusnaturalismo, que permite intercambiar essa relação da alienação que salta da troca de garantias comunitárias para a externalidade suprema do absoluto, pois a normatização da vida pressupõe-se no mesmo jogo categorial apriorístico.

A tendência para, no sistema hegeliano, contraditoriamente, acentuar-se alguns traços gerais da alienação capitalista, na medida em que os apaga no movimento da História preso no Espírito Absoluto, demonstra o tamanho do compromisso de Hegel com mãos invisíveis e “coerções surdas”. Lukács (2018), ao discutir a alienação como conceito central na Fenomenologia do Espírito, faz uma síntese extremamente perspicaz sobre o significado, para a História, do destino da alienação no reino do Espírito Absoluto:

Hegel anula, por meio de sua concepção global, aquilo que edificou minuciosa, penosa e argutamente no curso da exposição do processo. Já dissemos aqui que o processo histórico [em Hegel] como um todo tem uma meta - mais precisamente, a superação de si mesmo, seu retorno ao sujeito-objeto idêntico; de acordo com a concepção hegeliana da história global, da qual já tomamos conhecimento, trata-se de uma ‘alienação’ ao tempo [como a

criação do mundo resultou da alienação de Deus]. A revogação da História no sujeito absoluto é, portanto, uma superação do tempo, o que constitui consequência coerente da superação da objetividade. Por meio disso tudo, porém, não só o processo dialético da história foi posicionado entre duas fronteiras místicas, nas quais reaparecem as categorias religiosas da criação do início e do fim dos tempos, mas início e fim do processo histórico tem que coincidir⁶, isto é, o fim da história tem de estar já pré-formado já em seu início. Estamos tratando aqui da mesma autorrevogação de sua própria concepção genial mediante a universalização desmedida e ilimitada que já constatamos ao tratar da teleologia (p.697-698).

Marx (2005) captou muito bem o potencial que havia no idealismo hegeliano para elevar à potência máxima a ideologização e alienação/coisificação da História como um todo - opera-se a alienação da história, o que pode produzir graves consequências ante a ampliação da barbárie e da desumanização, pode nos convencer inclusive, que somos nós - quem é de fato esse “nós”? - os responsáveis pela barbárie e pelas nossas próprias misérias.

Uma condição miserável facilmente requer ilusões metafísicas para não comprometer o “hieróglifo social” da mercadoria e do ser humano como mercadoria. A religião é esse sol ilusório que gira em torno das nossas misérias reais. Assim percebeu que a crítica da religião é o pressuposto de toda crítica, numa Alemanha que entrava vorazmente na corrida imperialista. Por que o pressuposto de toda crítica está na crítica da religião? Porque ela representava uma das formas mais refinadas de educar socialmente para a alienação de si, de sua humanidade; a raiz do humano que se perdeu, se perde ainda mais profundamente, pois, de partida, tem a condição de abrir mão por completo do mundo terreno. Nas palavras do próprio Marx (2005), “O homem, que na realidade fantástica do céu, onde procurara um ser sobrehumano, encontrou apenas o seu próprio *reflexo*, já não será ten-

6 Apesar das infundadas acusações de que o marxismo - querendo dizer Marx - seja exatamente essa apologia de uma história cujo fim teleológico determina-se de antemão, nada mais errôneo, e apenas pode ser dito por quem jamais chegou próximo da riqueza da ontologia marxiana, pois saberia que Marx nos ensinou que a história não está nas mãos de nenhum titereiro, senão nas nossas próprias mãos. Uma pergunta salutarmente irônica: onde é possível ver com mais clareza o fim da história? Em Hegel e Fukuyama ou em Marx e Engels?

tado a encontrar a aparência de si mesmo - apenas o não humano - onde procura e deve procurar a sua autêntica realidade” (p.145).

A inversão sintetiza-se na sua assertiva: “o homem faz a religião, a religião não faz o homem” (Marx, 2005, p.145); pois o homem que tem nessa religião sua autoconsciência e seu sentimento de si, não foi encontrado e permanece perdido, ao que prossegue Marx (2005): “O homem não é um ser abstrato acororado fora do mundo [...]”. Como realização fantástica da essência humana, a religião apenas sinaliza que a essência humana não possui verdadeira realidade. Marx (2005) ainda destaca que a miséria religiosa, ao passo que expressa a miséria real, é um protesto contra ela. Por não abrir mão do processo histórico, sendo o primeiro a situá-lo na efetividade ontológica da autocriação humana, Marx (2005) situa a crítica radical como aquela que agarra as coisas pela raiz sem jamais esquecer que a raiz do humano é o próprio humano.

E o que bloqueia essa verdadeira realidade da essência humana que Marx acertadamente acentua em sua crítica da filosofia do direito de Hegel? Marx (2005) já traduzia argutamente que há uma cegueira socialmente construída que pesa sobre o processo societal, por colocar todas as vidas humanas ou não a serviço do lucro. Precisamente nisso reside que a crítica, além de não poder abandonar a dialética da aparência *versus* essência, precisa desnudar cada vez mais toda forma filosófica especulativa se quiser depurar o real significado do que está por trás do capital. A crítica da metafísica hegeliana e de suas falsificações diversas fazia-se imperativa, ao lado do esclarecimento sobre as raízes da miséria real. Enfrentou-se com Hegel e com os jovens hegelianos e desmontou a Crítica crítica - o ato da crítica que põe a fraseologia como criadora do mundo -, demonstrando a sua forma operativo-lógica no que ele chamou de: *Os mistérios da construção especulativa*.

Na *Sagrada família*, Marx e Engels (2009) nos falam desses mistérios de uma maneira bem interessante:

Quando, partindo das maçãs, das pêras, dos morangos, das amêndoas, reais eu formo para mim mesmo a representação geral ‘fruta’, quando, seguindo adiante, *imagino* comigo mesmo que a minha representação abstrata ‘a fruta’, obtida das frutas reais, é algo existente fora de mim e inclusive o *verdadeiro* ser da pêra, da maçã, etc. acabo esclarecendo, - em termos es-

peculativos - ‘a fruta’ como a ‘substância’ da pêra, da maçã, do umbu, etc. Digo, portanto, que o essencial da pêra não é o ser da pêra, nem o essencial da maçã o ser da maçã. Que o essencial dessas coisas não é a sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, ‘a fruta’ (...) As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas *aparentes*, cujo ser real é ‘a substância’, ‘a fruta’ (p.72).

Essa operação da construção especulativa, que Marx e Engels (2009) expressam, nos ajuda/ensina a depurar o real e verdadeiro sentido da materialidade do mundo, imanente à existência natural da fruta efetiva que mata a fome tirada do pé; pois nenhuma maçã (ou pera, morango, amêndoa) especulativa, como fruta, é capaz de matar a nossa fome; ao fim e ao cabo, é isso que eles temem: que nós entendamos o sentido da radicalidade, que é apenas possível de ser encontrada no marxismo (a raiz do homem é próprio homem, a raiz do humano é o próprio humano e nada pode nos fazer, do ponto de vista prático, escapar dessa realidade); e que essa ineliminável condição da humanidade produtora de si, seja descoberta naqueles e como aqueles que reclamam as frutas reais de quem as tira, verdadeiramente, do pé. E não é nenhum Messias, tampouco Jeff Bezos ou Elon Musk, estes últimos agora *entretendo-se* com investimentos destinados a viagens espaciais e possíveis rotas turísticas visando colonizar Marte⁷.

Dessa maneira, Hegel foi a maior expressão (e o maior representante) dessa circularidade ontológico-metafísica. Na medida em que o movimento do real se aprisiona na construção especulativa, é o movimento autoconsciente do conceito que passou a mover o mundo, logo é a Ideia (o Espírito). Esse deslocamento entre a efetiva objetividade material do mundo e sua apresentação como ideia é que permite dizer, em meio a uma pandemia, que a “*covid-19*, nesse país de maricas, é só uma gripezinha, e que todo mundo vai morrer”; pois o real é supostamente forjado no discurso e no discurso pode ser destruído, a despeito das mais de 611 mil mortes e incontáveis lágrimas concretas, efetivas, reais.

7 Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/os-bilionarios-que-querem-investir-na-exploracao-especial/>. Acesso em 10. dez. 2022.

Percebendo que seria impossível conhecer a natureza histórica específica da alienação, sem o recurso à sua dimensão material efetiva - a esfera econômica do processo geral da alienação -, pois correria o risco de não captar o bloqueio da verdadeira realidade da essência humana, Marx (2004) começa a descer ao inferno da mercadoria para desvendá-lo e lá encontra o trabalho alienado-estranhado, cujo controle fornece a base para forma da propriedade privada capitalista. “A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo material da propriedade privada, que passa, na realidade, por formas gerais, abstratas, que passam a valer como leis para ela” (p.79).

A especificidade do trabalho que sustenta a propriedade privada, escravizada única e exclusivamente pela contabilidade lucrativa do capital e sua espaço-temporalidade, necessitou produzir não apenas o trabalho como mercadoria - a força de trabalho -, mas o próprio trabalhador enquanto tal. Mergulhado nessa atmosfera que produz para necessidades não imediatas, logo cada vez mais estranhas, atou o nosso destino ao destino da mercadoria e nos rebaixou à mais barata e descartável dentre todas elas. A síntese de Marx (2004) é expressão concreta desse processo:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (p.80).

O que esse fato exprime? Marx (2004) responde essa pergunta dizendo que o real significado dessa relação é que o objeto produzido pelo trabalho “[...] se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (p.80). O trabalho fixado no objeto, como produto faz-se *coisal*, é a objetivação do trabalho (sua efetivação), mas essa mesma efetivação aparece como “[...] desefetivação, como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como estranhamento, como alienação” (p.80).

Perdido de sua criação o objeto do seu trabalho lhe é estranho e serve a forças que lhes são estranhas, distanciam-se de suas necessidades do estômago e da fantasia; e, no meio de uma convivência cotidiana com o estranho do que eu produzo, e, de outros, que estão do meu lado, produzindo algo estranho também para si, o incômodo do estranhamento acaba por configurar-se numa recusa aparente ao coisal e numa tentativa de tatear os rastros humanos, porém o trabalhador estranhado só pode chegar assim à mercadoria que lhe roubou sua humanidade. Esta talvez lhe seja menos estranha, pelos seus rastros, do que propriamente o outro que como eu, no pesadelo do dia seguinte, retorna à “linha de montagem social” para produzir coisas-humanizadas e humanidades-estranhadas. Tudo isso agigantado pela forma da riqueza na sociedade regida pela mercadoria: um imenso acúmulo do seu em-si estranhado, uma coleção de mercadorias.

Compreendendo esses processos em sua totalidade Marx (2013) ponderou sobre a alienação que nasce mais diretamente do capital na produção de suas relações sociais e econômicas, o *fetichismo da mercadoria*, que condensa muito a materialidade do “hieróglifo social” e das coerções mudas exercidas pelas relações econômicas selando o domínio do burguês sobre os trabalhadores. Conforme explicita Marx (2013),

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza

física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias [...] Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (p.147-148)

Essa alienação-coisificação é o que nos produz Macabéas. Nasceu inteiramente raquítica no sertão alagoano - mas poderia ser em São Paulo, o padre Júlio Lancelotti pode atestá-lo - e perdera os pais aos dois anos de idade de febres ruins no sertão de Alagoas. Quando pequena, foi tomada de súbita vontade de criar um bicho, mas a tia que a criava achava que um bicho era mais uma boca para comer, então a pobre menina inventou que só lhe cabia criar pulgas, pois não merecia o amor de um cão (isso soa até metafisicamente religioso, o sol ilusório dessa criança, naquele momento, habitava a sua indignidade quanto ao amor do cão) (Lispector, 1998).

Para Macabéa, fora Deus, a realidade era muito pouco, dava-se melhor com um irreal cotidiano,

Mas tinha prazeres. Nas frígidas noites, ela, toda estremecente sob o lençol de brim, costumava ler à luz de vela os anúncios que recortava dos jornais velhos do escritório. É que fazia coleção de anúncios. Colava-os no álbum. Havia um anúncio, o mais precioso, que mostrava em cores o pote aberto de um creme para a pele de mulheres que simplesmente não eram ela. Executando o fatal cacoete que pegara de piscar os olhos, ficava só imaginando com delícia: o creme era tão apetitoso que se tivesse dinheiro para comprá-lo não seria boba. Que pele, que nada, ela o comeria, isso sim, às colheradas no pote mesmo. É que lhe faltava gordura e seu organismo es-

tava seco que nem saco meio vazio de torrada esfarelada. Tornara-se com o tempo apenas matéria vivente em sua forma primária. Talvez fosse assim para se defender da tentação de ser infeliz de uma vez e ter pena de si. (Quando penso que eu podia ter nascido ela - e por que não? - estremeço. E parece-me covarde fuga de eu não-ser, sinto culpa como disse num dos títulos) (Lispector, 1998, p.38-39).

Um pouco à frente o narrador/escritor, depois de expor a que grau de coisificação chegamos, quando o creme tem mais vida que Macabéa, a tal ponto de querer comê-lo - uma propriedade mágica, fantasmagórica? -, relata que a moça é uma verdade da qual ele não queria saber, complementando: “Não sei a quem acusar mas deve haver um réu” (Lispector, 1998, p. 39). O processo sociometabólico do capital, ancorado no tripé Estado-Capital-Trabalho, nos coloca a todos no banco dos réus das relações fetichistas do valor, contudo alguns, mesmo sentados nesse banco lucram, enriquecem e continuam a explorar o trabalho alheio.

O ponto que representa a culminância dessa fetichização extremada - ancorada em outras alienações - está bem representado no ponto mais alto de sua concreção: a saber na equivalência geral que termina por apagar os restos dos rastros humanos das coisas ao nosso redor: o dinheiro. Até lá a sua centralidade é garantida ainda mais pelo desenvolvimento das formas financeiras do capital desde o século XIX, culminando na maturidade desse desenvolvimento após a década de 1970 (crise do petróleo, Bretton Woods). Marx (2015) expõe parte desse processo:

A individualidade humana, a moral humana, transforma-se, simultaneamente, em artigo de comercial e na existência material do dinheiro. Em lugar do dinheiro, do papel, é a minha existência pessoal, a minha carne e o meu sangue, a minha virtude social e a minha reputação social que se tornam a matéria e o corpo do espírito do dinheiro. O crédito calcula o valor monetário não em dinheiro, mas em carne e coração humanos. Este é o ponto em que todos os progressos e todas as inconseqüências ocorrentes no interior de um sistema falso constituem a suprema regressão e a suprema consequência da abjeção (p.206).

3. Considerações derradeiras em aberto: humanidades (des)encontradas?

Para finalizar, uma pergunta: E como as ciências humanas e sociais no geral - e a Geografia em particular - vêm lidando com esse estado de coisas, com a fantasmagoria pressuposta no espaço-tempo⁸? Respondendo à crise do rebaixamento do horizonte da filosofia burguesa, que remete à respostas prático-teóricas (práxis), refugiaram-se nos irracionalismos diversos, no pós-modernismo, no pós-estruturalismo - sob o postulado da separação entre objetividade e subjetividade; e, ao romper com as metanarrativas, amplia-se a reificação, pois abandona-se, a priori, a possibilidade de compreender que o capital só pode ser bem-sucedido se conecta organicidades e espaço-temporalidades distintas sob a sua condução global.

Assim, não encontramos mais o que nos faz alienados e estranhos entre si, a dialética é invertida rumo a uma metafísica pura que almeja fazer o mundo andar (mas a revolução é um ato prático, não puramente mental; assim como nossos atos ontológicos imediatos e derivados) no piloto automático. Recentemente foi publicada uma reportagem no El País⁹ que trouxe a informação de que em agosto do corrente ano, uma filial de uma empresa russa de software, sem aviso prévio, decidiu demitir 150 dos seus 450 funcionários das filiais de Prem e Moscou, seguindo a recomendação

8 “No meu entender, tanto as abordagens tradicionais hoje submetidas à crítica quanto às novas posturas são profundamente antidialéticas. Elas não só postulam uma separação artificial entre objetividade e subjetividade (ou liberdade e necessidade) esquecendo que uma está implicada na outra, mas também ignoram um princípio básico da dialética que afirma que são os indivíduos (homens e mulheres) que fazem história, se bem que a façam em condições que não foram por eles escolhidas. O resultado desse movimento de uma postura teórica para outra foi que se passou simplesmente de um tipo de reducionismo a outro. Ao reducionismo econômico substituiu-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou linguístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se invertem os termos do discurso historiográfico. A um tipo de reificação opôs-se outro. O que se assistiu foi a uma mera inversão de duas posturas igualmente insatisfatórias, nenhuma das quais faz jus à complexidade da dialética e da teoria da práxis” (Costa, 2014, p.13). COSTA, E. V. da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [pág. 9 - 28].

9 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-10/150-demissoes-em-um-segundo-assim-funcionam-os-algoritmos-que-decidem-quem-deve-ser-mandado-embora.html>. Acesso em 17. nov. 2021.

de um algoritmo de eficiência no trabalho, que os considerou “improdutivos” e “pouco comprometidos”, isso tudo sem desgastar algum funcionário do RH para demitir em bloco, e tudo isso não levou mais de um segundo. Parece que o real sentido de sermos transformados em carcaça do tempo, como observou Marx, é apenas o dia seguinte.

Faz-se urgente reorientar as nossas produções teórico-metodológicas se almejamos ultrapassar a condição de uma sociedade onde a produção domina aqueles que produzem e não o contrário, e a sua mola propulsora fundamental - em suas decorrências dialéticas matérias-ideais - o valor, segue sugando toda pulsão de vida que existe. Todos nos desumanizamos ante a barbárie do capital, e essa fábula fala não apenas de ti, mas de todos nós.

Referências

- COSTA, E. V. da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- DUTRA JR, W. O **(des)conceito de homem na leitura do espaço-tempo postulado na Geografia Humana: os enigmas de uma Geografia humana sem homens**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2015.
- HEGEL, G. W. F. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. 4º Ed. São Paulo: Centauro, 2012.
- HEILBRONER, R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (Col. Os Economistas).
- KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social, 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, K & ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do**

socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 - 1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Sagrada Família:** ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. 1º reimp. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Cadernos de Paris; Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

As Contadições da Práxis: Espaço, Tempo e Território



<https://www.pexels.com/pt-br/foto/tv-preto-crt-em-campo-marrom-sob-nuvens-brancas-5721873/>

CAPÍTULO 7

Representações, uso e apropriação do espaço

Sinthia Cristina Batista

1. Ponto de partida: a Geografia, os mapas, os sujeitos e as lutas sociais

Historicamente no Brasil, a luta pela terra, os processos de reivindicações pelo uso do espaço e reconhecimento do direito fundiário, assim como as delimitações territoriais dos povos indígenas e quilombolas, instituíram processos de mapeamentos mobilizados por uma cartografia “militante”, fortemente marcada pelo trabalho antropológico e, paulatinamente, pelos projetos de ordenamento territorial. Os processos produtivos e os conteúdos das múltiplas cartografias existentes convocam a Geografia para o debate sobre as representações, em especial, do espaço.

Neste texto, objetiva-se trazer alguns elementos que evidenciem o modo pelo qual a Geografia entra nessa discussão, destacando as pesquisas e as proposições das representações do espaço produzidas subjetivamente, porque é a partir desses estudos que se introduz a relação entre experiência e representação, apresentando-se como um primeiro momento da reivindicação pelo uso do espaço.

A escolha por trabalhar “cartografias subjetivas” e estabelecer uma relação com as lutas sociais justifica-se por compreender que neste debate há um fundamento teórico-prático que também aparece nos processos de mapeamento coletivo, junto à comunidade. Trata-se da ponte entre Geografia e Antropologia, em uma busca por problematizar o espaço dos sujeitos sociais e o uso do espaço, portanto, esta análise indica um ponto de partida para alcançar a compreensão de como a Geografia se estabelece nos

processos de mapeamento implicados nos processos de luta. Pretende-se partir da análise de alguns caminhos percorridos pelas pesquisas no campo da Geografia e Cartografia trazer elementos para o debate à luz da teoria crítica.

Observa-se que, grosso modo, as múltiplas cartografias produzidas pela Geografia brasileira estão referenciadas em três perspectivas teórico-metodológicas: de cunho estruturalista e pós-estruturalista, vinculada à análise discursiva do mapa que busca disputar as narrativas sobre o uso e a gestão do espaço; de fundamentação fenomenológica, situada nas representações subjetivas de modo a evidenciar os vínculos com o lugar e as realizações do uso, e, por fim, a perspectiva fortemente desenvolvida e promovida pelo Estado, fundamentada no neopositivismo, que está estreitamente vinculada ao uso dos “Sistemas de Informações Geográficas” para capturar as variáveis espaciais de uso e gestão a fim de estabelecer a funcionalização do espaço, utilizando-se de uma “roupagem” da participação.

Tais perspectivas, por se tratar de posturas teórico-metodológicas e também políticas, em muitos momentos conflitam e se entrecruzam. Por força de seus argumentos e reivindicações, produzem, contraditoriamente, por meio de suas representações, as estratégias da luta pelo espaço e, em muitos momentos, a subordinação dos diferentes sujeitos sociais à partilha territorial.

Destaca-se que neste processo os diferentes projetos cartográficos trabalham fortemente a partir da relação entre a experiência subjetiva e suas representações como estratégia para o reconhecimento da legitimidade dos usos tradicionais do espaço e da possibilidade de acessar as necessidades básicas para a sobrevivência. Provocam, portanto, a Geografia para se debruçar sobre os conteúdos e significados da subjetividade (individual e/ou coletiva) como forma de expressão e aproximação do real, bem como problematizar a força de suas representações.

Seja nas lutas sociais, seja no processo educativo, é fundamental questionar-se sobre a relação entre experiência, prática (uso), apropriação, conhecimento e transformação social. Neste movimento, urge reconhecer de que modo as representações do espaço mobilizam os espaços de representação para o enfrentamento à produção desigual do espaço. Trata-se, sobretudo, de situar e analisar as representações, a luta de classes e a política do espaço.

2. O mapa e a experiência

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 a Geografia brasileira, a partir do da pesquisa sobre o ensino de Geografia, constituiu uma “cartografia escolar” que, na efervescência do debate promovido pela Geografia Crítica, inaugurou a necessidade de discutir teórico-metodologicamente a própria cartografia. Neste contexto, foram levantados questionamentos fundamentais, dentre os quais se destacam: como se estabelece a produção e o uso dos mapas; a relação entre cartógrafos e leitores/usuários de mapas; como se dá e o que realizam os processos de mapeamento; quais são os conteúdos social e histórico dos mapas. Assim, emerge a relação entre a linguagem e a Geografia, que gera o debate entre a semiologia, a teoria da comunicação, as teorias comportamentais e da cognição e as teorias psicogenéticas focadas no desenvolvimento das relações espaciais na/da criança.

Desse modo, as pesquisas em cartografia realizadas pela Geografia brasileira contribuíram para uma profunda alteração do processo de instituição da cartografia na escola¹, assim como consolidaram o debate teórico-metodológico sobre a cartografia e sua relação com o trabalho das geógrafas e geógrafos. Nos últimos vinte anos, destacam-se dois caminhos investigativos: um que parte das relações entre subjetividade e espaço - com a busca do desenvolvimento e compreensão dos mapas mentais - e outro focado na análise dos discursos sociais produzidos pelos mapas, bem como na relação entre política e território.

A cartografia, então, seja no ensino, seja na pesquisa e na mobilização social, assumiu fortemente o mapa mental como a representação espacial subjetiva, de indivíduos ou de coletivos, algo que aproxima os sujeitos do espaço social. O uso dos mapas mentais como aproximação das experiências foi inicialmente referenciado na leitura, fundamentada pela tese de Lívia de Oliveira (1978), que sugere a percepção e a cognição como formas pelas quais se atinge as relações espaciais².

1 A cartografia escolar é institucionalizada pelo Estado Brasileiro, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no final dos anos 1990, começo dos anos 2000. Com o enfoque do letramento cartográfico em que os mapas mentais seriam parte desse processo de aprendizagem.

2 OLIVEIRA, L. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo: IG/USP. N.32. (Série Teses e Monografias), 1978.

A maior parte das proposições para a cartografia na escola considera o mapa mental como uma representação “livre” do espaço, um reconhecimento da cartografia, ao mesmo tempo que indica as experiências espaciais dos estudantes³. Ele seria, portanto, um ponto de partida, uma vez que é fruto de uma memória cognitiva sobre o espaço, portanto mental, para avançar sobre as leituras da experiência do (e no) espaço.

Desde então, generalizou-se o uso de mapas mentais no ensino de Geografia como estratégia de aproximação da linguagem cartográfica formal, trazendo para os mapas o estatuto da observação e das múltiplas formas de representações do espaço. Um caminho para quebrar a dureza e o distanciamento das cartas e mapas (que são tecnicamente e cartesianamente construídos para representar a superfície da terra) a fim de superar apenas o ensino do mapa, alcançando o ensino de Geografia a partir do mapa e, por fim, realizar a ambos os processos. Trata-se de um caminho interessante para questionar o domínio técnico da produção dos mapas e iniciar a produção individual destes, mas que não altera efetivamente o uso desses, tampouco a apropriação da cartografia.

A leitura de propostas que se debruçam sobre o mapa mental, principalmente práticas pedagógicas, possibilita observar uma crescente valorização do método fenomenológico nas pesquisas, com traços marcantes do ensino da Geografia crítica, como possibilidade de compreensão da relação entre subjetividade e objetividade.

Como discutido em Batista (2014), essa construção está alicerçada num jogo metodológico tecido num contexto de renovação do ensino de Geografia que, por força dos debates travados no seio da Geografia Brasileira, alia, grosso modo, a “Geografia Crítica” à “Geografia Humanística”, para que o mundo vivido pelos estudantes seja uma espécie de ponto de partida para compreender o mundo que “os cerca”. Por serem perspectivas teóricas ancoradas por bases filosóficas diversas, é fundamental demarcar a existência de uma tensão entre elas.

3 Há um debate estabelecido sobre como trabalhar as representações livres do espaço no processo de aprendizagem da cartografia, mas não entraremos neste momento na discussão. É importante destacar que esta prática do trabalho com os mapas mentais na escola está referenciada principalmente nos trabalhos de pesquisa e proposições metodológicas de Maria Elena Ramos Simielli e Rosângela Doin de Almeida. Ver as principais teses em: ALMEIDA, R. D. (org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

Em linhas gerais, a proposta da Geografia Crítica compreende o homem historicamente, imbricado em seus sistemas de representações do mundo, portanto é preciso estabelecer o pensamento crítico que desvele tais representações e possibilite a luta pela transformação social. Neste sentido, o sujeito é também sujeitado, mas pode historicamente construir condições de sua emancipação.

A “Geografia Humanística”, por sua vez, está assentada sobre a Fenomenologia, que busca um resgate do homem, a partir de suas bases existenciais, valorizando a voz do sujeito sobre o mundo que vive. Neste sentido, o sujeito sabe o que vive, pode ter visões de mundo diferenciadas das de outros sujeitos, outros olhares. Essa abordagem valoriza a cultura (como modo de vida e não como superestrutura), bem como as necessidades vitais espontâneas do homem, desenvolve um sentimento de pertencimento ao lugar, embora em algumas oportunidades pareça não questioná-lo. Surge daí a constatação de que é preciso ir além, isto é, desvendar os processos históricos da produção da linguagem e da relação (mediação) que se estabelece entre espaço e a sociedade.

A noção de mapa mental constituiu-se a partir de referenciais teórico-metodológicos e de práticas de pesquisa que colocam na centralidade a relação entre linguagem, experiência e subjetividade, e os estudos de Kozel (2006; 2009; 2010) são amplamente utilizados na Geografia brasileira como uma referência para essa noção. Esta autora acessa perspectivas teóricas que em muitos pontos divergem entre si, procura estabelecer articulação entre a Geografia Cultural, a teoria das representações sociais com base na psicologia social e a discussão sobre linguagem e sociedade, tal como essa surge nos trabalhos de Mikhail Bakhtin.

Linguagem e representação sintetizam-se em uma propositura metodológica que procura capturar os significados imediatos dos signos apresentados nos mapas que emergem das experiências espaciais dos sujeitos. Na aplicação da “Metodologia Kozel”, há uma descrição em detrimento de uma análise bakhtiniana, que tem como foco o sujeito social, uma vez que toma como verdade a subjetividade de quem mapeia, ou seja, desconsidera a representação produzida pelos mapas que emerge de uma determinada consciência social que pode ao mesmo tempo alcançar e se distanciar do real. Tais construções sociais são como signos, portanto a possibilidade é de capturar o mundo vivido e concebido pelos sujeitos considerando a per-

cepção e a representação, etapas importantes do processo cognitivo e de expressão simbólica dos sujeitos que elaboram os mapas, discursando sobre a sociedade que experimentam e concebem.

O enfoque dá-se pela valorização do mapa mental como possibilidade de uma “Cartografia Cultural” que valoriza a perspectiva do sujeito, entendido em sua sociedade, ressaltando-se a importância da superação do olhar do sujeito, apontando para o entendimento das relações dialógicas estabelecidas entre o EU e o OUTRO, para uma análise mais ampla do indivíduo no contexto social e cultural em que está inserido (Kozel, 2006, p.136). A análise é do SUJEITO fruto do contexto histórico, cultural, produzido pela sociedade, perspectiva atrelada ao fenomenológico como estrutura do pensamento analítico. Determinações subjetivas e discursivas se entrecruzam, assim como as possibilidades do debate no campo das relações sociais que produzem as relações dos sujeitos no e com o espaço.

Esse caminho tem se manifestado em diferentes pesquisas da Geografia Brasileira nas quais o aspecto cognitivo é estruturado a partir da dimensão simbólica manifesta em múltiplas representações, capturando no campo da cultura o vivido e a percepção que são decodificados pelos sujeitos a partir de **seu mundo existencial e suas experiências no espaço**. É por este motivo que é fundamental apresentar a crítica aos cruzamentos teóricos estabelecidos por essa abordagem.

Se os mapas mentais carregam uma relação expressa entre experiência e os significados do espaço, certamente constituem-se em representações do espaço da vida social, carregam ideologicamente uma realização prática desse mapa. Assumido como uma representação que sinaliza diferentes experiências, vivências e significados do e no espaço, trata-se, em primeira instância, de revelar uma percepção individual e por vezes “afetiva” dos objetos, fenômenos e fatos do mundo que revelam os sentidos atribuídos aos lugares. Em síntese, apresenta os vínculos que o sujeito estabelece com o espaço, contudo, no modo de produção capitalista, esses vínculos se realizam de modo contraditório, tensionando a relação entre apropriação e propriedade privada.

3. O mapa, a existência e a reivindicação do uso

Seja na perspectiva fenomenológica, seja na perspectiva pós-estruturalista, é na noção de “geograficidade” que a Geografia brasileira tem fundamentado a mediação estabelecida entre a representação e o vínculo espacial, como **discurso** alternativo sobre o espaço, como manifestação de outras possibilidades de viver o espaço. O conceito de geograficidade, resgatado na leitura de Eric Dardel,⁴ está situado como algo nato e/ou intrínseco ao ato de existir no espaço.

É potente perseguir o debate fenomenológico sobre o vivido, uma vez que Eric Dardel sugere que para alcançar os vínculos com os lugares é preciso alcançar múltiplas relações sociais para debater a questão do pertencimento. Nos trabalhos que assume a perspectiva da Geografia Cultural, nos quais é amplamente utilizada a noção de mapas mentais, observa-se uma fusão entre os conceitos de geograficidade e vida cotidiana, certa junção entre o vivido como condição fenomênica e o espaço vivido (comumente destacado da análise tridialética de Henri Lefebvre). É tarefa intelectual avaliar as articulações frutíferas, bem como as armadilhas dessa incoerência teórico-metodológica.

De todo modo, ampliam-se a produção cartográfica e as pesquisas sobre o uso dos mapas sob esta articulação teórico-prática, cunhada sob o conceito de geograficidade, que procura expressar a relação entre existência, experiência e prática socioespacial. Considerando o mapa como representação, mais algumas questões se colocam: O que estas representações alcançam? Qual é o conteúdo social e político dos vínculos espaciais? É fundamental reconhecer o que concretamente as pesquisas vêm trazendo para o debate e problematizar os momentos de realização dos mapas como expressão da experiência e uso do espaço: como manifestação subjetiva, como experiência coletiva e como representação.

A leitura da pesquisa de Amélia Batista Nogueira⁵, realizada no final dos anos 1990 na Amazônia brasileira (espaço de disputa geopolítica e resis-

4 DARDEL, E. *L'uomo e La Terra, Natura della realtà geografica*. Milano: Edizioni UNICOPLI, 1996 é umas das referências centrais.

5 Uma das primeiras teses na geografia brasileira a se debruçar sobre os mapas mentais problematiza as relações imbricadas no processo de circulação dos comandantes de embarcações no Amazonas, permitindo o debate entre as possibilidades teórico-metodológicas de apropriação dos mapas subjetivos.

tência dos povos indígenas e camponeses ao avanço destrutivo do capital), é um ponto de partida importante, pois evidencia a busca teórica da Geografia brasileira em instituir na noção de geograficidade a possibilidade de analisar a relação entre a vida social e o espaço.

Nogueira (2001) propõe, sob a perspectiva fenomenológica, o mapa mental como a mediação capaz de capturar o mundo vivido dos sujeitos e as práticas que manifestam sua relação com a natureza e com os outros homens. Para a autora, a manifestação da geograficidade a partir de representações gráficas bidimensionais, espaciais, são carregadas de simbologia que explicam a relação existencial e a experiência humana.

Desse modo, os mapas carregam, para a autora, o lugar por meio da experiência e da percepção, e a percepção surge como a forma de aquisição do conhecimento sobre o mundo, portanto reveladora da geograficidade dos indivíduos, ou seja, de sua relação espacial com a natureza, seus saberes e práticas. São as representações mentais dos lugares, a partir da memória (lembança e gravação/fixação do ordenamento das coisas), que manifestam o imaginário, o simbólico e o real, aquilo que o sujeito vê e é, revelam as experiências vividas. Sob esta perspectiva, os mapas associam o lugar à subjetividade e não podem ser compreendidos fora dela.

No entanto, a relação entre o lugar e o olhar pode ser tensionada criticamente, uma vez que o olhar está implicado teoricamente, procura por algo, e o lugar não é apenas estabelecido pelo vínculo afetivo, mas também produzido socialmente. Para além da subjetividade, há o espaço vivido que situa a necessidade de se questionar como se inscreve esta subjetividade não de forma individual, mas social e coletivamente.

Assim, é fundamental questionar o próprio olhar do sujeito e sua consciência sobre o lugar. O olhar do sujeito não é o olhar do sujeito que vive o mundo que produz e também produz a si mesmo? Será que olhar o mundo a partir dos olhos do sujeito nos permite compreender o lugar a partir das relações que o produzem sem considerá-lo um sujeito social? Não estaria a vida cotidiana, portanto a subjetividade, “inscrita” numa totalidade?

A investigação de Nogueira (2001, p.14-15) traz para o debate geográfico como a partir das representações de sujeitos sociais, que são moradores e produtores desse lugar, é possível iluminar as práticas espaciais e o modo de vida ribeirinho. Apresenta, com abundância de detalhes, a experiência

dos Comandantes na atividade da navegação e o conhecimento sobre a hidrografia e a circulação pelas águas.

Neste processo investigativo, há uma sistematização dos mapas mentais com base na estrutura da carta topográfica, ação que leva à reflexão crítica de como a cartografia estabelece-se como representação à luz da teoria crítica. O ato de produzir um mapa dessas experiências tendo como base uma cartografia de Estado revela a necessidade em representar uma determinada forma de uso do espaço que seja equivalente ao espaço concebido pelo Estado: o espaço da circulação. A representação desloca o uso para a situação, ou seja, o local onde ocorre a vida social, coloca-se como um levantamento de informações sobre o lugar. Pode, contraditoriamente, potencializar as relações sociais que produzem os modos de apropriação e socialização da natureza e ao mesmo tempo sugerir certa verdade do lugar, uma vez que é um mapa posto como fiel à realidade, porque está próximo aos mapas técnicos, apenas com conhecimentos mais amplos sobre a morfologia do espaço.

Sugere-se uma “realidade física única”, com diferentes consciências, entre os diferentes sujeitos (Comandantes e os Cartógrafos do Estado). Esses mapas, contraditoriamente, revelam a possibilidade de conhecer o lugar a partir das práticas desses sujeitos, suas estratégias de apropriação, bem como instituir novas estratégias de dominação. Compreende-se que mapas produzidos por diferentes sujeitos sociais, que parecem apenas descrever a realidade vivida, alcançam muito além das relações existenciais do homem, mas de determinada consciência das condições materiais e sociais desta existência a partir da produção de suas representações. Esse processo sinaliza a tensão entre os espaços vividos e o porvir do espaço concebido.

É nessa medida que é possível constatar que paralisar a análise dessas representações na compreensão entre a relação existencial do homem com o mundo, ao conhecimento possível sobre o mundo que vive por meio do reconhecimento das práticas dos habitantes do lugar, tratada como geografia, congela a possibilidade de alcançar as substituições operadas pela própria cartografia como representação. É substituir o reconhecimento das condições da vida material pela apresentação dos recursos disponíveis, é substituir as possibilidades de apropriação do espaço pela organização dos usos possíveis e desiguais, é, por fim, deslocar a produção.

Assim, o mapa historicamente elaborado pelo Estado carrega uma métrica forjada no modo de produção capitalista estabelecida pelo espaço

cartesiano procurando homogeneizar e abstrair a produção social do espaço. Assim também, os mapas subjetivos produzidos nos processos de luta engendrados pelas políticas de Estado situam o conhecimento do lugar a partir de uma ideologia do espaço homogêneo, portanto “comum” a todos (não comunal, mas homogêneo), subordinando as demandas dos sujeitos ao planejamento, escamoteando o controle e distorção das demandas/direitos à reprodução do espaço para a produção do capital.

Nesse sentido, a representação da realidade vivida a partir dos mapas subjetivos pode ter usos ampliados, mesmo que o ponto de partida seja dar “voz aos sujeitos”, há nesse espaço de representação uma contradição entre o desejo sobre outra produção e a subordinação do trabalho dos sujeitos sociais à produção desigual do espaço. O uso desses mapas também revela a exposição das comunidades e as estratégias de cooptação dos saberes espaciais tradicionais/cotidianos para a produção de novos espaços concebidos, assim como o controle destes conhecimentos e o uso das informações voltadas ao planejamento estatal (como mediação para o avanço do Capital) e não para a resistência aos espaços concebidos por outrem.

É nessa medida que se utiliza politicamente o discurso da participação no planejamento sobre a organização, uso e gestão do espaço (seja no campo, na cidade, nas unidades de conservação e/ou terras indígenas e quilombolas), tendo como ponto de partida um “imaginário” inventivo, deslocando a relação entre as práticas espaciais e os projetos políticos em disputa. Apesar do uso destes mapas nas etapas do planejamento, eles são aparentemente desconsiderados nos resultados finais, portanto, possibilitam um uso dessas representações de forma deliberada. A participação é legitimatória: “a comunidade foi ouvida”, os mapas são utilizados de modo a respaldar projetos políticos hegemônicos, mas não aparecem como cartografia, pois não falam exatamente a “verdade sobre o mundo real”.

Mapas que partem da representação das experiências do mundo múltiplos de sentido e significados colocam-se como contraponto aos mapas “oficiais”, que apresentam uma dada lógica de produção do espaço: a criação dos vazios para sua ocupação e dominação que só podem ser compreendidos a partir das contradições que estas “experiências espaciais” revelam. É importante partir da realidade concreta dos sujeitos que vivem no lugar, mas a subjetividade só pode ser compreendida na sua relação com a objetividade. Não é um saber sobre o espaço *a priori*, é a vida que produz e se

produz o/no espaço.

Este é um ponto relevante para a construção de mapas a partir do reconhecimento do espaço vivido, a possibilidade de problematizar outros usos e outros modos de produzir, as contradições e os conflitos que explicam a permanência destes modos em diferentes lugares, pois apresenta suas singularidades que não estão descoladas da realidade social. Os mapas “livres”, ou mentais, afirmam a existência de povos e comunidades que caminham na direção de revelar os conteúdos da constituição histórica dos sujeitos sociais, permitem sinalizar rupturas e enfrentamentos à política do espaço na luta por outras condições de existir coletivamente. Entretanto, esta relação existencial só pode ser compreendida historicamente e espacialmente, a partir dos conflitos e das contradições da sociedade. São representações do espaço vivido e buscam compreender práticas, experiências e explorar o conhecimento que os sujeitos têm do lugar, portanto não podem ser compreendidas alheias à vida cotidiana e à sua crítica.

4. O espaço vivido: da reivindicação do uso e do reconhecimento do sujeito social ao alcance da política do espaço

A prática cartográfica constituída nas lutas sociais, como aproximação da realidade espacial, potencializa a mobilização social nos processos de mapeamento que revelam a tensão dialética do espaço vivido, percebido e concebido⁶. Isso contribui para situar o contexto do mapa como produto técnico exclusivo de profissionais cartógrafos e os enfrentamentos políticos engendrados por esta prática; problematizar a linguagem cartográfica como espaço de representação e a representação do espaço; e enfim dis-

6 Na oportunidade da tese de doutoramento (Batista, 2014) elaborou uma reflexão teórica sobre o processo de constituição dos “mapas mentais” e alcançou a noção de “mapa do vivido”. É preciso assinalar que a elaboração de um conceito não deve “congelar” uma definição, mas posicionar-se como uma investigação que se encerra, temporariamente, e como assinala Lefebvre (1983), na obra *Lógica Formal Lógica Dialética*, trata-se de um momento inacabado do pensamento. Naquele momento houve um encontro com uma noção, talvez uma necessidade de nova conceituação. Passados quase dez anos, busca-se aprofundar de que forma tais representações têm implicações nas lutas sociais, e não necessariamente “congelar” um conceito explicativo, mas efetuar uma análise crítica sobre as representações e a cartografia como a estratégia da luta pelo espaço.

cutir de que modo as representações realizadas nos processos educativos, sobretudo de diferentes sujeitos em luta carregam as “dimensões” da vida cotidiana (experiência e uso) para reconhecer a produção do espaço, revelar as estratégias capitalistas da produção desigual do espaço, demarcar a resistência à lógica do Capital e projetar a utopia do futuro.

Para Marx e Engels, assim como a consciência, a linguagem “nasce da necessidade, da carência de intercâmbio com os demais homens” (Marx e Engels, 2002, p.38)⁷, sendo a consciência prática, portanto, não está livre de constrangimentos materiais, pois a vida material não permite que as diversas formas de consciência se autonomizem, uma vez que “não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais mudam sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos de seu pensamento”, na formulação de Marx e Engels (2002, p.26). Esta “consciência prática” - a linguagem - instituirá as relações sociais a partir da interação entre um eu e o outro, ou seja, ela pressupõe a base material e a interlocução entre uma consciência individual e outra (consciência do homem que vive em sociedade), contudo, produzida social e coletivamente, manifestando as forças sociais.

Para que as representações subjetivas alcancem o real, é preciso desvendá-las por meio do fato do conhecimento. O conhecimento pode estar implicado na transformação do real, e para que isso aconteça, é fundamental reconhecer os limites do conhecimento determinado historicamente e também que ele trabalhe no sentido emancipatório, fundindo um fazer e um pensar no trabalho que realiza outro espaço. Portanto, um mapa não gera um novo estado de consciência por meio de outro discurso, mas pelo reconhecimento das relações sociais que produzem o espaço e pela possibilidade de apropriar-se do sentido e do conteúdo de sua produção (Batista, 2014).

Aparentemente o vínculo com o espaço produz a subjetividade, contudo, é o espaço social produzido pela subjetividade (por subjetividades) e por uma objetividade, portanto, não é inerente ao sujeito individual que se manifesta a partir de sua percepção do mundo, mas do sujeito histórico, do sujeito social (quais sejam: camponês, indígena, quilombola, trabalhadoras e trabalhadores), os sujeitos produzidos historicamente forjados na luta de classes. Deste modo o espaço considerado como condição ontológica do

7 MARX, K.; ENGELS F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: L&PM, 2002.

sujeito deixa de ser um *a priori* para ser reconhecido por sua produção e materialização das relações sociais (que dialeticamente se produzem ao produzir sua condição objetiva de existência).

Não se trata de identificar as relações humanas e suas práticas cotidianas calcadas num conhecimento *a priori* do espaço, um conhecimento prático de sua relação com a natureza “harmônica” construída a partir de suas possibilidades de recursos. Trata-se de ampliar a noção e o conceito de natureza a partir de Lefebvre, respaldado em Marx, considerando a abordagem da sociedade e do social, conforme revela Seabra (1996):

Por isto Lefebvre aceita e desenvolve o entendimento de que a visão do homem como ser espontâneo tende a recuar, uma vez que a facticidade do processo social vence e que essa energia vital se reelabora de um ponto de vista humano à proporção que as relações de propriedade invadem domínios amplos da existência e prescrevem identidades e coerências [...] considera dois momentos: racional, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica, e o outro da apropriação, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra. Em Lefebvre os conflitos entre esses dois momentos são essenciais. Aqui se amplifica a ideia de natureza (Seabra, 1996, p.73).

Esta ampliação permite sugerir que os mapas são elaborados subjetivamente (individual e/ou coletivamente), a partir do conflito entre o momento racional (“da propriedade”) e o irracional (“da apropriação”) e constituem uma chave que reconsidera a alienação e indica o cotidiano como o lugar do embate entre o concebido e o vivido.

Assim, o mapa do espaço vivido, momento da prática imediata, que a natureza transparece como uso, como corpo, revela, para além da percepção individual do mundo vivido, como o sujeito o vê, mas uma representação, grosso modo, um estado de consciência (objetiva-subjetiva) em que residem “os enigmas pelos quais se discute a sociedade e o social, para compreender o uso [...] porque as relações de propriedade foram invadindo domínios amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os” (Seabra, 1996, p.74-5).

Uma imagem verdadeira e falsa, carregada de ideologia, alienada, que subjuga o sujeito à condição de aceitar o mundo que “vê”, este mapa, por-

tanto, é uma mediação da relação entre a consciência e a possibilidade de viver o mundo em suas determinações expressas nas dimensões políticas, econômicas, culturais, espaço-temporalmente. Os mapas são mediações, estabelecem uma conexão entre o sensível e a consciência.

A consciência e a produção das representações são uma expressão do real, que, por sua vez, independe da consciência. Os indivíduos, portanto, veem, percebem e concebem o real a partir da vivência, da experiência, da sua relação com o real, ou melhor, como o modo de produção da sociedade (relação entre homem e natureza mediada pelo trabalho) se concretiza. Na sociedade capitalista, este modo de produzir concretiza-se a partir da divisão social do trabalho que realiza uma consciência fragmentada e alienada. Neste sentido, segundo Marx e Engels, esta consciência e suas representações estão invertidas, uma vez que na divisão social do trabalho, no instante em que a divisão social do trabalho separa trabalho material ou manual e trabalho intelectual, surgem as ideologias.

Isto posto, compreende-se que as relações sociais produzidas por esta divisão social do trabalho originam um estado de consciência determinado pela sociedade de classes, origem material das representações. Tais representações não se originam de forma imediata, mas a partir das mediações que dão a ela um caráter de “expressão e projeção, determinada e mobilizadora”.

Considerar os mapas produzidos pelos sujeitos sociais e não pelos indivíduos como expressão do espaço vivido manifesta uma dada consciência verdadeira e falsa (também alienada), evoca uma presença e uma ausência, pois

[o] próprio ato perceptivo envolve uma distância entre o sujeito que observa e o objeto observado mediada por uma imagem. **Na ausência do objeto, a imagem é a mediação** entre a presença e a lembrança ou memória do objeto ou da ação sobre o objeto (Paganelli, 1998, p.8, grifo nosso).

Não se trata de descrever o cotidiano, mas de realizar sua crítica, que, segundo Lefebvre, apoiado em Marx, deve tomar como ponto de partida sujeitos concretos, reais, “de carne e osso”. Trata-se de um movimento que se apresenta como chave (sem engessá-la) para a análise dos mapas do vivido, pois é no cotidiano que se opera a dialética do uso-troca e que se realiza a

apropriação do tempo, do espaço, do corpo e da espontaneidade vital. Apropriação está sempre em vias de expropriação. O cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade (Seabra, 1996, p.76-7).

Para Lefebvre, o cotidiano, ou a vida cotidiana produzida na sociedade burguesa, é uma vida que está em constante conflito com o próprio ser humano que a vive, de modo que somente a partir de Marx é possível revelar os elos que ligam o pensamento à ação, às ideias e à experiência do vivido. Ou seja, a contradição entre a consciência e a vida cotidiana na qual ela se forma explica-se a partir da relação entre o que os homens são e o que pensam ser, entre o que pensam, querem e desejam e o que vivem e são de fato. Portanto há desencontros entre o viver, o conceber e a ação. A crítica à vida cotidiana é assim uma estratégia analítica da procura dos desencontros e das mediações que tem como tarefa “alargar as possibilidades de apropriação do cotidiano, de seus sentidos e de suas significações vividas enquanto experiência social”. Ou seja, qual é a “apropriação possível da vida cotidiana na situação de alienação tal qual ela é vivida numa sociedade capitalista” (Lacombe, 2008, p.161).

Para Lefebvre (1991), a apreensão da cotidianidade só é possível por meio das dimensões em que é e se dá: o trabalho, a família e o lazer, que postas em relação dialética, constituem uma unidade, portanto, uma totalidade que deve ser apreendida. Pensar o cotidiano a partir dessa tripla dimensão exige considerá-lo “como uma esfera tensa da vida social carregada de conflitos”, pois tais conflitos “definem uma relação dialética em que as normas e os padrões de interação se contradizem ou se negam, eles também marcam, na sua estrutura, as possibilidades de existência concreta dos seres humanos”. Assim, não é possível pensar a vida cotidiana alheia às relações intersubjetivas e às condições objetivas da existência social.

Tomar a crítica da vida cotidiana na análise dos mapas do vivido exige um “saber pensar o espaço”, como sugere em muitos momentos a obra de Milton Santos e de Yves Lacoste. Para Carlos (2007), no mundo moderno, o

debate em torno do processo de globalização remete-nos a uma discussão sobre o mercado mundial, e traz, na sua esteira, como fundamento da análise, as considerações sobre as novas relações espaço/tempo. [Portanto,] a

globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. A relação local-global se redefine, sem, todavia anularem-se as particularidades (Carlos, 2007, p.14).

Assim, é o lugar que permite a articulação entre as diferentes escalas “na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana”. É no lugar que se desenvolve a vida em todas as dimensões apontadas por Lefebvre, portanto um mapa do vivido explora a dialética entre o vivido e o viver manifesta na consciência social. Tempo e espaço realizam-se concretamente na práxis da vida cotidiana: “no vivido a práxis é contraditória. Ela reduz relações sociais. Lefebvre observa que não há reprodução de relações sociais sem certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação” (Martins, 1996, p.23). Desse modo, o lugar e o cotidiano produzidos pelas condições históricas revelam a partir da práxis (mimética, reprodutora e transformadora) não só as determinações sociais, mas também o possível, portanto a capacidade revolucionária e transformadora.

O mapa do vivido, desse modo, apresenta o cotidiano como abstrato e concreto; virtualidade (programado/concebido) e possibilidade (irracional/residual/vivido); assim como os sujeitos, o espaço e o cotidiano produtor e produto das representações (verdadeiras e falsas).

É nessa medida que neste texto delimita-se uma ruptura com a noção de mapa mental assumindo outras implicações teórico-metodológicas, portanto, políticas e filosóficas. Apresenta-se a necessidade de situar no debate a teoria crítica das representações sociais elaborada por Lefebvre (2006). O mapa do vivido ultrapassa a noção cognitiva e a relação estabelecida pela determinação comunicativa do mapa, procurando reavaliar a condição dos sujeitos de usador-usuário do mapa e do uso-apropriação do lugar (seja na cidade ou no campo) para o reconhecimento dos sujeitos históricos, portanto social. Os mapas produzidos, apesar de utilizar a “mente” e a experiência como único recurso “técnico”, manifestam a vida cotidiana e, portanto manifestam a relação dialética triádica do espaço “vivido, concebido, percebido” compreendido por Lefebvre (2006; 2008) e a ação política sobre o espaço, produtora de espaço.

Abordando as relações entre o vivido e o concebido, Lefebvre mostra-nos que o vivido, âmbito de imediaticidades, não coincide com o concebido. Entre um e outro permanece uma zona de “penumbra” na qual opera o percebido. O percebido, por seu turno, corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades... O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações, e, portanto, situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido (Seabra, 1996, p.80).

Os mapas que revelam a experiência - a consciência mediata e a vida que produz e é produzida por um modo de viver - precisam ser analisados, entretanto, não é possível tomar quaisquer representações como pura verdade. Cabe às geógrafas e aos geógrafos compreender as representações no movimento dialético que decifra os mapas, que pode explicar a realidade, mas que devem também ser compreendidas para decifrar os mapas. Ou seja, os mapas não revelam a realidade, representam as presenças-ausências que permitem a aproximação da realidade concreta, ou melhor, do concreto pensado. É nesse sentido que mobilizar o mapa, processo de reconhecimento e de capacidade de projeção de outro futuro, é um momento na luta pela tomada da produção de outro espaço, um espaço possível não alienado.

Deste modo se estabelecem as bases para compreender que os mapas construídos do “alto” apresentam uma intencionalidade e uma representação da realidade carregada de uma ideologia e de um conhecimento que conduzem à alienação. Subsumir a “dinâmica sociocultural do chão” não é simplesmente esquecer-se de mapear o lugar onde há vida, ou de evidenciar as relações de poder de um lugar sobre o outro, mas parte de uma opção no processo de objetivação da realidade - mais uma vez o espaço a ser utilizado, com uma função específica, que em geral favorece uma única classe social. Portanto é a escolha da escala da ação que determinará as representações, os mapas.

Neste sentido, a preocupação em trabalhar mapas como representação dos lugares para além da “égide da precisão e exatidão cartesiana” é válida, pois poderão subverter a dominação em apropriação. A Geografia pode contribuir para a compreensão dos lugares, valorizando o conhecimento dos homens, mulheres e crianças, fortalecendo as estratégias de resistência já existentes e auxiliando na elaboração de novas estratégias a partir de outros momentos da consciência. A evidência das estratégias de espoliação e

expropriação revela a falência de um processo desigual de produção social do espaço que é socialmente destrutivo, devastador de toda a humanidade. Como mapear o uso se não há uso de fato? É reivindicação do direito ao uso...

Os mapas do vivido alcançam a compreensão da vida que realiza o espaço, situam a memória histórica e não apenas o mental como força da defesa do comum e consuetudinário, evocam uma tradicionalidade pelo uso e não pela dominação. É a recuperação da memória para emergir os processos históricos de transformação das relações sociais de produção e de, a partir disso, propor os usos possíveis. **São fundamentais no processo de constituição dos sujeitos coletivos, portanto, sociais e não individuais.** Históricos, e não apenas identitários.

No entanto, o uso da cartografia deve ir além dos mapas do vivido, alcançar os processos de expropriação; o desvendamento da expulsão e da formação da propriedade; as estratégias políticas e responsabilidades do Estado Brasileiro nesses processos. Por fim, deve recolocar novos modos de apropriação e produção do espaço.

Movimentar-se para além da disputa pela representação do espaço é a luta pelo acesso, permanência e por outra produção do espaço, portanto, por uma apropriação. Apropriar-se é também reivindicar os conteúdos da produção do espaço. E como viver ilhado na desigualdade dos processos de valorização? Quais lutas se desmembram desse processo? Ainda que seja fundamental discutir e disputar a gestão e usos restritos do espaço, o horizonte deve permanecer no caminho da luta contra a propriedade privada capitalista da terra.

Algumas considerações

Observa-se que o debate sobre as representações “livres”, subjetivas e das experiências no espaço, que tem ampliado no Brasil o acesso à cartografia na escola e nas lutas sociais, ocorre no mesmo momento em que há certa popularização da cartografia, questão a ser amplamente discutida e aprofundada na Geografia, uma vez que coloca em debate a luta “pelo espaço” na vida cotidiana.

Nesse processo, acompanhamos o aumento do trabalho de geógrafas e geógrafos na produção de uma cartografia voltada fundamentalmente: 1. À

ampliação do acesso à cartografia digital, mais especificamente aos aplicativos “geolocalizadores” e visualizadores espaciais; 2. À ampliação dos inúmeros processos de mapeamentos para a organização do espaço, tais como planos diretores, zoneamentos, a identificação de raridades (como no caso dos mapeamentos para assegurar os selos de origem por meio da indicação geográfica de produções específicas) entre outros; e 3. Aos processos de mapeamento sobre os usos e as experiências espaciais nas pesquisas de diferentes campos das ciências humanas, seja no processo de reconhecimento da vida cotidiana, seja nos processos de reivindicações territoriais e socioespaciais, vinculados aos movimentos sociais.

A Geografia, portanto, realiza-se na contradição entre um minucioso cercamento e determinação do controle/uso do espaço e uma potente busca do reconhecimento da resistência, da luta. Este momento aponta utopicamente para a possibilidade de apropriação da produção do espaço ou então para a subordinação completa à lógica de sua valorização.

Referências

- BATISTA, S. C. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Porto Alegre, 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Edição eletrônica LABUR, 2007.
- DAMIANI, A. L. Introdução e elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia - USP**. Volume especial 30 anos, 2012, p.254-83.
- LACOMBE, M. S. M. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. **Anais 31º Encontro anual da ANPOCS**, 2008. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_05.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução: Andrade, M. M. de A.; Martins, Sérgio. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- _____. **Lógica formal/ lógica dialética**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: FCE, 2006.

- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.
- MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Centauro, 2002.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 2ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NOGUEIRA, A. R. B. **Percepção e representação gráfica:** a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SEABRA, O. “A insurreição do uso”. In: Martins, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p71-86.

CAPÍTULO 8

A prática socioespacial da resistência e a crítica da produção do espaço contemporâneo

Rafael Faleiros de Padua

A luta pelo espaço hoje é uma prática necessária na vida cotidiana de grupos sociais que são ameaçados de expulsão ou que não têm direitos básicos garantidos. Essa prática de resistência e de luta se consubstancia enquanto prática socioespacial na medida em que cada vez mais é o espaço da vida que está ameaçado. O urbano nesse contexto é vivido como precarização e como esperança de conquistas, ou também como conquistas ameaçadas pela lógica do mercado que, através do Estado, avança sobre espaços da vida de moradores pobres e periféricos. Trata-se de um cenário que exige a luta pela garantia do espaço da vida, bem como uma prática necessária de conscientização da lógica de segregação imposta.

O espaço das estratégias hegemônicas é aperfeiçoado enquanto projeto político e econômico, situando e aprofundando o mercado como mediação de acesso à cidade e ao urbano. Contraditoriamente, as lutas urbanas pelo espaço da vida revelam uma crítica à economia política do espaço no movimento da prática socioespacial dos grupos ameaçados. Tais lutas agem problematizando, muitas vezes em contexto tenso e ameaçador de possibilidade de expulsão do lugar da vida, os conteúdos da urbanização contemporânea.

A realidade de João Pessoa, um espaço urbano periférico no contexto brasileiro, expressa o avanço de grandes projetos econômicos que articulam estratégias do setor imobiliário com o setor do turismo, fazendo com que regiões empobrecidas da cidade sejam ameaçadas de expulsão e de transformação profunda do espaço popular produzido em décadas de ocupação e vida comunitária. As lutas pelo espaço que emergem nesse contexto, ao

mesmo tempo que se colocam como resistência aos projetos econômicos, revelam também a história vivida dos lugares, o esforço do trabalho das famílias em produzirem o seu espaço da vida, assim como os laços comunitários construídos nessa história concreta. Revelam, também, que no contexto de comunidades empobrecidas não há somente precariedade, mas história concreta de vida e conquista de um habitar empobrecido mas ao mesmo tempo real, de reprodução da vida. Revelam, ainda, a luta de resistência e o temor gigantesco de se perder a casa construída pelo esforço conjunto da família, que ao se reproduzir se concentra também nas vizinhanças e reforça o sentimento de pertencimento e de ligação com o lugar. De fato, tudo isso passa a ser ameaçado de destruição, a exemplo do caso pesquisado em uma comunidade ameaçada de ter grande parte de seus moradores despejados para que esse espaço sirva para a construção de um parque. Nessa perspectiva, a noção de prática socioespacial é pensada como um processo de consolidação da luta, de construção de uma consciência da realidade da urbanização no movimento da vida cotidiana, que remete ao fato de que a reprodução das relações de produção hoje envolvem cabalmente o espaço da vida de toda a sociedade, definindo as possibilidades de uso, revelando uma economia política do espaço que aprofunda as contradições na vida cotidiana dos mais pobres, mas que ao mesmo tempo gera movimentos de luta pelo espaço da vida. São esses movimentos de luta que podem iluminar a possibilidade de o espaço ser retomado e produzido para a realização da reprodução da vida.

1. O marxismo e o pensamento sobre o espaço: a práxis como prática socioespacial

Partimos da premissa de que o pensamento marxista tem uma grande importância (estratégica) nesse momento histórico, que nos exige muita reflexão para avançar para possíveis saídas dessa crise, que é social, política, econômica e também teórica, do pensamento, que precisaria apontar caminhos de superação. Este texto foi construído como uma tentativa de exercício do método a partir de uma perspectiva teórica que pensa a realidade enquanto uma totalidade aberta, de modo que o pensamento, portanto, nunca é estático e fechado. Para nós, o pensamento marxista é um método

de interpretação da realidade em que vivemos que coloca continuamente novas questões e impõe a necessidade de criarmos interpretações possíveis que deem conta de apontar não somente um caminho de explicação mas também uma orientação na direção da superação do atual estado de coisas na prática. Parece-nos que isso é fundamental ao trabalharmos com o pensamento marxista, um método que exige não simplesmente a explicação dos processos da realidade, mas a orientação para a sua transformação. Pensando numa perspectiva marxista-lefebvriana, consideramos o pensamento marxista não nos termos de uma apropriação ortodoxa e dogmática, mas como um caminho aberto de interpretação da realidade.

Pensamos ser possível traduzir a noção marxista de práxis para uma aproximação possível com a Geografia tratando-a como prática socioespacial (Padua, 2007), que é o conjunto de atividades da vida perpassadas pelas determinações do modo de produção capitalista, que podem ser superadas por uma prática transformadora. Ao refletirmos sobre a prática socioespacial no momento atual, distinguimos dois movimentos que formam uma unidade, nomeadamente: a prática que se distancia de um pensamento sobre si mesma, portanto, alienante - e aqui é necessário debater sobre a reprodução das relações de produção - e a prática que leva necessariamente a uma reflexão (em ato) sobre si mesma e que abre possibilidades para sua transformação.

Colocamo-nos diante do fato de que, para o entendimento dos processos que se realizam concretamente no espaço, há a necessidade de uma reflexão dialética sobre o conjunto da prática socioespacial, considerando a prática que distancia pensamento consciente e ação e a prática que aproxima/reflete/critica os atos da vida concreta, que permite a articulação da realidade que envolve o lugar da vida com a crítica do movimento mais geral da história. Nessa tentativa de construção de um pensamento sobre a prática socioespacial, pensando sua concretude nos espaços-tempos da vida, o conceito de *lugar* nos ajuda nessa tarefa, pensando-o como o espaço próximo vivido, onde se realizam concretamente as determinações mais distantes da reprodução social.

Mas uma ressalva inicial precisa ser feita, a de que o pensamento marxista busca transformar a realidade; nesse sentido, há uma dimensão política/prática dessa perspectiva metodológica que é a de pensar a realidade a partir da classe trabalhadora, a partir da parcela da sociedade que é explo-

rada e expropriada em seu trabalho e em seus espaços de vida. Então é a partir desse ponto de vista de quem sofre os processos de despossessão que tentaremos nos orientar.

A noção de espaço-tempo pensada a partir da sua realização nos lugares é fundamental para a reflexão que ora nos propomos. Com a expansão da lógica da mercadoria, uma lógica da expropriação e das cisões na vida cotidiana, quando a reprodução social capitalista passa a se situar cada vez mais na produção do espaço, a prática socioespacial se complexifica, coloca mais obstáculos (mediações abstratas) para uma prática socioespacial da apropriação. Nesse momento em que vivemos, o espaço (e o tempo), dimensão fundamental da vida, que faz parte da constituição do ser, no habitar, cuja produção e uso passa a ser cada vez mais mediado pela lógica abstrata (mas que é concreta na vida) da mercadoria, passa a ser objeto de estratégias diversas. As cisões impostas por essa lógica são vividas concretamente nos espaços-tempos da vida cotidiana. É preciso, portanto, interpretar os modos como o espaço é atravessado por essa lógica.

A ideia de práxis expressa o fato de que o homem social se produz através do trabalho na transformação da natureza para a satisfação de suas necessidades, orientando as suas ações para o futuro. A prática é, portanto, ação posta no presente e também ação para uma possível transformação no devir, ou seja, uma prática orientada, pensada, projetada (Vazquez, 1986).

A lógica capitalista da mercadoria é difundida como prática a todo o espaço (tendencialmente a todos espaços e tempos da vida, não somente restritos ao espaço-tempo produtivo da produção de coisas). Todo o espaço da vida e, portanto, toda a vida, se torna uma “coisa”, um objeto dominado pela reprodução das relações de produção. É importante salientar que a noção de produção se refere, nessa orientação marxista, à produção do próprio homem, que no capitalismo e com a industrialização se torna contraditória, pois o trabalho, que é mediação fundamental dessa produção filosófica do homem, torna-se um trabalho alienado, que desumaniza o trabalhador.

Henri Lefebvre, no século XX, avançou essa compreensão mais ampla da noção de produção ao constatar que o modo de produção passa a envolver todo o espaço social em seu processo de reprodução, totalizando (e não se constituindo enquanto totalidade) a vida em todas as suas esferas, em seu espaço e tempo. A realização prática da vida concreta, que é necessaria-

mente espacial, se vê cada vez mais envolvida e dominada pela reprodução das relações de produção capitalistas e a alienação se estende para o espaço.

Assim, partindo da noção de produção em sua acepção mais ampliada, chegamos à compreensão de que o entendimento da realidade social contemporânea passa pela reflexão crítica da produção do espaço como expressão da reprodução das relações sociais de produção. No entanto, a reprodução nunca é reprodução total, sempre carrega um momento de produção, o que nos possibilita pensar que nunca a reprodução das relações de produção totaliza de forma absoluta a vida humana. Há aspectos irreduzíveis da humanidade que se insurgem na prática concreta do vivido das opressões e dominações da reprodução do modo capitalista de produção sobre a reprodução da vida. É nesse nível prático, que é espacial, que podemos apreender os conflitos socioespaciais para chegar à compreensão das contradições e, também, para vislumbrar as possibilidades de superação dessas contradições. O espaço se aprofunda como objeto estratégico dos grandes projetos político-econômicos, mas é também o lugar da realização da vida de toda a sociedade, inclusive das parcelas mais pobres que não possuem os meios financeiros para a garantia de sua reprodução nesse contexto de expansão da lógica da mercadoria.

Nesse sentido, a prática socioespacial como atividade de autocriação do homem revela esse processo de produção mais ampliado, revelando, ainda, no momento atual, tanto a alienação do homem quanto a possibilidade de retomada de seu domínio sobre a sua reprodução social. Segundo Henri Lefebvre,

[c]om Marx, o pensamento prometeico, audaciosamente, passa do conceito econômico da produção a um conceito filosófico global: a *autoprodução* do ser humano. Pelo trabalho a espécie humana não se contenta de modificar a natureza material, de conhecer as leis da 'matéria', para controlá-la e dominá-la; ela se *produz* no e pelo trabalho produtivo. O *homem* é sua própria criação: ele roubou aos deuses o segredo da criação [...] (Lefebvre, s/d, s/p).

A busca pela prática socioespacial que revela os conteúdos da realidade nos indica que a luta pela vida urbana é em grande medida uma luta pelo espaço, que é cada vez mais atravessado por uma lógica segregadora a serviço da acumulação capitalista. Com isso, as diversas lutas urbanas se

realizam com dificuldades, mas apontam para o modo como os espaços populares vão sendo envolvidos pelas estratégias da economia política. Uma questão que se coloca para nós com centralidade nesse exercício de método é: como podemos apreender essa prática socioespacial reveladora das contradições? De que forma podemos avançar para uma crítica da produção do espaço a partir do movimento concreto da realidade? A esfera do vivido e do espaço vivido nos lugares de conflitos é um ponto de referência e de partida para a pesquisa. Nessa esfera podemos apreender as opressões e ameaças de expulsão dos lugares da vida, mas também compreender as lutas que se formam como resistência ao processo hegemônico. Nesse procedimento, pode-se entender as violências das instâncias políticas e econômicas contra as comunidades populares, mas ao mesmo tempo revelam-se forças de resistência que se constituem no processo mesmo da opressão e produzem novas compreensões sobre o lugar e a cidade. Nessa esfera do vivido, podemos apreender tanto o caráter de apropriação concreta dos lugares marginalizados e vistos como se fossem somente lugares precários da cidade quanto uma compreensão mais ampla do que está em jogo no momento atual da reprodução da urbanização e de que forma ela atinge a vida.

A noção de produção do espaço ilumina tanto o fato de que a cidade hoje é produzida para a realização da acumulação de capitais quanto o fato de que a cidade também é produzida, com todas as dificuldades históricas, como lugar da reprodução da vida de populações com uma inserção precária na economia urbana. Expressa-se aí a dimensão espacial como algo irreduzível, que confronta as estratégias da acumulação que querem homogeneizar o espaço enquanto espaço produtivo economicamente, fragmentando ainda mais esse espaço através da imposição da propriedade privada da terra e hierarquizando o espaço da cidade segundo um planejamento segregador.

Na resistência às forças segregadoras, o espaço enquanto lugar de história concreta de famílias da classe trabalhadora emerge produzindo modalidades novas de compreensão do próprio espaço da vida na cidade. A luta pelo espaço da vida, que envolve a permanência na casa e na comunidade, expressa a toda sociedade a construção de vida das famílias na cidade, muitas das quais são migrantes que ao chegar na cidade foram viver inicialmente precariamente na comunidade e depois foram melhorando suas casas e se enraizando no lugar, a partir de onde passam a viver a cidade. O

movimento de luta revela também possibilidades de maior reconhecimento entre os moradores e necessária união de forças coletivas. Assim, a prática passa a ganhar consciência crítica sobre a própria vida cotidiana e a necessidade de luta pela garantia da moradia e também pelo uso do espaço da cidade.

Nesse sentido, podemos entender os movimentos que surgem na cidade como reveladores dos conteúdos do urbano e anunciadores de possibilidades de transformação. Segundo Alberto Melucci,

[o]s movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido. Ao menos para mim, eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente através da qual problemas mais gerais podem ser abordados (Melucci, 1994).

2. As políticas de espaço em João Pessoa e as resistências

No momento atual (começo da década de 2020), várias políticas de espaço atravessam a cidade de João Pessoa e evidenciam o modo como esse elemento se torna estratégico para a produção do espaço pelos sujeitos hegemônicos (Estado e empreendedores privados). Grandes parcelas da cidade são tomadas por projetos de agilização do espaço como mercadoria, impondo uma prática cada vez mais atravessada pela lógica do dinheiro como mediação para o uso do espaço. Mas esse processo não se realiza sem conflitos com os moradores atingidos pelos projetos, muitas vezes ameaçados de expulsão de seus lugares de vida.

Um dos grandes projetos é um programa governamental da prefeitura de João Pessoa em articulação com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)¹, que é a implantação da proposta concebida com a

1 Esse programa foi concebido e contratado em 2014, mas somente a partir de 2020 é que passa a ser de fato efetivado, quando as comunidades atingidas passam a compreender os impactos que podem sofrer com a sua realização.

sigla ICES (Iniciativa das Cidades Emergentes e Sustentáveis), que traz no conjunto de sua aplicação também a implantação da ideia da cidade inteligente. É um empréstimo de 100 milhões de dólares com uma contrapartida de 100 milhões de dólares da prefeitura em um planejamento que vem atuando de modo muito incisivo em algumas regiões empobrecidas da cidade próximas a regiões mais valorizadas. Um dos focos desse programa, chamado Programa João Pessoa Sustentável, é a construção de um parque linear no vale do Rio Jaguaribe (que atravessa várias regiões da cidade) e que terá um impacto em oito comunidades (São Rafael, Padre Hildon Bandeira, Tambauzinho, Tito Silva, Miramar, Cafofo Liberdade, Santa Clara e Brasília de Palha) que estão num trecho do vale do rio. Algumas dessas comunidades estão há muitas décadas ali. Para a implantação do parque foi programada a remoção de uma grande quantidade de casas dessas comunidades.

Nesse programa, trata-se da imposição ao espaço da cidade de um pensamento tecnocrático que chega como um modelo pronto para as cidades de países subdesenvolvidos no sentido de agilização econômica dessas cidades. Trata-se, portanto, de transformar a cidade em “*player* econômico”, por meio da transformação de regiões com o auxílio de *slogans* da “sustentabilidade”, da “qualidade de vida”, da “cidade inteligente”, e tudo isso com uma suposta participação social.

João Pessoa passa hoje por uma evidente transformação rumo à agilização econômica de seu espaço, tanto do ponto de vista da produção hegemônica do espaço pelo setor imobiliário como pela indução do Estado para a sua transformação em um polo nacional e internacional de turismo. Nesse momento também está em construção/debate a revisão do plano diretor da cidade, cuja realização está muito próxima aos objetivos propostos na implementação do programa financiado pelo BID. Assim, tanto a prefeitura quanto o governo do Estado vêm atuando nessa dinamização econômica do espaço da cidade, o que traz novas contradições do espaço que atingem sobretudo as camadas mais pobres, que habitam regiões estratégicas para esses planos de dinamização econômica, como é o caso das regiões atingidas pelo assim chamado Programa João Pessoa Sustentável.

Na realidade o que existe é um distanciamento ainda maior entre as decisões políticas e a vida concreta dos moradores que sofrem essas políticas, o que aprofunda a crise social. Ressaltamos a necessidade metodo-

lógica de compreensão desse processo a partir desse nível do social, desse nível da sociedade onde podemos apreender o vivido de quem mais sofre os processos hegemônicos das articulações entre o político e o econômico². Utilizando neste texto um termo que foi bastante empregado no Brasil em outros momento das lutas sociais e de suas interpretações, é preciso pensar as *contradições* a partir do nível do vivido dos oprimidos.

É necessário, para a construção desta crítica a partir do olhar dos oprimidos, que façamos uma crítica aos discursos de participação, que estão nos planos diretores, nas operações urbanas, nos programas de renovação urbana, nos grandes projetos, etc., e está nesse Programa João Pessoa Sustentável, porque uma participação não se realiza de fato. Os projetos vêm de cima para baixo e a dita participação é, no máximo, uma participação protocolar, ou seja, o que se realiza é uma prática imposta pelo Estado e pelas esferas do econômico, promovendo na verdade o distanciamento do morador (que não é um cidadão de fato) em relação às questões que o afetam na sua vida concreta, fazendo isso justamente com um discurso ideológico de participação, somente pelo fato de a prefeitura realizar reuniões informando parcialmente sobre o que será realizado, sem conceder nenhuma possibilidade de participação nos projetos que serão realizados. A participação posta (e imposta) aqui, para os moradores, é uma participação passiva, em que eles escutam o que está concebido para ser feito em seus espaços da vida e concordem com o que está programado, não podendo se contrapor de fato ao que está programado. Geralmente, os momentos definidos como de “participação social” para a prefeitura são reuniões em que os técnicos do programa falam a maior parte do tempo e é concedido aos moradores um pequeno espaço de fala. Ao mesmo tempo, nessas ocasiões, as ações governamentais projetadas não são inteiramente expostas, restando muitas dúvidas entre os moradores das comunidades atingidas.

As expulsões nos grandes projetos, que vêm como uma ordem de longe, como uma lógica das políticas propostas pelo banco internacional, mostram a destituição de qualquer participação política pelos moradores. É a

2 Orientação metodológica defendida por José de Souza Martins no livro **A Sociedade Vista do Abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003, 2ª edição.

tecnocracia do econômico tendo o Estado como mediador, impondo uma nova colonização do espaço vivido da periferia do capital. É evidente que esse projeto não interessa somente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que retomar o dinheiro emprestado acrescido dos juros do capital, mas também aos empreendedores locais, aos quais interessa a transformação do espaço e a valorização de determinadas regiões da cidade. Assim, são articuladas uma lógica de transformação do espaço que vem concebida de longe com as ideias de sustentabilidade e cidade inteligente, e também da inserção no turismo de massa, com os interesses de setores econômicos locais, que balizam as transformações do espaço da cidade e avançam concretamente sobre os lugares da vida das pessoas na cidade. Essa transformação do espaço entra na prática desses moradores atingidos como o terrorismo da possibilidade de expulsão de seus lugares de vida, mudando a sua prática cotidiana, preenchendo-a com um conjunto de incertezas sobre o que pode acontecer na sua vida e com uma possibilidade real de desagregação de laços, com novas separações e cisões na vida urbana dos moradores, com perdas de relações de vizinhança construídas em um tempo longo de convivência, com o distanciamento do morador dos lugares de sua sociabilidade habitual e também com um alheamento dos moradores em relação às questões e decisões que terão impacto decisivo em sua vida. Ou seja, há um esvaziamento ainda maior dos conteúdos da cidadania, já muito esvaziados nesse momento.

Há nesse processo uma dimensão desmobilizadora e despolitizante que se impõe com uma certa violência, embasada ou articulada nas ideias de sustentabilidade, de concessão de melhoria de qualidade de vida, de cidade inteligente e mesmo numa ideia de participação. Isso se impõe com o peso das cifras milionárias dos empréstimos internacionais e pelo discurso ideológico do progresso, que carrega também um conteúdo econômico de aprimorar o crescimento econômico, dinamizando o espaço como um elemento de valorização em si e um atrativo para outras atividades econômicas, destacando-se aqui o setor imobiliário e o setor do turismo.

Há, portanto, nesse movimento que vem de cima para baixo, encaminhado pelas instituições internacionais via prefeitura, um distanciamento entre a prática socioespacial do morador no seu lugar da vida concreta e os processos que o expulsam de seu lugar.

3. A crítica da produção do espaço na prática socioespacial dos moradores

Nesse mesmo processo precisamos pensar que um outro movimento se realiza, dialeticamente, que é a construção de uma prática dos moradores que enfrentam e resistem às ameaças de expulsão dos lugares. A lógica econômica e política distante que passa a dominar o lugar, impondo o terrorismo da expulsão e da transformação do lugar, que quer sanear e embelezar o lugar, mas retirando uma grande quantidade de moradores, gera o questionamento dos moradores sobre o todo esse processo e sobre a propalada “melhoria da qualidade de vida” de que eles próprios, os moradores das comunidades, seriam os principais beneficiários. Através desse questionamento, mediada por movimentos sociais e associações de moradores, há a construção de possibilidade de lutas em direção a uma prática que produz uma consciência do processo que os submete e ameaça a sua vida.

A consciência aqui é o entendimento, a partir da realidade do lugar, do movimento mais geral que quer transformá-lo, articulando a escala do lugar com as escalas da cidade e do mundo, desconstruindo os discursos dos tecnocratas a serviço do aprofundamento da cidade como uma mercadoria que é estrategicamente moldada para a valorização dos capitais, do financeiro internacional, dos construtores locais, dos proprietários de terrenos, das imobiliárias e do setor do turismo.

Há nessa contestação uma reflexão, feita com muitas dificuldades, na esfera dos lugares, para a desconstrução da linguagem oficial que divulga uma suposta melhoria de vida com realocações das famílias em apartamentos em conjuntos a serem construídos na região das intervenções, ou com a compra de casas para aqueles que terão suas casas destruídas para a construção de um parque linear ou que estariam em área de risco³.

Um dos movimentos sociais que atua na região mais atingida pelo programa é o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), atuando também nas reuniões que os técnicos da prefeitura fazem com os moradores sobre o programa de intervenção. Esse movimento estava presente

3 Os moradores questionam os critérios para a definição das casas que estariam em área de risco. Para eles, grande parte das casas indicadas como estando em área de risco não estão realmente, nunca tendo sofrido com enchentes nem com ameaças de deslizamentos.

para questionar as ações do programa, de forma a refletir junto com os moradores os processos que os atingirão, levantando também, junto com os moradores, as necessidades concretas do lugar. Junto com os movimentos sociais e associações de moradores, projetos de extensão da UFPB vêm se organizando para produzir documentos de pesquisa que contribuam para as possibilidades de se lidar com as questões do lugar de forma mais concreta, de acordo com as necessidades postas pelos moradores das comunidades, enfrentando o discurso tecnocrático oficial.

Num aspecto mais abstrato aparece também nesse contexto a ideia de cidade inteligente, que seria a articulação de sistemas de serviços públicos a sistemas de tecnologia da informação. Essa é outra questão que precisamos pensar com cuidado, pois muito do que se coloca como cidade inteligente se consubstancia no processo de uma produção maior de dados e no controle mais centralizado desses dados, produzindo uma infraestrutura que aprofunda o controle pelo Estado (e pelo econômico) do uso do espaço. Em outras palavras, é também uma possibilidade de aprofundamento da mediação da mercadoria com a criação de novas formas de vender o espaço e a cidade. Todas essas ideias envolvidas no grande projeto, a sustentabilidade, a cidade inteligente, o turismo, corroboram uma alienação do espaço vivido do morador por lógicas distantes que atingem os lugares, que transformam os espaços-tempos da vida dos moradores.

Os programas de planejamento atuam, portanto, de forma violenta, sobretudo sobre a vida de camadas mais pobres, tomando essa população como objeto a ser movido no espaço da cidade, como se não houvesse uma história de produção desses espaços populares. Mas o que estamos construindo como hipótese é que essa própria história e a construção da consciência dos processos de expropriação da cidade na prática socioespacial de luta da resistência os constitui como sujeitos concretos produtores da cidade.

Há um conflito aí entre o âmbito da lógica formal das medições e das técnicas que não esconde, mas revela, a lógica dos conteúdos, as transformações concretas de imposição de novas condições nas comunidades, tendo um impacto de precarização na vida dos moradores. No plano do pensamento, precisamos fazer esse movimento da lógica formal em direção à lógica dialética ou lógica dos conteúdos, passando da consideração superficial dos processos, difundidos nas propagandas dos projetos, que conside-

ra o ambiental pelo ambiental, a paisagem pela paisagem, sem a espessura concreta da vida, para a explicitação dos conflitos e das contradições que são os conteúdos do processo. É preciso fazer a crítica dos discursos estatais e tecnocráticos que difundem os processos como algo do interesse de toda a sociedade, e mostrar como eles se concretizam nos lugares, concretizando-se violentamente na vida das pessoas como expulsão, separações de laços de vizinhança, desestruturação da vida e segregação socioespacial.

Nessa perspectiva, insistimos na necessidade de valorizar a dimensão de classe, nas ações dos movimentos e da população dos lugares, a necessidade de pensar a potência e as dificuldades das lutas hoje, quando há uma forte precarização da vida e as pessoas não têm tempo de pensar e de lutar. Porém, quando a ameaça de expulsão chega, essa luta e a reflexão passam a ser uma necessidade radical e urgente.

4. A prática da resistência e a construção de uma crítica da produção do espaço contemporâneo

Em trabalhos de campo na Comunidade São Rafael, uma das comunidades afetadas pelas ameaças de expulsão promovidas pelo Programa João Pessoa Sustentável, verificamos que nesse momento muitos moradores sofrem o impacto dessas ameaças, que se manifestam inclusive por meio de problemas de saúde. Alguns passam a sofrer de insônia devido à instabilidade que começaram a viver em sua vida cotidiana, alguns chegando a necessitar de medicamentos para dormir. Nesse contexto, muitos dos moradores passam a atuar ativamente na resistência do lugar, de modo que a precarização da vida com as ameaças de expulsão e o fortalecimento da luta e da consciência dos moradores sobre os processos que estão atuando sobre as comunidades são processos que se realizam juntos.

Um dos moradores, o senhor J., de 69 anos, que vive na comunidade São Rafael há 36 anos aproximadamente, nos relatou sua história no lugar, que começou quando chegou a João Pessoa com sua família numerosa, vindo do interior da Paraíba. Chega à comunidade porque já tinha parentes morando ali e compra uma casinha de taipa. Antigo trabalhador rural que não conquistou a terra, na cidade sempre viveu e manteve sua família com pequenos trabalhos, primeiro como vendedor ambulante e depois com um

pequeno comércio de artigos diversos na comunidade (trabalho que mantém até hoje) e com o auxílio de sua esposa, que lavava roupas para outras famílias usando a água do Rio Jaguaribe, que era limpa há décadas atrás. Desde o momento em que se estabeleceram ali, na casinha de taipa, toda a pequena poupança que o casal conseguia juntar era usada para melhorar a casa, que hoje está bem construída em alvenaria e muito bem-acabada. Alguns filhos do casal vivem também com suas famílias na comunidade, e um deles construiu uma casa no quintal dos pais. O senhor J. nos contou que quando pensa na possibilidade de ter sua casa destruída pelos tratores da prefeitura é acometido por uma tristeza imensa, tendo dúvidas sobre se ele e sua esposa aguentariam ver isso acontecer. Em meio a essa ameaça, passou a ter problemas para dormir e começou a tomar remédios para recuperar o sono. Disse, ainda, que vizinhos seus passam por problemas de saúde semelhantes devido a todo o terrorismo ao qual vêm sendo submetidos com as ameaças de expulsão vindas da prefeitura. Ao contar sua história no lugar, o senhor J. salientou que embora a comunidade seja um lugar empobrecido, onde moram trabalhadores pobres, ali tem vida real, tem história concreta, e que os moradores gostam de viver ali. Ressaltou também os laços de amizade e vizinhança construídos ao longo dos anos de vida pelos moradores.

A partir do momento em que o assédio da prefeitura se intensificou e que os moradores tomaram conhecimento da ameaça de expulsão, o senhor J. foi um dos moradores que, junto a vários outros, passou a se organizar para resistir e lutar pela permanência no lugar. Para esses moradores ficou cada vez mais evidente que o real objetivo era a retirada do maior número possível de casas das comunidades daquele trecho do vale do Rio Jaguaribe e que a saída da comunidade para eles representaria uma precarização sensível da vida. Assim, os moradores passaram a denunciar de diferentes formas o terrorismo que vêm sofrendo. Eles reivindicam que o Programa seja revisado e que a maior parte das moradias definidas para serem demolidas mas que não estão realmente em área de risco permaneçam. Nesse processo de luta, um grupo de jovens da comunidade São Rafael, junto com jovens voluntários de outros bairros e com o apoio de vários outros moradores, se reuniu e passou a documentar a luta de forma audiovisual, produzindo com grande apuro técnico materiais informativos mostrando o discurso divulgado pela prefeitura e contrapondo esse discurso com a realidade do lugar e o olhar dos mora-

dores. Além de divulgar o modo como o processo está sendo conduzido pela prefeitura através das ações da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável, o grupo de jovens passou a divulgar em uma página do Instagram⁴ as histórias de moradores das comunidades, incluindo uma série de falas em que os moradores dizem o porquê de quererem permanecer em suas casas. Nessas falas, emerge uma produção do espaço popular, de realização da vida concreta de trabalhadores que em sua grande maioria construíram com o próprio trabalho as suas casas, o que é constantemente invisibilizado pelas estratégias estatais e econômicas de transformação da cidade.

Com todas essas ações, tem-se ampliado o grupo de moradores que participam das reuniões e que passam a se mobilizar na luta pela permanência das comunidades. Constitui-se, portanto, uma prática que busca participar ativamente dos processos que estão atuando e transformando o seu próprio lugar de vida. Grupos menores de moradores já vinham antes da chegada desse programa governamental reivindicando melhorias nas comunidades, sobretudo naquelas comunidades cujas associações de moradores são mais combativas e participativas. Agora, com a ameaça de expulsão de grande parte das moradias das comunidades, há um reforço da participação na luta de resistência pela permanência no lugar, com maior quantidade de moradores se juntando à luta.

Essa prática popular de resistência pode evidenciar, em nossa perspectiva, uma crítica sobre o modo como a cidade vem sendo produzida, pensada, projetada e gerida pelos sujeitos econômicos hegemônicos e pelo Estado, estendendo as mediações do mercado aos espaços de uso de toda a população. As lutas dos moradores estão se contrapondo a esse projeto neoliberal mais amplo que orienta as ações da prefeitura que, por sua vez, quer impor cada vez mais uma sociabilidade baseada na lógica da mercadoria, revelando que as comunidades são lugares empobrecidos e de moradia de uma classe trabalhadora de história sofrida, e, sobretudo, que é um lugar de reprodução da vida, onde gerações de famílias construíram suas histórias na cidade e as quais desejam continuar construindo. Almejam, inclusive, a melhoria do lugar, salientando que com a permanência das moradias e de suas famílias nas comunidades. Nesse processo de luta aparece a cidade em

4 Página do Instagram do grupo de jovens da Comunidade São Rafael: SOS 8 Comunidades.

que os moradores buscam uma apropriação do espaço, através do uso não estritamente e totalmente atravessado pela lógica do dinheiro. Nesse caso específico de um programa governamental que se coloca como sustentável, que produzirá uma suposta qualidade ambiental, a prática da luta evidencia o real conteúdo do discurso ambiental propalado pela administração municipal. A “sustentabilidade” e o “ambiental” aí são revelados como forças produtivas voltadas para a realização das estratégias econômicas do espaço. Com isso, a prática socioespacial da luta dos moradores revela uma crítica à economia política do espaço que se aprimora através dos discursos ambientais e da sustentabilidade, que estão a serviço das estratégias da produção do espaço enquanto mercadoria. Revela também que as estratégias hegemônicas estão cada vez mais incisivas nos espaços da cidade, mas, ao mesmo tempo, revela o espaço da reprodução da vida para além das mediações abstratas e concretas da acumulação do capital e do Estado a serviço dela. Revela, por fim, o avanço das contradições do espaço enquanto ameaça à vida concreta de moradores da cidade, que se insurgem contra a mercantilização de todas as esferas da vida, inclusive e sobretudo do espaço onde a realizam.

Referências

- LEFEBVRE, Henri. **Espace et politique**. 2ª. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. **Le retour de la dialectique. 12 mots clefs**. Paris: Messidor/Editions Sociales, s/d.
- _____. **La survie du capitalisme. La reproduction des rapports de production**. 3ª. ed. Paris: Anthropos, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, 2ª edição.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MELUCCI, Alberto. “Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento”. Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. **Novos estudos**, n. 40, 1994.
- PADUA, Rafael Faleiros de Padua. **Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, FFLCH-USP, 2007.
- SÁNCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAPÍTULO 9

Por uma Geografia crítica do capitalismo de vigilância

Dados espaciais, *big techs* e colonialismo digital

Rildo Borges Duarte

Enquanto este pequeno ensaio era escrito, um debate nacional estava em curso, vinculado à tentativa de propor alguns limites e responsabilidades às grandes empresas de tecnologia, conhecidas como *Big Techs*, a partir do PL 2630/2020. De certa maneira, a reação virulenta desencadeada por essas corporações indica que estas usarão todos os recursos à sua disposição para a manutenção de seu poderio econômico sobre os espaços virtuais.

Assim como as grandes potências imperialistas, ao longo da história, usaram todo seu poderio bélico e econômico para manter extensas áreas territoriais sob controle, as *Big Techs* pretendem perpetuar seu domínio sobre os espaços virtuais, no que é chamado por alguns autores de “colonialismo digital”, que se conformaria em uma das principais características do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Por exemplo, para garantir um Estado de Bem-Estar Digital no centro do sistema capitalista, territórios de povos originários são devassados em África e na América do Sul para a obtenção de minerais necessários à fabricação de smartphones. Além disso, trabalhadores precarizados, conhecidos como *clickworkers*, são utilizados para treinar algoritmos e inteligências artificiais, recebendo poucos de dólares por hora e se submetendo a conteúdos que afetam sua saúde mental. Nesse sentido, o sul global também se torna mero território extrativista de dados informacionais.¹

1 Faustino; Lippold, 2023.

Esse modelo, inaugurado pelo *Google* (atualmente parte do grande conglomerado conhecido como *Alphabet*), desde o final da primeira década do século XXI, está baseado na oferta de serviços geograficamente invasivos, que possibilita o processo de obtenção de dados pessoais, georreferenciados, tendo como objetivo um processo de acumulação baseado em uma mais valia-comportamental². O sucesso desse projeto do *Google* reside na forma dinâmica com que consegue capturar, catalogar na forma de *Big Data* e disponibilizar as informações dos usuários para seus verdadeiros clientes, empresas que desejam aumentar suas vendas ou até grupos políticos que querem fazer valer seus interesses eleitoreiros.

Ao que parece, a pandemia do novo coronavírus fortaleceu o modelo de negócios dessas grandes empresas, ampliando suas margens de lucros que são sustentados sobre os escombros de uma sociedade que parece cada vez mais sucumbir diante da barbárie imposta por este momento histórico do capitalismo tardio.

A tragédia disseminada pelo vírus não é a causa, mas sim um dos sintomas da atual crise do capital. Isto ficou explícito na falência do sistema de saúde de diversos países, incluindo a barbárie da saúde privatizada nos Estados Unidos, na decadência do Estado de Bem-Estar europeu e na destruição do Sistema Único de Saúde brasileiro, fruto dos cortes desencadeados pelo teto de gastos. Além disso, escancarou como a flexibilização das leis trabalhistas e a redução do trabalho vivo pelo trabalho morto de ferramentas digitais e robotizadas geraram uma tendência de precarização jamais vista. Como indica Ricardo Antunes,

Foi nesse cenário social de devastação que o mundo do trabalho entrou na “segunda onda” do coronavírus: estamos nos referindo à *pandemia da uberização*. Tal realidade se manifesta quando constatamos que uma forte tendência que se desenvolvia amplamente antes do surto de covid-19 encontrou novas condições de expansão durante a pandemia. Essa processualidade vem se efetivando pela disseminação do trabalho nas plataformas digitais - que são de fato grandes corporações globais - responsáveis pela criação do trabalho uberizado. Sem dispor de alternativas de trabalho e emprego, uma massa crescente de força de trabalho sobrando só encontra algu-

2 Zuboff, 2020.

ma possibilidade de remuneração por intermédio de empresas como Amazon (e Amazon Mechanical Turk), Uber (e Uber Eats), Cabify, 99, Google, Facebook, Airbnb, Lyft, IFood, Glovo, Deliverro, Rappi, dentre tantas outras que não param de se esparramar pelo mundo (2022, p.35).

Se para os trabalhadores superexplorados parece não haver alternativas além do sacrifício em mais horas de trabalho em troca de salários que mal conseguem suprir sua subsistência, para os altos executivos do Vale do Silício, nos Estados Unidos, sempre há alternativas possíveis para escapar ao que pode se transformar na derradeira crise sistêmica. Desde o início da pandemia, aumentou exponencialmente a procura por investimentos imobiliários em bunkers enterrados em áreas remotas do Meio-Oeste estadunidense e de terras na Nova Zelândia³. Também faz parte desse processo a corrida para o espaço 2.0 iniciada por bilionários que, para além de lançar endinheirados em voos orbitais, também têm como meta missões para a Lua e até a colonização de Marte.

Parece que essa fração da elite do capitalismo tardio entendeu como ninguém a conhecida expressão “socialismo ou barbárie” e já se prepara para a real possibilidade do capitalismo, em sua lógica de destruição dos ambientes terrestres e da humanidade, desencadear de vez a inviabilização da possibilidade de construção da verdadeira história da espécie humana. Nesse sentido, a alternativa que restaria seria a preparação para o fim do mundo.

De certa maneira, figuras como Mike Fisher (2020) nos alertam há algum tempo sobre essa nefasta equação em que o realismo capitalista se apresenta de forma a ter colonizado até os sonhos da população, causando um ambiente geral em que não há expectativa no horizonte de mudança possível.

E fazendo um caminho parecido com o de Fisher em suas análises, tentando propor um diálogo com a cultura pop, podemos encontrar alguns elementos para isso, por exemplo, em livros e contos de Phillip K. Dick, transformados em filmes e séries, como o clássico *Blade Runner* ou a série *Electric Dreams*, disponíveis justamente em aplicativos de serviços de strea-

3 “Em entrevista à Forbes, Robert Vicino, CEO da Vivos - uma das principais construtoras de bunkers do mundo - explicou que, desde que a doença começou a se espalhar, a companhia teve uma alta astronômica nos negócios. ‘Em comparação a 2019, já tivemos um aumento de 2.000% em pessoas seriamente interessadas e qualificadas para a compra. Nossas vendas aumentaram 400%. O coronavírus é somente uma das ameaças ao ser humano, mas ele fez as pessoas perceberem quão vulnerável é a vida’” (Labatte, 2020, s/p).

ming das *Big Tech*, que são empresas cujos processos de acumulação se dão pela criação e desenvolvimento de plataformas de uso intensivo de dados e que apresentam, na última década, uma ampliação exponencial em seus valores de mercado.

Em *Blade Runner: O caçador de andróides* (1982), filme adaptado do livro *Andróides sonham com ovelhas elétricas?*, a fotografia remete a um mundo fantasmagórico⁴, onde não há qualquer referência que não sejam paisagens dominadas pelo fetiche da mercadoria. Sequer a luz do sol consegue penetrar neste mundo feito para a exibição da mercadoria e para tornar suas imagens em fantasmagóricas, ou seja, representações que ocultam as lembranças sobre as relações sociais que as produzem. Seguindo os alertas de Walter Benjamin, a cultura da sociedade produtora de mercadorias, isto é, a imagem que ela mesmo produz de si mesma, corresponde ao conceito de fantasmagoria, já que, entre outras coisas, esta imagem oculta a lembrança da forma como as mercadorias surgiram. É neste sentido que as mercadorias, enquanto objeto de consumo, transformam-se em objetos mágicos que, mais do que apenas revelar uma reificação do produtor em relação ao objeto produzido, elevam-se como representação fetichizada da própria cultura hegemônica em suas variadas formas de expressão concreta⁵.

No mundo apresentado pelo filme, não é por acaso que a reificação atinge níveis tais que a diferença entre seres humanos e replicantes (robôs antropomorfos) praticamente não existe, daí a necessidade de que caçadores se encarreguem de identificar e exterminar tais entidades. E sem surpresa, em uma das cenas que entraram para a história cinematográfica, o replicante interpretado por Rutger Hauer, sentindo sua morte se aproximar, declama um epitáfio com tal carga emocional⁶, observado pelo *Blade Runner* Deckard, que podemos identificar ali, simbolicamente, esse processo em que o mundo humano se desvaloriza na mesma proporção da valorização do mundo das coisas⁷.

4 Benjamin, 2009.

5 Querido, 2013.

6 “Eu vi coisas que vocês, humanos, nem iriam acreditar. Naves de ataque pegando fogo na constelação de Órion. Vi Raios-C resplandecendo no escuro perto do Portão de Tannhäuser. Todos esses momentos ficarão perdidos no tempo, como lágrimas na chuva. Hora de morrer”.

7 Marx, 2004.

Por mais que andróides ainda não possam caminhar incólumes entre nós, como também indicam filmes recentes como *Ex-Machina*: Instinto artificial (2014), de certa maneira os algoritmos já se esgueiram furtivamente por cada canto de nossa realidade. Presentes nos aplicativos disponibilizados pelas *Big Techs*, talvez estejam criando as condições para garantir que o capitalismo continue, sob novas formas, em sua jornada inexorável de produção de fantasmagorias e de destruição da humanidade.

Neste sentido, lembrando alguns conceitos presentes nas análises de David Harvey (2004), podemos inferir que essas empresas, a partir de ajustes espaciais, tentam dirimir a tendência ao rebaixamento das taxas de lucros, ao utilizarem-se do processo de acumulação por espoliação, no momento em que a utilização em massa de seus aplicativos provoca a liberação de ativos por um custo muito baixo e, ao serem apropriados, podem ter destinos de uso imediato e altamente lucrativo.

Essas são as novas formas do velho processo de acumulação primitiva, refeito a cada nova mutação do capitalismo. Dessa maneira, o sucesso das empresas do Vale do Silício, como o *Google*, reside na maneira dinâmica com que consegue captar, catalogar e disponibilizar as informações de seus usuários e revender para seus clientes, empresas interessadas em aumentar suas margens de lucro a partir de dados sobre seus potenciais consumidores e agências estatais ávidas por garantir informações que privilegiem seus interesses econômicos e estratégicos.

Nesse contexto de transformações para um capitalismo que, para Jodi Dean (2021), “já se tornou algo muito pior”⁸, não podemos esquecer que as mediações entre as *Big Techs* e as nações imperialistas estão criando novas possibilidades, desde a ampliação da exploração do trabalho até novas estratégias geopolíticas de dominação.

Figuras como Edward Snowden e Julian Assange⁹ já revelaram como

8 Para Jody Dean, estamos adentrando em um novo tipo de feudalismo, tecnofeudalismo, a partir da ampliação das desigualdades pela introdução das tecnologias digitais.

9 Sobre Assange, Slavoj Žižek nos alerta sobre seu papel como símbolo do *modus operandi* das democracias liberais em sua cruzada de imposição de uma “liberdade vigiada” sobre o mundo: “Contra sua vontade, Assange tornou-se um símbolo desse lado sombrio das democracias ocidentais, um símbolo da luta contra as novas formas digitais de controle e regulação sobre as nossas vidas - formas muito mais eficientes do que as antigas formas ditas “totalitárias” de controle. Muitos liberais ocidentais insistem que há outros países ao redor do mundo em que há opressão direta muito mais brutal do que no Reino Unido e nos

agências a serviço do imperialismo estadunidense, notadamente a *National Security Agency* (NSA), elevaram a outro patamar a vigilância empreendida não somente a seus cidadãos, mas também de civis a chefes de Estado de todo o mundo, mostrando como o sistema de espionagem conhecido como PRISM conseguia interceptar os dados acumulados pelas grandes empresas de tecnologia da informação, a partir de *backdoors* dos servidores de empresas do Vale do Silício, como o *Google* e o *Facebook*.

Assim, empresas como a *Google* atualizam as lógicas de lucros e de antecipação do valor incorporando as novas tecnologias do mundo digital, o que implica na oferta de serviços geograficamente invasivos. Não por acaso, os principais produtos vendidos são aplicativos geoespaciais, como o *Google Earth* e o *Google Maps*, além de diversos outros que embutem a necessidade de compartilhar a localização dos usuários, muitos deles trabalhadores submetidos a condições de exploração do trabalho só vistos anteriormente durante a revolução industrial inglesa entre os séculos XVIII e XIX.

Como já dito, assistimos à *uberização* do trabalho, em um processo em que o dito acesso democratizado às novas tecnologias e aplicativos individualiza e invisibiliza as relações de trabalho sob a aparência da prestação de serviços que esconde a essência perversa de relações de superexploração do trabalho¹⁰. E na outra ponta, a destruição dos serviços públicos garante que os serviços por aplicativo se tornem o mais acessível possível às massas de trabalhadores empobrecidos¹¹ que “já se deram conta de que seus celulares, bicicletas, carros e casas perderam o caráter de bens pessoais e se transformaram em meios de produção ou meios de geração de renda”¹². Além disso, entregadores e motoristas de aplicativos, por exemplo, além do pagamento das taxas de utilização, têm seus dados utilizados para abastecer os *big-da-*

EUA, e questionam o suposto alarde em torno do caso de Assange? É verdade, mas nesses países a opressão é escancarada, ao passo que o que vemos agora no ocidente liberal é uma opressão que em larga medida deixa intacto nosso senso de liberdade. Assange trouxe à tona esse paradoxo da não-liberdade experimentada como liberdade” (2021, s/p).

10 Antunes, 2020.

11 Esse é o principal motivo por que a ascensão das *Big Techs* tem de ser pensada ao lado da continuidade da crise financeira mundial. Em última análise, o esforço para manter a austeridade em muitas economias desenvolvidas - e os consequentes cortes nos serviços públicos e nos salários - é uma das razões pelas quais empresas como a Uber e o Airbnb cresceram tanto (Mozorov, 2018, p.160).

12 Dean, 2021, p.89.

ta das empresas a cada novo acesso aos mapas de rotas nas telas de seus smartphones. Isto garantirá, num futuro próximo, a operacionalidade dos algoritmos que possibilitarão a utilização de carros autômatos por parte das empresas desenvolvedoras dos aplicativos, indicando futuras altas taxas de retorno do capital.

Mesmo as cidades passam pelo movimento de sítio provocado pela utilização intensa de novas tecnologias de vigilância, como drones e câmeras de reconhecimento facial, cujos algoritmos foram testados à exaustão nos cercos militares de tropas ianques a ambientes urbanos, do Iraque ao Afeganistão, e que agora podem ser replicadas por agentes de segurança pública e empresas privadas pelo mundo afora. Nas palavras de Stephen Graham, aqueles que pensam e praticam esse novo urbanismo tecnológico-militar defendem que

O olhar atento do poder militar hegemônico [...] não devia apenas colonizar as escalas planetárias de monitoramento; devia penetrar as intrincadas geografias locais dos campos de batalha urbano e infraestrutural. [...] novos sistemas, locais e globais ao mesmo tempo, devem, então, estar “sempre ligados” - possibilitando, via “algoritmos de correlação de indícios e de tentativa e erro”, retomar memórias através de bancos de dados que registram o histórico de movimentos e associações de coisas, atividades e pessoas, bem como antecipar, de modo que eventos e comportamentos ameaçadores e “anormais” possam ser detectados e abordados antes de um ataque. Os novos “meios terrestres e próximos” de monitoramento, inteligência e determinação de alvos se concentram nas técnicas de mineração de dados e rastreamento [...]. Por meio de impressões digitais ou da palma da mão, escaneamento de íris, DNA, reconhecimento facial, de voz, ou até mesmo de odor e passos, sensores biométricos vão verificar e codificar a identidade das pessoas conforme elas atravessam as fronteiras (2016, p.232-233).

São essas as fantasmagorias deste admirável mundo digital, apresentado como libertação do trabalhador pelo empreendedorismo, como ampliação das relações democráticas e como maior segurança para cidades. Seu assombro escamoteia toda perversidade de um mundo que nega a liberdade, que nega os direitos trabalhistas mais básicos e que nega a própria humanidade.

Partindo destas premissas, passa a ser fundamental compreender o papel destes verdadeiros “algoritmos de destruição em massa”¹³ e sua utilização nesta fase do capitalismo tardio, em que se imbricam as ideologias individualizantes e autoritárias do processo de gestão empresarial da sociedade encampada pelas políticas neoliberais, como propõe Gregóire Chamayou (2020), aos novos arranjos geopolíticos de imposição de uma liberdade viagiada para todo o mundo e as mutações nas lógicas de acumulação e de antecipação do valor.

O que se apresenta é a faceta mais bárbara do capitalismo em suas guerras infinitas de acumulação não somente contra a humanidade, mas também ao meio ambiente que garante a manutenção da vida no planeta. Em sua análise do capitalismo enquanto máquina de guerra, Éric Alliez e Maurizio Lazzarato, indicam que:

O capital é um modo de produção na exata medida em que é um modo de destruição. A infinita acumulação que desloca continuamente seus limites para cria-los novamente promove uma destruição ampliada e irrestrita. Os ganhos de produtividade progridem em paralelo com os de destruição. Manifestam-se numa guerra generalizada, a que os cientistas preferem chamar *Antropoceno* em lugar de *Capitaloceno*, por mais que as evidências mostrem que a destruição dos meios nos quais e pelos quais começa não com o “homem” e suas crescentes carências, mas com o Capital. [...] O capitalismo não é apenas a mais mortífera civilização da história, que introduziu em nós a “vergonha de sermos humanos”. É também a civilização graças à qual o trabalho, a ciência e a técnica criaram - outro privilégio (absoluto) na história humana - a possibilidade de aniquilação (absoluta) de todas as espécies e do planeta que as abriga (2021, p.29-30).

Nesse novo capítulo da história da produção, circulação e reprodução ampliada do valor, contada pelo capital, a experiência humana vem sendo cada vez mais transformada em matéria-prima para a produção de dados

13 Conceito criado pela cientista de dados Cathy O’Neil (2020) para indicar como a matemática e a ciência da computação produziram algoritmos supostamente infalíveis e incontestáveis, mas que escondem preconceitos, equívocos e vieses e cujas decisões, em última instância, tendem a punir os pobres e oprimidos na mesma proporção em que enriquecem ainda mais os senhores do capital.

comportamentais, compondo um superávit comportamental que, após passarem por processos de fabricação em *machine learnings*, se transformam em produtos para um novo tipo de mercado de comportamentos futuros. Os capitalistas passaram a acumular enormes riquezas a partir destas operações de produção e venda do nosso comportamento futuro¹⁴.

Como último componente desta tragédia anunciada, até mesmo a fisiologia humana está sendo cada vez mais condicionada a seguir os ditames de mercados e infraestruturas produtivas e de consumo organizadas para funcionar vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana¹⁵. Sai cada vez mais de cena a lógica de acumulação fordista, com seu dia tripartido em oito horas, para formas flexíveis de exploração do trabalho e incentivo ao consumo contínuos e ininterruptos. Não há espaço sequer para o sono e, principalmente, para o sonho quando somos inexoravelmente exortados a trabalhar e consumir a cada nova notificação em nossos smartphones.

Mapear estes arranjos e propor uma crítica deste capitalismo de vigilância faz parte da abertura de novos capítulos na agenda de pesquisa sobre a geografia histórica do capitalismo. Afinal de contas, Milton Santos (2000) já nos prevenia há algum tempo sobre os usos das técnicas e a possibilidade de criação de um novo mundo mais humano em uma “outra globalização”.

De certa maneira, Manoel Fernandes de Sousa Neto (2020), à moda benjaminiana, também nos ajuda a compreender como esses algoritmos, que também podem ser inscrever na longa história de produção de documentos de barbárie, típicas das sociabilidades do valor, podem nos ajudar, de maneira contraditória, a contar uma história a contrapelo que auxilie nas lutas contra a hegemonia do capital.

Atualmente, a Geografia e os geógrafos são constantemente chamados a dar soluções para o planejamento territorial, principalmente a partir da intensa utilização de dados espaciais e produção dos mais diferentes materiais cartográficos. Do acompanhamento em tempo real de cargas ao monitoramento do trânsito e circulação de pessoas nas novas cidades inteligentes, somos instados a produzir as matérias-primas fundamentais a esse momento do capitalismo tardio.

14 Zuboff, 2020

15 Crary, 2016.

Isto sem contar as velhas formas de apropriação territorial, marcadas pela história de violência contra os povos originários, quilombolas, ribeirinhos. Hoje, o ouro dos garimpos ilegais, que devassam a floresta amazônica em Roraima e causam o genocídio do povo Yanomami, abastece as cadeias produtivas dos smartphones, aparelhos indispensáveis à captura de dados em massa. Como mostra Jonathan Crary, este modelo de exploração da natureza e das pessoas se reproduz em todo sul global. Como bem lembrado por ele:

A mina de Grasberg, na província indonésia de Papua, uma das maiores e mais lucrativas do mundo, é um bom exemplo: a cratera escavada mede cerca de 30 km², e mais de 700 mil toneladas de rejeitos são despejados nos rios locais a cada semana. Sozinha, emprega 23 mil trabalhadores que ganham menos de dez reais por hora. Desde os anos 1990, vários milhares de rebeldes separatistas papuanos, mineiros grevistas e ambientalistas foram assassinados por seguranças particulares. A maior parte das amplas regiões de planalto e de floresta tropical da área foi contaminada de modo irreversível pelo escoamento de substâncias tóxicas. E tudo isso para atender às demandas de cobre dos fabricantes de eletrônicos, sobretudo para a produção dos componentes-chave do Green New Deal - painéis solares, turbinas eólicas e veículos elétricos -, mas também dos chips utilizados em supercomputadores e da fiação de casas “inteligentes” movidas pela Internet das Coisas (2023, p.52-53).

Dito isto, não é possível mais continuar a fazer uma ciência que insiste em produzir sistemas de informações geográficas que servem de bancos de dados, sem os quais, os muitos algoritmos não poderiam sequer calcular quais são as melhores locações para a instalação dos mais luxuosos *bunkers* que um bilionário pode comprar ou oferecer as melhores alternativas para que forças de segurança possam conter violentamente os cinturões de pobreza das grandes cidades.

Outas geografias podem ser produzidas, em movimentos que escapem às lógicas impostas pelas *Big Tech* e que auxiliem os diversos movimentos de contestação à ordem vigente, sendo fundamentais para a quebra deste ciclo de barbárie que coloniza a humanidade a partir de sua conversão em mero fluxo de dados e que ditam as sociabilidades a partir da *plataformização* da vida.

É urgente realizar a construção desta contra-hegemonia digital, pois dela depende não apenas formas de fruição mais igualitárias das tecnologias digitais, mas também os rumos de novas possibilidades de imaginação política e de práxis revolucionária que consigam, efetivamente, deixar de acreditar ser mais fácil imaginar o fim do mundo do que a superação do capitalismo.

Referências

- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. São Paulo: UBU Editora, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- BLADE Runner: O caçador de andróides. Direção: Ridley Scott. Distribuidora: Warner Home Vídeo, 1982. 1 DVD (117 min).
- CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: Uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: UBU Editora, 2020.
- CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2016.
- _____. **Terra arrasada: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista**. São Paulo: UBU editora, 2023.
- DEAN, Jodi. Neofeudalismo: O fim do capitalismo? **Revista da Boitempo**, São Paulo, n.36, 1º semestre de 2021. p.78-91.
- EX-MACHINA: Instinto Artificial. Direção: Alex Garland. Distribuidora: Universal Pictures, 2014. 1 DVD (108 min).
- FAUSTINO, David; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: Por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

- LABATTE, Mariana. Procura por bunkers de luxo cresce 200%. **Forbes**. 30/10/2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbeslife/2020/08/procura-por-bunkers-de-luxo-cresce-2-000/> Acesso em: 30 mai. 2023.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOZOROV, Evgeny. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa: Como o big-data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020.
- QUERIDO, Fábio Mascaro. Fetichismo e fantasmagorias da modernidade capitalista: Walter Benjamin leitor de Marx. **Revista Outubro**, n.21. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-21-Artigo-08.pdf> Acesso em: 30 mai. 2023.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Narrativas em História da Geografia na Geografia Histórica do capitalismo. In: LIRA, Larissa Alves; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Borges. **Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia**. São Paulo: Alameda. 2020.
- ZIZÉK, Slavoj. Boa sorte, sr. Assange! **Blog da Boitempo**, 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/02/zizek-boa-sorte-sr-assange/> Acesso em: 30 mai. 2023.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Práxis para enfrentar o capital

Ir à essência do espaço geográfico, e voltar?

Fabrcia de Oliveira Santos

Prolegômenos

As reflexões deste texto se relacionam ao debate da **Mesa 2 - Práxis Social, Espaço, Tempo e Território**, do **Seminário Virtual Geografia e Marxismo: os limites e horizontes da pesquisa**, realizada no dia 11 de novembro de 2021, das 19 às 21 horas e 30 minutos, são questões alinhadas ao Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais - GPECT (UFS/PPGEO/CNPq), que possui frentes de luta sob o mesmo método dos Grupos de Pesquisa reunidos no referido Seminário.

O GPECT tem atuação nas distintas esferas da pesquisa e do ensino em diferentes estados brasileiros, sobretudo do Nordeste. Não tem como ferramentas partidos como instrumento de revolução, apesar de alguns membros terem filiações político-partidárias, todavia, as ações por outros meios, entre os quais, o ensino e a pesquisa entre professores de níveis de ensino classificados nas divisões convencionais: fundamental, médio, e superior, e este último com alcance nas pós-graduações em Geografia.

Mesmo o ensino institucionalizado sob o capitalismo, a formação teórico-metodológica construída no Grupo tem possibilitado manter uma postura crítica frente às contradições do capitalismo, principalmente nas conjunturas, como nos últimos seis anos, de mentiras alardeadas em parlamentos e nas diversas formas de mídias. Mentiras inclusive geográficas, como “a floresta amazônica não queima”. De fato, talvez não haja a auto-combustão, mas a grilagem autoriza e realiza a queima nos biomas brasileiros. Assim, o Grupo busca não perder de vista a totalidade, as mediações e

contradições envolvidas no que realiza: práxis (em seu sentido social) para enfrentar o capital, como meio de ir à essência e promover a transformação das formas de ver e intervir no real concreto.

De forma a contribuir com debate proposto: práxis social, espaço, tempo e território (tema da Mesa), o presente texto contempla essas categorias em uma pesquisa sobre “formação territorial, trabalho, violência na terra” em Sergipe. Todavia, ressalta-se que não se trata de oferecer uma visibilidade direta das categorias analíticas como intermediadoras entre o pensamento e a realidade concreta, mas refletir o papel do método crítico nessa articulação para garantir a práxis.

Desse modo, o papel do método, em seu sentido filosófico (Tonet, 2013), é vital para realizar essa articulação. E o método crítico marxiano é uma possibilidade para a superação do capitalismo em prol da “causa da humanidade” (Engels, 2010, p.39). E, para a ciência geográfica, enquanto campo de estudo do espaço produzido através da relação social, de trabalho com a natureza, e que no capitalismo o domínio do espaço tempo é uma condição necessária para a extração da mais-valia, logo, nada mais lógico que ferramentas teórico-práticas, de práxis, que permitam desvelar as entranhas do capitalismo e seus problemas para a humanidade.

Realizar essa empreitada não é fácil, uma vez que obter clareza sobre o potencial destrutivo e perverso do capitalismo é uma saga devido às artimanhas da alienação e às formas sociometabólicas do capital (Mészáros, 2011). Diante dessa luta, o que mais se produz são lampejos de consciência crítica, mesmo porque uma das estratégias do capitalismo é o controle do conhecimento (Engels, 2020). Às vezes alguns rastros dessa perversão e destruição são percebidos no senso comum. Como tem ficado visível em muitas lutas travadas no espaço virtual de redes sociais, e que reverberam no espaço físico das ruas em centros urbanos, sobremodo.

Mas para que essa percepção crítica ultrapasse esse campo de informações fugazes, geralmente alienado, e se torne práxis, de forma coerente e coesa, reside o papel da ciência, além de outras formas de conhecimento institucionalizados ou reunidos, alguns “no calor da hora” - estimulados pelo desespero, a fome, a dor, a fúria.

No caso da Geografia, a opção pelo método crítico, tanto para a abordagem nas dimensões do espaço físico quanto humano, é saída lúcida. Caso contrário, segue apenas mais um saber com uma epistemologia confusa,

rarefeita, fracamente ideologizada, ou construções repetitivas como “um mantra”.

Todavia, nas contradições, o marxismo não é um dogma, mas uma concepção de leitura do real concreto para entender a lógica capitalista, e de encaminhar a práxis - construir consciências sobre o sentido social de acesso às condições materiais e subjetivas de existência, transformar o real, dar acesso a escolhas conscientes: “[...] o pensamento teórico é uma qualidade inata, só como aptidão. Essa aptidão precisa ser desenvolvida, formada, e, para que essa formação aconteça, o único meio conhecido até agora é o estudo da filosofia” (Engels, 2020, p.76).

Apresentar uma leitura marxiana sobre o espaço geográfico é desvelar que as condições humanas de existência no capitalismo não são “naturais”, inerentes. Cabe então ao geógrafo oferecer análises científicas e críticas à sociedade, construídas com estudo teórico e prático e de práxis. Que ao menos as pessoas saibam reconhecer que, na maioria das vezes, as suas vidas no espaço geográfico não são resultantes do acaso, ou de dogmas.

1. Porque ir à essência do espaço: um exercício

Para discutir a “práxis social, espaço, tempo e território”, ir à essência do espaço, um exercício teórico e prático de uma pesquisa geográfica sobre “formação territorial, trabalho, violência na terra” que se iniciou a partir de conversas entre estudantes:

Costume não é manter o atraso, mas manter a saúde e o emprego (Relatos. Mendonça, A. F. de, 2021).

Ir à raiz do problema é uma luta (Relatos. Santos, J. P. C. dos, 2021).

Viver no campo é diferente de viver do campo (Relatos. Lima, D., 2019).

O que esses relatos sinalizavam? A construção de um projeto de pesquisa como forma de intervenção na realidade (Demo, 1995), partiu de demandas sociais constatadas em reuniões de grupo de estudos, em aulas e atividades de extensão, em um campus da Universidade Federal de Sergipe, que definiu, a priori, a escolha de uma escala para análise geográfica e temporal que, na pesquisa, insere-se nas categorias de totalidade, con-

tradição e mediação marxianas (Marx, 2008). Em termos de área e escala geográfica, a busca por dados empíricos limita-se a municípios que estão situados principalmente sob influência direta do referido campus, no sentido de procedência de seus discentes. São alguns municípios que integram a Mesorregião do Agreste Sergipano, tais como: Itabaiana, Malhador, Campo do Brito, Moita Bonita, entre outros.

A pesquisa que tem por título: **Violências na terra: alienar o trabalho e (des)matar o campo em Itabaiana, Sergipe (1850-1960, e no tempo presente)** refere-se a uma tentativa de desvelar, sob a metáfora – “violências na terra”, temas e significações (Bakhtin, 2006) a partir do que foi relatado entre discentes. São relatos interpretados como questões relacionadas à terra, como rebatimento da alienação do trabalho e das agressões à natureza no campo, e associados à violência. A terra é categoria compreendida no sentido de lócus para realização da vida camponesa, terra enquanto meio de produção, e a sua violação pode ter suas raízes nas formas de sua expropriação, provocadas pela alienação do trabalho e da natureza (Marx, 2011)

Os relatos escutados, apresentados com dor, receio e revolta, aproximam-se dos tipos e natureza de violência sistematizados pela Organização Mundial da Saúde (Governo, 2021), mas, principalmente com os dados apresentados por Girardi (2008) com maior recorrência aqueles que forçam a perda dos meios de produção, principalmente da terra para plantar, e do “chão” para morar, ou, quando há a terra, há uma pressão para atender às demandas do capital, que os obrigam a práticas extremamente degradantes do ponto de vista social e ambiental, como o uso indiscriminado de “defensivos agrícolas”.

O cenário no campo em muitas povoações rurais da Mesorregião do Agreste Sergipano contém, segundo ainda os mesmos relatos, a construção de “vazios” (Moraes, 2003; Silva, 2010), chegando mesmo à saída de praticamente todos os habitantes de um mesmo povoado, forçados por incorporações imobiliárias, mineração, ou pela “violência extrafamiliar/comunitária” (Governo, 2021). Os “vazios” são produzidos para baixar o preço da terra. Para aqueles que ficam, restam o medo, a desesperança. Porque no campo, ainda que as unidades familiares camponesas possuam um certo distanciamento entre suas propriedades, é um distanciamento relativo para uma comunidade rural, é mais no sentido físico, porque ainda prevalece a ajuda mútua entre as unidades camponesas (Forman, 2009); todavia sem

esquecer possíveis condições entre essas vizinhanças (Franco, 1997), e seus costumes em comum (Thompson, 1998).

Por sua vez, a possível violência na terra, por meio da perda do sentido do trabalho - seu estranhamento (alienação) - aumenta a mobilidade do trabalho, o desmatamento e a degradação da terra, como pode se constatar nas taxas de diminuição da população rural (dado que não representa necessariamente crescimento econômico dos municípios) (IBGE, 2010), e avanço predatório de perímetros urbanos, além de outros indicadores sociais e econômicos.

Para os camponeses que ficam na terra, são constantes os relatos de ameaças de morte, ofertas vexatórias de compra da terra por valores abaixo de preço de mercado, assim como são aviltantes as propostas de troca da terra por qualquer mercadoria, além da pressão de atividades de degradação ambiental e social próximas a seus lugares de moradia e de cultivos, como a especulação imobiliária, arrendamentos de terra para o agronegócio, mineração, estradas, depósitos irregulares de resíduos,

O projeto de pesquisa emergiu, portanto, da audição desses relatos, da experiência reunida durante a execução de outros projetos de pesquisa realizados (projetos PIBIC/COPES/UFS) que estimulam a produção de uma consciência histórica (Galeni, 2021) e geográfica (Monteiro, 2014) entre seus proponentes e, conseqüentemente, das pessoas que vivem com eles e no entorno, o que pode trazer possibilidades de combate ao que provoca essa violência, se não, ao menos conhecer algumas mediações, contradições e totalidades.

Na sua realização são conhecidas e definidas possíveis fontes que podem conter dados e conhecimento produzidos relacionados às três categorias mencionadas. Essas categorias foram definidas a partir da hipótese que a violência, na Mesorregião do Agreste de Sergipe, é um rebatimento da alienação do trabalho e da destruição da natureza (Foster, 2012; Marx, 2011; Pádua; 2002).

A escolha de um recorte temporal reside no entendimento de dois marcos na história e na geografia agrária brasileiras e que repercutem diretamente na violência na terra: a Lei de Terras e o Estatuto da Terra (Martins, 1986) e os seus rebatimentos contemporâneos (Relatos, 2019; 2021). Uma longa duração que segundo Silva (2018) permite ver processos que uma conjuntura não possibilita, como no caso dessa pesquisa, ver “mudanças

nas formas de apropriação da terra” (Silva, 2018, p.25). Bosi (1992) traz alguns alertas sobre periodização que aliviam a análise não para um descompromisso com o tempo histórico, mas para a compreensão do tempo histórico entre balizas temporais.

Assim, desvelar a violência na terra como parte do estranhamento do humano com o trabalho e a natureza (terra/matras), lidas através do movimento de totalidades, das contradições e das mediações sob a luz do materialismo histórico e dialético, permite empreender um levantamento de fontes sobre uma formação territorial, com ênfase a princípio em Itabaiana, uma vez que suas dimensões territoriais são maiores no século XIX (Lima JR., 1914). Sobre quais fontes apresentam dados e conhecimento sobre a violência no campo como rebatimento da alienação do trabalho e da destruição ambiental. Sem perder de vista a questão na atualidade, como assinala Moreira (2018) no título de uma de suas obras: “mudar para manter exatamente igual”?

Por um conhecimento prévio que fontes documentais sobre a história e geografia brasileiras (Sousa Neto, 2000) avolumaram a partir do século XIX, faz-se a opção preliminar sobre periódicos sergipanos, ao compreendê-los como parte de um capitalismo tipográfico, enquanto registros diretamente associados a documentos para o capital em sua fase inicial (Anderson, 2008; Benjamin, 1986), como uma hipótese que pode ser um dos recursos utilizados para reforçar a mundialização do capital (Chesnais, 1996) e cegar os seus excessos e acessos subliminares. Sobre esse papel da mídia impressa, Hobsbawm (1995) reconhece uma dependência a essas fontes para estudar o século XX. E pode-se acrescentar também que de uma boa parte do XIX (Freyre, 1963).

Em conjunto com as fontes periódicas, outras possíveis fontes associadas: de cultura material (nos acervos de museus; bibliotecas; na paisagem) relacionadas às categorias e suas relações com o método, além dos relatos de memórias de atuais de moradores do campo, fontes estas que podem ser registradas através de fotografias (Martins, 2009), em cadernos de campo sobre os antigos e atuais signos e significações da violência.

As abordagens de busca e de interpretação das fontes seguem o método do materialismo histórico e dialético (Tible, 2014), uma vez que se compreende a construção da violência na terra como parte da formação territorial brasileira, e é justamente quando a terra é tornada propriedade privada no Brasil que se inicia de forma mais contundente a alienação do trabalho e o desmatamento. É ainda na terra, no século XX, em 1964, outra legislação nacional

(ou a mesma) de controle da terra, que se delineia em meio a um conjunto de violências, as tentativas de revolução camponesa no Nordeste do Brasil (Forman, 2009; Jahnel, 1987), e mais recente no chamado Novo Código Florestal.

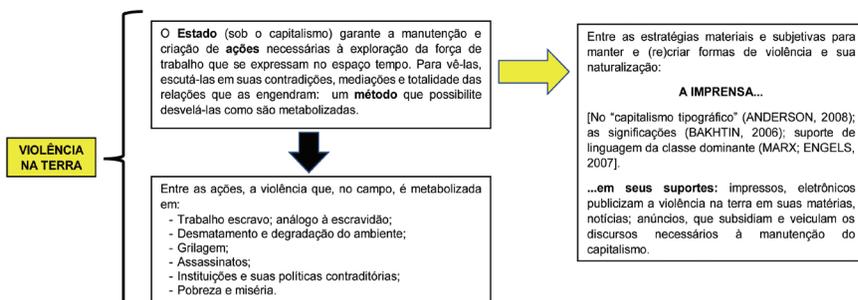
1.1. Significações da violência no espaço geográfico

Discutir violências parece lugar comum. Mas só parece. Porque violência muitas vezes tem rebatimentos irreversíveis. Não se trata de controlar os impulsos humanos para combatê-la, mas enfrentá-la por meios racionais, como promover a formação de consciência histórica e geográfica. No Projeto, vasculhar violências associadas à terra, ao campo sergipano, o Agreste, Itabaiana em particular, é uma tentativa de conhecer quais são essas violências situadas entre balizas temporais de legislações que tornam a terra como mercadoria, e seus rebatimentos contemporâneos, se as violências persistem, pensar em formas de combatê-las a partir de reconhecê-las.

É na construção das aparências veiculadas em mídias impressas - periódicos, relatos, registros fotográficos, e na pesquisa bibliográfica, que a pesquisa visa desvelar como a alienação do trabalho e do desmatamento podem estar envolvidos com a violência na terra. Terra enquanto meio de produção e reprodução de vida. Um exemplo de “chegar à essência e voltar” para os enfrentamentos obtidos.

Os dados iniciais apontam para uma possível abordagem ao chegar à essência (Figura 1):

Figura 1 - Esquema interpretativo da pesquisa



Fonte: autoria própria, 2023.

É necessário chegar e voltar para acessar o sentido racional dos fatos. Chegar ao espaço geográfico, na pesquisa, à violência na terra, requer uma geografia que construa possibilidades de estudar o real concreto em suas contradições materiais e abstratas sob o capitalismo. Por exemplo? Por que cursar Geografia hoje? As respostas seriam as mais variadas. Mas qual Geografia as pessoas podem/devem cursar, para formar-se? Um ensino que possibilite ir à essência do real concreto dos problemas geográficos, em seu sentido ontológico, ou uma Geografia individualista, a serviço de um Estado cada vez mais neoliberal?

Para ir e voltar no tempo espaço, de maneira consciente e não destrutiva, a importância do método, em seu sentido filosófico. Não há compreensão de categorias analíticas sem método, caso se diga ao contrário, seria como forçar receitas de “minha categoria é”, ao invés de trazer o problema, tornando-lo uma questão a ser desvelada, e apresentar análise crítica, os problemas trazem suas categorias (Silva, 1986). Não é apenas epistemologia, mas falar de ciência é preciso saber que é um dos campos da filosofia (Chauí, 2010), ter noção de seu funcionamento cultural (Thuillier, 1989), da historicidade de suas ideias:

O pensamento teórico de cada época e, portanto, também o da nossa, é um produto histórico que em diferentes épocas, assume formas muito diferentes (...). A ciência do pensar é, portanto, como qualquer outra, uma ciência histórica, a ciência do desenvolvimento histórico do pensamento humano. E isso é importante também para a aplicação prática do pensamento em campos empíricos (Engels, 2020, p.76).

A Geografia, na história de seu pensamento, é uma ciência que angariou poderes, e possui compromisso com a vida em seu sentido amplo (Andrade, 1993), sobremodo social, o que demanda formar uma consciência espacial crítica sobre a realidade. Assim, o mais plausível seria produzir conhecimento sobre/para conhecer e enfrentar contradições, mediações e totalidade das relações sociais para superação do capital no modo de produção capitalista. Um conhecimento que dê conta de questões internas e externas do/no movimento de institucionalização dessa ciência, que se possa ir e voltar à essência do espaço geográfico para estimular e transformar socialmente a coletividade, para compreender o movimento do espaço

geográfico em sua historicidade. Como alertou Milton Santos (2004): para que a geografia não fique “viúva do espaço”. Que geógrafos não sejam meros tecnocratas, burocratas treinados para planejamento neoliberal estatal e soldados em prol da desigualdade social, de um ensino escolar mnemônico e cada vez mais pulverizado.

Nos estudos sobre a violência na terra, desvela-se o sentido da terra e do trabalho para as distintas classes sociais. Como as palavras terra e trabalho estão disseminadas em outros vocábulos e respectivos temas. Por exemplo, a qualificação de votantes que se fazia no século XIX tinha como fator preponderante o capital dos eleitores que tinham que declarar bens e idade. Entre os bens, de muitos, a terra. A significação para este vocábulo consta como capital necessário para eleger representantes políticos nas esferas de poder no Império brasileiro. O trabalho, no sentido da ocupação também seria uma qualificação para votar. A terra e o trabalho, presente nessas qualificações, figurariam enquanto garantias de manutenção de poderes (Nunes, 2003). O Quadro 1 ilustra a proposta de sistematização dos primeiros resultados para a pesquisa:

Quadro 1 - Proposta de sistematização da pesquisa

Violências na terra: alienar o trabalho e (des)matar o campo em Itabaiana, Sergipe (1850-1960, e no tempo presente)		
BASES DE DADOS E FONTES	CONCEITOS E DADOS DOS CONTEXTOS	CATEGORIAS
Bibliotecas, arquivos, museus, demais instituições; fontes em distintos suportes de registro do conhecimento	Marcas históricas e geográficas – conceitos na longa duração relacionados às categorias/ “Balizas temporais”	Temas e significações históricas e geográficas na longa duração; debate de método
Jornais oficiais e não oficiais sergipanos publicados entre – balizas temporais que definem/legislam sobre a terra, enquanto espaço geográfico, e o trabalho;	Desmatamento (queimadas e o que for concernente à destruição não produtiva da terra e dos biomas)	Violência e trabalho
Leis e outras determinações jurídicas do Estado nas diferentes escalas	Erosão	Terra (camponesa) – natureza
Relatos, memórias e notícias contemporâneas	Mecanização irregular	Formação territorial
Livros, documentos audiovisuais	Insumos	
Cultura material	Novos cultivos	

Fonte: Autoria própria, 2022.

2. A práxis é profilática e terapêutica

Combater a alienação é combater a perversidade, a covardia, a ignorância. É uma luta difícil porque nas contradições, os mais frágeis, no sentido de força vital e de compreensão crítica, que são muitos, adoecem frequentemente, principalmente porque foram alienados, e, também, adoecem os poucos conscientes que lutam contra uma força coligada para a expropriação da vida, geralmente sobrecarregados. Daí a importância de conhecer as estratégias que os estudos da teoria crítica proporcionam, como alertou Lenin, em 1902: “[...] realizar a mais completa divisão do trabalho possível, lembrando-se que para os vários aspectos do trabalho revolucionário são necessárias diferentes capacidades” (Lenin, 2017, p.25).

Apesar das adversidades, o sentido e a prática de luta devem ser contínuos, e reconhecer o papel da luta teórica neste processo (Lenin, 1979). Por isso, a importância da formação crítica sobre os problemas sociais, sejam eles de natureza geográfica ou não. E o que é geográfico? Homens e mulheres? A natureza? Não se propõe fazer afirmações generalistas de tudo é geográfico. Fazê-lo dessa forma há o risco de perder-se e minar a ciência. Todavia ter conhecimento que, isolar campos científicos de forma a classificá-los em níveis de importância, é uma atitude que pode encurtar o raciocínio e estilhaçar a vida, daí os ataques às ciências humanas e sociais (Silvestre, 2018).

Pensar em qual formação para professores pesquisadores em Geografia nas universidades, e para qual atuação, devem ser temas para uma agenda constante. Uma Geografia Marxista deve possibilitar um conhecimento não fragmentado, capaz de desvelar as significações da natureza e do trabalho em seu sentido ontológico. Uma Geografia de/da práxis pode ser uma estratégia, ainda que utopia, para que se possa ir e voltar à essência do espaço geográfico com esperança, caso contrário se esmorece e se aliena na superfície etérea e volátil dos meandros do capitalismo.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Manuel C. de. Geografia e a sociedade. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 5, n. 9 / 10, [1993], 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006. [2ª. tiragem].
- BENJAMIM, W. **Documentos de cultura**. Documentos de barbárie: escritos escolhidos I. Seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa ... et al. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo. 1986.
- BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.19-32.
- CHAUÍ, Marilena. **Boas-vindas à Filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- CHESNAIS. F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEMO. P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. rev., amp., São Paulo: Atlas, 1995.
- ENGELS, F. **Dialética da natureza**. 1.ed. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ENGELS, F. **Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010. [Edição revista].
- FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- FOSTER, John B. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.28, p.87-104, 1o sem. 2012.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Os Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- GALENI, L. Alfredo. **O valor do passado**. Consciência histórica para quê? Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-importancia-da-historia-para-o-futuro/>. Acesso em 28/03/2021.

- GIRARDI, Eduardo P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>. Acesso em 23/02/2021.
- GOVERNO. Secretaria de estado da Saúde do Rio Grande do Sul. **Tipologia da Violência**. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. Sergipe. **Itabaiana**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- JAHNEL, Teresa C. As leis de terras no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. AGB. São Paulo. N. 65, p. 105-115, 1987. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/968/860>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- LENIN, V. I. **Que Fazer?** As Questões Palpitantes do Nosso Movimento. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1979.
- LENIN, V. I. **Carta a um camarada: sobre nossas tarefas de organização**. 1.ed. Tradução e revisão Paulo Alves de Lima Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LIMA JUNIOR, Carvalho. Monographia Historica do Municipio de Itabayana. **Revista do IHGSE**. Aracaju, vol. 2, n. 4, p.128-149, 1914.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/06/MARX-Karl.-Contribui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica.pdf> Acesso em: 30 jul. 2016.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**.

- Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição I.ed. tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. [revista]. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MONTEIRO, Juliana Pereira de Andrade. **Do lugar à geofricidade e à consciência geográfica**: uma experiência fílmica. Geografia Humana. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=B7A7A8B165DB&lang=pt-br. Acesso em: 12 mar. 2021.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo século” XVI. 2.ed. São Paulo: Annablume, 1991.
- MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter tudo igual**: os ciclos espaciais de acumulação: espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, no 2, 2003, p.311-343.
- PÁDUA, J. A. **Um Sopro de Destruição**: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **RELATOS obtidos em atividades de pesquisa e extensão sobre as condições de trabalho no campo em Itabaiana e arredores (2019-2021)**. GEFTI - UFS/DGEI: São Cristóvão, 2019; 2021. (Manuscritos anotados em cadernos de campo)
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SILVA, Armando C. da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. **In**: REYNAUD, Alain et al. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Livraria Nobel, 1986. p.25-37.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Formação Social da Miséria**: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920). Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

- SILVA, Kalina V. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010.
- SILVESTRE, Danilo. Em defesa das ciências humanas. **Gazeta do Povo**. 14/04/2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/em-defesa-das-ciencias-humanas-5dzll7r6d1zwoud3mccil1io8/>. Acesso em 23 mar. 2021.
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. As outras histórias ou da necessidade delas. **Terra Brasilis**. Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. São Paulo. Ano I, n. 2. jul./dez., p.137-145, 2000.
- TIBLE, Jean. Marx e os outros. **Lua Nova**. São Paulo. n. 91, p. 199-228. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000100008. Acesso em 03 fev. 2021.
- TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. - **São Paulo: Companhia das Letras, 1998**.
- THUILLIER, Pierre. O contexto cultural da ciência. **Ciência Hoje**, Rio De Janeiro, n. 50, p.18-23, jan./fev. 1989.

Apropriação, propriedade e vivência

Contradições e conflitos nas relações sociais com a terra

Camila Salles de Faria

Historicamente, as lutas sociais no campo brasileiro realizam-se no processo entre a expansão da constituição da propriedade privada capitalista da terra e as resistências pelo uso e apropriação da terra por camponeses, quilombolas e outros povos do campo e pela vivência indígena com a terra. Trata-se de relações sociais distintas com a terra, que coexistem conflituosamente, de modo que, para analisá-las, sob a concepção marxista-lefebvriana, destacam-se as noções analíticas de propriedade, apropriação e vivência.

Tais noções não são apenas artifícios metodológicos, mas expressam e realizam a realidade, é necessário compreendê-las como abertas (dinâmicas, moventes e “fluidificadas”) e em constante transformação. As noções, assim, ganham conteúdos na relação dialógica entre os autores e essa leitura da realidade. Portanto deve-se escapar do engessamento, isolamento ou absolutização desses termos.

Diante dessa leitura da realidade do campo brasileiro, entende-se que propriedade e apropriação não se revelam como sinônimos, pelo contrário, se opõem. Segundo Lefebvre, “apropriar-se não é ter a propriedade, mas fazer sua obra, modelá-la, formá-la, colocar o selo próprio” (1973, p.210). Para o autor, a apropriação é o processo em que um indivíduo ou grupo transforma algo exterior em seu bem e se reconhece no produzido. Neste sentido, a apropriação remete ao uso pleno para realização da vida.

Lefebvre (1973) constata que as relações entre os sujeitos sociais e os meios materiais ou naturais (terra, água e outros elementos da natureza) ocorrem

pela apropriação e pela dominação, as quais deveriam estar juntas, mas se separam ao longo da história, uma vez que, no modo de produção capitalista, sob a dominação e por meio das técnicas (preenche de intenções), a sociedade destrói a natureza, metamorfoseia em produto, em recursos naturais e em propriedade privada, já que, pela apropriação, transforma-a em um bem comum. Trata-se, assim, de dois momentos que se realizam conflituosamente: “o racional, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica, e o outro da apropriação, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra” (Seabra, 1996, p.73).

Com o desenvolvimento do capitalismo, o sentido da apropriação vai se reduzindo e o uso pleno torna-se o uso possível que se condiciona à relação de dominação. A dominação também é transformada e ampliada com “o papel das forças armadas, da guerra, do Estado e do poder político” (Lefebvre, 2000). Nessa imbricação, produz-se uma relação apropriação/dominação que parece não se distinguir. Essa relação, por sua vez, traz um movimento conflitual de coexistência e de realização da apropriação somente por meio da dominação, ou seja, há uma precarização do uso e uma imposição de restrição ao ter para sua realização, dando êxito à forma mercadoria e à privatização.

Entende-se que essa relação entre apropriação e dominação elucida e confronta a noção de propriedade da terra. A propriedade da terra compreendida como produto de relações sociais revela uma noção analítica trans-histórica, ou seja, que está presente em diferentes momentos da história humana, porém com os conteúdos particulares e específicos que resultam dessas distintas relações sociais. Mas a propriedade da terra, embora hegemônica, não é absoluta e nem plena, isso quer dizer que coexiste com outras formas de apropriação da terra que diferem e/ou negam a propriedade e, principalmente a atual, a propriedade privada capitalista da terra.

No entanto, as noções de apropriação e de propriedade apresentam-se limitadas para a compreensão da relação dos povos indígenas com a terra, visto que, mesmo na apropriação da terra, em seu uso pleno, um dos elementos da relação apresenta-se como algo externo e/ou superior. Propõe-se, assim, a noção de vivência, em que a terra é suporte e produtora da vida, mediação da existência e ação prática do viver enquanto indígena.

Essas noções analíticas (propriedade, apropriação e vivência) separam-

-se somente na exposição¹, não no sentido metodológico reducionista de classificação ou tipologias, mas pensadas em totalidades que salvaguardam as diferenças, quando apresentadas por seus conteúdos. Estas noções, por sua vez, compõem os subitens deste capítulo.

1. A constituição da propriedade privada da terra no Brasil

A propriedade privada da terra no Brasil, considerada a forma de acesso hegemônica e o fundamento da concentração de riqueza, da violência e dos conflitos fundiários constitui-se, assim como o desenvolvimento do capitalismo no campo, por um movimento desigual e contraditório.

O movimento desigual é marcado pela coexistência de diferentes temporalidades, ritmos históricos e datações (Lênin, 1982), em que há distintos níveis da formação econômica-social capitalista e não capitalista. Esse fato contribui para entender que a constituição da propriedade privada capitalista da terra, ainda em curso, não extinguiu as formas/conteúdos não capitalistas de apropriação e vivência com a terra. Portanto coexistem distintas práxis das relações dos sujeitos sociais com a terra no campo brasileiro, a saber, a capitalista, a camponesa, a quilombola, a indígena, entre outros.

Contudo, trata-se de uma coexistência conflituosa que, muitas vezes, apresenta-se como barreira para a expansão contínua dessa constituição da propriedade privada capitalista. Tal fato remete-nos ao movimento contraditório, já anunciado, que sob a concepção dialética materialista, realiza-se na relação entre dois termos, em que não há exclusão, ou negação formal de nenhum, que contempla a negação pela superação e parte dele mesmo (*Aufheben*) (Lefebvre, 1975).

A contradição no processo da constituição da propriedade privada capitalista da terra realiza-se no movimento entre as relações capitalistas e não capitalistas. Isso quer dizer que não há a plenitude de mercantilização e de monetarização, ditos como processos universais de aquisição e acesso à terra pelo modo de produção capitalista. Mas há uma seletividade social histórica permeada por relações não capitalistas que se transformam em

1 Apresentado por Marx no posfácio da segunda edição de *O Capital*, quando elenca os métodos de investigação e de exposição para a construção do pensamento.

relações capitalistas “legítimas” e configuram-se na propriedade privada capitalista da terra.

A seletividade social histórica das terras data das concessões resultantes da invasão portuguesa que formou o Brasil, tido como território de conquista, “livre” e “desocupado”, onde se reimplantou os sistemas das capitânicas hereditárias e de sesmarias. Esses sistemas eram caracterizados como apropriações privadas que, por meio das concessões aos sesmeiros e aos donatários, os quais detinham o direito de usufruto para o cultivo das terras, o que garantiria o pagamento de dízimo à Coroa, a proprietária, de fato, das terras. As concessões eram seletivas a uma parcela da sociedade, pois eram “contemplados homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terra, senhores de escravos” (Martins, 1980, p.71). Ademais, muitas vezes os sesmeiros entregavam as sesmarias para si mesmos (mais de uma vez) e a seus próximos, amigos e familiares, como mulheres, filhos/filhas, crianças no berço e ainda no ventre (Marés, 2003; Silva, 1996).

As concessões pela Coroa constituíram a forma hegemônica de acesso à terra no período colonial, no entanto, já havia uma diminuta comercialização das sesmarias documentadas nos forais dos donatários das capitânicas (Silva, 1996). Tais concessões consolidaram a desigualdade social, pautada em uma estrutura fundiária assentada nos latifúndios, criaram a terra de especulação e mantiveram o poder da elite agrária (Souza Filho, 1998).

O regime de sesmarias perdurou até 1822 mesmo ano em que a Constituição Portuguesa dispôs sobre o direito sagrado e inviolável da propriedade privada da terra. Essas características foram ressaltadas pela Constituição Imperial de 1824 que reverberam a propriedade privada da terra como direito individual, absoluto e pleno, sem limites e sem a obrigatoriedade do cultivo (Marés, 2003). No entanto, esses instrumentos jurídicos não regulamentaram a forma como essas concessões transformar-se-iam em propriedade privada. Fato que só ocorreu com a Lei de Terras em 1850 e deixou um vácuo jurídico do ponto de vista da apropriação legal da terra, permitindo o predomínio das posses, até então subversiva (Martins, 1980), e da grilagem. Isso porque as terras brasileiras estavam ocupadas, majoritariamente, por grandes fazendeiros com prestígio e poder em sua localidade, que expandiam seu domínio sobre as terras de pequenos posseiros (Motta, 2008).

Foram essas apropriações privadas: as sesmarias, as posses e os grilos, de qualquer tamanho, desde que demarcadas e levadas ao registro das paró-

quias, que foram transformadas em propriedade privada da terra. Martins (1998) ressalta que o registro validava a ocupação da terra até aquela data, o que não impediu o surgimento de uma “indústria de falsificação de títulos”, sempre datados de época anterior ao registro paroquial. Em suma,

todos os títulos de sesmarias concedidos ou os grilos das terras reais e ou imperiais, eufenisticamente chamadas de “posses mansas e pacíficas” puderam ser legalizadas por aqueles que as grilaram, porém, após a lei, isto não era mais possível, pois, somente a Coroa Imperial podia vender as terras devolutas em hasta pública (Oliveira; Faria, 2009, p.4).

Neste sentido, a Lei de Terras de 1850 e o decreto nº 1.318 de 1854 regulamentaram a passagem das terras públicas a privadas incorporando e legitimando os acessos e às formas antecessores, ou seja, metamorfosearam as relações não capitalistas em relações capitalistas com a terra.

No entanto, as violências desse processo não se resumiram apenas aos instrumentos jurídicos legitimadores do Estado, mas contemplam as ações práticas contínuas de tomada (roubo) de terras dos povos indígenas, dos quilombolas, dos camponeses e outros. Utilizam diferentes estratégias, como a expulsão de fato e/ou tentativas, a “limpeza de terreno”² física e simbolicamente que atinge toda a dimensão da vida, ou ainda e também, pelo impedimento do uso do local, ou mesmo pela permanência nele dos sujeitos que sofrem essa violência, seja pela presença de muros, de cercas ou de segurança armada (privadas ou oficiais do estado).

Trata-se, assim, do processo de privação de sujeitos sociais de suas terras para a constituição da atual propriedade privada, o qual, segundo Marx (2013), guarda a especificidade de cada lugar e a diferença de momentos históricos. No Brasil, apresenta-se como um *continuum* de conflitos e ações práticas de resistência, marcada por uma apropriação da terra que nega os conteúdos da propriedade privada capitalista.

Não há nada de idílico no processo da acumulação e da produção capitalista, como lembra Marx no capítulo XXIV, pelo contrário, historicamen-

2 Esta estratégia entendida pelas distintas formas de varrer os seres humanos da terra foi caracterizada por Marx (2013) como um dos últimos momentos da expropriação na Inglaterra.

te, constitui-se por diferentes violências, como o extermínio, a conquista, a escravização, a subjugação do trabalhador, e o roubo das terras comuns e sua transformação em propriedade privada. O autor salienta que o “capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (Marx, 2013, p.1010). Bensaid corrobora a questão ao afirmar que “o capital intensifica suas formas de dominação, combinando o último da modernidade com as primitivas características de exploração” (2012, p.105).

Para escamotear as violências desse processo proclama-se, desde os tempos imemoriais, com formas de enriquecimento o direito e o “trabalho” (Marx, 2013), para tal recorrem ao Estado para mediar as relações contratuais pactuadas, definidas e impostas na equivalência de desiguais. Entre os direitos, destaca-se a propriedade privada da terra, tida como “um direito criado, inventado, construído e constituído” (Marés, 2003, p.117), a partir de relações sociais oriundas da disputa entre as estratégias dos poderes (alianças e negociações) entre proprietários de terras e capitalistas e das resistências dos camponeses, quilombolas, indígenas e outros, que também exigem seus direitos como a reforma agrária, o reconhecimento e a regularização das terras dos quilombos e a identificação e a demarcação das Terras Indígenas.

O Estado age como legitimador por meio dos sistemas jurídicos e dos cartórios da constituição da propriedade privada capitalista pela contradição entre as relações não capitalistas e capitalistas, ou seja, “o resultado é capitalista, mas o modo de obtê-lo não o é” (Martins, 2009, p.82). Neste sentido, historicamente, valida as práticas violentas como a grilagem de terras e a tomada das terras (ações não capitalistas) dos povos indígenas, camponeses, quilombolas, entre outros, diante da realidade de que a negociação mercantil não é, nem jamais foi, o único caminho para o acesso às terras brasileiras.

A grilagem torna-se o fundamento da formação territorial brasileira e é entendida como um “fenômeno que constitui as relações sociais, econômicas e políticas do país e é fator decisivo para a aliança de classes entre grandes proprietários de terra e proprietários do capital que governa o Brasil” (Prieto, 2020, p.133). Assume diferentes conteúdos que vão desde as burlas do papel envelhecido artesanal e propositalmente, passando pelas infrações/crimes/desvios jurídicos até as ações práticas de apropriação privada e de dominação ilegal das terras. O Estado, por sua vez, reconhece essa

prática por meio dos documentos oficiais³ e promove a legitimação social do grilo desde a fundação do país.

Essa legitimação da grilagem consagra-se em, ao menos, quatro marcos legais federais em diferentes momentos históricos: a Lei de Terras de 1850, o Decreto-Lei nº 19.924 de 1931 de Getúlio Vargas; o Programa Terra Legal de 2009 (Lei 11.952) e a Lei nº 13.465 de 2017, oriunda da “MP da Grilagem” (MP 759/2016). Diante desse processo, entende-se que a ilegalidade e a injustiça produzem a lei (Holston, 2013) e que o Estado, além de mediador, torna-se um produtor de conflitos em defesa da prática “territorial-proprietária”, principalmente, quando age na execução violenta da tomada das terras dos povos indígenas, camponeses, quilombolas, entre outros, como revelam instrumentos técnicos de autoria do próprio Estado⁴.

Na constituição da propriedade privada capitalista, a terra transforma-se em “negócio”, ganha o sentido (a) de equivalência de mercadoria, mesmo não se constituindo como produto do trabalho humano, ela integra-se ao processo de globalização mercantil capitalista do mundo, no qual se privatizam e vendem desde as mercadorias produzidas pela sociedade até os elementos da natureza, inclusive a própria terra (Bensaid, 2004); (b) de produtora e reprodutora desse falso capital que metamorfoseou os meios sociais de subsistência e de produção; (c) de acumulação de riqueza; (d) de bem patrimonial, em que se destacam os fins especulativos, torna-se, para os capitalistas, em seu absenteísmo, um “investimento seguro” mesmo sem produção, pois, almeja-se uma maior aferição de sua renda capitalizada (Oliveira, 2007); (e) de interesse financeiro, principalmente, no período da ditadura militar, quando empresários, mesmo que grileiros sem a documentação da propriedade, recebiam gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital que necessitavam para tornar a terra produtiva (Martins, 1994); (f) de instrumento de poder (político e eco-

3 Entre os documentos oficiais estão os relatórios das Províncias (no século XIX), o Relatório Veloso (1968), o Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil (1999), o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica (2002).

4 Entre eles destacam-se os relatórios circunstanciados de identificação, delimitação e demarcação das terras indígenas, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos Territórios Quilombolas, que trazem as histórias de esbulho fundiários, assassinatos e outras violências sofridas por esses sujeitos sociais, assim como o Relatório Figueiredo (1967) e, posteriormente, o Relatório da Comissão da Verdade (2014).

nômico), que revela o atraso ao bloquear a cidadania (Martins, 1994); e (g) de objeto de direito de propriedade independente de produção ou uso (Marés, 2003).

A terra como objeto de direito de propriedade constitui em “senhor absoluto da terra”, o proprietário passa a poder usá-la como bem entender; ou não a usar, sem que isso acarrete a perda da propriedade; ou até mesmo destruí-la, se assim o desejar (Marés, 2003). Esse direito de propriedade privada da terra, expresso em contrato jurídico, produziu, durante anos, essa figura do proprietário como “senhor absoluto e inquestionável da terra” e gestou, na sociedade, a mentalidade proprietária (Prieto, 2020), a qual se mantém mesmo após a sua desabsolutização, por meio dos instrumentos jurídicos que consagram a função social da propriedade e os direitos fundantes para a reprodução da vida.

Neste sentido, a propriedade privada capitalista da terra dissipa o sentido de “bem comum”, que, instrumentalizada por um contrato e por um aparato jurídico (leis, decretos etc.), ganha uma roupagem de neutralidade e veracidade. Influenciada pelo discurso que promete tornar a todos proprietários - mesmo que em distintas condições como proprietários dos meios de produção, da terra e da força de trabalho - mascara as violências no seu processo de constituição.

No entanto, entende-se, assim, se, por um lado, há a propriedade privada capitalista da terra, por outro, há outras formas de apropriação da terra pautadas no uso para a reprodução da vida.

2. A apropriação da terra para a reprodução da vida camponesa e quilombola

O campesinato no Brasil é entendido com uma classe social recriada a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo no campo que traz consigo as contradições dessa expansão (Martins, 1981)⁵. Portanto não se trata de um resíduo passadista e incompatível com o modo de produção atual que indique o caminho para “descamponesação”, mas de uma classe social mar-

5 Martins (1981), a partir da leitura de Marx, propõe o campesinato como a quarta classe social, além dos proprietários de terras, capitalistas e da classe trabalhadora.

cada historicamente pela tendência à migração e à expropriação, que resiste e mantém-se em luta contra outras classes.

No entanto, mesmo diante de sua indubitável heterogeneidade, o camponato detém uma lógica organizativa fundamentada na articulação entre a família, o trabalho e a terra (Paulino, 2006). A terra apresenta-se como pauta das lutas diante de uma sociedade com índices escorchantes de concentração fundiária, em que 45% da área rural do país são mantidas por menos de 1% dos proprietários e 0,87 do índice de GINI de Distribuição da Terra, ocupando o quinto pior lugar no ranking da América Latina (Oxfam, 2019).

Os acessos dos camponeses à terra são distintos: o posseiro, o parceiro, o foreiro, o pequeno proprietário. Contudo, mesmo quando proprietários, a propriedade é tida como familiar, ou seja, instrumento de trabalho por parte de quem trabalha (Martins, 1980). Ou ainda se apresenta como uma das estratégias de resistência, “um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixou de ser” (Paulino, 2006).

Entende-se, assim, que a relação do camponês com a terra nega o sentido da dominação e ganha os conteúdos de reprodução da vida e a possibilidade de reconhecimento da identidade coletiva. Martins destaca que a terra para o camponês configura-se como terra de trabalho:

terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês (1981, p.176).

O trabalho familiar constitui-se como um dos conteúdos dessa relação camponês com a terra, como nas palavras de Dona Emília, liderança e assentada do MST/MT, “sem terra a gente não vive”; ela é a “liberdade de não precisar dispor meu trabalho para alguém lucrar em cima”⁶. Nota-se, assim, uma autonomia do trabalho que se refere ao tempo e ao espaço, em que tanto o trabalho quanto a vida não têm “mando” (Bombardi, 2004). Ou nos termos de um assentado do P.A. Egídio Brunetto (MT)

6 Expressões ditas durante trabalho de campo, realizado em abril de 2017, durante a ocupação da sede do INCRA de Cuiabá.

Ah, isso é tudo para nós, né? A casa, o gado, a terra, é tudo para nós. Isso é o paraíso para mim, eu moro aqui no paraíso. Isso é nosso compromisso, porque não tínhamos nada, muitas vezes nada até para comer, nem uma roupinha. Antes eu trabalhava só para comer, eu tinha uma vida de assalariado; hoje não, graças a Deus, nós temos o que comer, e sobra muito ainda. Antes eu trabalhei para um rapaz, trabalhei 7 anos, e ele me dizia assim: “Ó Luiz, você pode se machucar em tudo, só não machuca suas mãos”. Dizia isso porque eu tirava leite. Eu que levantava cedo para tirar leite, e se eu não fizesse isso, ele não tinha renda.⁷

A luta e a resistência, também, se apresentam como os conteúdos dessa apropriação camponesa da terra, tidas como ações práticas para a reprodução da vida, em que “a terra é um símbolo de resistência, que encoraja e nos dá uma missão de persistir firme na luta enquanto houver povo sem-terra e sem pão”⁸. Além disso, essa relação configura-se como a possibilidade de existir e reproduzir-se socialmente enquanto camponês em condições menos violentas, que se materializam, por meio do uso e da apropriação de uma parcela de terra.

Evidencia-se também, na apropriação camponesa da terra, a sociabilidade pois, ainda que se realize em uma unidade-coletiva (a família) para a produção e reprodução das condições da vida, expressa-se, igualmente, na coletividade. Esta reverbera pelos “mutirões”, pela ajuda mútua, pela partilha do produto do trabalho com outrem, haja vista que esses momentos de compartilhamento da produção de alimentos, da colheita, da lida com a roça, entre outros, só se tornam possíveis na apropriação da terra. Atualmente, as partilhas de alimento, que, historicamente, eram locais ou presenteadas durante uma visita, ganham, também, na e após a pandemia da covid-19, com o MST, a dimensão das doações, mensuradas em toneladas, para aqueles que passam fome na cidade.

Dessa forma, comumente, ao serem indagados sobre o sentido da terra para eles, muitos camponeses são taxativos e respondem: “tudo”. Embora

7 Entrevista coleta em trabalho de campo da disciplina Geografia Agrária, por mim ministrada, em 22 de abril 2023, pelos discentes Filipe Rodrigues, Arthur Ferreira e Maria Victoria de Lima.

8 Trecho do Poema “Emília”, escrito por Cleide Alves, em homenagem a sua mãe, ambas assentadas em Mato Grosso.

seja uma palavra simples, guarda grande profundidade de significado ao entender as histórias desses sujeitos. Torna-se sinônimo de gratidão, luta, resistência, vida e liberdade, conteúdos de sua reprodução social.

Outra apropriação da terra fundamentada na reprodução da vida é a quilombola, expressa nas relações sociais e culturais com a terra, oriundas da materialização da organização coletiva e de seu modo vida, orientados pela religiosidade, pelos rituais e pelos manuseios dos elementos da natureza, assim como pelo sentimento de pertença. Como ressalta a liderança quilombola Givânia Maria da Silva,

A luta quilombola existe porque há um sentimento por parte dos quilombolas de que aquele território em que eles habitam é deles. Mas não é deles por conta de propriedade, é deles enquanto espaço de vida, de cultura, de identidade. Isso nós chamamos de pertencimento. Nem é porque nossas terras sejam as mais férteis que nós lutamos por elas. Elas muitas vezes não são as mais férteis, se nós concebermos o fértil no usual da economia. Mas ela tem uma fertilidade que para nós que estamos ali ela é a melhor. A nossa luta pela terra não é pautada por princípios econômicos e sim por fundamentos culturais, ancestrais. É o sentimento de continuidade da luta e resistência (Souza, 2008, p.86).

Há, assim, uma relação com a terra distinta e a tomada dessas terras afeta a coletividade material e imaterialmente.

o vínculo que liga tais grupos à terra não passa apenas por um estilo de vida genérico que depende de uma terra genérica. Porque são territorializados, isto é, grupos específicos ligados a porções geográficas bem definidas, a expropriação da terra, nestes casos, não é de natureza apenas econômica ou fundiária, nem atinge apenas a uma unidade produtiva de cada vez. Ela na verdade atinge o grupo em sua integridade coletiva, ao destruir a base social de sua memória, os seus laços políticos e suas formas de regulação econômica, ambos fundados na vizinhança e na genealogia, implicando em efeitos de desagregação mas também em estratégias de resistências coletivas (Arruti, 1999, p.6).

Essa identidade coletiva com a terra é recriada a partir das lutas e da territorialização desses quilombolas, a qual se concretiza pelas relações de

(re)produção, de solidariedade e de identidade em processos contínuos e transformadores (Carneiro, 2010). O autor assinala que a relação com a terra torna-se sinônimo de liberdade.

O sentido de terra de liberdade é histórico desde quando lutavam contra a escravidão, pois “dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial” (Oliveira, 2007, p.135). Terra de liberdade e do trabalho coletivo, contrários ao desenvolvimento das relações capitalistas e que, por isso, foram alvo de destruição (ou tentativas) da elite econômica e política.

Portanto, também terra de luta e resistência, como salienta Carneiro (2010, p.5), que “quase todos os quilombolas vivem sob a tensão e os conflitos gerados pela não titulação de suas terras”. Ou como proclama uma liderança quilombola do Mata Cavalo (MT): “Aqui a terra é de luta, não é de doação!”⁹, ao referir-se às décadas de luta para a regularização, o reconhecimento e a posse, de fato, das terras do quilombo diante da situação de que as terras foram doadas aos escravos pela detentora da sesmaria¹⁰. Ou ainda, como discorre Vieira Junior (2019, p.146): “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas.” Quando diante de uma nova tentativa de tomada de suas terras o “viver de morada” já não bastava, movido pelo desejo de liberdade, há um despertar de consciência.

Entende-se que, neste momento de luta, os quilombolas fortalecem-se como sujeitos por uma identidade política portadora de direitos vinculados a uma memória ancestral, que supera a figura do escravo como mercadoria, coisificado e desumanizado. Entre os direitos está o fundiário expresso na Constituição Federal de 1988 como propriedade coletiva. Seu texto ao referir-se a remanescentes de quilombo abarcou as diferentes terminologias dos distintos momentos históricos como “terras de preto”, “terras de santo”,

9 Em trabalho de campo realizado em 26 de abril de 2023.

10 Refere-se à doação feita a seus escravos por D. Anna da Silva Tavares da Carta da Sesmaria da Boa Vida, com aproximadamente 14 mil hectares (duas léguas em quadra), registrada na Câmara Municipal de Livramento em 1883. Contam que D. Anna prometeu a doação após ter adoecido e que esta ficou condicionada ao fato dos escravos “cuidarem” dela. No entanto, a legitimidade das terras não foi reconhecida pela elite agrária local, iniciando uma disputa jurídica que se arrasta até os dias atuais.

“mocambos”, “comunidades livres rebeldes de africanos” e “comunidades negras rurais”, trazendo, principalmente, outros conteúdos que ultrapassam o de terras de escravo fugidos, visto que:

Nelas se incluem não só as comunidades que tiveram origem, de fato, em antigos quilombos, mas também aquelas que resultam da compra de terras por negros libertos; da doação de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; e etc. Ou seja, um diversificado rol de modalidades de uso comum da terra (Arruti, 1999, p. 10).

Ou ainda, nas palavras de Rosângela, quilombola do Mata Cavallo (MT): “o quilombo teve muitos significados no decorrer da história, de quando essa palavra passou a ser usada. O lugar do negro fujão. O lugar de bandido. Para nós a definição de quilombo é o lugar onde vou ter paz, onde vou viver com meus iguais”.¹¹

É nessas terras de uso comum que se destaca a apropriação para reprodução da vida, a qual também se apresenta nas relações sociais/culturais de cada povo indígena com a terra. No entanto, a noção de apropriação como uso pleno mantém um dos elementos da relação como algo externo e/ou superior, não contemplando a totalidade dessa relação com esses sujeitos sociais. Portanto, propõe aqui a noção analítica de vivência do indígena com/na terra.

3. A vivência com/na terra para os indígenas

A noção analítica de vivência dos indígenas com/na terra traz os conteúdos do reconhecimento de que a terra é um organismo vivo, o *locus* da (re) produção da vida e, ao mesmo tempo, da ação prática de viver enquanto indígena. Para os indígenas, não há uma superioridade ou exterioridade, mas uma intrínsecidade das relações sociais/culturais de cada povo e a terra.

A terra serve, funciona, tem vida, para dar vida, para reproduzir a vida, não de cada indivíduo isoladamente, mas de todos os seus habitantes, plantas,

11 Documentário “Mata Cavallo” (2018).

animais ou humanos. Portanto, sua função é manter a vida nas suas mais diversas formas e em suas mais estranhas e improváveis mudanças. Não importa o que diga o direito, não importa o que diga a lei escrita nas reuniões de representantes dos interesses diversos da sociedade humana. A terra tem a função de prover a vida (Marés, 2003).

A terra é um organismo vivo e, simultaneamente, provedora de vida, por isso, muitos povos indígenas afirmam que a “terra é mãe”, ou ainda configura-se, para Daniel Munduruku, como “a grande mãe que acolhe, que alimenta, que nutre, que acolhe, que dá vida. Portanto, terra é vida! É mais, portanto, do que um objeto. (...) A terra está viva e guarda a memória de todos nós!”¹². Esses conteúdos são reforçados por Davi Kopenawa ao afirmar que “sei apenas que a terra é mais sólida do que nossa vida e que não morre. Sei também que ela nos faz comer e viver. Não é o ouro, nem as mercadorias, que faz crescer as plantas que nos alimentam e que engordam as presas que caçamos!” (2015, p.354).

Sônia Guajajara acrescenta ao sentido de vida, o de luta, “vocês olham para a terra indígena e chamam de improdutiva. Nós chamamos de vida. Nós defendemos a vida e nossa identidade, e vamos defender até a última gota de sangue”¹³. Já para Daniel Munduruku, a terra é vida, porque contém histórias: “a terra não é um pedaço de chão onde se pisa, ela é onde mora o sonho alimentado pela memória”, tornando-se, assim, a possibilidade da existência enquanto indígena que recorre constantemente como ação prática do viver aos vínculos de memória de gerações e das narrativas míticas, que orientam e justificam o presente (Viveiro de Castro, 2002).

A terra é, assim, entendida como um elemento comum da natureza, que lastreia o sentimento de pertença de seus habitantes; é ocupada coletivamente; está ligada à produção e à reprodução da cultura do indígena e do próprio indígena; e concebe-se como sagrada e dádiva. A compreensão de algo que foi doado (presenteado) realiza-se impreterivelmente no uso pleno, que não pode ser adquirido monetariamente, pois o presente traz uma

12 Em “Terra e Território” (2019). Disponível em: <https://youtu.be/xYF8TUYtGE>. Acesso em: 20 mai. 2023.

13 Em 11/04/2019 na audiência pública sobre saúde indígena na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

parte do presenteador (espíritos protetores, divindades ou deuses), uma relação de reciprocidade, o que, por sua vez, também explica a concepção de que a terra é sagrada. Casé Angatu Xukuru Tupinambá corrobora:

Nós não somos donos da terra, nós somos a terra O direito congênito, natural e originário é anterior ao direito da propriedade privada. Não estamos lutando por reforma agrária. Pelo fato de nós sermos a terra, temos o direito de estarmos na terra e o direito de proteger o que chamamos de sagrado, a natureza, é ela que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos. Fazemos isso para proteger o nosso sagrado, e a natureza e a terra são sagradas (2019).¹⁴

Neste sentido, há uma diferença entre a propriedade e o pertencimento, como revela uma liderança Guarani do oeste do Paraná:

Quando deus fez a terra, quando *Nhanderu* fez todas as coisas aqui na terra, ele fez para que todos os seres vivos pudessem viver nela. Portanto, a terra em si não é de ninguém, a terra tem um único deus, um único dono, na verdade, porque os Guarani entendem que a terra é de *Nhanderu*, pertence a ele. (...) Portanto, o dono da terra é *Nhanderu*, portanto, a terra não pertence à gente, a terra não é de ninguém. Na verdade, nós pertencemos à terra, não é a terra que nos pertence (Paulina Martines, da *Tekoha Y’Hovy*, município de Guaíra, PR, em entrevista em julho de 2012).

Ou então como salienta Ailton Krenak: “talvez o que incomode muito os brancos seja o fato de que o povo indígena quer viver colado na terra e não admite a propriedade privada como fundamento”¹⁵. Portanto, para os povos indígenas, a terra é uma não propriedade e sua relação está mediada pela vivência de cada povo e suas respectivas relações sociais.

14 Em entrevista no dia 31/01/2019 ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba>. Acesso em: 20 mai. 2023.

15 Entrevista realizada em 04/11/2019 intitulada “O tradutor do pensamento mágico”. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/ailton-krenak-entrevista/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

No entanto, a realização da vivência do indígena com/na terra perpassa as contradições de lutar pela demarcação de suas terras e viver sob uma terra, a Terra Indígena (TI), que é produto do Estado, visto que “a ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado” (Gallois, 2004, p.39), que submete a comunidade a uma série de normas, que não somente fixam, reduzem e limitam seus espaços historicamente ocupados. Mas, simultaneamente, configura como o reencontro da possibilidade do uso e da apropriação das terras em disputa e que lhes foram violentamente tomadas e de sua existência (vivência) enquanto indígenas.

Considerações

A conclusão é de que a terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico das lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver! (Balduino, 2004, p.24-25).

A relação da sociedade brasileira com a terra concretiza o histórico das lutas sociais, fundamentada em distintas concepções dos diferentes sujeitos envolvidos. Traz as múltiplas temporalidades em coexistência e tensão na sua concretização. Há, assim, a temporalidade do capital que reduz a terra como objeto mercantil da economia e transforma-a em negócio. Para tal, ganha a legitimidade das ações não capitalistas, pela constituição da atual propriedade privada capitalista da terra. Nesse processo de dominação, oriundo da propriedade privada, há uma desumanização e uma coisificação da própria relação social com a terra. Assim, o elemento essencial (a terra), base para reprodução humana, reduz-se e a condição ao seu uso e à sua apropriação passa pelo acesso e pela possibilidade de permanência nela.

No entanto, o acesso torna-se um dos elementos da ação prática da luta camponesa, quilombola e indígena, que resistem e trazem outras temporalidades à realidade do campo brasileiro. São temporalidades em que há um vínculo concreto dos sujeitos com a terra, mediado por uma apropriação que objetiva a realização plena de sua existência.

Mas se entende que a relação dos indígenas com a terra supera (incorporando) a apropriação e elucida a vivência, a qual se realiza na tensão entre a luta radical contra a propriedade privada e a pressão para que se exerça uma relação com a terra de permanência destituída de vida e pela expansão do projeto, histórico, de aliança entre o Estado e os capitalistas.

Entende-se que essa leitura que potencializa a apropriação e a vivência para reprodução da vida e a desconstrução da absolutização da propriedade privada traz um conjunto de ações práticas de resistência que produz e alimenta a utopia. O que não se dá como um sonho, mas como *práxis* diária em que “não aceitamos essa sociedade oficial que reduz a vida humana ao mercado (...) Sigamos editando utopia, compromisso, transparência e vida” (D. Pedro Casaldáliga, 2006).

Referências

- ARRUTI, J. M. A. “Propriedade ou território?”. In: **Tempo e Presença**, v. 21, n. 307, set.- out. 1999.
- BALDUÍNO, D. T.. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.19-25.
- BENSAID, D. **La sorisa del fantasma**. Madrid: Sequitur, 2012.
- CARNEIRO, L. **Viajando por territórios quilombolas da atualidade: Reflexões sobre processos etnoterritoriais**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- GALLOIS, D. T. “Terras indígenas? Territórios? Territorialidades?”. In: RICARDO, F. (org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p.37-41.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B.. **A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami**, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LEFEBVRE, H: **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éd. Anthropos, 2000. (tradução Doralice Pereira e Sérgio Martins, 2006)
- _____. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **De lo rural a lo urbano**, Barcelona: Ed. Península, 1973.
- LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os economistas)
- MARÉS, F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Fabris, 2003.
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. **O cativo da terra**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **Expropriação e violência: A questão política no campo**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- MOTTA, M. M. **Nas Fronteiras do Poder**. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Niterói: EDUFF, 2008.

- OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: **Anais do 12º Encontro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevidéo. Caminando en una América Latina en Transformación. Montevidéo: Universidad de La República, 2009, p.01-15.
- PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- PRIETO, G. Nacional por usurpação: a grilagem de Terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p.131-178.
- SEABRA, O. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.71-86.
- SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- SOUZA FILHO. C.F.M. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1998.
- SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), 2008.
- VIEIRA JR, I. **Torto Arado**. Ed. Todavia, 2019.
- VIVEIRO DE CASTRO, E. Esboço de cosmologia Yawalapíti. In: **A inconsistência da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CAPÍTULO 12

Contradições uso/troca nas ocupações urbanas

A luta pela moradia entre a propriedade privada e apropriação¹

Danilo Volochko

Um subtítulo possível deste texto, ou mesmo um título mais amplo, seria o seguinte: camadas da contradição uso/troca nas ocupações urbanas: lógica agigantada da propriedade e expropriações na luta pela moradia, pelo trabalho e pela vida nas periferias de Curitiba. Este título alternativo, desdobrado do título mais concentrado que acabou nomeando estes escritos, revela parte de uma agenda de pesquisa e reflexão que vem sendo realizada de modo mais direto desde pelo menos 2015 no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná em Curitiba.²

No texto vamos trabalhar com aquilo que podemos entender como algumas “contradições da prática”, exercitando um caminho de análise materialista que se faz movendo-se pelos conflitos colocados concretamente na práxis - práxis que pode ser lida pela Geografia na dimensão da prática socioespacial. Optamos por apresentar elementos de pesquisa sobre uma luta social na periferia de Curitiba e relacionar o movimento daquela realidade com a perspectiva analítica de uma geografia urbana marxista-lefebvriana.

Desse modo, propomos um percurso formado por três momentos: 1) no primeiro consideramos importante localizar brevemente o contexto em que se torna importante a realização de um seminário sobre geografia e marxismo.

1 Este texto é um desdobramento da apresentação realizada na Mesa As contradições da prática: as lutas sociais entre a propriedade e a apropriação, no Seminário Geografia e Marxismo: os limites e horizontes da pesquisa, no dia 17/11/2021.

2 No LaDiMe (Laboratório Dinâmicas Metropolitanas), sobretudo por meio do Projeto Ocupações Urbanas (POU).

mo, bem como a publicação de um livro como este, contendo contribuições no âmbito de uma geografia marxista; 2) em seguida, situamos o plano da prática, fonte desta reflexão: as ocupações por moradia e como elas materializam a contradição propriedade-apropriação; 3) por fim, selecionamos um momento particular: a violência de um incêndio criminoso, de assassinatos e o processo de reconstrução pós-incêndio em uma das ocupações para pensarmos como se coloca a contradição propriedade-apropriação naquele contexto particular de luta.

De modo geral, o processo que vimos analisando revela a importância das lutas sociais, sobretudo das lutas urbanas por moradia, que se estabelecem no plano de uma contradição uso/troca e que, mesmo possuindo na moradia seu fundamento e horizonte, recolocam a propriedade privada da terra em sua base. Neste sentido, tais lutas incluem formas essenciais de desalienação, que operam, contudo, juntamente e em conflito com a produção de novas camadas de alienações no plano do trabalho, da política urbana e de formas de ação social que estipulam horizontes mais estritos do ponto de vista da transformação da lógica hegemônica da produção do espaço nas periferias urbanas.

1. Por que insistir na discussão sobre Geografia e Marxismo?

No livro *Tendências e problemática atual da Geografia*, José Estébanez Alvarez identifica o contexto social e histórico dos últimos anos da década de 1960 e início dos anos 1970 nos EUA e na Europa como um momento de grandes transformações na sociedade que irão resultar na crise dos modelos explicativos até então vigentes. O final da Guerra Fria, o aumento da pobreza e das desigualdades mesmo nos países centrais, as agitações estudantis, a ascensão do movimento negro nos EUA, da contracultura estabeleceram um contexto turbulento que passa a questionar a capacidade do método científico positivista como um caminho explicativo desses conflitos sociais.

Então é quando as ideias marxistas passam a influenciar as ciências de modo geral, combatendo a suposta neutralidade da ciência e do pesquisador, evidenciando a sua inserção política, histórica, inclusive levando as pesquisas a considerar facetas antes tidas muitas vezes como metafísicas,

tais como a imaginação, a intuição, a estética e a vida cotidiana. Modelos matemáticos são rechaçados e procura-se elaborar teorias sociais a partir da análise de realidades históricas concretas. Na Geografia, o desenvolvimento de uma Geografia Radical Crítica foi a possibilidade de um repensar do sentido da ciência, não apenas epistemológico (por dentro do conhecimento), mas do papel do cientista, seu contexto social e histórico. Assim, a Geografia Crítica foi o voltar-se para o estudo da espacialidade dos sujeitos sociais, com os sujeitos e ao lado deles.

É suficientemente claro e identificado que esse momento de renovação nas ciências em geral e na Geografia em particular também é quando se cometem alguns exageros, quando se nega de modo veemente e por vezes absoluto a produção teórica anterior, seja quantitativa, seja da Geografia Tradicional. Segundo as ideias de José William Vesentini, foi no estudo do subdesenvolvimento, da justiça social, da pobreza e da marginalidade, das relações de poder no espaço e da construção social do espaço que a Geografia Crítica ou Radical se afirmou.

As leis e regularidades do positivismo lógico, então, não dão mais conta de explicar a complexidade do humano e do social em sua subjetivação e subjetividade que, a partir desse momento, irão se amparar bastante no existencialismo (filosofia ética) e na fenomenologia (método de como acessar a existência/foco no indivíduo) e em sua objetivação e objetividade (que irá se apoiar sobretudo no desenvolvimento do materialismo histórico e dialético marxista).³ Nesse momento de contestação e superação do positivismo lógico na Geografia (de superação da Nova Geografia), surgem duas correntes que se identificaram como Geografia Crítica: a Geografia Crítica ou Radical (de cunho sobretudo marxista, mas também anarquista) e a Geografia Humanista (de cunho existencialista e fenomenológico).

Passado tanto tempo seria interessante tentar periodizar a própria Geografia Crítica Radical, algo complicado e que não nos propomos a fazer nos limites deste texto. Entretanto é possível identificar que em algum momento a Geografia Crítica Radical marxista se torna uma corrente dominante e hegemônica na Geografia mundial e brasileira. Contudo existiria, como

3 Com isso não se está afirmando que a preocupação com a objetividade não fizesse parte do universo do existencialismo ou da fenomenologia, assim como não se afirma que a subjetividade não tenha sido objeto de interesse nas perspectivas marxistas.

hipótese, um outro momento, que seria o momento atual (englobando os últimos 15 anos pelo menos), em que a Geografia Crítica Radical marxista tem sido mais contestada, na verdade se tratando de uma crítica geral ao marxismo, ao seu método de explicação com base no materialismo dialético, resultando no abandono ou no escanteamento de noções e categorias marxistas centrais, como universalidade, totalidade e classe social, para ficarmos apenas nas principais delas.

Se o momento atual na Geografia não pode ser visto como de renovação, certamente é um momento de grandes mudanças na composição interna das correntes metodológicas. Nessa recomposição parece haver um abandono de todo e qualquer marxismo na geografia, sem uma crítica suficiente e sem atentar para os marxismos no plural. Com efeito, a crítica do marxismo muito se resumiu à crítica do economicismo estruturalista, crítica que, aliás, os próprios autores marxistas, como Georg Lukács, Agnes Heller, Henri Lefebvre, já há muito tempo fizeram ao apontarem para a vida cotidiana, para o modo de vida, como campos necessários de análise articulados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. É do entendimento do marxismo lefebvriano, por exemplo, que a totalidade não se esgota no capitalismo, mas tampouco pode abrir mão dele.

Então a crítica necessária do economicismo não pode significar uma crítica à Geografia marxista *per se*, já que esta possui amplitude e é diversa. Como exemplo, podemos pensar numa Geografia marxista mais ligada ao Estado, ao planejamento, às políticas e outra mais ligada aos movimentos sociais.

Nos termos de uma autocrítica necessária, podemos pensar que, por um lado, alguns espectros de uma Geografia de base marxista talvez não estejam querendo ou sabendo se renovar e se atualizar (diante da materialidade mutante do mundo), e que, por outro lado, a radicalidade e a utopia marxistas seguem como questões não incorporadas e mesmo incorporáveis ao discurso e à análise das teorias (tidas como) críticas contemporâneas, como aquelas identificadas como pós-modernas. Nesse sentido, mesmo que a Geografia Crítica Radical identificada com a Geografia marxista esteja sob intensa crítica - no mais das vezes superficial e esvaziada -, o pensamento dialético, crítico e radical na geografia brasileira tem buscado dar conta de entender uma sociedade contraditória, conflituosa, ainda e sobretudo capitalista, sociedade esta que não tem unicidade enquanto projeto igualitário

de humanização e que se fragmenta cada vez mais, na teoria e na prática, o que potencializa as violências.

Assim, uma Geografia Crítica Radical marxista-lefebriana tem buscado um reencontro com a dialética, tem lidado com as contradições atuais, vivas, com a “unidade do diverso” de uma sociedade hegemonicamente capitalista, suas crises, suas múltiplas temporalidades e espacialidades e com as contradições pelas quais se desenvolveu o capitalismo, a modernização e as classes na sociedade brasileira. As abordagens marxistas na geografia têm, inclusive, dialogado com outros estratos do universo crítico que incorporaram temáticas tidas como “novas” (embora os processos não sejam novos), como as dimensões de gênero e da crítica do racismo.

2. Materialidade espacial fonte desta reflexão: ocupações por moradia na periferia de uma cidade “modelo”

Nosso ponto de partida (e de chegada) da reflexão é a periferia da metrópole de Curitiba, e ao dizer isso é imperativo reconhecer que o próprio planejamento do espaço urbano curitibano é também produtor da realidade urbana periférica. Com efeito, o planejamento “modelo” de Curitiba tem seguido a lógica do espetáculo, da espetacularização enquanto lógica de separar e autonomizar (espaços e imagens). A produção capitalista do espaço urbano, atrelada ao planejamento urbano, unifica o espaço, por meio da propriedade privada da terra, da condição de mercadoria da terra, dos imóveis e do espaço e por estipular zonas de uso, por exemplo. Assim, tenta unir grupos de renda em espaços homogêneos, algo que se revela contraditório, pois, como escreve Debord (2013), ao fazer isso a produção capitalista também reúne os trabalhadores, em espaços segregados, nas periferias, o que é perigoso para os grupos dominantes já que tal agrupamento de trabalhadores pode permitir uma intensificação das trocas sociais, dos processos de politização e de organização das lutas.

O urbanismo capitalista hegemônico - o urbanismo estatista - realizará a tarefa de salvaguardar o poder de classe e manter atomizados os trabalhadores, manter as separações no espaço entre as classes e categorias sociais. Esse é um dos sentidos do planejamento urbano e do urbanismo modernos: segregar, isolar, e constituir um ocultamento da cidade realmente existente

pela eleição de algumas de suas partes (os bairros mais ricos, com mais infraestruturas, mais arborizados, etc.) como se representassem a cidade em sua totalidade. Essa é a cidade espetáculo de que nos fala Sánchez (1997) a propósito de Curitiba.

O trabalho de Albuquerque (2007) analisa a questão habitacional em Curitiba, expondo a tríade ideia-imagem-discurso da suposta experiência exitosa de planejamento urbano de Curitiba como algo que confere unidade e força de cristalização para o mito da “cidade modelo”. Nessa estratégia de espetacularização, a questão habitacional, por exemplo, está ausente. O discurso do planejamento curitibano é, assim, um discurso ideológico, com lacunas e omissões, que oculta de modo funcional a questão da habitação. Temos um espaço concebido e projetado desde fora, por técnicos, por um saber situado fora da prática socioespacial. Esse espaço concebido representa na maioria das vezes a imposição de uma lógica, de uma forma, de uma função, de uma estrutura, de representações alheias à realidade cotidiana, alheia ao espaço vivido.

Sobre a política curitibana de intervenção em (e de urbanização de) favelas, é importante considerar o que apontam Nunes da Silva *et. al.* (2022):

[...] norteada pela execução do projeto dominante de cidade, desenvolveu-se uma práxis que marca a experiência local de intervenção nesses espaços de moradia popular. O não reconhecimento das favelas, como espaços legítimos da vida cotidiana da população mais pobre na cidade planejada, tem prevalecido ao longo dessa trajetória, traduzida na predominância da remoção em detrimento da consolidação dos assentamentos, associada à produção de lotes e habitações em áreas periféricas para o reassentamento das famílias (Nunes da Silva *et. al.*, 2022, p.274-5).

Com base nessas autoras, o panorama histórico da política curitibana de intervenção em favelas esteve alinhado nas décadas de 1960 e 1970 à política federal - por meio da Política Nacional de Habitação (Lei Federal n.4380/1964) -, apoiada no acesso à casa própria por meio da propriedade privada em conjuntos habitacionais e de endividamento das famílias, paralelamente ao fomento dos setores econômicos como a indústria da construção (Nunes da Silva *et. al.*, 2022). Havia, segundo tais autoras, a compreen-

são de que a favela era uma disfuncionalidade que deveria ser eliminada, erradicada,⁴ muitas vezes com o uso de práticas violentas de remoção das famílias. Seguindo a leitura das autoras anteriormente citadas, esse quadro começa a ser questionado por movimentos sociais de luta por moradia na década de 1970 e, não obstante o discurso e a prática das remoções permanecerem, ações como urbanização de favelas começam a ser executadas pelo município. Segundo Nunes da Silva *et. al.*:

No final da década de 1990 [...] a favela torna-se uma oportunidade para a captação de recursos em organismos multilaterais, com intervenções articuladas a grandes projetos intervenção urbana. Condizente com a proposta neoliberal que conduziu a gestão, observa-se a incorporação do empreendedorismo como solução para o enfrentamento da pobreza nesses projetos (Nunes da Silva *et. al.*, 2022, p.283).

Vemos aqui, portanto, a gestação da neoliberalização da política urbana habitacional inclusive dirigida às periferias, ocupações e favelas, como forma de atuação do Estado diante das desigualdades socioespaciais na cidade, algo que, veremos adiante, se atualiza tragicamente nos contextos justapostos de neoliberalismo autoritário e de pandemia de covid-19.

Observamos, igualmente, que o discurso oficial do planejamento exitoso não corresponde à realidade habitacional da metrópole de Curitiba: com seu crescimento urbano desigual, com sua periferização da população de baixa renda e com sua favelização. Tampouco corresponde à sua política habitacional nem aos números do déficit habitacional da Região Metropolitana de Curitiba que, segundo a Fundação João Pinheiro, era de 84.104 domicílios em 2019, a maior parte composta por famílias excessivamente oneradas pelo aluguel. Existe, todavia, um aspecto funcional da omissão da questão da habitação: esse ocultamento ajuda a fortalecer o sucesso da ideia-imagem-discurso da cidade modelo, bem planejada. Então identificamos que a política habitacional curitibana intensificou a segregação socioespacial e contribuiu para a consolidação da ideologia da cidade-mo-

4 Vide, por exemplo, a Política de Erradicação de Favelas do Município de Curitiba (Lei Ordinária n. 3.318/1968) e o Plano de Desfavelamento de Curitiba (Lei Municipal n. 5.358/1976).

delo e de uma inteligibilidade que sobrevaloriza a técnica, a inovação, a criatividade, a racionalidade, a legalidade, a competitividade, o empreendedorismo, a sustentabilidade e a (manutenção da) ordem.⁵

É no bojo dessa urbanização e desse planejamento urbano capitalistas e, portanto, altamente desiguais, que um conjunto de quatro ocupações⁶ de terrenos localizados na periferia de Curitiba teve início em 2012, organizadas pelo Movimento Popular por Moradia (MPM). São ocupações localizadas na Cidade Industrial de Curitiba – CIC, sigla para a regional onde elas se localizam -, que são contíguas e nas quais vivem cerca de 1.500 famílias.⁷ Tais ocupações possuem diferenças – na temporalidade em que se constituíram, na forma de organização da ocupação, na morfologia, na situação fundiária, no enquadramento pelo zoneamento municipal, nas ameaças de despejo, etc. Esse lugar nos propõe um debate centrado na contradição propriedade-apropriação, bem como nas dimensões em que essa contradição troca/uso se desdobra. Se a contradição entre a apropriação coletiva do espaço ocupado inicialmente e seu posterior horizonte de fragmentação via regularização fundiária individualizada ou via despejo é fundante, nos perguntamos: que outras contradições operam uma lógica privada, proprietária e neoliberal no seio desse processo de luta por moradia?

A propriedade privada da terra, articulada a um planejamento e a uma produção capitalista do espaço metropolitano, é fundamento explicativo da realidade urbana desigual de ocupações como as da CIC. As ocupações são uma tentativa de superação desse fundamento que bloqueia a apropriação do espaço para o uso, para a moradia das classes empobrecidas. Mas,

5 Para uma contextualização mais concreta do que estamos afirmando, ver por exemplo: Smart City Expo | Curitiba 2023 (smartcityexpocuritiba.com) e Curitiba está entre as 7 cidades mais competitivas do Brasil, segundo Ministério da Economia - Prefeitura de Curitiba.

6 Ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida.

7 Segundo o Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais (SISPEHIS) da Companhia Habitacional do Paraná (COHAPAR), em 2019 havia, nesse conjunto de ocupações, 1.302 domicílios assim divididos: 29 de Março com 280 domicílios, Dona Cida com 300 domicílios, Nova Primavera com 287 domicílios e Tiradentes com 435 domicílios. Segundo dados da COHAB-Curitiba, em 2016 o perfil socioeconômico (renda familiar média) era o seguinte: na 29 de Março 90,7% dos moradores ganhavam até R\$ 1.600,00; na Nova Primavera 94,3% ganhavam até R\$ 1.600,00 e na Tiradentes 91,5% dos moradores ganhavam até R\$ 1.600,00.

dialeticamente, nas ocupações se recoloca a todo momento a propriedade privada da moradia como horizonte. E esse horizonte proprietário, ligado à perspectiva de obter a propriedade imobiliária como conquista, é reforçado constantemente por práticas e representações de mercantilização ampliada da vida cotidiana: são os empreendedorismos ligados às formas de trabalho precarizado, às capitalizações da política urbana neoliberal financeirizada, às porosidades entre lutas sociais, igrejas neopentecostais, mundo do crime, clientelismos políticos e os projetos sociais via ONGs.

A produção espacial em ocupações articula a terra urbana na contradição entre a lógica capitalista da propriedade privada da terra e a apropriação social como uso possível da terra pelos moradores. A propriedade privada da terra e do imóvel está na base dos processos de dominação, exploração, opressão e segregação socioespacial das classes e categorias sociais subalternizadas. O neoliberalismo e uma governança urbana financeirizada buscam impor a propriedade privada da terra como forma exclusiva de acesso à moradia, como dívida financeira e como propriedade privada eventual e precária do solo urbano para as classes trabalhadoras, potencialmente expropriáveis pela execução das dívidas em caso de não pagamento dos contratos de financiamento imobiliário. O combate às ocupações na cidade (e no campo) é um combate contra os apossamentos que questionam a propriedade privada da terra e sua concentração como instrumento histórico de acumulação de riqueza e de poder na sociedade brasileira.

Uma acumulação financeiro-rentista se expande, portanto, às periferias urbanas e metropolitanas, expandindo a expropriação fundiária via programas habitacionais promovidos pelo Estado com base na propriedade privada da terra e valorizando o espaço pela ação de grandes empresas do mercado imobiliário que constroem os chamados empreendimentos populares.

Existe nas metrópoles um enorme estoque de capitalização espacial da riqueza social que são as periferias, e para mobilizar tal estoque a política urbana empresarial chama de direito à cidade o direito eventual e precário à propriedade privada da terra via financiamentos e contratos imobiliários, muitas vezes evocando a função social da propriedade. A financeirização das periferias passa por instituir a propriedade privada da terra como dívida, capturando o trabalho futuro dos trabalhadores, e esse processo significa também regularizar e “formalizar” a habitação e o espaço periférico e assim fazer passar todo o habitar pela apropriação privada.

As ocupações apontam uma apropriação do espaço coletiva e não mercantilizada inicialmente, mas que também caminha entre relações privadas e mercantilizadas. Entender essas lutas sociais passa por conhecer o cotidiano nas ocupações, o nível do uso e da apropriação do espaço no lugar, a prática socioespacial, a moradia e a luta concreta que ela implica, buscando entender as relações entre movimento social e sujeitos dispersos, residuais, integrados precariamente aos circuitos capitalistas: desempregados e subempregados, fazedores de bico, trabalhadores plataformizados, migrantes, ex-moradores em situação de rua ou mesmo o simples habitante que possui um barraco.

Sem aprofundar aqui o debate sobre os movimentos sociais contemporâneos, pensamos que algo comum entre diversos movimentos sociais hoje são os processos de ocupação, seja de espaços institucionais (assembleias legislativas, escolas, secretarias, ministérios), de espaços públicos urbanos (praças, parques) e de terrenos públicos ou particulares especulativos. Em particular, as ocupações de terra, terrenos e imóveis públicos e privados escancararam a contradição propriedade-apropriação. As ocupações trazem a negação, mesmo que momentânea, da propriedade privada do solo naquilo que ela representa como patrimonialismo e instrumento de privação e de reprodução das desigualdades. As ocupações trazem, assim, uma negação do caráter absoluto da propriedade privada que fundamenta e está fundamentada na lógica da troca capitalista.

As ocupações urbanas buscam restituir um sentido coletivo como aquele cuja centralidade não pode ser a do poder ou a do dinheiro, e sim a centralidade social. As ocupações podem possuir um sentido festivo, lúdico, representando a retomada do sentido do uso do espaço da cidade, da ocupação pelo corpo e seus sentidos dos espaços que se fecham a esse uso por meio da propriedade privada da terra. As ocupações podem revelar o sentido improdutivo do espaço, como tempo do uso contrário ao tempo de acumulação. O espaço ocupado é um momento de espaço apropriado, e o espaço-apropriação é a negação do espaço-dominação realizado pelas normas, pela lógica capitalista de um espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado (segundo as ideias de Henri Lefebvre) pela propriedade privada. Ocupar possui intencionalidade política enquanto sociabilidade não econômica, instaura uma posse provisória, coletiva, que, nessa condição, nega o conteúdo especulativo e abstrato do espaço-mercadoria. Contudo, a ocupação também é lugar de muitas contradições e conflitos na relação dos

moradores do lugar entre si, com a cidade, com o Estado, com os mercados e com a propriedade privada do solo.

3. Violência, destruição e morte: o complexo arranjo entre atores e práticas na reconstrução da Ocupação 29 de Março após o incêndio

A reflexão sobre as periferias urbanas e sobre as classes populares foi feita, durante um bom tempo, segundo autores como Feltran (2014), com uma boa dose de generalização e uniformização de sujeitos, grupos e classes sociais, regimes de normatividades, perspectivas de vida, códigos de conduta e pertencimentos territoriais muito díspares entre si. Segundo este autor, palavras como pobreza, periferia e classes populares abrangem hoje:

[...] da vida de um catador de material reciclável à de um taxista; de uma travesti que faz programa na rua a um pedreiro com três carros na garagem; de meninas do interior trabalhando no Hooter's para pagar faculdade na capital a um estudante secundarista cumprindo Liberdade Assistida; de uma ingressante por Ação Afirmativa em uma boa universidade pública a um morador de rua, ex-presidiário e usuário radical de crack; de um interno de Comunidade Terapêutica que busca livrar-se da cocaína a um operário têxtil boliviano, quando não um vendedor ambulante nigeriano; de uma Agente Comunitária de Saúde evangélica a um pequeno empreendedor do ramo de automóveis, participante do Rotary Club; de um segurança privado 'preto' de 60 anos, nordestino, a um presidiário 'pardo' de 19, favelado; de um policial, um mecânico desempregado ou um dono de desmanches clandestinos. Sabemos, entretanto, que todos esses sujeitos poderiam, hoje, morar em uma mesma rua num bairro considerado de periferia e, tomadas as categorias ocupacionais ou de renda, todos poderiam ser considerados "integrantes das classes trabalhadoras" [...] (Feltran, 2014, p.496).

Diante dessa evidente imprecisão e dessa dificuldade analítica, e da necessidade de compreender tais sujeitos sociais periféricos em suas múltiplas interações, vivências, representações, em sua espacialidade e em sua sociabilidade, uma das respostas e um dos caminhos das análises acadêmicas tem sido, pensamos, a aposta na desagregação de categorias tidas como ge-

néricas ou universalistas por boa parte da crítica - sobretudo pós-moderna - e sua substituição por categorias identitárias aparentemente capazes de essencializar tais sujeitos em suas epistemologias e lugares de fala próprios, frequentemente colocados em termos de sua situacionalidade racial e de gênero, para aí sim distingui-los uns dos outros. Sem entrarmos nesse debate, e reconhecendo a importância mesma de incorporarmos em nossas análises dimensões fundamentais como raça, gênero, sexualidade, além de dimensões como idade, religiosidade e origem geográfica por exemplo, pensamos que uma senda profícua é encontrar as mediações socioespaciais que enlaçam sujeitos tão díspares, pois a partir daí consideramos ser possível tanto entender o conflito social como retomar o compartilhamento de projetos políticos de transformação socioespacial, numa direção oposta à atual tendência de fragmentação social e política.

Além disso, é preciso considerar, de acordo com Feltran (2014), que as estratégias de governo dos pobres atualmente estão assentadas no estabelecimento de recortes populacionais precisos, aos quais se destinam políticas distintas (e precisas). Diante das inúmeras mediações como os valores cristãos, a lei como lógica de gestão daqueles não integráveis e potencialmente perturbadores da ordem de funcionamento e regulação de mercados (sejam legais ou ilegais) aos quais se dirige a lógica do encarceramento ou do próprio extermínio, existe uma aposta neoliberal na mediação do dinheiro e do consumo como gestão dessas populações empobrecidas. Para o autor:

[...] Esquadrinhar a 'população' e essencializar os recortes produzidos, objetivando-os, seria a função primeira da maquinaria de governo; a partir dessa classificação, pode-se produzir valoração seletiva e desigual de recortes populacionais produzidos. O valor atribuído a cada recorte, devidamente objetivado nessas classificações, pode, em seguida, ser monetarizado [...]. Lógica de mercado, portanto - assim se faz com o solo urbano, que se recortam os 'nichos de mercado'; assim também se deve agora recortar as populações, tornadas ao mesmo tempo 'público-alvo' de marqueteiros e programas de governo. Daí o nexos constitutivo entre o governo seletivo da pobreza e o desenvolvimento mercantil, daí o ideal de expansão de consumo aos pobres e sua integração aos mercados como projeto político fundamental [...] (Feltran, 2014, p.497).

Ainda segundo o mesmo autor, as populações periféricas, transitando entre um regime normativo estatal (da lei e da ordem, de programas sociais (que minguem) à punitividade policial (em ascensão), do crime (sobretudo narcotráfico, contrabando de armas e carros) e religioso (a moralidade que permite distinguir trabalhadores e bandidos)) se relacionam entre si, no entanto, por meio de uma lógica mercantil monetarizada, centrada na expansão do consumo, da propriedade privada e reforçando a ideia de empreendedorismo.

Argumentaremos a seguir que o momento do neoliberalismo autoritário brasileiro, em contexto até recentemente pandêmico e sob governo de extrema direita, atualizou e aprofundou a governança dos pobres periféricos pelo regime estatista em duas direções: de um lado, a necrodemografia⁸ como política de segurança pública para os tidos como bandidos e mesmo para os tidos como não integráveis ao consumo monetário e à extração de formas de mais-valia, e de outro, a neoliberalização das políticas sociais urbanas, como a política de habitação de interesse social a englobar periferias, favelas e ocupações.

É possível ler com clareza, sobretudo nas ocupações e nas favelas, a atual política do descarte de vidas e da neoliberalização da governança da questão social urbana. Tais ações vêm junto do combate e das tentativas de destruir formas de ocupar o espaço que mesmo brevemente ousam desafiar o poder da propriedade privada da terra. Foi o caso do incêndio criminoso ocorrido em 2018 na Ocupação 29 de Março, localizada em terreno público, que resultou em assassinatos de moradores e na destruição de centenas de casas, desabrigando e expulsando centenas de moradores.

Uma camada de violência policial como política de Estado se realizou por meio da retaliação coletiva à comunidade pela morte de um policial ocorrida naquela ocupação no dia anterior (no que foi noticiado como um policial morto por traficantes). A retaliação coletiva começou na sequência da morte do policial com invasões, abusos, ameaças, tortura, toques de recolher, imposição de coerção física e psicológica, culminando na morte de um jovem de 22 anos. Em seguida, já durante a noite, policiais tocam fogo na ocupação. Na madrugada foi confirmada mais uma morte, a de um ado-

8 Desenvolvemos a noção de necrodemografia em outros momentos, como no capítulo “A Necrodemografia neoliberal no Brasil contemporâneo” (Volochko, 2022).

lescente de 17 anos, homicídio compreendido pelos moradores pela condição de testemunha da vítima em relação à ação dos incendiadores fardados.

Corroboramos aqui com a leitura que identifica uma mudança de estatuto do conflito nas periferias, de uma transformação da integração dos sujeitos pelo trabalho para um momento mais crítico de avanço neoliberal e esgotamento das possibilidades de integração social, e a partir daí do estabelecimento de uma administração desses espaços e populações pela segurança pública com aumento da disposição de violência (Feltran, 2010). Isso não significa o esgotamento da categoria trabalho, muito pelo contrário, revela ainda mais a sua centralidade, já que ganham destaque a dinâmica da desintegração laboral dos moradores e a constituição de formas precarizadas de trabalho na viração, no crime, no angariamento de recursos externos via projetos sociais.

O momento do incêndio aglutina tensionamentos e porosidades entre o crime - disputa entre facções, PCC e Comando Vermelho - e grupos nas polícias, e ainda evidencia como se colocam movimentos sociais, ONGs, diferentes denominações religiosas, apoiadores acadêmicos, independentes, advogados e arquitetos populares, assistentes sociais, defensores públicos, políticos e outras instituições de assistência do Estado. Para além da evidente violência coletiva, importa também saber como ocorre a reconstrução que se seguiu. A visibilidade das ocupações aumentou após o incêndio, com a criação e fortalecimento de uma rede de voluntários desde acadêmicos, políticos, igrejas, moradores, ONGs, o próprio Movimento Popular por Moradia e o MST.

Diante do impasse na reconstrução das casas destruídas - a COHAB-Curitiba impondo sua racionalidade primeiro por considerar a irregularidade da ocupação como impeditivo e depois limitando o número de casas a serem construídas - a solução emergencial adotada foi a de que a reconstrução das casas ficaria a cargo da ONG TETO.⁹ Esta ONG participou ativamente de todo o processo, no âmbito institucional (contato com Defensoria Pública do Paraná, Prefeitura de Curitiba e COHAB-Curitiba) e no âmbito da colaboração com o grupo formado por acadêmicos, movimento social e outras ONGs, que elabora o estudo técnico *Plano Emergencial Urbanístico da Comunidade 29 de Março*. Foi um processo amplo, que envolveu levantamentos diversos e trabalhou com propostas de divisão dos lotes - inicial-

9 Para um maior detalhamento a respeito desta ONG, consultar <https://teto.org.br>.

mente a comunidade solicitava 227 lotes. O resultado será a divisão em 127 lotes e a construção de 41 casas de 18m² e de uma Sede Comunitária pela ONG TETO com a participação dos moradores, voluntários, MPM, MST, e outras ONGs. Como aponta Sanches (2021):

[...] Outra colaboração foi a atuação do MPM com a UFPR, junto com a UTFPR, o IDP, o coletivo Trena e Mobiliza, além de manterem contato com a TETO, que reconstruiria as casas. Foi demandado um estudo técnico sobre a ocupação, com diretrizes gerais - Plano Emergencial Urbanístico da Comunidade 29 de Março (PLUE). A partir de um levantamento realizado por drone, verificou-se a área, discutiu-se e fez-se o projeto, e, ao fim, realizou-se a demarcação de lotes para a construção das casas. Cabe destacar que esse processo não ocorreu sem contradições, como a distribuição das casas, tamanho de lotes etc. A TETO construiu, em dezembro de 2018, 21 casas de madeira com 18m² e, em fevereiro, mais 17, além da construção da sede comunitária em fibrocimento, também em dezembro (TETO, 2019a), que posteriormente recebeu melhorias com a ajuda do Escritório Verde da UTFPR. Em todo momento, a TETO manteve contato com a Defensoria Pública e a COHAB-CT a fim de verificar possibilidades de atuação. O MST também colaborou com a construção de casas e de fossas e realizou um mapeamento das famílias atingidas (Sanches, 2021, p.73).

Sem dúvida, existe uma experiência importante de planejamento participativo emergencial, articulando redes de apoiadores e significando o alívio da situação de sem-teto das famílias atingidas pelo incêndio. Mas fica também evidente o sentido neoliberal da transferência de responsabilidade, por parte do poder público, da questão habitacional (incluindo as questões emergenciais) para entidades do terceiro setor. Além disso, esta dinâmica restabelece a política de não reconhecimento de ocupações e favelas por parte do poder público municipal. A atuação da TETO no caso analisado exemplifica as parcerias (mais ou menos formais) entre órgãos públicos e ONGs, cujas ações são limitadas e filtradas pela lógica da urbanização e do planejamento urbano capitalistas.

Dessa forma, a atuação de ONGs coloca um elemento a mais na contradição propriedade-apropriação quando pensamos em algumas ocupações urbanas e em alguns processos de luta por moradia. As próprias ONGs de-

semprenham agenciamentos da resistência e dos ordenamentos, estabelecem novas relações e tensões com os moradores e com o próprio movimento social, e não apenas as ONGs que lidam com a produção da moradia em periferias. O conformismo é o polo principal do trabalho de grande parte das ONGs e da própria TETO, operando na urgência e interferindo nos processos de resistência no sentido da construção política da consciência e da desalienação.

A ideia de “serviços” vem nucleando a gramática e a ação da maioria das ONGs e do Estado, no lugar da noção de “direitos”, num entendimento do direito e da política que se resolvem no plano institucional e/ou no mercado, e não na rua, na manifestação, nos movimentos sociais. Muitas ONGs atuam naqueles espaços ocupados e assim chamados “informais” (“irregulares” e “ilegais”), trabalhando na chave do assistencialismo, da ressocialização, da educação ambiental, borrando limites e misturando aquilo que é da ordem religiosa, da política institucional e da disputa pela educação não formal de crianças e jovens numa direção (que se quer) oposta ao mundo do crime.

Explodem projetos sociais nas ocupações da CIC, paralelamente à continuidade da presença do mundo do crime, ao passo que o Movimento Popular por Moradia, que desde o início de sua existência e atuação esteve centrado principalmente nas ocupações da CIC, desdobra seu centro de atuação para outra ocupação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC)¹⁰. Assim mesmo, é importante dizer que o MPM nunca deixou de atuar nas ocupações da CIC e, nos últimos anos, tem inclusive intensificado sua presença e retomado sua atuação na organização daquelas ocupações.

Mas podemos afirmar que a capitalização via estabelecimento de mercados legais e ilegais e de empreendedorismos nas periferias enreda as dimensões da terra e do trabalho e aprofundam a contradição propriedade-apropriação no contexto das lutas por moradia, por trabalho e pela vida. Disputas e circulações do crime e da polícia, o papel das ONGs entre Estado, movimento social e mercados podem ser vistos no plano material da prática, e isso desafia nossas análises.

Nas camadas que constituem e perpassam a contradição propriedade-apropriação, os moradores lutam pela apropriação, que se vê encurralada

10 Trata-se da Ocupação Nova Esperança, localizada em Campo Magro.

pela mediação da propriedade privada da terra e do imóvel como única proposta do Estado (a alternativa é serem despejados). Além disso e por meio disso, essa apropriação encurralada pela propriedade privada da terra é ainda mais fragmentada pelas capitalizações de ONGs, do crime (facções, polícias e milícias) e igrejas no agenciamento da mobilização, pelas virações, sobrevivências, etc. Longe de contestar a propriedade privada, é exatamente a sua lógica e sua moralidade privatista antipública, anticoletiva, anticomum que é agigantada, de modo desigual e combinado com a luta pela sobrevivência que se desdobra nas lutas por moradia, por trabalho e pela vida numa metrópole como Curitiba.

Prosperam projetos sociais que operam na urgência e que trazem o empreendedorismo de si como lógica material e moral de uma exploração exponencial do trabalho, ancorada na ideologia de que o trabalhador possui a propriedade privada dos meios de produção além da sua força de trabalho: o trabalho nas plataformas de aplicativos e a “onguização” como exemplos de empreendedorismos que tornam mais complexa a leitura das lutas sociais e que reproduzem ações estatistas fundamentadas no capital e na propriedade. Ao fim, resultam potencialmente na ampliação da concentração da propriedade privada sobre a terra e sobre o trabalho dos moradores das periferias nas mãos do capital, pois o processo de valorização capitalista do espaço vai se impondo, e com ele os processos de expropriação potencial dos mais empobrecidos.

Vale ressaltar, no entanto, que os movimentos sociais de luta urbana por moradia como o MPM têm, apesar (e por meio) destas contradições cada vez mais violentas entre propriedade/apropriação, dado sequência à mobilização de famílias sem-teto e insistido em pressionar o Estado por alternativas que envolvem a regularização fundiária¹¹, figuras como o Termo Territorial Coletivo e/ou formas ligadas à autogestão da produção da habitação de interesse social¹².

Entendemos, para finalizar nossa reflexão, que um projeto de reapropriação comum ou coletiva do espaço-tempo significaria a superação da

11 Ver: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/NUFURB-colhe-pedido-de-regularizacao-fundiaria-Ocupacao-29-de-Marco>

12 Ver: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/comunidades-pedem-projeto-urgente-para-habitacao-social-em-curitiba>

alienação da propriedade e do capital, como escreve Marx nos *Manuscritos*, e implicaria a recriação de uma nova apropriação cotidiana do espaço-tempo pelo uso, pelo corpo humano, revelando a totalidade dos sentidos. As ocupações urbanas expressam essas contradições entre as capitalizações aqui expostas e a possibilidade de um projeto de reapropriação não capitalista e/ou anticapitalista do espaço urbano, ou de uma expropriação dos expropriadores como escreve Marx n' *O Capital*.

Pensamos que não existe um modelo único de superação das formas históricas e atuais de opressão, de violência e de desigualdades. Existem forças sociais e processos de politização que podem potencializar formas negativas da espacialidade, da racionalidade e da sociabilidade capitalistas, que colocam a luta nas diversas dimensões do espaço e da vida em escalas ampliadas e que podem ser apreendidas teoricamente (mas que nos escapam também). Os sujeitos sociais que se reúnem e que buscam enfrentar alguma questão pontual, sem tapar os olhos para a totalidade social da reprodução capitalista, os sujeitos que possuem essa radicalidade devem ser compreendidos teoricamente e apoiados prática e politicamente pelas geografias urbanas marxistas e também por outras geografias engajadas nas lutas pela transformação socioespacial na direção da justiça socioespacial e do direito à cidade.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- ESTÉBANEZ, J. **Tendencias y problematica actual de la Geografia**. Madrid: Cincel, 1982.
- FELTRAN, G. de S. “O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/vgfhktWZvHTwNpV3Q6pPy4g/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 jun. 2023.

- _____. “Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana”. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 565-610, jul.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41616385>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- NUNES DA SILVA et. al. Os projetos de cidade e a cidade das favelas: revisitando a experiência de Curitiba a partir da trajetória de intervenção em favelas. In: Nunes da Silva, M.; Cardoso, A. L.; Denaldi, R. (orgs.). **Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
- ROCHA, L. M. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: Birman, P. et al. (orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- SANCHES, A. **Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC**. Curitiba, 2021. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, UTFPR.
- SÁNCHEZ, F. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.
- VOLOCHKO, D. A necrodemografia neoliberal no Brasil contemporâneo. In: Carlos, A. F. A.; Rizek, C. S. (orgs.). **Direito à cidade e Direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022.
- _____. “Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências”. **GeoTextos**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016.

As contradições da prática

As lutas sociais entre a propriedade e a apropriação¹

Suzane Tosta Souza

As reflexões que compõem o presente capítulo foram apresentadas durante o Seminário virtual Geografia e Marxismo, realizado em novembro de 2021, no qual buscamos apresentar as principais sínteses no entendimento do avanço do capital no campo brasileiro, na apropriação de amplos territórios, via expansão do agronegócio, e, ao mesmo tempo, sob o signo da propriedade privada sobre a terra nas mãos de uma classe rentista, que retira dos sujeitos que precisam da terra, como condição de reprodução social, o direito legítimo de ter acesso a essa como forma de viver e trabalhar. Busca, ainda, analisar os reveses da luta pela terra, outrora tão significativa no campo brasileiro, seja por conta da criminalização ou da mudança de rumo dos movimentos sociais - deixando a terra, cada vez, mais voltada à condição de se realizar no processo de garantia da reprodução ampliada do capital, e assim representando maiores dificuldades na luta pela terra e pela reforma agrária.

Para desenvolvermos nossas análises, partimos do entendimento da teoria crítica e do materialismo histórico dialético para compreender os processos contraditórios da produção espacial, que na relação-capital, se configura, em princípio, na separação dos trabalhadores dos meios de pro-

1 Título da mesa em que participamos no Seminário Geografia e Marxismo: os limites e horizontes da pesquisa, realizado em formato online entre os dias 16 e 18 de novembro de 2021, uma iniciativa dos Grupos de Pesquisa: GESp, coordenado pela Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos (USP); GECA, coordenado pelo Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP); e GPECT, coordenado pela Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição (UFS). Na mesa, ocorrida dia 17/11/2021, participamos enquanto pesquisadora do GPECT/UFS.

duzir a vida, tomando por base as reflexões de Karl Marx, apresentadas, sobretudo, em *O Capital*; trazendo, também, as contribuições de Meszáros (2002) sustentadas no tripé Estado, Capital, Trabalho, ao considerar que:

(...) o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital e “corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente”. Desse modo, seu princípio estruturador trata de “garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente” (Mészáros, 2002, p.121).

Para Marx (2013), a produção capitalista requer que o dinheiro seja transformado em capital, por meio desse capital mais-valor e do mais-valor mais capital; o que pressupõe a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Acrescenta, ainda, que esse movimento se constitui num ciclo vicioso, do qual só poderemos sair supondo uma “acumulação primitiva”, que precede a acumulação capitalista.

Esse processo de “acumulação primitiva”, aparece como “primitivo” porque “constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2013, p.786). Ao compreender a separação dos trabalhadores das condições de seu trabalho, entende que “tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (p.786).

Ironicamente, ao estabelecer uma analogia entre o pecado original e o pecado econômico, Marx (2013) esclarece que, com relação ao pecado econômico - o pensamento burguês defende que esse se estabelece a medida em que uma denominada “elite laboriosa” acumulou, enquanto os considerados “vagabundos” dissiparam tudo que tinham, nada mais tinham a vender do que a sua própria pele. E que desse “pecado original” data a pobreza de grande massa dos trabalhadores que, apesar de todo trabalho, nada possuem, senão a si mesmos. Por outro lado, a riqueza concentrada nas mãos dos poucos, crescia continuamente, embora “há muito tenham deixado de trabalhar” (p.785). Para tanto, ressalta que os homens de Estado tinham (e continuam a ter) como papel fundamental a defesa da propriedade (privada), que é a forma sob a qual se torna possível se

apropriar de toda a riqueza social produzida por meio do trabalho coletivo de homens e mulheres.

Marx (2013) vai demonstrar que a história do pecado econômico nada tem de natural, e só pode ser explicada por meio da exploração produzida através da conquista, da subjugação, do assassinio, do roubo, enfim, da extrema violência, no processo de colonização e de expansão do capital em momentos posteriores, ou seja, por meio de métodos nada idílicos, como buscava justificar a “suave economia política”.

Para ele, além das formas efetivadas por ocasião da denominada acumulação primitiva de capital, na sociedade capitalista o direito e o trabalho constituem-se os únicos meios de enriquecimento. Daí a importância de compreendermos o controle sobre a propriedade, através de todo aparato jurídico, o que acaba por determinar o domínio sobre o trabalho, a riqueza socialmente produzida, mas apropriada nas mãos dos que controlam, ou seja, se apropriam, dessa produção. Para tanto, a condição central é a retirada dos trabalhadores da possibilidade de controle do seu trabalho, onde a expropriação da terra (e dos meios de produzir) adquire papel central.

Mas esse produtor direto, o trabalhador, somente pode dispor de sua pessoa depois de deixar de estar vinculado à terra, tornando-se livre vendedor de sua força de trabalho. Esse movimento histórico aponta para a libertação da servidão e da coerção corporativa quando, na realidade, só se tornam vendedores de si mesmos depois que seus meios de produção e as garantias de sua existência lhe foram roubados. E essa história de sua expropriação está escrita nos anais da humanidade “com traços de sangue e fogo”.

Ao considerar que: “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo processo” (p.787), pode-se, com base nas reflexões de Marx (2013), entender que essa realidade se mantém ao longo da expansão do capital, mas, em nossa análise, não como uma acumulação primitiva, mas como formas de apropriação do trabalho que se constituem e que podem ser entendidas como parte das contradições do desenvolvimento do modo de produção, que reproduz e se apropria dos resultados do trabalho, quer sejam esses gerados pelo trabalho dito “livre” ou mesmo por meio da expansão de formas pretéritas de trabalho (Harvey, 2005).

No campo, ressalta-se, por exemplo, o trabalho camponês. Por isso, nos ancoramos, também, nas reflexões apontadas pelos estudos de Martins (1981), Oliveira (2001) e outros, ao defenderem que no campo o capital se reproduz tanto expandindo-se através de sua forma própria, promovendo expropriação e assalariamento, quanto por meio das relações não capitalistas, ou seja, não assalariadas, em que o campesinato pode ser melhor compreendido. Apesar disso, é preciso compreender que esse processo não pode ser explicado fora das contradições em que o capital se desenvolve no campo, reproduzindo e criando formas de se apropriar da produção camponesa, mas não sob a forma de subsunção do trabalho (seja esse formal ou real), mas por meio da sujeição da renda camponesa ao capital.

Embora refletindo sobre o que denomina “servidão voluntária”, tendo como questão central como o capital, em diferentes momentos históricos, recompõe as formas de extração do sobretrabalho, e como essas capturam a objetividade-subjetividade do trabalho, Fontes (2006), acrescenta que:

Diferentemente dos períodos anteriores, a construção histórica da liberdade contemporânea - na época capitalista - ocorreu um duplo e contraditório processo. De um lado, a formação concreta da ‘liberdade’ dos trabalhadores consistiu (e consiste ainda) no processo que os separaria da propriedade efetiva, isto é, da capacidade de controlar a posse dos meios necessários para garantir a sobrevivência. A expropriação do campesinato, entretanto, não pode ser limitada a um período anterior, ‘primitivo’, já pertencente a um remoto passado, pois continua ocorrendo em nossos dias (Harvey, 2004; Fontes, 2005). Segundo informações da Organização Mundial do Trabalho, o setor agrícola ainda ocupa metade da mão de obra mundial (Fontes, 2006, p.433).

A autora aponta ainda que, embora a Organização Mundial do Trabalho (OMT) não mencione detalhes sobre a situação desses trabalhadores, a mesma defende que a expansão urbana industrial acompanha-se de forte redução do número de trabalhadores rurais, o que a leva a supor que parte dessa população é constituída por camponeses ou trabalhadores em condições similares. Mas “prossegue um movimento contínuo de expropriação dos trabalhadores rurais, em especial nos países onde vastas parcelas camponesas vêm sendo ‘urbanizadas’ ou expropriadas” (p.433), como acontece em países como: China, Índia, Brasil e outros países da América Latina.

Portanto “a liberdade moderna - e contemporânea - começa, pois, com um processo concreto de brutal separação dos trabalhadores do que era, antes, sua propriedade” (p.433).

Nesse processo, ocorre o que a autora aponta como aproximação da liberdade da noção de propriedade, mas por um ângulo abstrato; apresentada de forma ideal, como a recompensa do trabalho; onde “os trabalhadores livres, isso é, despossuídos dos meios de assegurarem sua própria existência social, conservariam como sua propriedade fundamental o próprio ato criativo, a capacidade de produzir”; mas cuja face real revela a profunda separação do próprio ato social de criação, entre a capacidade de produzir e não se apropriar do produto integral de seu trabalho.

O “predomínio do capital no plano mundial tende a exigir e impulsionar constantes expropriações, além de nutrir-se, como aves de rapina, da concentração de recursos que a desgraça alheia favorece” (Fontes, 2010, p.44): desiguais segundo os países e regiões nos quais nasceram, forjadas segundo direitos e costumes tradicionais diversos, constituem extensa massa de força de trabalho desigualmente liberada para o capital internacional, diferencialmente formada, mas igualmente disponível (e necessitada) para as variadas formas de exploração de mais-valor e para as mais diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores (Fontes, 2010, p.45). Segundo Fontes, as expropriações constituem a permanente condição de constituição e expansão da base social capitalista e, longe de se estabilizarem, aprofundam-se e generalizam-se com a expansão capitalista (Souza, 2017, p.97).

Mas, conforme já apontado, não se pode perder de vista as contradições do desenvolvimento capitalista no campo, que avança reproduzindo formas capitalistas, como também as formas não capitalistas, a exemplo do campesinato, mas sujeitando, cada vez mais, as suas rendas ao processo de acumulação.

Além disso, é importante chamar atenção que as classes sociais do capitalismo não se limitam ao binômio capitalista e trabalhador assalariado, pois essas não são suficientes para explicar o campo brasileiro, levando a necessidade de se pensar em outra classe proprietária: os proprietários fundiários, que vivem da extração da renda da terra, realidade também

apontada por Marx (1984²). Além disso, em debate apresentado em 2008, chamamos atenção para a existência de outras classes e frações de classes que se reproduzem na sociedade capitalista, com destaque, no caso do campo, para os camponeses e sua importância ao longo do processo histórico.

As reflexões teóricas e o método enquanto fundamentais à leitura da realidade concreta

As reflexões teóricas trazidas no tópico anterior nos ajudam a compreender o processo de formação social, econômica e territorial brasileira - marcada pela expropriação dos povos originários, controle das terras nas mãos de uma classe proprietária, que em diversos momentos da história brasileira as colocam a disposição da expansão do capital, desde que tal relação seja vantajosa para eles, ou seja, que esses se apropriem de parte da riqueza social produzida pelo trabalho, mas sob a forma de renda, oriunda do fato de controlarem frações significativas da natureza.

Permite, ainda, fazer uma relação com a nossa realidade concreta de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, em que direcionamos parte significativa de nossas pesquisas e análises empíricas; município cujas desigualdades entre a propriedade e a apropriação vai se estabelecendo, através dos métodos nada idílicos dos quais falou Marx (2013), com o massacre dos povos originários - Mongoiós, Pataxós e Imborés, com base no saque, no roubo das terras, na violência extrema, que culminou com o “banquete da morte”, e o soerguimento a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, como forma de representação da “Vitória da Conquista” dos dominantes, sobre o sangue dos povos originários. Assim, consolida-se o controle sobre a propriedade privada, por meio das concessões ao bandeirante e depois para os seus “descendentes diretos”, que vão se constituir nas famílias proprietárias rentistas de outrora, que com seus sobrenomes controlam a política local, o solo urbano, fomentando o processo de apropriação desigual do espaço,

2 Embora esse debate esteja presente no capítulo intitulado As classes (livro 3, tomo 2, de O Capital), também aparece em outros momentos dessa e de outras obras do autor. Chamamos atenção para isso em nossa tese, Souza (2008).

que numa sociedade de classes sobredetermina o lugar dos sujeitos no campo e na cidade.

Essa particularidade só pode ser compreendida no movimento de reprodução ampliada do capital, na forma como o país se insere na divisão social e territorial do trabalho, com processos de expropriação das terras de trabalho dos indígenas e, posteriormente, das comunidades tradicionais - camponeses, quilombolas - constituindo um campesinato que, em diferentes tempos, sofre processos de expropriação/reprodução/ e constante mobilidade de sua força de trabalho (Martins, 1981).

Mas, nas contradições, entende-se que a luta de classes é o motor da sociedade e essa se consolida tanto no campo quanto nas cidades; no campo, sobretudo na luta pela terra de trabalho, nas periferias urbanas, no acesso ao solo urbano, a moradia e o trabalho, cujos sujeitos expropriados buscam sobreviver da venda de sua força de trabalho. E em ambos na perspectiva de superação das condições de exploração do trabalho e opressão dos sujeitos que trabalham.

No Brasil, as diversas formas de resistência dos sujeitos contra a expropriação, a consolidação da propriedade privada capitalista (na forma de apropriação de todo o trabalho efetivado na terra) é destacada em farta literatura. Aqui ressaltamos os estudos do historiador Guilherme Palácios (2004), quando ainda no século XVIII demonstra as estratégias de resistência dos camponeses pernambucanos - que buscavam fugir do Censo para não ficarem sob a mira do Estado e tão logo da expropriação; os estudos de José de Souza Martins (em destaque a leitura sobre a reprodução camponesa e a sujeição de sua renda ao capital); de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (com destaque mais recente sobre a concentração fundiária, a grilagem de terras e o avanço dos conflitos no campo, oriundos dos avanços do capital sobre os territórios camponeses), dentre tantos outros.

Esses estudos apontam, também, que há resistência à expropriação, à luta pela apropriação da terra como forma de reproduzir a vida, que se confronta com a forma capitalista pautada na apropriação privada da terra para extrair renda e fomentar a reprodução ampliada do capital.

Mas é preciso, também, evidenciar que o avanço do capital se faz de forma mais concreta nesses últimos anos - por meio da criminalização, perseguição e extrema violência para com os sujeitos em luta contra a expropriação. Os ataques aos povos do campo, sejam esses povos originários ou

tradicionais, nas suas mais diversas expressões: extrativistas, quilombolas, camponeses, sem-terra, pescadores, expressam essa realidade.

Assim, uma das hipóteses que nos sustentamos é que: no momento em que há um contexto de crise marcado pela busca por repor os patamares de acumulação, a terra e os recursos naturais, bem como o trabalho, passam a ser, cada vez mais, apropriados para gerar valor. Essa é uma condição fundamental para se entender o campo brasileiro na atualidade, o avanço do capital e a barbárie societal, a expansão do agronegócio e a tentativa de minimizar a luta e ação camponesa pela reprodução da vida, seja essa viabilizada através da luta pela terra, ou nas formas de reprodução histórica dessas comunidades. No primeiro caso, o Estado, ente político do capital, vai criando todas as formas de criminalizar a luta pela terra, mas tal processo adquire maior expressividade na última década, através do aparato jurídico representado, dentre outras medidas, pela Lei de n. 12.850, do ano de 2013 - considerada Lei de Organização Criminosa e da Lei de n. 13.260 - denominada Lei Antiterrorismo, do ano de 2016. A essas se somam outros ataques aos povos do campo, por meio de projetos de Lei, Medidas Provisórias e Emendas parlamentares, dentre outras, com o claro intuito de criminalizar e impedir a ação dos movimentos sociais no campo, a exemplo do PL 3842/12; do MP 910/19 - que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações em áreas da União; do PL 2633/20 - que amplia o alcance da regularização fundiária em terras da União; da PEC 80/19 - de autoria do Flávio Bolsonaro e um conjunto significativo de parlamentares da bancada ruralista - que altera os artigos 182 e 186 da Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade rural e urbana. Regulamenta a função social da propriedade rural e urbana e condiciona a desapropriação da propriedade urbana e da rural mediante à prévia autorização do poder legislativo e de decisão judicial, observando-se o valor de mercado da propriedade na indenização; do PL 490/07 - Marco Temporal que impede os indígenas de obterem o reconhecimento de suas terras³ e tantos outros.

3 Lamentavelmente, em sessão realizada no dia 30/05/2023, a Câmara Federal aprovou esse PL, como uma clara manobra da bancada ruralista, e em resposta às necessidades econômicas dos grileiros, madeireiros, mineradoras e outros sujeitos interessados em abocanhar parcelas significativas dos Territórios Indígenas (TIs), cujos mais de 700 territórios (reconhecidos ou em processos de reconhecimentos) ocupam, em média, 15% da área brasileira e se localizam, em mais de 98%, na região amazônica do país, loco de

Em artigo escrito no ano de 2020, reportamos a trajetória enquanto pesquisadora dos movimentos sociais ao longo de mais de 20 anos estudando o campo brasileiro, em que se pode apontar, embora não se distinguir, dois principais momentos na compreensão desse espaço agrário e das ações dos movimentos sociais de luta pela terra:

O primeiro momento pode ser considerado como aquele no qual foi possível se articular a luta camponesa, por meio da ascensão dos movimentos sociais, após longo período de repressão durante a ditadura civil-militar, que, por outro lado, consolidou a terra como mercadoria⁴ concentrada nas mãos dos detentores dos meios de produção. Ainda assim, os movimentos de luta pela terra se organizaram, ocuparam a se tornaram bem evidentes em suas ações de assentar, ou regularizar suas posses historicamente constituídas.

O segundo momento pode ser observado de pelo menos 10 anos para cá, sobretudo em função da reorganização das classes proprietárias (inclusive do campo) e maior inserção no executivo, legislativo e judiciário, em que, por dentro do Estado, criam todas as condições para criminalizar e

expansão de grandes empreendimentos do agronegócio. Dentre as mudanças propostas só poderão ser reconhecidos os TIs já existentes e ocupados em data anterior a promulgação da Constituição Federal (dia 05/10/1988), os TIs em processo de reconhecimento terão de se adaptar às novas regras, serão permitidas o desenvolvimento de atividades econômicas nesses TIs, inclusive envolvendo não indígenas (leia-se: legalizando a mineração e outras atividades que hoje são consideradas ilegais), dentre outros danos a permanência e preservação dos territórios dos povos originários. Isso tudo depois de denunciado e constatado o genocídio de povos indígenas, sobretudo por meio de atividades danosas como a mineração e a contaminação por mercúrio, como ocorrido com os povos Yanomamis, crimes praticados com o silenciamento e anuência do Governo fascista de Jair Bolsonaro, derrotado nas eleições de outubro de 2022. Ressalta-se que, sobre o PL 490/07, a votação na Câmara se antecipa a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao julgamento da propositura de data limite para legalização dos TIs ser a da promulgação da Constituição de 1988, em um claro intuito de medir forças e demonstrar o poder da classe proprietária rentista que controla o campo brasileiro. Agora o Projeto de Lei segue para o Senado Federal, ao tempo em que os povos indígenas articulam mobilizações por todo país, e setores da sociedade civil e entidades e organizações sociais fomentam formas de reação para barrar a sequência e implementação do projeto.

4 Ao compreender, com base no aparato teórico marxista, que em sendo a terra um bem da natureza e não produto do trabalho humano, considera-se a mesma enquanto uma “falsa mercadoria”, mas que por meio da apropriação privada sobre ela, permite-se que seu proprietário exerça o poder sobre sua forma de uso ou não, desde que tal relação econômica lhe seja vantajosa, ou seja que ele extraia a renda da terra, se apossando de uma parcela da riqueza produzida nessa por meio do trabalho.

barrar a luta social pela terra de trabalho. Mas não só isso, como também de expropriar aqueles que já estão na terra, sobretudo por meio da grilagem, que avança a passos largos mesmo em tempos de pandemia, efetivando a “passagem da boiada”, como explicitado pelo ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro.

Da concentração fundiária e da grilagem: o poder da classe proprietária fundiária no campo

Os dados da concentração fundiária no Brasil e no estado da Bahia se constituem elementos concretos dessa expropriação e consolidação da propriedade privada sobre a terra, em detrimento das diversas formas de apropriação historicamente efetivada por comunidades originárias e tradicionais. Os sucessivos Censos Agropecuários do IBGE dão conta de demonstrar a síntese contraditória no processo de apropriação e controle sobre a maior parte das terras agricultáveis do país nas mãos de poucos proprietários fundiários, levando a uma realidade absolutamente desigual na produção do espaço agrário e reproduzindo graves problemas sociais, econômicos e políticos.

A análise dos dados apresentados pela pesquisa realizada pela OXFAM (2016⁵), com base em dados do IBGE (Censo Agropecuário de 2006) e IBGE Cidades (2010), dá conta de reforçar a desigual distribuição das terras no país, algo que não se altera em um história marcada pelas Capitânicas Hereditárias, as sesmarias e o posterior aparato jurídico (Lei de Terras e subsequentes) que legitimaram a apropriação privada das terras nas mãos dos grandes proprietários, “os homens de bem” (de outrora como os de agora), relegando aos pobres do campo a expropriação ou uma reprodução marginal nas terras não ocupadas inicialmente. Ao se reproduzirem historicamente nessas, essas comunidades, mediante a expansão do capital no campo, passam a sofrer com as grilagens e novos processos de expulsão de seus territórios, ou se veem na necessidade do enfrentamento a essas

5 Importante ressaltar que, a essa altura, ainda não se tinha os dados do censo Agropecuário de 2016, que só foi publicizado em 2017, embora apresentando uma série de problemas, como demonstrou estudo coordenado por Mitidiero Junior, intitulado: Censo de 2017, o censo do golpe.

classes, intensificando a luta de classes que configura o campo brasileiro historicamente.

Ao realizar uma comparação sobre a concentração das terras em 15 países da América Latina, em estudo divulgado em 27/08/2019, através do lançamento do relatório Terra, Poder e Desigualdade na América Latina, a OXFAM destaca a posição ocupada pelo Brasil. No quadro geral, por meio dos dados fornecidos pelos Censos Agropecuários locais, constatou que na América Latina apenas 1% dos imóveis concentra mais da metade (ou 51,9%) de toda a superfície agrícola da região. No Brasil, os dados apontaram que 45% das áreas estão concentradas nas mãos de menos de 1% das propriedades. Mas é preciso observar a área total do país, em relação aos demais países da América Latina, muitos de pequena extensão, que coloca o Brasil, e o campo brasileiro, se consolidando por meio de enormes latifúndios, “mares de grãos e gado” e da “extração mineral”, para atender os interesses do agronegócio mundial, das operações financeiras e dos mercados futuros - definidos nos pregões das bolsas de valores.

Além disso, a OXFAM Brasil (2016) realizou o estudo intitulado: Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural - agrupando os municípios brasileiros em três categorias: o 1% dos municípios com maior concentração; os 19% seguintes e os 80% restantes.

Dentre esses municípios com maiores concentrações destaca-se o de Correntina, no estado da Bahia, onde os latifúndios ocupam 75,35% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Disso resulta que a pobreza atinge 45% da população rural e 31,8% da população total. Já o índice de desenvolvimento humano era de 0,603, bem abaixo da média nacional. Apontam ainda que das autuações ocorridas pelo Ministério Público do Trabalho, entre os anos de 2003-2013, referente as relações de trabalho análogas à escravidão, 82% ocorreram no Oeste da Bahia. No município de Correntina foram 249 trabalhadores apreendidos nessas condições.

Em pesquisa de Iniciação científica, realizada recentemente, levantamos os dados da estrutura fundiária em municípios do estado da Bahia, enfatizando um aumento da concentração em quase todos eles ou pouca alteração, reforçando a realidade de expropriação no campo baiano e, tão logo, a disponibilidade de muitos desses sujeitos à mobilidade e exploração do trabalho.

Estrutura fundiária de alguns municípios baianos pelos quais passa a FIOI⁶, 1920-2017⁷

Municípios	Ano											
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006	2017	
Manoel Vitorino	-	-	-	-	0,623	0,540	0,660	0,678	0,759	0,750	0,752	
Jequié	0,966	0,699	0,757	0,742	0,748	0,753	0,764	0,806	0,819	0,814	0,851	
Tanhaçu	-	-	-	-	0,633	0,630	0,613	0,680	0,714	0,754	0,726	
Caetité	0,990	0,540	0,587	0,615	0,576	0,627	0,649	0,652	0,647	0,695	0,674	
Correntina	0,968	0,426	0,724	0,597	0,590	0,607	0,793	0,913	0,935	0,934	0,955	
Ilhéus	0,995	0,542	0,584	0,651	0,619	0,602	0,653	0,619	0,692	0,702	0,732	

Fonte: Organizado pela autora, partindo de dados obtidos no Projeto GeografAR, com base em dados do Censo Agropecuário do IBGE, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 e 2017.

No município de Correntina/BA, observa-se uma concentração fundiária fortíssima a absoluta, onde os pequenos agricultores, que são de 2.234 estabelecimentos (65,55% do total), controlam apenas 14.126 hectares de terra, ou apenas 1,97% das áreas agricultáveis. No outro extremo, os grandes proprietários são apenas 131 (3,84%), mas controlam uma área de 669.763 ha (ou 93,11% da área agricultável do município). Ocorre nesse município - como em outros do Oeste da Bahia, que seguem o rastro da expansão do agronegócio no Centro-Oeste brasileiro, fundamentado na produção de *commodities* como a soja e o milho - parte significativa dos conflitos no campo baiano (conforme apontam os dados dos Cadernos Conflitos no Campo, publicados anualmente pela CPT), assim como apreensões de trabalho escravo (Santana, 2022), e os maiores casos de grilagem de terra do estado, com destaque, também, no cenário nacional (AATR, 2017).

Em publicação do ano de 2017, a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) chamou atenção para vários casos de grilagem

6 Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

7 Pesquisa desenvolvida junto ao Departamento de Geografia da UESB, com financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

de terra no Oeste da Bahia, com destaque para o município de Correntina. De acordo com tal estudo, as principais formas de fraudes na atualidade se configuram: 1) através da inscrição pela primeira vez no Cartório de Registros de Imóveis e hipotecas de terras que não possuem registro anterior, terras da União; e 2) por meio da estratégia do grileiro em ampliar as dimensões originais do imóvel - através de processos de “retificação da área” (AATR-BA, 2017), utilizando-se, para isso, de modernas técnicas e equipamentos de Georreferenciamento, com o fito de demonstrar que a propriedade, legitimamente, lhe pertence.

Tais práticas reativam e ampliam a grilagem de terra, refinando formas historicamente empregadas. Por isso, a publicação da AATR (2017) chama atenção para o fato da grilagem atual se estabelecer enquanto uma estratégia ampliada das classes proprietárias e se transverte em uma associação de sujeitos e interesses, personificados em empresas do agronegócio, de geração de energia eólica, grupos econômicos, investidores de mercado financeiro, juízes, membros do Ministério Público do Trabalho, pessoas com forte poder político e econômico que, ao se apropriar das terras, expropriam famílias de comunidades tradicionais, de fecho e fundo de pasto, brejeiras, ribeirinhas, pescadores artesanais e quilombolas.

Esse é um processo histórico, de grilagem de terra, mas que agora está se intensificando justamente dentro das florestas não destinadas. Existe um processo de privatização dessas áreas que passa a ser facilitado, inclusive, com essas flexibilizações que a gente vem acompanhando na legislação, como a Medida Provisória 910, a MP da Grilagem, que agora se transformou no Projeto de Lei 2.633. Essas flexibilizações vão dando margem para que essas pessoas mal-intencionadas comecem de fato a lucrar com esse ato. Porque elas acabam conseguindo o título da terra, ou mesmo quando não conseguem o título da terra, elas conseguem vender essa terra a terceiros por um preço que é muito maior do que elas tiveram que colocar para conseguir aquela terra (...) (Menegassi, 2020, S/P).

Compreendemos, portanto, que no campo brasileiro os processos de desmatamento, grilagem, expropriação de terras camponesas, concentração fundiária e expansão do agronegócio encontram-se dialeticamente amalgamados, fomentando os interesses do grande capital e das classes proprietá-

rias que atuam no campo, nos permitindo concordar com Oliveira (2016) ao apontar a mundialização da agricultura brasileira enquanto um processo que ocorre na associação entre capital internacional, capital nacional e a grande propriedade fundiária.

Mas, para além da grilagem e da expropriação, há a resistência, a luta para se manter na terra e controlar, minimamente, o próprio trabalho. Esse processo é registrado no campo brasileiro, sobretudo, por meio do trabalho de catalogação e pesquisa realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao longo de mais de 30 anos, em que alguns desses dados são apresentados na Tabela 02 que se segue.

Tabela 02 - Total de Conflitos no Campo - Brasil, 2010-2020

Ano	2010	2012	2014	2016	2017	2018	2019	2020
N. de conflitos	1.186	1.364	1.286	1.536	1.431	1.489	1.833	2.054
Assassinatos	34	36	36	61	71	28	32	18
Pessoas envolvidas	559.401	648.515	817.102	909.843	708.520	960.342	859.023	914.114
Hectares	13.312.343	13.181.570	8.134.241	23.687.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957

Fonte: Cadernos Conflitos no Campo, CPT, 2010, 2012, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

A Geografia dos conflitos no campo demonstra um crescente nos conflitos por terra, assim como se expressa de forma violenta em assassinatos no campo brasileiro, com destaque para os anos de 2016 e 2017 (pós-golpe que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff e instaurou um governo mais à direita, alinhado, diretamente, aos interesses dos grandes proprietários rentistas do agronegócio), com 61 e 71 assassinatos no campo, respectivamente. Importante, ainda, ressaltar que a diminuição no número de assassinatos nos anos posteriores não significa que esses conflitos diminuíram, apenas expressam, em nosso entendimento, o endurecimento e criminalização da luta camponesa, sobretudo com a ascensão do governo de extrema-direita-fascista-milicianizado de Jair Bolsonaro (2019-2022). Observa-se, ainda, um quantitativo significativo de pessoas envolvidas em tais conflitos no campo brasileiro, com destaque para os anos de 2016, 2018 e 2020, ultrapassando a casa de mais de 900 mil pessoas em conflitos pelo país. Também é representativo o tamanho das terras em disputa, atingindo

seu ápice na série histórica no ano de 2020, com 77.442.957 hectares de áreas em conflitos pelo campo brasileiro, ano em que houve uma média de 5,6 conflitos por dia.

No ano de 2021, os dados coletados pela CPT apontaram a existência de 1.768 conflitos no campo brasileiro, com 35 assassinatos, 897.335 pessoas envolvidas e uma quantidade de 71.277.426 de hectares de terras em disputa. A leitura desses dados nos permite concluir que mesmo diante do avanço do capital no campo, dos processos de grilagem e dos interesses da classe proprietária rentista, o campo brasileiro continua a ser uma expressão efetiva da luta entre classes com interesses distintos e contraditórios.

Por outro lado, a criminalização e violência praticadas, sobretudo, pelo Estado brasileiro (enquanto ente político das classes dominantes e por essas controlado), rebate-se, diretamente, no recuo da luta por novos espaços da/para a reforma agrária e em novos ataques aos territórios camponeses, quilombolas e indígenas. Um exemplo disso é a constante redução do número de acampamentos e ocupações que outrora configurou o viés mais radical e de enfrentamento concreto dos movimentos sociais em prol de mudanças na estrutura fundiária. Quanto ao número de ocupações, tem-se os seguintes dados: em 2012 foram 255, em 2014 (223); em 2016 (224), em 2018 (157), 2019 (46), 2020 (29) e em 2021 (51). Já o número de novos acampamentos também reduziu bastante na série histórica, sendo: 2012 (15 acampamentos), 2014 (22), 2016 (25), 2018 (20), 2019 (5), 2020 (3) e em 2021, também 3 acampamentos⁸.

8 De acordo com Oliveira (2022), as mudanças de rumo do MST, em decisão congressual tomada no ano de 2007, contribuíram para esse processo. Já a pesquisa realizada por Pereira (2018) chamou atenção para a criminalização, por via jurídica, além do apelo midiático, com a ascensão de governos de direita no Brasil, ressaltando casos de ameaças, prisões e perseguições às lideranças do movimento, o que incidiu, diretamente, na luta pela terra. Ressalta-se que, em abril de 2023, após a derrota do Governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019-2022) e de um novo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 1 de janeiro de 2023, o MST retomou, no abril vermelho, a estratégia das ocupações, realizando experiências em diversos pontos do país. Como resposta, a ala ultraconservadora do Congresso Nacional, que representa a significativa Bancada Ruralista, aprova uma CPI contra o MST, que encontra-se em andamento, como forma de intensificar a criminalização ao movimento.

Da propriedade privada à apropriação da terra de trabalho

As lutas sociais entre a propriedade e a apropriação revelam a forma contraditória na qual o capital se expande, tanto no campo quanto nas cidades. Tratando mais especificamente do campo, pode-se acrescentar que além do conflito entre capital e trabalho, cujo fito é a expropriação do trabalhador de suas condições de existência (o que inclui a terra e os instrumentos de trabalho) e a conversão desse a vendedor de sua própria força de trabalho, verifica-se o processo de reprodução camponesa, muito embora essa realidade não possa ser compreendida fora das contradições oriundas do próprio desenvolvimento do capital no campo. Mas, nesse caso, não há uma expropriação direta desses sujeitos, eles permanecem, mas cada vez mais sujeitados ao que o mercado determina. E esse processo pode se estabelecer de diferentes formas, seja via mecanismos de inserção subordinada à produção industrial, seja pela apropriação de seus produtos por grandes empresas, seja mediante a dependência do capital financeiro (para garantir a produção), dentre outras formas de sujeição da renda camponesa.

Mas, também, e dialeticamente, é importante observar que mesmo subordinados ao capital, esses sujeitos não desaparecem, se reproduzem no campo brasileiro, por meio de diversas experiências de permanências na terra de trabalho, quanto por meio da luta implementada pelos movimentos sociais, que ascendem, sobretudo, a partir da reabertura política, após longo período de ditadura militar.

A luta pela terra de trabalho camponês, via experiências de permanências, ou mesmo resistências - luta pela reforma agrária e enfrentamento ao latifúndio, pode ser lida, desse modo, como a busca pela apropriação da terra como condição de reprodução da vida, se contrapondo ao fundamento da propriedade privada, pelos que detêm o controle sobre essas - os proprietários fundiários (que buscam extrair a renda da terra) e os empreendimentos capitalistas - que se difundem no campo com o fito de extrair trabalho não pago, ampliando seu capital. A expressão mais recente desse processo é o agronegócio - que se expande territorialmente e passa a representar novas ameaças à reprodução camponesa. Nesse caso, o fundamento é a propriedade privada, não a apropriação da terra como forma de reprodução da vida.

Importante ressaltar que o agronegócio prioriza a produção de *commodities*, não se apresentando como um projeto de desenvolvimento efetivo para a sociedade brasileira. Um exemplo efetivo disso é a contradição entre a propaganda do “agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”⁹, colocada pelos senhores proprietários fundiários e capitalistas como “a riqueza do Brasil” e o crescimento significativo dessa produção a cada ano, *versus* o aumento da fome no país e o empobrecimento da alimentação¹⁰ - reativando os debates em torno da insegurança e da soberania alimentar.

Portanto, reafirma-se o evidenciado em pesquisa, no ano de 2008, de que há uma diferença entre a terra apropriada para o desenvolvimento do trabalho familiar, e a terra apropriada, privadamente, para gerar renda fundiária e lucro, pois essa encontra-se ancorada na exploração do trabalho alheio, do trabalho coletivo realizado pelo conjunto dos trabalhadores. Assim, os conflitos entre a apropriação e a propriedade podem ser vistos como a própria expressão da luta de classes em curso no campo.

Por outro lado, apesar da importância da luta dos movimentos sociais pela apropriação da terra de trabalho no campo, ou mesmo pelo acesso ao solo urbano nas cidades, é preciso se avançar para uma luta maior, de superação da ordem hegemônica do capital, onde a propriedade privada, e com ela qualquer forma de exploração do trabalho e opressão, possa ser, efetivamente, extinta.

9 Marca da campanha do agronegócio brasileiro, veiculada em forte campanha midiática nos principais canais de comunicação do país.

10 Dados da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), em pesquisa publicada em 2022, apontaram que mais de 33 milhões de brasileiros passavam fome no país e mais da metade da população (58,7%) vivia alguma forma de insegurança alimentar.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DOS TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA. (Org.). **No rastro da grilagem. Formas jurídicas da grilagem contemporânea**. 1ª Edição. Salvador: AATR-BA, 2017.
- BRASIL. **Lei Nº 13.260**. Governo Federal: Brasília, 16 de Março de 2016.
- BRASIL. **Lei Nº 12850**. Governo Federal: Brasília, 2 de Agosto de 2013.
- CANUTO, Antonio. (et. al.). (Org.). **Conflitos no Campo 2010**. Brasil 2010. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2011.
- CANUTO, Antonio. (et. al.). (Org.). **Conflitos no Campo 2012**. Brasil 2012. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2013.
- CANUTO, Antonio. (et. al.). (Org.). **Conflitos no Campo 2014**. Brasil 2014. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2015.
- CANUTO, Antonio. (et. al.). (Org.). **Conflitos no Campo 2016**. Brasil 2016. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2017.
- CANUTO, Antonio. (et. al.). (Org.). **Conflitos no Campo 2019**. Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2020.
- CANUTO, Antonio. (et. al.). (Org.). **Conflitos no Campo 2020**. Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2021.
- CANUTO, Antonio. (et. al.). (Org.). **Conflitos no Campo 2021**. Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2022.
- FONTES, Virgínia. Da atualidade da servidão voluntária. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 4310440, 2006.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- MENEGASSI, Duda. Grileiros já tomaram quase 12 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia. ((O)Eco). Domingo, 28 de julho de 2020.

- MESZAROS, István. **Para além do capital**. Rumo a teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Mundialização da Agricultura**. São Paulo: iãnde, 2016.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro. In: MITIDIERO Junior, Marco Antonio. (et. al.). **A Geografia que fala ao Brasil**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. São Paulo: Lutas Anticapital, 2022.
- OXFAM. **Terra, Poder e Desigualdade na América Latina**. Resumo Executivo. OXFAM Brasil, 2016.
- OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil Rural**. Informes da OXFAM Brasil, Novembro de 2016.
- PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução de Walter Sotomayor. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. 380p.
- PERREIRA, Lara Barros. **O processo de criminalização dos movimentos sociais em luta pela terra frente às investidas do capital na (re) produção camponesa**. Monografia. (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.
- RAMOS, Cláudia Azevedo. (et. al.). Terra sem lei na terra de ninguém: as florestas públicas não destinadas na Amazônia brasileira. **ELSEVIER**. Política de uso da terra. Volume 99, dezembro de 2020, 104863.
- SANTANA, Aurelane Alves. **Cativeiros do agronegócio no campo brasileiro: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe/UFS. São Cristóvão/SE, 2022.
- SOUZA, Dayse Maria. **A asfixia do capital sobre o trabalho no espaço agrário no Litoral Sul da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe/UFS. São Cristóvão/SE, 2017.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Avanço do capital e barbárie societal no campo brasileiro. **Revista Geopauta**. Revista do PPGEO/UESB. V. 3, n. 3. Edições UESB, 2019.

SOUZA, Suzane Tosta. **Do discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2008.

Da natureza à produção do espaço: capital, trabalho e crise



<https://www.pexels.com/pt-br/foto/biologia-botanico-botanica-argila-7260245/>

Natureza e trabalho

Na tessitura das mediações do capital

Alexandrina Luz Conceição
Wagnervalter Dutra Júnior

1. A alienação da natureza e a *expulsão* do uso: uma totalidade de-sencontrada

Dois portões guardam intrigantes mensagens sobre a produção da nossa sociabilidade e sua objetivação espaço-temporal; dois momentos cronologicamente distantes - que, todavia, traduzem uma parte da lógica de um mesmo modo de produção, de uma nova forma de sociometabolismo inaugurado a partir das ruínas do feudalismo, e, da maneira em que as forças materiais se desenrolaram - traduziram-se numa nova potência de transformação da natureza em objetos, conforme uma velocidade nunca antes imaginada.

Qual seria essa velocidade? Uma velocidade mercantil, uma velocidade que organizou a potência do trabalho para fins determinados, todavia distantes das necessidades humanas imediatas (uma espécie de sequestro da centralidade do uso). A máxima velocidade possível de transformação da natureza/terra em objetos que podem ser vendidos no mercado, que se gesta da condição *sine qua non* de controle da terra por parte dos burgueses nascentes, que, controlando a terra, conseguem controlar direta e indiretamente o trabalho que se realiza sobre ela, ampliando o controle sociometabólico na medida em que têm sob seu monopólio os instrumentos capazes de produzir sobre essa terra.

Essa é a verdadeira mensagem que a modernidade capitalista imprimiu em qualquer de seus umbrais. No primeiro portão, da passagem do século

XIII para o XIV, a poesia de Dante garantiu que a materialidade da mensagem chegaria a nós, nos seguintes termos: “Antes de mim não foi criado mais, nada senão eterno, e eterna eu duro. Deixai toda esperança, ó vós que entraís” (Alighieri, 2009, p.46). Dante vivia numa ambiência que, mesmo dentro do metabolismo social de corte feudal, expressava um desenvolvimento material de um comércio dinâmico, típico de toda a região de Florença, que, por sua vez, viu florescer o Renascimento e produziu alguns de seus maiores nomes. Como ressalta Oelze (2013), o humanismo florentino propôs um novo olhar sobre a Antiguidade Clássica, tomando o homem por medida de todas as coisas.

A primeira mensagem atravessa os séculos como uma mensagem numa garrafa, daquelas que ficam tempos no mar até aportar em outro *lócus*, em outros *lóci*. O tom da *Divina Comédia* aponta para uma dinâmica em mudança, um deslocamento do divino, do mítico para o secular, como o movimento de algo mais amplo a dar seus primeiros sinais.

Parcelas cada vez maiores da ambição usurária, que se somavam, traduziram, por ora, em uma mudança, inclusive teológica, para admitir a figura do usurário, que não podia habitar o céu da igreja católica, mas era convidado a bailar no céu e na terra com a Reforma Protestante, como bem desenvolve Le Goff (1998) em *A bolsa ou a vida*. Essa secularização sinalizava também para uma nova ética do trabalho, um trabalho que se resolvia, concretizava-se, como expressão do terreno, não mais do divino. Todavia apenas domar o trabalho não se demonstrou suficiente para a empreitada. Ainda faltava algo, e o que seria?

Faltava a matéria sobre a qual o trabalho objetivar-se-ia. Por esse motivo, a riqueza concreta tem como progenitores a terra (natureza) e o trabalho, como já alertou Marx (2012). Essa matéria é a extensão da totalidade do corpo inorgânico que compõe, a partir do metabolismo com seu corpo orgânico, a totalidade da história naturalizada e da natureza historicizada. Essa totalidade Marx e Engels (2007) apreendem como metabolismo social, como base da constituição ontológica desse mesmo ser. A partir de então, essa conexão entre trabalho e natureza se mostrou como conformação relacional do todo da organicidade social; a produção do conjunto da materialidade social e seus diversos complexos formativos, primários (trabalho) e secundários (cultura, arte, ciência, educação, política, religião, etc.). Nos termos do que expressa Bensäid (1999),

Marx concebe a relação de produção, indissociavelmente, como uma relação dos homens com a natureza e dos homens entre si, mediado pelo trabalho. A irredutibilidade do vivente não desaparece na socialização da natureza. Assim, ‘a primeira premissa de toda história humana é com toda a certeza a existência de seres humanos vivos individuais’. Desde os *Manuscritos de 1844* a natureza’ é designada como corpo inorgânico do homem’. Enquanto ser natural humano, ‘o homem é imediatamente *ser da natureza*’. De um lado, enquanto *ser natural vivo*, ele é ‘provido de forças naturais, de forças vitais’. De outro lado, enquanto ser natural ‘de carne e osso, sensível, objetivo, ele é, tal como os animais e as plantas, um ser passivo, *dependente e limitado*’. A fórmula do *Capital*, ao considerar o trabalho o pai das riquezas materiais e a natureza sua mãe, não é, portanto, lançada ao acaso: ela se inscreve numa estrita continuidade (p.434).

O ser natural, como ser natural humano, expressa a totalidade nessa humanidade cuja determinação natural nega-se sem se abolir, conclui Bensäid (1999). Destarte a objetivação da materialidade humana na mediação do trabalho com a natureza implicou uma forma sociometabólica em que a fonte do valor de uso (natureza/terra) - corporificado pelo trabalho alienado -, não mais destina-se à satisfação das necessidades humanas - mediatas ou imediatas -, senão na condição de que esta necessidade possa ser mediada pelo mercado e satisfeita pela equivalência geral que a tudo mede, seja trabalho, seja natureza. O cálculo lucrativo é o farol desse novo mundo.

Mészáros (2002) refere-se, no âmbito sociometabólico, à relação entre o que ele denomina de disjunção da necessidade e produção de riqueza. Nesse ínterim, aponta, como um traço marcante do sistema do capital, desde o seu início, a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca, destinado à autorrealização ampliada do capital. Esse traço contrasta agudamente com as práticas produtivas do mundo antigo, sendo que as mudanças trazidas com a “(...) consolidação do domínio do capital como sistema de controle que a tudo absorve constituíram uma revisão radical dos princípios orientadores que caracterizaram a produção na Antiguidade clássica” (p.606).

Marx (2011) refere-se a essa questão apontando que a riqueza não constituía o objetivo da produção, ainda que marginalmente pudessem ser encontradas práticas de usura, ganhos com empréstimos a juros, mas tudo

isso era epifenomênico. A riqueza como fim em si (e sua ideia) surgiu, nas franjas do mundo antigo, apenas entre alguns poucos povos comerciantes, como os judeus nas sociedades medievais¹. “Assim, a antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece (...) como o objetivo da produção parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção” (Marx, 2011, p.80)².

Marx (2011) aprofunda esse debate a respeito do que se pode nomear por uma espécie de esvaziamento do uso - como valor; por conseguinte um esvaziamento da centralidade da totalidade natureza-trabalho-materialidade social, seja como condição metabólica fundante para a transição ao valor de troca e ao valor em seus aspectos materiais, e, sobremodo, na concepção de natureza que deveria apresentar-se no corolário de um mundo que esvaziou o concreto, pondo a abstração das necessidades na mesma balança mercantil que precificou a natureza como bem/recurso, como algo meramente acessório à riqueza do capitalista. Uma soma sempre latente a entrar na composição do valor.

A empreitada de tornar a produção da riqueza a finalidade da humanidade, exigiu, recorda Mészáros (2002), a separação do valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Tal característica foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, pois as limitações das necessidades dadas não eram capazes de tolher seu desenvolvimento. “O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e, portanto, poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela” (p.606). Sob essas bases, surge e consolida-se o sistema de metabolismo social que o próprio Mészáros (2002) historicamente registra como o mais poderoso sistema extrator de sobretrabalho.

1 “A riqueza, por um lado, era um objeto materializado em objetos, em produtos materiais, de certa forma contraposta ao homem, como um sujeito. Por outro lado, na qualidade de valor, se constituía simplesmente no direito de comandar o trabalho de outras pessoas, não com propósitos de domínio, mas de prazer pessoal, etc. Em todas as suas formas, mostrava-se sob a forma de objetos, seja de coisas ou de relações por meio de coisas, que se situam fora do indivíduo e, por assim dizer acidentalmente, junto a ele” (Marx, 2011, p.80).

2 Marx aprofunda esse debate a respeito do esvaziamento do uso como condição metabólica fundante, no *Capital* e nos *Grundrisse*.

Entretanto, essa operação que separa o uso da troca e toda a cadeia de alienação - do trabalho e da natureza - constituída para garantir tal característica à sua própria forma metabólica, exigiu separar o valor de uso da própria natureza, separar a materialidade de si mesma - ao menos em aparência -, como uma operação ideológica a sustentar a reprodução capitalista.

Em sua obra *A trama da natureza*, Pimenta (2018) registra que o Século das Luzes ficou profundamente marcado pela reflexão acerca dos significados latentes da palavra “natureza”, utilizada em diferentes acepções e com os filósofos se furtando a definir seu significado. De Diderot a d’Alembert, chegando à Buffon, a natureza perpassa, desde a consideração dos corpos na perspectiva do movimento e da solidez, abstraídas suas demais propriedades (numa ideia de Natureza muito próxima à Física), às considerações enriquecidas com informações oriundas da Anatomia, Fisiologia, Mineralogia e Geologia. De um sistema de leis e regularidades orientadas pelo criador, para a existência das coisas e sucessão dos seres, alcançando a consideração de uma potência viva que a tudo envolve e anima.

O autor ainda chama a atenção para o fato de que: “(...) esses modelos são elaborados em concomitância a uma crítica (quando não à simples recusa) da ideia de uma natureza organizada em sistema segundo fins, produto da inteligência suprema” (p.9); tal crítica tem impacto profundo e ganha os domínios da teoria social com Adam Smith.

Contudo, convém ressaltar, a partir das próprias reflexões elaboradas por Pimenta (2018), que esse modelo de natureza como sistema finalístico secularizou-se, na medida em que deixa de ser produto da inteligência suprema - de Deus -, passando a ser produto de algo que emana *naturalmente* da forma e dos desígnios da vontade humana; entretanto, tal vontade não mostrava sua face no real-concreto. Na riqueza das nações, quando Adam Smith fala da divisão do trabalho, refere-se a isso como algo que não é originalmente efeito de qualquer sabedoria humana, a prevê e provê a opulência geral a que ocasiona, mas como a consequência, muito lenta e gradual, de uma certa propensão da natureza humana (a menos que a “sabedoria humana” estivesse mais próxima da concreticidade) à tendência em comerciar, barganhar e trocar uma coisa pela outra (Smith, 2017).

Pimenta (2018) interpela a concepção que fornece a base para Adam Smith transpor a ideia de máquina/sistema que se mimetiza na tradição da natureza como a coisa física e biológica a ser dominada - desde Ba-

con -, para a sua visão de mercado e de uma sociedade orientada pelo comércio.

[...] a ideia da sociedade comercial como sistema que se organiza a si mesmo é forjada por Hume em analogia com a ideia dos seres organizados como sistemas fisiológicos que se sustentam por si mesmos, têm um estado de equilíbrio ou saúde, conhecem crises e perecem. A utilização de um modelo como esses em *A riqueza das nações* foi sugerida num artigo interessante, ainda que inconclusivo, de autoria de Catherine Packham. O modelo fisiológico tem, para uma ciência moral como a economia política, o atrativo da parcimônia, por oferecer um esquema de apreensão e sistematização de fenômenos dispersos **que dispensa um princípio transcendente a eles** (grifo dos autores). É uma vantagem considerável para quem está às voltas com um fenômeno desconcertante: o equilíbrio produzido nas interações comerciais, à revelia das intenções declaradas dos agentes que tomam parte nelas (2018, p.98).

A dispensa do princípio transcendente é reificado por algo que acaba corroborando com a reflexão sobre o modelo sistêmico que Smith absorve na sua economia política, supramencionado a partir do que fora levantado por Pimenta (2018), somado a outra questão também aludida pelo autor de *A trama da natureza*, Adam Smith traz da sua *História da Astronomia*, onde surge pela primeira vez a ideia da mão invisível, como a mão invisível de Júpiter³, o princípio que substitui Deus da equação, já na *Riqueza da Nações*, sem substituir, de fato, a externalidade, reifica a regulação estranhada e alienada do valor de uso e da natureza, agora sob o controle dessa mão invisível que deixou Júpiter para aportar no mercado capitalista.

Ideologicamente, o valor de uso vê completar-se sua expulsão, pois, já expulso das mãos do trabalho, habita uma mão invisível cujo espontaneísmo o desconecta de sua base material: a natureza. A dupla expulsão do uso é a negação da totalidade que visa converter o relógio de ponto do chão da fábrica em algo traduzível pelas mesmas leis e *ethos* da gravitação universal. A mercadoria, agora, vê-se desobrigada de prestar contas sobre sua gênese.

3 Ver História da Astronomia em: SMITH, A. **Ensaio filosófico**. São Paulo: Editora Unesp, 2019 (p.187-290).

Não existiria capital sem a conversão da natureza/terra em propriedade privada (seu controle em poucas mãos). Ao olhar para os lados nos deparamos com aquele ainda imenso acúmulo de mercadorias, que Marx (2013), ao abrir as páginas do capital, sugeriu como uma cena que esboça a aparência da riqueza, ancorada nessa coleção de mercadorias acumuladas. O controle da natureza/terra se impõe como marca de nascença de todas as mercadorias, ora como a distância entre as mãos e a terra a ser cultivada (seja a distância física ou da mediação dos meios necessários para produzir); ora como a descoberta por Marx da fenda metabólica - levando em conta, inclusive, elementos da química - que Foster (2012) sinalizou quando discutiu em um artigo a ecologia da economia política de Marx.

Em um dos tópicos do texto supramencionado, *Marx e o Raubbau capitalista*, Foster (2012) relembra que, em seu primeiro ensaio político-econômico, Marx discutiu o furto de madeira e as modificações que criminalizavam um costume antigo por parte dos camponeses. A maioria dos que estavam presos na Prússia daquele período eram camponeses presos por recolher madeira morta nas florestas. A edificação da propriedade privada obstaculizou um costume antigo e habitual dos camponeses. O que estava em tela era a proteção, recorda Marx, dos direitos de propriedade dos donos da terra (e o direito habitual dos camponeses foi completamente ignorado). O capitalismo inicia-se, recorda Foster (2012), “(...) como um sistema de usurpação da natureza e da riqueza pública” (p.88). Ainda no debate sobre o furto de madeira, Marx (2017) detalha essa inversão ao domínio da propriedade e até ao que organicamente se afasta dela em decorrência do processo,

Para apropriar-se de madeira verde é preciso separá-la com violência de sua ligação orgânica. Assim como isso representa um atentado evidente contra a árvore, representa um atentado evidente contra o proprietário da árvore [...] Ademais, se a madeira cortada for furtada de um terceiro, ela é produto do proprietário. Madeira cortada já é madeira formada. A ligação natural com a propriedade foi substituída pela ligação artificial. Portanto, quem furta madeira cortada furta propriedade (p.80-81).

A regulação estatal-legal da propriedade privada, sob o comando da influência econômico-política da burguesia, já amplamente difundida em

meados do século XIX, começou modificando os hábitos em relação à posse ou acesso aos bens da natureza, que se efetivavam de maneira comunal, no exemplo da agora metamorfoseada coleta da madeira - que estava no chão - em “furto de madeira”.

Limitado o acesso, a máquina estatal foi redefinindo a maneira como a terra tomba sob a mediação da propriedade privada, que a inscreveu na mercantilização e, por conseguinte, no ato em que se mediu por um quantum determinado de dinheiro, passando assim a equivalente de um tempo de trabalho socialmente necessário, mesmo sem ser mercadoria, pois não é fruto do trabalho humano. E as mercadorias, convém recordar, carregam o duplo aspecto do uso e da troca.

Foster (2012), então, faz menção ao Paradoxo de Lauderdale, mais evidente nos tempos de Marx, e que se destina a demarcar essa contradição entre a produção capitalista e as condições naturais da produção. Lauderdale foi um dos primeiros economistas políticos clássicos e explicava que a riqueza pública consistia em valores de uso que sempre existiram em abundância, a exemplo do ar, da água; já as riquezas privadas baseavam-se em valores de troca e demandavam escassez. No âmbito dessas condições, sustentava ele contra o sistema, que a expansão da riqueza privada só podia significar e andar de mãos dadas com a destruição da riqueza pública; ao exemplificar, assevera: “se as fontes de água, que anteriormente eram livremente disponíveis, fossem monopolizadas e houvesse uma taxa nos poços, a medida de riqueza da nação seria aumentada graças ao gasto de riqueza pública” (Lauderdale apud Foster, 2012, p.88).

Sob a inversão das duas formas do valor (uso e troca), Marx enxergou o Paradoxo de Lauderdale como uma entre as principais contradições da produção capitalista, cujo inteiro padrão de desenvolvimento caracteriza-se pela destruição e desperdício da riqueza natural da sociedade (Foster, 2012). Por isso, sustentando-se no químico Liebig, Marx compreendeu que quando o capital transportava fibras, alimentos e mercadorias por longos quilômetros, significava que nutrientes como fósforo ou potássio estavam sendo retirados do solo para virar poluição nas cidades, não retornando à terra - os frutos da terra já foram capturados.

Cabe voltar a outro alerta de Marx (2013), quando ele analisa a acumulação primitiva do capital - e essa perversão da relação na forma jurídica mercantilizada que é parte dessa totalidade do processo -, ele remete ao

Direito como fonte de expropriação junto ao trabalho já expropriado, como únicos meios de enriquecimento, tendo por base a natureza, é claro.

No processo real Marx (2013), é assertivo ao expor a violência como sua base. Na economia política, mais branda, reinava o idílico. O trabalho pariu-se dessa violência, o idílico e sua forma de criar o cândido e otimista do melhor dos mundos possíveis tem a Economia Política como pai e o Direito como progenitora. Transpondo o idílico para normatizar a vida, supostamente harmoniosa nas fantasias liberais, o Direito vela a contradição e torna-se parte da ideologia, um dos braços que a habilita com efeitos práticos e a torna em parte interpretada como a maneira com que se balizam as soluções ou mediações de conflitos na sociedade; porém o Direito, por sua natureza espelhada na forma valor, abandonou a contradição e deitou-se com o consenso, sua “neutralidade” habilita a desigualdade resignada estampada nas relações de classe, e mais, a naturaliza.

Alienar a terra e diretamente os frutos da terra como propriedade foi o coroamento dessa chave aberta pela acumulação primitiva e geral do capital, de prender para além da propriedade o trabalho que dela já se apartou.

2. Auschwitz e a coroação da destrutividade do Trabalho e da Natureza

Ante o exposto, convém retomar o questionamento a respeito do segundo portão referido da modernidade capitalista, o portão de Auschwitz. E qual era a mensagem? Em alemão, “Arbeit Macht Frei”; em português: o trabalho liberta.

O trabalho realmente liberta ou, sob o sociometabolismo do capital, nos prende num espaço-tempo despótico de uma natureza tecnicizada como mero adorno para a riqueza como fim em si? O trabalho alienado-estranhado, típico dessa sociabilidade que abandonou o uso em detrimento da troca, somente liberta o máximo possível de forças da natureza a se converteram na negação de sua própria utilidade em detrimento de necessidades agora mediadas e negociadas sob os parâmetros da propriedade privada dos meios de produção, uma natureza completamente domada pelo mais-valor.

Os campos de concentração e o regime de trabalho forçado na Alemanha nazista forneceram mão de obra para grandes corporações alemãs (Krupp, BMW, Porsche, Oetker, para citar algumas), dentre as quais representadas numa reunião, articulada por Hermann Göring que, à

época, presidia o Reichstag, com o próprio Hitler, em 20 de fevereiro de 1933, e que contou com a presença de industriais, financistas, executivos e herdeiros, para ouvirem as garantias do Führer para as suas empresas e fortunas; Hitler disse nessa reunião que a empresa privada não pode ser mantida na era da democracia⁴; o CEO da Allianz, presente na ocasião, se tornaria um dos quatro ministros da economia de Hitler (Jong, 2023).

4 É interessante estabelecer um paralelo desta fala de Hitler, cujo sentido remete não à inviabilidade de manter a empresa na democracia, mas aos limites que a lucratividade do capital em crise concretamente tecia, referindo-se ao alargamento das possibilidades de expropriação do trabalho e da natureza (uso) que seriam mais eficientemente conduzidas por um regime autoritário. Parece que as marcas dessas premissas não sucumbiram quando se olha para a Espanha; esta, por seu turno, só se livra da ditadura fascista do general Franco na década de setenta do século passado, fazendo com que a sociedade espanhola convivesse mais tempo sob a imposição ideológica de tendências racistas típicas da visão de mundo oriunda das mesmas raízes que nos levaram ao holocausto. Sob essa mesma racionalidade lucrativa, a “empresa privada” La Liga (organização gestada a partir dos interesses privados e de mercado, tanto que em função do patrocínio de um banco ganha o nome de La Liga Santander), que organiza o campeonato de futebol da primeira divisão da Espanha, talvez o mais mundializado, eleito como a melhor liga (campeonato) de futebol do mundo pela Federação Internacional de História e Estatísticas do Futebol (IFFHS), admita abertamente o racismo praticado (21/05/2023) - mesmo após sucessivos casos a liga não se posiciona - em especial contra o brasileiro Vinicius Júnior (Vini Jr.) jogador de conhecida origem humilde. La Liga segue sendo das mais lucrativas e valiosas do mundo (a segunda mais valiosa segundo dados da Pluri Consultoria e divulgados em sites esportivos, perdendo apenas para a Liga Inglesa de futebol), mesmo que à revelia do seu mais famoso, valioso e lucrativo “trabalhador”, vindo dos rincões do terceiro mundo. Após repercussão mundial do caso, as autoridades espanholas tomaram algumas tímidas medidas, como a prisão de três torcedores do Valencia (esse jogo contra o Valencia foi o estopim que mostrou quão absurdo é caso) identificados a partir das filmagens; outros quatro torcedores de time rival local, o Atlético de Madri, que simularam o enforcamento de Vini Jr., pendurando um boneco negro pelo pescoço com a camisa do brasileiro e com uma mensagem de ódio onde se lia: “Madrid odia al Real”, foram presos (ver: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2023/05/23/racismo-contra-vinicius-junior-veja-medidas-tomadas-pelas-autoridades-espanholas.ghtml>). Consta também, sendo essa uma decorrência de caráter mais financeiro, aparentemente a partir do desenrolar dos fatos, a decisão de não renovar o patrocínio master de La Liga por parte do Banco Santander; todavia descobriu-se que tal decisão nada tem a ver com o caso de racismo contra o jogador brasileiro, pois tal decisão já havia sido comunicada em julho de 2022, logo o Santander nada fez que já não estivesse programado, sendo assim, desde que permaneça lucrativo, o racismo seguirá seu curso no âmbito da perversa divisão social e territorial do trabalho capitalista (a xenofobia é também parte desse quadro) (ver: <https://maquinadoesporte.com.br/futebol/decisao-do-santander-de-nao-renovar-com-laliga-nada-tem-a-ver-com-o-racismo-contra-vini-jr/>). Trabalho e natureza seguem presos em muitos outros holocaustos e campos de concentração.

A completa derrota do trabalho e da natureza, ante ao capital, parecem ter, nos campos de concentração e no holocausto nazista, uma representação emblemática, algo que soa como a coroação da destrutividade desse mundo, que, sob a possibilidade de lucratividade imanente - e iminente -, ao expulsar o uso, expulsa a humanidade dos objetos produzidos pela nossa mão não invisível.

Isso evidencia-se no hiato que Mike Davis (2002) aponta em *Holocaustos Coloniais*, onde a produção social da fome aparece muito mais despreendida de causas naturais do que se pode supor. Na Índia e na China, antes do domínio do imperialismo britânico, a fome jamais havia representado uma ameaça a todas as populações desses países concomitantemente, ora aparecia aqui e ali, isoladamente, mas não havia ganhado o status de uma fome que ameaçava a todos. Cita ainda que o império chinês possuía um sistema de abastecimento que dirimia, porventura, os desequilíbrios naturais que poderiam ameaçar a distribuição de grãos, um sistema de armazéns e transporte que fazia o alimento chegar nos mais distantes recantos do império.

Contudo, ao inserirem-se, pelas mãos das pressões imperialistas britânicas, no mercado mundial de grãos e seu processo especulativo, a fome, ao mesmo tempo que se espalhou, tornando-se uma realidade agora devidamente nacional, prendeu a alimentação dos chineses e indianos nos grãos, cujos preços de mercado eram controlados por forças estranhas tanto ao país quanto às necessidades humanas. No discurso ideológico burguês, apontou-se o El Niño como principal “culpado”.

Destarte, se nos campos de concentração a fome foi utilizada como arma de destruição e dominação pelos nazistas, essa se torna um grande motor contínuo que movimenta o capital, para a acumulação capitalista, na proporção que se torna um mecanismo para alcançar taxa crescente de mais valor, ou seja, grau efetivo de exploração de trabalho. O regime de trabalho forçado na Alemanha nazista se constituiu, na materialidade do capitalismo “civilizado”, a essência da cristalização do lucro, da materialização de tempo de trabalho não pago. O capitalista “civilizado” aprendeu com o que Karl Marx denomina do segredo da autovalorização do capital, que é resultante da disposição de quantidade de trabalho alheio não pago (mais trabalho). Natureza e trabalho são subsumidos como meios de produção ideologicamente naturalizados, como determinantes universais de progresso e de civilização.

O trabalho tem como essência ontológica o caráter de transição da relação homem/natureza/sociedade/natureza - na luta por existência. O homem é parte da natureza, objetivamente produzido e produtor de natureza. A natureza e a sociedade devem ser compreendidas em uma inter-relação dinâmica que assume substantividade diferenciadas, conforme as especificidades dos modos de produção e das particularidades das formações sociais históricas. O homem vive da natureza, e nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. A natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar em processo contínuo para não morrer. A vida física e espiritual está interconectada com a natureza, sob a mediação do trabalho; e, como mediação, o trabalho é essencialmente dependente e condicionado pela natureza.

A separação das condições objetivas naturais da interação metabólica dos humanos com a natureza é resultado do processo histórico. É a separação das condições objetivas de produção que ocasiona a mudança decisiva na maneira como os humanos se relacionam com o planeta, rompendo com a interação metabólica com a natureza, causando a ruptura do processo metabólico, da falha metabólica, a qual só se dá com a subsunção do processo de trabalho ao capital, característica do processo capitalista de produção.

A partir da separação dos trabalhadores dos meios de produção da exploração na produção de mais-valor, o trabalho, enquanto atividade produtiva, passa a mediar uma relação coisificada, portanto, alienada. O estranhamento aos objetos da sua produção se dá na separação do reconhecimento da riqueza produzida para a realização, satisfação das suas necessidades, valor de uso, a riqueza da produção. “Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros (...) O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total” (Marx, 2013, p. 122), determinado a partir da divisão social e territorial do trabalho, que ressignifica o espaço.

No sistema do capital, o caráter real da riqueza foi obliterado pela reificação fetichizada que determinou o sociometabolismo em todas as dimensões. Para o sucesso da dinâmica do capital, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, subordinando as necessidades humanas ao valor de troca, para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca (Meszáros, 2002). A relação entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva

da vida é subvertida, reduzindo o ser humano ao status desumanizado, a uma “mera” condição material de produção. O ser real do sujeito produtivo é destruído por meio da fragmentação da degradação do trabalho, sendo reconhecido apenas como consumidor de mercadorias (idem, p.2011).

a tarefa da reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza é definida de modo fetichizado como a reprodução das condições objetivadas/alienadas de produção, das quais o ser humano que sente e padece e nada mais é senão uma parte estritamente subordinada enquanto um “fator material de produção” (Mészáros, 2002, p. 611).

Quanto mais trabalho estranhado, alienado, maior o não limite do caráter mercadológico que o capitalista irá estabelecer no ciclo completo da acumulação do capital. No seu caráter sociometabólico, o capital se reproduz no movimento em crise, a fim de obter mais lucro, via compressão no ciclo do capital: produção-distribuição-circulação-consumo. É exatamente na leitura do ciclo produção/reprodução e no movimento em crise que estão os limites e não limites (contradições) do capital, cujo objetivo é atingir a superprodução e o superconsumo (via trabalho alienado, fetichizado - o consumidor). Acelera-se a apropriação privada dos meios de produção, acelera-se a expropriação do trabalho e da natureza, concentrando o uso da natureza, que garante a concentração e a centralização de riquezas - lucro.

No processo de alienação, o capital degrada o sujeito real de produção. Saito (2021), no seu livro *Ecosocialismo de Karl Marx*, salienta que a ruptura incessante entre humanos e natureza se define não apenas no entendimento da alienação (relação trabalho assalariado e capital), mas também na separação entre as condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa com a “obstrução do acesso dos humanos às condições naturais, inorgânicas, da sua interação metabólica com a natureza” (Saito, 2011, p. 89).

3. O (des)coroamento da destruição do trabalho e da natureza

A natureza constitui bem disponível e desprovido de importância para o sistema do capital, enquanto possibilidade para obter acesso ao máximo de

reservas além de suas fronteiras, transformando-a apenas em um recurso, um valor mercadológico.

Na lógica produtiva industrial, o trabalho é condição e princípio da produção do espaço no movimento de acumulação do capital. A acumulação depende e pressupõe: 1. do excedente de mão de obra - oferta de força de trabalho; 2. produção - capital constante - meios de produção e infraestrutura; e da 3. existência de mercado (consumo) necessário à demanda efetiva. A Produção cria o consumo e este cria a Produção, completando-se e criando-se. Produção e consumo se integram dialeticamente, garantindo o funcionamento da totalidade da produção do capital. Para encontrar possibilidades de crescimento efetivo das taxas de lucros e criar demanda efetiva é necessária a diversificação das esferas de produção; da diversificação da divisão do trabalho (especialização); da precarização do trabalho pela extração do excedente de trabalho não pago e expropriação de horas de trabalho. O trabalho vivo apropriado e absorvido pelo capital é a sua energia vital: sua força autorreprodutora, via associação do valor excedente absoluto com o relativo (maior extensão de jornada de trabalho). Sua valorização está sustentada na expropriação e na depauperização das grandes massas de produtores.

Consumir é a necessidade preme para a renovação do capital, e este só se realiza quando há a garantia da continuidade do seu ciclo de reprodução - pela reificação - na realização de mais valor. Quanto maior volume e intensidade de renovação, maiores somatórios de capital, o que significa envolvimento de recursos disponíveis do trabalho vivo e trabalho morto como condição de garantir a força motriz do crescimento.

Quanto mais a produção se estabelece no valor de troca, mais importante tornam-se as condições físicas para os custos da circulação. O capital busca superar qualquer barreira espacial ao comércio, reduzir ao mínimo o tempo gasto; o capital subordina as necessidades humanas à reprodução de valor de troca para a sua autorrealização ampliada, consumo e destruição são equivalentes funcionais no processo perverso de realização capitalista (Mészáros, 2002). O sistema do capital é “totalizador, irrecusável e irresistível” em qualquer momento, em qualquer lugar. Para saciar o seu apetite, não há limite, assumindo escalas, cada vez maiores, tornando-se cada vez mais destrutivo.

O sistema de produção de mercadorias, na busca de maior rentabilidade da acumulação de riqueza abstrata, conduz à espoliação e à degradação

das condições naturais, no seu caráter destrutivo, nas suas práticas de expropriação do trabalho, na busca crescente pelo lucro. O sistema sociometabólico destrói a si próprio por degradação, porque remete a um ritmo metabólico acelerado.

A mercantilização da natureza evidencia a destruição como unidade interna da produção e da produtividade. De acordo com Marcuse (1979), a mercantilização obscurece a própria destrutividade que se impõe enquanto crise ambiental no século XX e se antepõe às soluções advindas de mecanismos internacionais de regulação e intervenção instalados pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja a partir de instituições reguladoras nacionais, seja de um novo mercado verde global, travestido de bem comum.

O capital, objetivando superlucros, esbarra nos limites do próprio discurso da inesgotabilidade da natureza, com a possibilidade de esgotamento de certas reservas naturais. Esta possibilidade faz com que o capitalismo produza necessidades constantes de autorreprodução e expansão, dirimindo barreiras que evoluem na lógica monetária e criando formas de preservação da natureza para sua autopreservação.

Elmar Altvater (1995, p. 29) acrescenta que

O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos e, portanto, também na biosfera. Nestes termos, necessita de recursos naturais (energias e matérias-primas e também cada vez mais das fontes genéticas localizadas, sobretudo no Sul) e precisa de recipientes (locais de despejo onde os rejeitos gasosos, líquidos e sólidos possam ser absorvidos ou depositados).

O mascaramento dos limites da sua destrutividade é tecido via discursos éticos, morais direcionados a um ser abstrato, singular. Institucionalmente se instala o discurso do compromisso de assegurar as condições naturais e sociais da salvação da existência, porém, no mercado de capitais as empresas têm a necessidade de se manter competitivas e, caso uma ação ecologicamente e socialmente correta não gere resultados financeiros, esta é imediatamente cortada das políticas empresariais. As energias ditas limpas são provenientes destas economias estimuladas como ativos para novos nichos de mercado global.

No sistema do capital, a existência do mercado é necessária para a demanda efetiva de políticas de favorecimento às transnacionais. O mercado instrumentaliza o Estado, e este o instrumentaliza sob o comando das instituições financeiras internacionais, que determinam a ampliação de maiores lucros, via formas de gestão e fluxos, induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca, em que o objetivo é o lucro. Na lógica da crise do capital, não importam os limites para recompor a tendência crescente da taxa de lucros (Conceição, 2017).

Diante da crise, com as baixas taxas de juros, os Grandes Grupos transnacionais se dirigem para a periferia, para a aplicação em ativos fixos como terra, minérios, matérias primas agrícolas, água, territórios de elevada biodiversidade, investimentos em setores produtivos na produção agrícola, controle de fontes de energia renováveis (hidrelétricas e usinas de etanol).

A imposição de regras e acordos multilaterais pelos organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), normatiza o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas, sob o controle de preços oligopolistas - os países imperialistas, coloca barreiras sobre outros países para garantir a produção agrícola com preços que configuram como *dumping*, obtendo extraordinários lucros. Por outro, exigem a liberalização dos mercados dos países em desenvolvimento. Os preços médios dos produtos agrícolas, a nível internacional, já não têm mais relação com o custo médio de produção são resultados dos movimentos especulativos e do controle de oligopólio dos mercados agrícolas pelas grandes empresas. Através da imposição da propriedade privada sobre os bens da natureza, das sementes modificadas geneticamente, da água e da biodiversidade, o que temos assistido é a esterilização dos solos por excessiva quimização - salinização das terras, irrigação em grande escala com esgotamento dos aquíferos. Na lógica do mercado capitalista, a natureza é convertida em valor monetário (Fontenelle & Conceição, 2021, p.69-91).

A forma subvertida que o capital executa, ao estabelecer valor a natureza, seja através da transformação em mercadoria mediada pelo trabalho, seja na forma de ativos para a produção e expansão do sistema destroem a natureza. Sendo o capital, valor que se valoriza, ele estabelece e tipifica suas formas específicas de atuação fundadas no valor, que se concretizam na escolha da localização dos investimentos, pelos financiadores (FMI, BM).

Esses investimentos são feitos a partir dos níveis de rentabilidade de capital e nas formas de obtenção de lucro na esfera financeira mundial.

Na economia financeirizada, a natureza é apropriada em ativos de créditos na balança comercial mundial. Pelos ativos de mercado, o capital pode permitir ou impedir o uso de riquezas naturais, criar monopólios dessas riquezas, normatizando atitudes e comportamentos em relação às atividades produtivas. Os limites naturais impostos à expansão do capitalismo, à sua dinâmica compulsiva e incontrolável tendem a expandir ainda mais a separação social com o tempo e o controle da produção, além de acelerar a própria divergência da relação sociedade-natureza. Essa divergência impossibilita qualquer caminho de coexistência entre a lógica de produção capitalista e a lógica da natureza social. Esta só é possível com a destruição de ambas a partir da ruptura do seu aspecto sociometabólico.

Referências

- ALIGHIERI, D. **A divina comédia**. Trad.: Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 2009.
- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BENSÄID, D. Os tormentos da matéria (Contribuição à crítica da ecologia política). In: BENSÄID, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 [pág. 431 - 495].
- CONCEIÇÃO, A. L. Produção do Espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes, et al. (Orgs.) **Geografia e Conjuntura Brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 13-34; 38.
- DAVIS, M. **Holocaustos coloniais**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FONTENELLE, A. C. F CONCEIÇÃO, A. L. Categorias marxistas e análise do processo de valoração capitalista da natureza. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n.2, p.69-91, ago. 2021. ISSN: 2175-5604.
- FOSTER, J. B. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.28, p.87-104, 1o sem. 2012.

- JONG, D. de. **Bilionários nazistas**: a tenebrosa história das dinastias mais ricas da Alemanha. Trad. Otacílio Nunes. São Paulo: Objetiva, 2023.
- LE GOFF, J. **A bolsa e a vida**: economia e religião na Idade Média. 2º Ed. 2º reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional, 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.
- MARX, K & ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 - 1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Trad. João Maia. 7º Ed. São Paulo: Paz & Terra, 2011.
- _____. **Crítica do Programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Trad. Nélcio Schneider. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OELZE, S. Florença é o berço do Renascimento e ponto obrigatório para amantes da arte. **DW**, São Paulo (Brasil), 20 dezembro 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/floren%C3%A7a-%C3%A9-o-ber%C3%A7o-do-renascimento-e-ponto-obrigat%C3%B3rio-para-aman-tes-da-arte/a-17312243>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- PIMENTA, P. P. **A trama da natureza**: organismo e finalidade na época da ilustração. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- SAITO, K. **O Ecosocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Trad. Norberto de Paula Lima. 3º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- _____. História da Astronomia. In: SMITH, A. **Ensaios filosóficos**. São Paulo: Editora Unesp, 2019 [pág. 187 a 290].

CAPÍTULO 15

Lefebvre na floresta

Natureza, sociedade e produção do espaço em um mundo devastado

Gustavo Prieto

A acumulação originária permanente

O presente capítulo parte da hipótese de que a produção do espaço é a síntese dialética, desigual e contraditória da ruptura metabólica sociedade-natureza. As relações socioespaciais críticas com a natureza são constitutivas do processo de produção social do espaço (como concretização societária) e sua apropriação privada (submetida à existência da propriedade privada da natureza, da terra, da riqueza e do solo urbano), na qual o valor de troca do espaço subsume o valor de uso. A propriedade privada é, neste sentido, uma mediação necessária para a compreensão da *dimensão espacial da reprodução capitalista*, dado que sua forma moderna é condição da (re)produção tendencialmente universalizada das relações capitalistas fundamentadas na acumulação originária permanente. Para desenvolver tal hipótese, argumentamos em torno da tríade natureza-sociedade-produção do espaço.

Marx analisou os fundamentos do capitalismo a partir da noção de acumulação originária¹. De acordo com a exposição de Marx n' *O capital*, a

1 Escolhemos, neste capítulo, utilizar a noção de acumulação originária do capital em detrimento daquela de acumulação primitiva do capital, mais próxima à tradução realizada pela edição em língua espanhola de *O capital*. A decisão não se realiza apenas por uma

expropriação violenta dos camponeses pelos cercamentos [*enclosures*], o tráfico de escravizados e a pilhagem brutal da natureza das colônias explicam a formação do capital, ou seja, é necessária a compreensão das múltiplas escalas de produção do mundo e dos diferentes níveis de análise para o entendimento da totalidade engendrada no modo capitalista de produção que se estabelece tendencialmente, homogeneizando relações sociais, fragmentando o espaço e hierarquizando lugares.

O entesouramento acumulado na Europa, especialmente na Inglaterra, via colonização do Novo Mundo e escravização em África, está articulado à expropriação do campesinato na Inglaterra e nas ilhas britânicas, e à Revolução Industrial, não sendo possível entender tais processos desarticuladamente. Marx considera que os recursos diretamente apesados fora da Europa Ocidental por variadas formas extrativistas de pilhagem e saque, escravização e genocídio refluíam à metrópole e transformavam-se em capital. A exploração e a constituição de uma ordem objetiva de dependência do mercado são fundamentais para a reprodução das relações capitalistas de produção. Além disso, a devastação da natureza e a desapropriação fundiária mediadas pelo uso de coerção extraeconômica são essenciais para expropriar bens e riquezas (e também corpos e lugares) não relacionados ao trabalho de uma classe para o benefício de outra (Federici, 2014; Guthman, 2011; Levien, 2015).

Se a terra, o trabalho e o dinheiro são formas históricas tornadas mercadorias que constituem os alicerces do capitalismo, também constituem as estruturas elementares de raça (Singh, 2016), não como existência biológica, mas como uma realidade social e histórica. Ou, em outros termos,

escolha semântica ou filológica. Parte-se da compreensão de que o termo *primitivo* remete a um processo que ocorre em determinado tempo histórico e social marcadamente no passado. Além disso, o termo *primitivo* nos parece relacionado à um processo que ocorre sobre e a partir de processos/estados sociais e mentais supostamente mais próximos de uma condição genética e natural da humanidade, ou dela sobreviventes, materializados em certa perspectiva evolucionista social e/ou de ideologia do progresso. Ao adotar a noção de acumulação *originária* do capital, buscamos compreender um processo que, na origem, porta contradições, refletindo mais densamente os fundamentos de um processo desigual e contraditório dos fundamentos de capital, ou seja, em formas/conteúdos/processos de produção e reprodução do capital. Essa opção de método é inspirada fundamentalmente nas reflexões de Rosa Luxemburgo (1985 e 2009) n' *A acumulação do capital* e na *Introdução à economia política*.

a reprodução das relações sociais capitalistas de propriedade por meio das “leis do mercado” - o que Marx denominou de lei do valor - torna a relação entre capitalismo e racismo fundamental (Post, 2022). A acumulação originária do capital envolve a incorporação constante de novas pessoas e riquezas naturais às relações sociais capitalistas operando a extensão das relações coloniais sobre o espaço e as formas sociais (Hall, 2013; Castro, 2021). O capitalismo produziu uma forma específica de “habitar colonial da Terra” (Tsing *et. al.*, 2017; Haraway, 2016; Ferdinand, 2022), que medeia acumulação, poder, escravização, expropriação, monocultura e individualismo proprietário como um projeto mundial fundamentado na produção social do espaço e na produção capitalista da natureza.

No centro da confecção deste sistema-mundo, está a formação da propriedade privada. Ou seja, trata-se do processo que reduz a natureza à terra nua (e um vasto número de pessoas em “sem terras”), posteriormente fragmentada em propriedade. Marx insiste em uma fricção da relação entre natureza e sociedade situada em seu negativo, a ruptura, na qual a instituição da propriedade privada capitalista produz a separação entre os produtores diretos e os meios de produção. Em seus escritos de juventude, Marx discutiu a partir da Europa, mais especificamente na Renânia em sua assembleia política deliberativa da província (a Dieta Renana), as proposições acerca do processo de instituição da propriedade privada e o estabelecimento de seu caráter pleno e sua natureza jurídica absoluta frente a outros direitos construídos pelo uso e pelo costume.

Marx analisou a instituição jurídica da propriedade privada capitalista e as categorias que alijam o direito costumeiro e produzem, articuladamente, um novo arcabouço jurídico (e uma outra gramática para antigas práticas) edificando, na esfera da lei, as noções de absolutização da forma capitalista de propriedade a partir da criminalização das práticas camponesas e de povos originários em sua relação com a natureza. Nesse sentido, coleta, uso, costumes e hábitos de relação dos povos com os lugares transfiguraram-se em *infrações* ambientais, *roubo* de lenha e *delitos* agrários nas *terras* camponesas e *territórios* nativos. Marx objetivava descortinar o caráter apócrifo e mistificado da produção das leis citando discursos e intervenções jurídicas e legislativas que paulatinamente instituíram, naturalizaram e normatizaram as práticas de uso comum da natureza, transformadas em propriedade privada capitalista, como atividades ilegais, criminosas e passíveis de puni-

ção na terra.

A instituição da plenitude da propriedade privada na Dieta Renana ensejava que as práticas costumeiras fossem transformadas em crimes passíveis de punição, entretanto os camponeses não percebiam suas práticas (costumes e usos da natureza) como uma infração. O que era concretamente perceptível, para eles, eram as interdições e a coerção. A lei servia para garantir o direito à propriedade privada capitalista da terra e para a negação dos direitos costumeiros dos povos das florestas. Marx (2007, p.95, sem grifo no original, tradução nossa) argumentou

Portanto, esse ponto de vista brutal, que identifica como diferentes ações apenas uma disposição comum e que abstrai toda diferenciação, não se abole em si mesmo? *Considerando indiferentemente como um roubo toda ação contra a propriedade, sem distinção, sem uma determinação mais ampla, não seria toda a propriedade privada um roubo? Eu não ofendo, conseqüentemente, seu direito à propriedade? Se você nega a distinção entre tipos essencialmente diferentes do mesmo crime, você nega assim o crime como diferente do direito e você abole com isso o direito em si mesmo, pois todo crime possui um ponto em comum com o direito.*

A relação entre práticas criminais e direito é uma reflexão dialética importante para a sustentação da argumentação marxiana na análise sobre a propriedade privada. A Dieta Renana, ao não distinguir os múltiplos usos das florestas e igualizar as formas de coleta e extração à derrubada de árvores, criminalizou todas as práticas como “delitos” e “roubos” de uma natureza privatizada. A barbárie da propriedade privada é mediada pela invenção do mundo do direito, fundamental para o mundo da mercadoria.

Ao se debruçarem sobre a Ásia, mais especificamente nas análises das formações socioespaciais da Índia e da China na década de 1850, as interpretações marxianas se movimentaram para uma perspectiva cada vez mais incisivamente anticolonialista articulando a análise dos processos de acumulação originária com a instituição da propriedade privada e a colonização. Para além de certas posições anteriores de defesa do progresso do capitalismo e de certo etnocentrismo, Marx caminhou para uma interpretação antievolucionista, rejeitando aos poucos os determinismos nas análises das sociedades não ocidentais. As guerras do Ópio e as re-

voltas dos Taiping², entre 1850 e 1864, colocaram Marx frente à barbárie nua e crua da expansão capitalista e das estratégias aniquiladoras da acumulação originária na China. Marx (1977a, p.130-131, tradução nossa) enfatizou que

Os cidadãos inofensivos e comerciantes pacíficos do Cantão foram massacrados, suas casas arrasadas pela artilharia e seus direitos de humanidade violados sob o vão pretexto de que ‘vidas e bens ingleses estão em perigo pelos atos agressivos dos chineses’! O governo britânico e o povo britânico - ao menos aqueles que se importam com a questão - sabem o quanto essas acusações são falsas e soam vazias. (...) A imprensa inglesa fica em silêncio quanto à essas violações ultrajantes cotidianas cometidas por estrangeiros que vivem na China sob proteção britânica! Nós não ouvimos nada sobre o tráfico ilícito de ópio que alimenta todos os anos o Tesouro britânico às custas da vida humana e da moral. Nós não ouvimos nada sobre a corrupção constante dos funcionários subalternos, graças aos quais o Governo chinês é defraudado de renda legítima que ele recolhe na entrada e saída de mercadorias. Nós não ouvimos nada sobre os males infligidos ‘mesmo até a morte’ aos imigrantes empregados, abusados e reduzidos à condição de escravos, vendidos e dedicados à algo pior que a escravidão na costa do Peru e em Cuba. Nós não ouvimos nada sobre a violência brutal recorrentemente exercida contra a timidez natural dos chineses, ou do vício introduzido pelos estrangeiros nas portas abertas pelo comércio.

Em seus escritos sobre a revolta indiana de 1857-1859, conhecida como Revolta dos Sipaios (soldados)³ - ou Revolta Indiana de 1857 -, um motim

2 A “Rebelião Taiping”, ocorrida entre 1850 e 1864, foi um movimento revolucionário com caráter autoritário, porém de base popular, fundamentado em ideias igualitárias taoístas, budistas e cristãs. A agenda social do movimento incluía a abolição da propriedade privada da terra - que seria distribuída para uso -, a redução de impostos e taxas e a igualdade entre os sexos. Entretanto, simultaneamente, a estrutura política do movimento era teocrática e organizada sobre uma pirâmide de relações familiares. Por volta de 1853, a Rebelião Taiping já tinha incorporado mais de um milhão de habitantes e estendia-se pelo Sul e Leste da China.

3 A Revolta dos Sipaios teve inicialmente um caráter religioso: os soldados se rebelaram quanto ao uso de cartuchos de armas de fogo, os quais eram engraxados com gordura de vaca e de porco e que deveriam ser mordidos pelos soldados. Para hindus e muçulmanos,

que desembocou em uma rebelião armada na Índia setentrional e central contra a Companhia Britânica das Índias Orientais, Marx descreveu a barbárie inglesa, apontou os horrores da guerra e constatou a produção da história e da resistência indianas (Anderson, 2015). Os sipaios eram soldados nativos do exército inglês na Índia, responsáveis pela desocupação das comunidades locais das terras e das relações orgânicas com a natureza em favor da Companhia britânica. Marx enfatizou em *A Revolta Indiana*, redigido em 4 de setembro de 1857, que

Os excessos cometidos pelos sipaios revoltados, na Índia, são verdadeiramente horríveis, medonhos, indescritíveis, como aqueles que se espera somente nas guerras de insurreição, de nacionalidades, de raças e sobretudo de religião. Em outras palavras, como aqueles que a respeitável Inglaterra tinha o costume de aplaudir quando eram perpetrados pelos vendeanos sobre *les bleus* [os franceses], pelas guerrilhas espanholas sobre os descrentes franceses, pelos sérvios sobre seus vizinhos alemães e húngaros, pelos croatas sobre os rebeldes de Viena, pela guarda móvel de Cavaignac ou pelos dezembristas de Bonaparte sobre os filhos e filhas da França proletária. Por mais infame que seja a conduta dos sipaios, ela é apenas o reflexo concentrado da conduta da Inglaterra na Índia não somente durante a época de fundação do seu Império Oriental, mas mesmo durante os dez últimos anos da sua longa dominação. Para caracterizar essa dominação, basta dizer que a tortura constituía uma instituição orgânica da sua política fiscal. Há na história humana qualquer coisa que se pareça com a retribuição, e é uma regra da retribuição histórica que seus instrumentos sejam forjados não pelas ofensas, mas pelos ofensores. Os primeiros golpes dados à monarquia francesa vinham da nobreza e não dos camponeses. A revolta indiana não foi iniciada pelos *ryots* torturados, desonrados e despojados pelos britânicos, mas pelos sipaios vestidos, alimentados, bem tratados e mimados por eles (Marx, 1977b, p.182-183).

essa ação era inaceitável. Parte importante da historiografia nacionalista indiana considera tal revolta como a primeira guerra de independência indiana, sendo causada inicialmente por uma questão religiosa, mas em seguida tomando teor libertário (Slenes; Pavan, 2012).

Marx se defrontou novamente com a tortura e com a sujeição colonial. A violência é o elemento mediador da instituição das relações sociais capitalistas que se reproduziam cotidianamente como aspecto econômico incorporado no processo de expansão imperialista⁴.

A expansão mundial da acumulação originária, realizada a ferro e fogo, arrasa parte da humanidade e da natureza, e institui a fórceps a produção de capital em caráter permanente. Assim relatou Marx (1985, p.285, sem grifos no original):

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses *processos idílicos* são momentos fundamentais da produção capitalista.

Para o processo de acumulação de capital, centralizado peremptoriamente na Europa Ocidental, o saque de riquezas naturais, o processo de escravização, o extermínio de povos indígenas nas Américas e a consolidação de um comércio escravista na África foram a gênese de “processos idílicos” da consolidação do entesouramento que iria possibilitar a produção de capital na Europa. A barbárie, em diversas escalas, é a marca desse processo em escala mundial e acompanha a totalidade das relações sociais capitalistas que se figuram na violência proprietária e no seu par dialético à expropriação/desapropriação.

O processo de titularização da propriedade privada funciona como um roubo de classe (Marx, 1985) realizado pela afirmação da lógica jurídica do individualismo fundiário. Aqueles que conseguiam se manter na terra, transformando-se em proprietários, eram impelidos a arcar com altos custos do processo de “regularização fundiária” (que no caso dos camponeses significava subsunção do uso e do costume à normatização da proprieda-

4 De acordo com Augusto, Miranda e Figueira (2015), a expansão territorial do capitalismo levou o espectro da revolução às sociedades “asiáticas”. Além disso, Marx ressaltava a contradição no interior do sistema colonial: aqueles soldados que realizavam os processos de expropriação dos indianos eram aqueles que acendiam a centelha de um processo de insurgência.

de privada). No processo de expropriação na Inglaterra, os camponeses ficaram privados de seu meio de produção (a natureza tornou-se renda da terra, matéria-prima ou reserva florestal) e da reprodução de seus costumes, ocorrendo assim a dissociação entre a sociedade e o lugar. O cercamento destituiu uma relação direta entre humanos e natureza, produzindo a corrosão das “relações consuetudinárias dos homens com os meios de produção”, em que “a terra carrega sempre outras conotações - de status, segurança e direitos - mais profundas do que o simples valor da colheita” (Thompson, 1987, p.64).

Os camponeses expropriados de suas terras, à força e brutalmente, não foram absorvidos nas cidades como força de trabalho na mesma velocidade com que foram removidos de sua base fundiária. Assim, foi criado um conjunto de leis contra a vadiagem na Inglaterra, enquadrando esses trabalhadores livres por meio de leis grotescas ordenando e disciplinando os corpos e os costumes aos novos hábitos urbanos e modos de viver na cidade (Federici, 2014). Em termos marxianos, esse processo sanguíneo se deu “por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (Marx, 1985, p.277).

Luxemburgo argumenta que o capitalismo emprega a violência como arma permanente (1985, p.369). Como redistribuição coerciva, a formação da propriedade privada e a expropriação da natureza e da terra são processos políticos contingentes cujo resultado é determinado pela luta de classes e não apenas pelos circuitos do capital (Levien, 2015). Assim, os detentores dos meios de coerção redistribuem, de forma incisiva, as riquezas tornadas ativos de uma classe para outra, condição para sua expansão contínua operando sua dependência essencial do poder estatal. O Estado cumpre um papel primordial na formação da propriedade privada e nos regimes de expropriação e é agente central, em articulação com classes e frações de classe, para a reprodução da devastação ambiental e de um capitalismo movido à ampla destruição colonial-imperial de corpos racializados, feminizados e da natureza.

Malm (2016), ao criticar a noção de Antropoceno, enfatiza que estamos não na Época Geológica da Humanidade, mas do Capital (Capitaloceno), em que a economia fóssil corresponde diretamente ao modo de produção capitalista em escala mundial. A realidade ecológica que nos atravessa é o mundo fundado pelo Capital-à-vapor, em que um punhado de capitalistas de um pequeno canto do pedaço ocidental investiu em um mundo ancora-

do na economia fóssil. Em nenhum momento parte expressiva da humanidade exerceu qualquer tipo de autoridade compartilhada sobre seu próprio destino e o do sistema terrestre, que se fundamentou na brutal transformação da natureza e da própria sociedade - e suas obras e produtos - em uma coleção alienada de mercadorias, títulos, propriedades e ações.

Ruptura metabólica

Marx define a mercadoria como a forma social específica de que se reveste o produto do trabalho, quando não serve ao consumo do produtor em si e, fundamentalmente, quando já é produzida para o mercado (Grespan, 2019). A mercadoria, como explica Marx n'*O Capital*, porta dois atributos: valor de uso e valor de troca. Marx usa a teoria do valor para explicar a origem do valor de troca no âmbito do modo capitalista de produção (Löwy, 2005). A troca só é possível porque há um aspecto comum na coleção monstruosa de mercadorias da sociedade capitalista: o trabalho humano abstrato. Para além do trabalho concreto, como dispêndio fisiológico, sangue, suor e lágrimas da força de trabalho, há energias físicas e intelectuais para um determinado fim, aquelas necessárias e socialmente determinadas para a produção de mercadorias e valorização do capital (Antunes, 2010). A sociedade é reduzida no capitalismo ora a um agrupamento demográfico, ora à capacidade social de produção de mercadorias e é destituída de suas relações orgânicas com o lugar. Esta é a passagem da dimensão qualitativa da sociedade para a sua aferição quantitativa: um amontoado estatístico de população como mera gelatina de trabalho abstrato e medida de valor. A natureza, por outro lado, participa na formação das verdadeiras riquezas, que não são valores de troca, mas valores de uso. O valor de uso se associa aos requisitos da produção em geral e às relações básicas da sociedade com a natureza (Foster, 2000). Em *Crítica do Programa de Gotha*, Marx (2012, p.23) argumenta

O trabalho *não é a fonte* de toda a riqueza. A *natureza é a fonte* dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana.

E continua afirmando que a humanidade se relaciona com “a natureza como proprietário” (p.23-24) para a produção de meios e objetos de trabalho, isto é, o processo de dominação da natureza é fundamental para a monopolização da riqueza do conjunto de valores de uso produzidos. A natureza é subsumida no processo histórico de expansão das relações capitalistas de riqueza em recurso natural (Rodrigues, 2009) na sua formulação jurídica como propriedade privada, tornando-se simultaneamente terra, solo e subsolo, matéria-prima, mercadoria, negócio, meio de circulação e commodity.

Ademais, a natureza é reduzida à dominação do meio, à extração ilimitada de insumos e à produção de resíduos, configurando-se assim em uma natureza capitalista. Ela é tendencialmente mercantilizada por completo - ou compõe parte do estoque territorial para expansão futura -, na medida em que os valores de uso fornecidos, sejam eles madeira, minério de ferro, produção de grãos, usinas hidrelétricas, rodovias, força de trabalho de populações não ou extracapitalistas igualizados ao estágio de natureza, são arrancados para o consumo produtivo e, articuladamente, alteram a morfologia do espaço-natureza (Smith, 2006; Lefebvre, 2000). O capitalismo se fundamenta como um sistema de usurpação da natureza e dos fundos e riquezas públicos (Foster, 2000), coletivos e/ou comunais.

Marx (2004), nos *Manuscritos de Paris*, afirmava que a natureza “é o corpo inorgânico do homem” e já anunciava que a propriedade privada é o “produto” e “a consequência necessária” do trabalho estranhado. A alienação é articuladamente o estranhamento entre trabalho e trabalhador, em que o produto do trabalho, no qual os trabalhadores objetificam sua própria atividade, não aparece como seu próprio produto.

Além disso, as atividades dos produtores não pertencem a eles mesmos, mas a outras pessoas, outras classes, resultando na perda de si. Ao estranhar da humanidade, a natureza e sua própria humanização, ou seja, suas funções ativas e sua atividade vital, o trabalho estranha do humano sua dimensão constitutiva: a humanidade do humano. Produz-se, assim, a ruptura constitutiva da modernidade entre sociedade e natureza. A dimensão universal do trabalho se perde, pois suas funções são instrumentalizadas para a riqueza dos outros. O estranhamento do trabalho, da natureza, produz o estranhamento do humano pelo humano mediado pela exploração, pela extração e pela opressão em moto contínuo (Saito, 2021). Esta é a base

concreta dos processos de dominação capitalista do mundo natural (Foster, 2000; Foster; Clark, 2015). Em suma, a atividade estranhada capitalista desemboca também em um estranhamento com relação à natureza (Saito, 2021; Luedy; Van Der Laan, 2020).

Em direção complementar, Tsing *et. al.* (2017) argumenta que a *plantation* empacotou a alienação humana com alienação ecológica, na qual as plantas foram separadas das espécies associadas para uma reprodução forçada uniforme e foram simplificadas para fazer uso do trabalho humano coagido e trabalho conquistado pela escravidão. Hoje, na devastação completa da natureza, a terra arrasada se conecta com o agronegócio, com a urbanização da sociedade e com a expansão das fronteiras capitalistas. Nesse processo, ocorre a realização espacial como territorialização dos monopólios e a produção de cidades mobilizada pelo agribusiness - aquelas que têm dono - e a monopolização de territórios sujeitando camponeses, quilombolas e indígenas aos circuitos globais de valorização da terra, da natureza e dos alimentos tornados commodities.

Marx, no movimento de sua obra, interpreta a acumulação capitalista através das suas contradições sociais, ao contrário da concepção clássica liberal, baseada restritamente nas limitações naturais. A continuidade do modo de produção capitalista, orientada prioritariamente pelo sobrelucro (a maximização dos lucros), conduz tendencialmente à uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho, por um lado, e por outro, à deterioração da base de produção econômica, da fonte da riqueza, ou seja, da natureza (Petrella; Prieto, 2020). Novamente, daí decorre a centralidade da propriedade privada e do sobrelucro realizado a partir da produção do espaço.

No entanto, a produção do espaço fornece o estatuto analítico comum tanto da investigação da natureza quanto da sociedade em suas contradições e projetos, ao entendermos que a relação dialética entre sociedade e natureza se realiza criticamente na produção do espaço no capitalismo a partir de uma ruptura metabólica. A noção de produção do espaço serve para problematizar as intrincadas divisões, tramas e interações entre natureza e sociedade em um espaço mundial fragmentado pela propriedade privada. Em perspectiva dialética, tal interação, tornada ruptura, é relacional, focada em processos, fluxos e transformações mútuas de componentes ou opostos dentro de uma totalidade aberta (Engel-Di Mauro, 2022). A produ-

ção do espaço permite analisar criticamente a relação sociedade-natureza como fundamento do processo constitutivo do espaço e a subsunção, formal, mas nunca real, da natureza à sociedade em um projeto civilizatório que produziu obras e articuladamente a barbárie ecocida e o epistemicídio.

O ato radical de transformação da natureza no modo de produção capitalista converte a natureza em recurso, em uma espécie de livro contábil global (Katz, 1998) que alterou fundamentalmente seu metabolismo, sua temporalidade e sua espacialidade. Da natureza à produção do espaço há uma ruptura do intercâmbio ativo entre a humanidade, por meio do trabalho, com a totalidade da natureza. Para Foster e Clark (2020, p.174)

(...) é evidente no tratamento marxiano do metabolismo universal da natureza, do metabolismo social e da ruptura metabólica em *O capital* (e em seu Manuscrito econômico de 1861-1863). Para Marx, o processo de trabalho-e-produção era definido como o metabolismo da natureza e da sociedade. Por isso, o quadro conceitual subjacente ao pensamento de Marx era, nestes termos, uma relação triádica não-alienada: humanidade - metabolismo social - metabolismo universal da natureza. O metabolismo social, nesta concepção, era a atividade produtiva efetiva, aquela que constitui um intercâmbio ativo da humanidade, por meio do trabalho, com a totalidade da natureza (isto é, o metabolismo universal) - mesmo que, concretamente, tome formas históricas específicas e envolva processos distintos. Com a emergência das mediações de segunda ordem associadas à produção de mercadorias (a redução da terra e do trabalho ao estatuto análogo ao da mercadoria), sobrepõe-se a essa relação metabólica fundamental um triângulo de alienação da humanidade - alienação do “processo interdependente do metabolismo social” (a ruptura metabólica) - alienação do metabolismo universal da natureza (Marx, 1981, p.949). A ruptura metabólica é, portanto, coerente com aquilo que o jovem Marx (1974, p.261) chamou nos seus Comentários sobre elementos de economia política de James Mill de “mediação alienada” da “atividade genérica humana” sob o capitalismo.

Barca (2019) enfatiza que há uma predominância do imperativo do crescimento, com conseqüente aumento contínuo do metabolismo social, em que a perda de controle sobre o processo e o produto do trabalho por parte dos trabalhadores tem papel central. A alienação é o que leva a for-

mas insustentáveis de produzir e realocar o excedente. A mediação alienada reduz a natureza a mero quadro morfológico da paisagem e se transforma em terra como um ativo do capitalismo industrial e atualmente como mediação financeiro-imobiliária para a reprodução capitalista.

Para Martins (2019), a terra, na qualidade de renda territorial capitalizada, destituída de um sentido mais amplo de natureza, define suas novas funções históricas a partir do centro dinâmico do capitalismo e da reprodução ampliada do capital, funções que ela não detinha em fases pré-modernas, nas frentes de expansão residuais e em diversas cosmopolíticas ameríndias. O núcleo dinâmico da dimensão especulativa do capitalismo, em especial em países de passado-presente colonial, se nutre menos da exploração do trabalho e muito mais da grilagem de terras, da captura da natureza e do planejamento estatal para a apropriação privada das terras devolutas, ainda que já possuídas por posseiros, pequenos extrativistas e agricultores de trabalho familiar.

O espaço, separado do processo de humanização do humano, torna-se não apenas meio de vida, mas condição de produção e reprodução capitalista, tendo em vista sua transformação em mercadoria, negócio e propriedade privada. O espaço é central nos circuitos de valorização do valor e na renda da terra quando alterado seu caráter de uma relação de intercâmbio sociedade-natureza para o de uma relação de troca mercantil, numa orientação que descola a relação metabólica do processo de humanização do humano para ligá-la ao processo de produção de mercadorias. Trocando em miúdos, a sobrevivência do capitalismo está baseada na produção de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da perspectiva crítica sob véus espessos de ilusão, ideologia da transparência e opacidade do espaço e da fantasmagoria proprietária (Petrella; Prieto, 2020). Essa força produz a propriedade privada capitalista, nega as relações constitutivas com a natureza e interdita o virtual direito à cidade.

Dimensão espacial e urbana da reprodução capitalista

As cidades engendraram o imaginário de emancipação humana e libertação completa da natureza selvagem, opressiva e mítica. Como obra e ma-

terialização do trabalho humano, as cidades apareciam como o lugar da promessa extensiva de progresso material, topos da ideologia das melhores condições de vida e a projeção virtual de uma separação completa de um tempo natural primitivo e de um espaço do atraso. Um dos conteúdos centrais deste repertório civilizacional é a ruptura sociedade-natureza e a mudança qualitativa dessa relação.

Na Escola de Chicago, figurada na obra de Robert Park, por exemplo, a cidade foi compreendida como produto da natureza humana contida nas relações vitais das pessoas e em um projeto civilizatório: a cidade é o habitat natural do homem civilizado. Por essa razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar (Park, 1967, p.26). Já na ideologia do urbanismo moderno, que encontra na obra de Le Corbusier um totem, ficam explicitadas as convergências entre a razão e a dominação racional da morfologia das cidades: “Uma cidade! É o domínio do homem sobre a natureza. É uma ação humana contra a natureza, um organismo humano de proteção e de trabalho” (Le Corbusier, 2000, p.6).

Na ditadura civil-militar brasileira, para além da premissa civilizatória e do domínio da natureza, a destruição completa da expansão das relações capitalistas amplifica a chave positiva da devastação. A propaganda estatal e a publicidade empresarial sobre a Amazônia engendraram slogans que desencantam a natureza e a sintetizam como vazio demográfico, tais como a ideologia da SUDAM: “Chega de lendas, vamos faturar! A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro. (...) Há um tesouro a sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil” ou da Volkswagen: “A Volkswagen planta uma ideia para os empresários que gostam do Brasil. (...) A ocupação de grandes vazios do território brasileiro é hoje o empreendimento mais fascinante e promissor de todo o mundo”. Trabalho análogo à escravidão e ampla drenagem de fundos públicos para a captura empresarial, no primeiro e no segundo caso, reproduziram, a partir da ruptura metabólica sociedade-natureza, um projeto colonial de reprodução de classe.

Para Adorno e Horkheimer, a natureza possui um duplo caráter: uma dimensão concreta, substrato sobre o qual se desenrola a história da humanidade, e mundo natural ainda não transformado pelo trabalho e mediado pelo mito e pela dominação.

Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob o seu influxo, levado pela mesma dominação (Adorno; Horkheimer; 1985, p.38).

Henri Lefebvre vai mais além. Ele argumenta que a humanidade criou, a partir de sua produção, um novo domínio emergente, relativamente independente da natureza, operando por conta própria leis sociais que não eram redutíveis à *physis* ou primeira natureza. A natureza, neste sentido de espaço primordial e logicamente “externa” à sociedade - sem nunca atingir o nível de separação absoluta -, torna-se “natureza humana” ao ser apropriada e transformada em segunda natureza através da produção no e do espaço (LEFEBVRE, 2000; 2020). Embora essa “primeira natureza” retroceda diante das forças vorazes e articuladas da tecnologia e da abstração (Lefebvre *et. al.*, 1987 [1983]), nunca desaparece, nem é meramente um pano de fundo passivo (Napoletano *et. al.*, 2022). Como afirma Lefebvre, trata-se justamente do contrário: a natureza fornece a base inicial ou o fundamento do espaço social no qual “sucessivas redes estratificadas e emaranhadas que, embora sempre materiais na forma, têm uma existência além de sua materialidade” finalmente “se desdobram no espaço do planeta como um todo” (Lefebvre, 2000, p.402-404). Lefebvre retratou a natureza como algo ativo, aberto e em permanente transcendência (Foster *et. al.*, 2020; Napoletano *et. al.*, 2022).

O filósofo francês enfatiza n’A *sociologia de Marx* que a noção de necessidade social é ao mesmo tempo um ato ou atividade e uma relação complexa com a natureza, com outros seres humanos e com objetos (Lefebvre, 1968). Dialeticamente, a humanidade emerge da natureza e permanece incapaz de romper com ela. Para Carlos (2011), a produção de necessidades é uma ação de apropriação da natureza como condição e obra da ação humana ao longo do processo histórico que se estende ao espaço.

A modernidade produz, todavia, a abstração da totalidade da vida e da relação entre a sociedade e a natureza. Lefebvre (2000, p.6) enfatiza:

Impossível pensar a cidade e o urbano modernos, enquanto obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais) sem de início concebê-los como produtos. E isso num modo de produção definido, que ao mesmo tempo enfraquece, mostra suas conseqüências extremas (...) Decerto, os ecologistas já tinham advertido e opinado: território, meio ambiente, ar e água poluídos, a natureza, essa “matéria primeira”, material da Cidade, devastada sem escrúpulos.

A cidade como o *locus* das contradições capitalistas contemporâneas e a própria natureza como natureza-segunda, a nova natureza gerada pelo desenvolvimento capitalista, são contradições propriamente urbanas (Martins, 2019). Lefebvre já anunciava que a violência, o terror, a agressão permanente contra a vida, a generalização da natureza, em especial na urbanização da sociedade, mundializaram a violência e por ela engendraram o mundial. O espaço como lugar de produção, como produto e produção é, ao mesmo tempo, a arma e o signo da luta que devasta o espaço-natureza, produz a natureza segunda, outra e nova, urbanizada e capitalista:

Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida (Lefebvre, 2000, p.106).

A atividade tecnológica e a ciência não se contentam em modificar a natureza. Elas desejam dominá-la, e para a dominar tendem a destruí-la. Relembre-se que, nas terras tradicionalmente ocupadas, são reproduzidos o terror, as formas e espaços puros, funcionalizadas para o mundo da mercadoria e negociadas, expropriando indígenas, quilombolas e camponeses para as cidades, o mais valioso negócio capitalista (Prieto, 2022). A cidade produto do desenvolvimento do trabalho social sobre a base da produção de mercadoria torna-se, também ela, produto mercantil potencial em toda sua extensão (Carlos, 2011) e depósito dos despossuídos, superpopulação relativa e segregável.

O lugar é produto das relações humanas, entre sociedade e natureza, tramado por relações sociais que se realizam na vida cotidiana, o que possibilita a construção de uma rede de significados, sentidos e jogos de poder, acumulação do capital e reprodução da vida. Fundamental, entretanto, é

que a sociedade que se urbaniza é dependente da extração da natureza. O processo exploratório do modo de produção capitalista dá cada vez mais sintomas de que não pode resolver essas questões.

No modo de produção capitalista, quanto mais “o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida” (Marx, 2004, p.81). Na crise urbana em que estamos inseridos, a mais significativa inflexão entre sociedade e natureza impõe a impossibilidade do urbano para todos (Damiani, 2009; Mészáros, 2007), o que gera um estágio de antinatureza sob o mito do desenvolvimento, da ideologia do progresso e da perspectiva do crescimento desmedido. A crise ambiental como parte da zona crítica demonstra a produção capitalista da natureza como expressão concreta da ruptura metabólica em sua dimensão urbana da reprodução capitalista e a situação estruturalmente devastadora que se encontra o capitalismo, na socialização de uma urbanização antinatureza.

A nova qualidade do capital contemporâneo é a destruição destrutiva, realizada pela lógica da valorização e da reprodução ampliada. A situação permanentemente crítica do conjunto da vida social mediada pelo processo de urbanização da sociedade, pelo desemprego estrutural, pela brutal precarização do trabalho, pela destruição da natureza e pela extração ambiental permanente é vivida como privação, insegurança da existência, racismo ambiental e corpos-sujeitos aos riscos e à expropriação.

A natureza sofre uma pilhagem de suas riquezas naturais e é levada ao limite da exaustão (as crises ecológicas são a aparência desse processo), e os trabalhadores são potencialmente levados aos limites da exploração. Todavia, os limites não são estabelecidos pela natureza, nem pelos trabalhadores explorados no processo produtivo: é o capital que impõe os limites da exploração e das pilhagens, tendo como objetivo a reprodução ampliada de si mesmo, em expansão extrativa permanente.

Compreendemos, então, o urbano (a sociedade urbana) como totalidade, produto de um processo de produção num determinado tempo histórico. Esse processo é uma realidade que se generaliza, numa escala da cidade à metrópole, e como virtualidade se espalha para a sociedade inteira (Lefebvre, 2008). A cidade representa trabalho materializado, produto da divisão técnica e social, materialização da história dos homens, da realização da vida cotidiana, das fissuras do acontecer e forma de apropriação do espaço

urbano produzido. A cidade não é mero suporte de processos sociais e econômicos, mas parte decisiva da produção e reprodução do capital (Carlos, 2003) e da devastação ambiental. Estamos vivendo a radicalização da economia fóssil fundamental para a reprodução urbana e a radicalização da destruição ambiental com a mercantilização financeira do espaço-natureza e da segunda natureza. O extrativismo e a transformação de valores de uso em matérias-primas para a produção capitalista confeccionam uma nova geração de mercadorias ecológicas (Smith, 2006).

A matéria-prima da produção do espaço não é, como para os objetos particulares, um material particular; é a própria natureza, transformada em produto e destrocada (Lefebvre, 2000). Ameaçada, talvez arruinada e com certeza localizada, pois a natureza é absolutizada como estoque de mercadoria, renda e lucro. Lefebvre (2000) argumenta, inclusive, sobre a morte da natureza pela antinatureza: a abstração, os signos e imagens, o discurso, mas também o trabalho e seus produtos. A sociedade que mata a natureza talvez se suicide imediatamente. Assim, a sociedade emerge da natureza e ainda permanece incapaz de romper com ela. Arrasa a floresta e leva a humanidade devastada para um estado suicidário.

Uma revolução urbana que não subsuma a natureza ao consumo produtivo pode ser um freio de mão em tempos de Capitaloceno. O direito à cidade envolve, em primeiro e último termo, a destruição da prática socioespacial de reificação da antinatureza e a reconstrução das relações entre o metabolismo social e o metabolismo universal da natureza para que o fim da história não seja o fim da vida em sua multiplicidade, transcendência e direito à diferença.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ANDERSON, K. **Marx aux antipodes**: Nations, ethnicité et sociétés non occidentales. Paris: Syllepse, 2015.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- AUGUSTO, A.; MIRANDA, F.; CORRÊA, H. O modo de produção asiático e os povos não-históricos em Marx. **Anais...** In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2015, Vitória - ES, UFES, 2015.
- BARCA, S. The Labor(s) of Degrowth. **Capitalism Nature Socialism**, v. 30, n. 2, p. 207-216, 2019.
- CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 13, p. 179-187, 2003.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 23, p. 458-477, 2019.
- CASTRO, L. F. Terra e colonialismo: marcos de apropriação privada de terras no Brasil e na Colômbia. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 8, n. 1, p. 75-122, jan./abr. 2021.
- DAMIANI, A. Urbanização Crítica e Produção do Espaço. **Cidades**, v. 6, p. 307-339, 2009.
- ENGEL-DI MAURO, S. Biophysical questions: Relating Marxism to physical geography. **Human Geography**, v. 15, n. 1, p. 129-136, 2022.
- FEDERICI, S. **Caliban et la Sorcière**: Femmes, corps et accumulation primitive. Marselha/Genebra: Sononevero; Entremonde, 2014.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.
- FOSTER, J. B. **Marx's ecology**. Nova York: Monthly Review Press, 2000.
- FOSTER, J. B. *et al.* Henri Lefebvre's Marxian Ecological Critique: Recovering a Foundational Contribution to Environmental Sociology. **Environmental Sociology**, v. 6, n. 1, p. 31-41, 2020.
- FOSTER, J. B.; CLARK, B. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.35, p. 80-97, jul./dez. 2015.

- FOSTER, J. B.; CLARK, B. Marxismo e a dialética da ecologia. **Crítica Marxista**, n.50, p.171-191, 2020.
- GRESPLAN, J. **Marx e a crítica do Modo de Representação Capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GUTHMAN, J. Bodies and Accumulation: Revisiting Labour in the “Production of Nature”. **New Political Economy**, v. 16, n. 2, p. 233-238, 2011.
- HALL, Derek. Primitive Accumulation, Accumulation by Dispossession and the Global Land Grab. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1582-1604, 2013.
- HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom - Vulnerabilidade**, Campinas, v 3, n. 5, 2016.
- KATZ, C. Whose Nature, Whose Culture? Private Productions of Space and the Preservation of Nature. In: BRAUN, B.; CASTREE, N. (orgs.). **Re-making Reality: Nature at the Millenium**, Nova York: Routledge, 1998.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, H. *et al.* An interview with Henri Lefebvre. **Environment and Planning**, v. 5, n. 1, p. 27-38, 1987.
- LEFEBVRE, H. **The Sociology of Marx**. Nova York: Pantheon, 1968.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. **Hegel, Marx, Nietzsche**. Londres: Verso, 2020.
- LEVIEN, M. From Primitive Accumulation to Regimes of Dispossession: Six Theses on India's Land Question. **Economic & Political**, v. 50, n. 22, 2015.
- LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LUEDY, L.; VAN DER LAAN, M. Dualismo cartesiano apocalíptico ou monismo social anti-ecológico? As disputas entre a escola da ruptura metabólica e a ecologia mundo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 50, p. 151-170, 2020.
- LUXEMBURGO, R. **Introduction à l'économie politique - Œuvres complètes**. Tome I. Marseille/Toulouse : Agone/Smolny, 2009.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MALM, A. **Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming**, Nova York: Verso, 2016.

- MARTINS, J. de S. A reinvenção da cidade na selva. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 11-33, 2019.
- MARX, K. Débats sur la loi relative au vol de bois. In: BENZAÏD, D. **Les dépossédés: Karl Marx, les voleurs de bois et le droit des pauvres**. Paris: La Fabrique, 2007.
- MARX, K. Les atrocités anglaises en Chine. MARX, K.; ENGELS, F. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions du Progrès, 1977a, p. 92-99.
- MARX, K. La révolte indienne. MARX, K.; ENGELS, M. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions du Progrès, 1977b, p. 92-99.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **O capital**. [1867/1890; 1885; 1894]. Col. Os Economistas - São Paulo: Nova Cultural, 1985. Tomos: I, II, III, IV e V.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2007,
- NAPOLETANO, B. *et al.* La concepción de Henri Lefebvre de naturaleza-sociedad en el proyecto revolucionario de la autogestión. **Kamchatka - Revista de análisis cultural**, Valencia, v. 20, p. 115-145, 2022.
- PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, G. (org.). **O fenômeno urbano**, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- PETRELLA, G.; PRIETO, G. Os fantasmas se divertem: propriedade privada, expropriação e interdição ao direito à cidade. **Revista Direito e Práxis**, v. V. 11, p. 562-590, 2020.
- PRIETO, G. A floresta social: ontologias ameríndias, fim da história e virada espacial. **LANDA**, v. 10, p. 167-194, 2022.
- POST, C. Marxismo e opressão racial: por uma teoria unificada. **Revista Marx e o Marxismo**, v.10, n.19, p. 15-37, jul/dez 2022.
- RODRIGUES, A. M. Abordagem ambiental: questões para reflexão. **Geotextos**, Salvador, v. 5, p. 1-20, 2009.
- SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SLENES, R.; PAVAN, P. **A Revolta dos Cipaio e o colonialismo britânico na Índia**. Campinas: Unicamp, 2012.
- SMITH, N. Nature as Accumulation Strategy? In: PANITCH, L.; LEYS, C. (orgs.). **Socialist Register 2007: Coming to Terms with Nature**. Londres: Merlin Press, 2006.

SINGH, N. P. On Race, Violence, and “So-Called Primitive Accumulation”.

Social Text, p. 27-50, 2016.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

TSING, A. *et al.* (orgs.). **Arts of living on a damaged planet: Ghosts and Monsters of the Anthropocene**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

Teorizando a China contemporânea

Divergências entre David Harvey e Giovanni Arrighi na abertura do século XXI

Raimundo Jucier Sousa de Assis

Um conjunto de artigos, coletâneas e livros tem sido publicado no Brasil, nas primeiras duas décadas do século XXI, aquecendo uma arena intelectual central sobre as interpretações divergentes em relação à ascensão da China contemporânea. A respeito desse assunto, diversas abordagens têm despertado, como expressa Ricardo Musse, “não apenas sentimentos contraditórios, mas também muitas indagações” sobre a China como nova potência industrial, comercial, militar e financeira¹. Destaca-se, nesse contexto, o estudo de autores como: José Luís Fiori e seu entendimento do poder do Estado e da economia chinesa no interior da teoria do sistema interestatal capitalista²; Elias Jabour e Alberto Gabriele, na defesa da China como uma nova formação econômico-social que denomina de “socialismo de mercado”³; Maurílio Lima Botelho e Marcos Barreira, que pensam a ascensão chinesa associada à teoria do colapso da modernização e, assim, ao circuito deficitário do pacífico⁴, dentre outros.

Nesse sentido, este ensaio objetiva reconstruir algumas divergências sobre duas obras traduzidas no Brasil, de David Harvey⁵ e de Giovanni

1 MUSSE, Ricardo. **China contemporânea**: seis interpretações. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p.7.

2 FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

3 JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

4 BOTELHO, Maurílio Lima; BARREIRA, Marcos. “Capitalismo asiático” e crise global. **Margem Esquerda**. V. 37, São Paulo, Boitempo, set. 2021, p.59-69.

5 HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Arrighi⁶, que tratam da ascensão da China contemporânea, da sua política de abertura internacional, a partir de 1978, aos primeiros anos do século XXI, contexto em que já se apontava a iminência de uma crise financeira global do capitalismo. Por um lado, buscamos remontar os argumentos de Harvey, escritos em 2005, sobre as transformações rurais e urbanas, do mundo do trabalho e da restauração do poder de classe na China como parte de um tipo específico de capitalismo que intitula como “neoliberalismo com características chinesas”⁷. Por outro, reelaboramos as respostas e as fundamentações de Arrighi, escritas em 2007, sobre a “origem e dinâmica da ascensão chinesa”, alicerçadas na fusão entre antigos arcaísmos sociais e o uso instrumental do mercado, um caminho reformador com profícuo diálogo com o passado chinês e uma indeterminação sobre seu futuro⁸.

Em suma, trata-se de duas perspectivas teóricas que se confrontam como orientadoras das interpretações de cada autor. Por um lado, Harvey estuda a abertura e as reformas no Estado chinês pelo alicerce do *duplo aspecto da acumulação de capital* - acumulação primitiva⁹ e a acumulação expandida

6 ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

7 Em termos bibliográficos, analisamos o capítulo *Neoliberalismo com “características chinesas”*, do livro citado anteriormente; bem como, o artigo *The ‘new’ imperialism: accumulation by dispossession*. **Socialist Register - The new imperial challenge**. Londres, p.63-87, 2004.

8 Dois textos aqui tornam-se centrais, primeiro, um capítulo em específico do livro supracitado de Arrighi, intitulado *Origem e dinâmica da ascensão chinesa*; segundo, o artigo *States, markets and capitalism, East and West*. Em: **Seminário Internacional REG GEN - Alternativas à Globalização**. Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.

9 “A closer look at Marx’s description of primitive accumulation reveals a wide range of processes. These include the commodification and privatization of land and the forceful expulsion of peasant populations; conversion of various forms of property rights - common, collective, state, etc. - into exclusive private property rights; suppression of rights to the commons; commodification of labour power and the suppression of alternative, indigenous, forms of production and consumption; colonial, neo-colonial and imperial processes of appropriation of assets, including natural resources; monetization of exchange and taxation, particularly of land; slave trade; and usury, the national debt and ultimately the credit system. The state, with its monopoly of violence and definitions of legality, plays a crucial role in both backing and promoting these processes and there is considerable evidence, which Marx suggests and Braudel confirms, that the transition to capitalist development was vitally contingent upon the stance of the state - broadly supportive in Britain, weakly so in France and highly negative, until very recently, in China” (Harvey, 2004, p.74).

baseada na produção industrial¹⁰, originalmente pensados por Karl Marx e outros interlocutores marxistas, como Rosa Luxemburgo, aspectos que considera como os dois eixos centrais de desenvolvimento do capitalismo nos territórios. Por outro, Arrighi examina a ascensão e dinâmica chinesa a partir do domínio político da economia de mercado inspirado nas premissas de Adam Smith, isto é, como o processo de abertura do território da China se encontra com uma economia de mercado anterior, baseada nas amplas trocas comerciais e na intensificação da exploração da força de trabalho por uma via não propriamente capitalista, subordinada ao *Estado* burocrático chinês e, assim, aos valores e tradições nacionais.¹¹

1. Neoliberalismo com características chinesas

“Em 1978, Deng Xiaoping deu os primeiros passos fundamentais para a liberalização de uma economia gerida por um governo comunista em um país que abrigava 20% da população mundial” (p.11). É dessa forma que David Harvey (2008) abre seu livro *O neoliberalismo*, posicionando Deng ao lado de outros personagens que representavam a transição para a vi-

10 Em uma longa citação de Rosa Luxemburgo, Harvey qualifica esse segundo aspecto: “One concerns the commodity market and the place where surplus value is produced - the factory, the mine, the agricultural estate. Regarded in this light accumulation is a purely economic process, with its most important phase a transaction between the capitalist and the wage labourer.... Here, in form at any rate, peace, property and equality prevail, and the keen dialectics of scientific analysis were required to reveal how the right of ownership changes in the course of accumulation into appropriation of other people’s property, how commodity exchange turns into exploitation and equality becomes class rule” (Luxemburgo apud Harvey, 2004, p.73)

11 Arrighi (2008) também se inspira duplamente em Adam Smith para tratar da origem e ascensão da China. Primeiro, acolhe a China como a possível concretização das suposições do futuro de Smith sobre o equilíbrio de poder no globo, escrita há quase dois séculos e meio, que conjecturava como os territórios e as sociedades colonizadas no sul global, que sofreram “impunemente todo tipo de injustiça”, constituiriam “uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade [de coragem e de força] entre as civilizações” (p.24). Segundo, lê a reinserção da China na economia de mercado mais próxima da “concepção smithiano de desenvolvimento com base no mercado (...), [onde] os governos usam o mercado como instrumento de domínio e, ao liberar o comércio, fazem-no aos poucos, para não perturbar a tranquilidade pública (...). A maioria das características do retorno da China à economia de mercado cabe nessa concepção de desenvolvimento com base no mercado, mais que na concepção de Marx de desenvolvimento capitalista” (p.364).

rada neoliberal, entre 1978-1980, como Paul Volcker, presidente do Banco Central dos Estados Unidos (1979), Margareth Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha (1979) e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos (1980). A transição neoliberal, marcada pela transferência do bem-estar humano para as “liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizadas por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (p.12), para Harvey, insere o Estado chinês como um dos epicentros dessas novas práticas político-econômicas.

Entre as novas ações do Estado neoliberal, assinala Harvey:

tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir os direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado do mercado. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário, pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas (Harvey, 2008, p.12).

“Deng viu a riqueza e a influência do Japão, de Taiwan, de Hong Kong, de Cingapura e da Coreia do Sul em ascensão e procurou mobilizar o *socialismo de mercado* em vez do planejamento central para proteger e promover o interesse do Estado chinês” (Harvey, 2008, p.12). Referindo-se ao programa das *quatro modernizações* de Deng Xiaoping para a agricultura, a indústria, a educação e a ciência e a defesa nacional, Harvey (2008) aponta que a abertura chinesa para as forças do mercado drenou o excedente de capital tanto da Ásia, nos casos de Hong Kong, Taiwan, Japão, como do ocidente, sobretudo, dos Estados Unidos após a crise de 1973, alterando internamente sua economia, colocando ao lado de princípios igualitaristas as iniciativas individuais e a competição entre empresas, construindo a China contemporânea como “um tipo específico de economia de mercado que incorporou crescentemente elementos neoliberais entrelaçados com o controle centralizado autoritário” (Harvey, 2008, p.132).

Mais do que um fim em si mesmo, a abertura internacional da China, amparada na centralidade do poder político do Partido Comunista Chinês

(PCC), buscava, por um lado, reunir recursos financeiros e operacionalizar uma atualização das bases produtivas, das inovações tecnológicas, da apropriação da força de trabalho e da administração política e, por outro, recriar as capacidades da China para se defender “melhor de agressões externas e projetar seu poder externamente em sua esfera geopolítica imediata de interesse num Leste e num Sudeste asiáticos em rápido desenvolvimento” (Harvey, 2008, p.133). No entanto, busca-se refazer as barreiras possíveis para “evitar a formação de todo e qualquer bloco de poder de classe capitalista”, isto é, busca-se manter “fora das fronteiras do país o poder da propriedade por uma classe capitalista” (Harvey, 2008, p.132-134), garantindo o poder do Estado e do PCC na operacionalização da economia de mercado chinesa.

Mesmo sob uma rigorosa supervisão do PCC referente às forças do comércio e dos investimentos externos diretos (IEDs) e suas transformações internas na China, assinala Harvey (2008) que “o mercado pouco pode fazer para transformar uma economia sem uma mudança paralela nas relações de classes, na propriedade privada e em todos os arranjos institucionais que costumam estar na base de uma economia capitalista florescente” (p.132). Assim, o que a China conseguiu realizar, com essa economia de mercado supervisionada pelo Estado, foi um tipo peculiar de neoliberalismo que se afasta das “privatizações instantâneas” propostas pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e pelo Consenso de Washington dos anos de 1990, e se aproxima do caminho singular das “privatizações com características chinesas”, isto é, marcado por seletivos processos de acumulação primitiva, como a liberalização dos meios de produção - rurais, urbanos e litorâneos -, mesmo que de forma gradual.

Em termos de transformações internas neoliberalizantes, as propostas das reformas de Deng de 1978, para Harvey (2008), metamorfosearam as Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), as quais “dominavam os setores-chaves da economia”, ofereciam “segurança do emprego aos trabalhadores” e “ampla gama de benefícios sociais e aposentadorias” (p.136). Estas empresas rurais, casadas com mais “uma variedade de empresas estatais locais sob o controle de governos distritais, municipais e provinciais”, eram as peças-chaves tanto para o controle do Estado sobre a economia como para as proteções à reprodução dos camponeses por ser instituições que asseguravam empregos, concessão de crédito pelos bancos estatais, previdências,

garantia de acesso à saúde, educação e alimentação nos tradicionais espaços rurais, formas autônomas de sobrevivências ligadas aos meios de produção e instituições públicas.

Em importante passagem, Harvey resume as mudanças que foram ocorrendo nas EPEs e em outros setores estatais a partir da abertura de 1978:

criou-se uma economia de mercado mais aberta ao redor dessas empresas, mediante a dissolução das comunas agrícolas em favor de um “sistema de responsabilidade social” individualizado. Criaram-se empresas de cidades e vilas (ECVs) com os ativos que as comunas detinham, e estas se transformaram em centros de empreendimento, de práticas de mercado flexíveis e de competição aberta de mercado. Permitiu-se o surgimento de todo um setor privado, inicialmente apenas na produção de pequena escala, no comércio e nos serviços, estabelecendo-se limites (...) Por fim, o capital externo começou a entrar, capital cujos movimentos ganharam ímpeto a partir de 1990. No começo limitado a parcerias com investidores domésticos e a algumas regiões, esse capital acabou por chegar a todos os recantos do país, ainda que de modo desigual. O sistema bancário estatal expandiu-se na década de 1980 e substituiu gradualmente o Estado central como fonte de linhas de créditos às EPEs, às ECVs e ao setor privado - segmentos que não evoluíam independentemente uns dos outros. As EPEs tiraram seus primeiros recursos do setor agrário e forneceram mercado para produtos das ECVs, ou forneciam estas últimas insumos intermediários. O capital externo se integrou com o passar do tempo às ECVs e EPEs, e o setor privado progrediu muito tanto diretamente (na forma de proprietário) como indiretamente (na forma de acionistas). Quando se tornavam menos lucrativas, as EPEs recebiam dos bancos crédito a baixo custo. À medida que o setor de mercado avançava em termos de força e importância, *toda a economia rumou para uma estrutura neoliberal* (Harvey, 2008, p.136-137).

Um conjunto de consequências consideradas neoliberalizantes são registradas, assim, após 1978: i) a decomposição das comunas, no final da década de 1980, após o seu início ter sido concedido ao sistemas de responsabilidade individual; ii) os governos tomaram posse dos ativos das comunas, criando uma poupança local e experimentos da reforma com o capital estrangeiro entre 1978 e 1995; iii) após crescimento da produtividade rural,

as rendas rurais congelaram depois de 1984 frente às rendas urbanas; iv) direitos coletivos foram privatizados, como escola, assistência médica, etc.; v) deslocaram-se em massa mais de 114 milhões de migrantes rurais até 1995, muitos sem direito de residência urbana, para as cidades; vi) as ECVs se transformaram em áreas testes para a produzir bens de exportação, orientando a China para uma industrialização para exportações; vii) exploração da juventude rural nas ECVs, sobretudo mulheres, distantes de qualquer regulação, proteção e estabilidade; etc. (Harvey, 2008, p.140).

Em paralelo aos processos de acumulação primitiva, o programa político e econômico do PCC, baseado na atração de IEDs, teve como grande projeto industrial, durante a década de 1980, a criação de *Zonas Econômicas Especiais* (ZEEs), concebidas em Guangzhou - Shenzhen, Zhuai, Shantou; em Fujian - Xiamen; no Mar do Sul da China - ilha de Hainan; e, em especial, Pudong, em Xangai. A abertura de cidades e de portos litorâneos e, igualmente, dos principais Deltas (Changjiang e Zhujiang) e das Penínsulas (Xandong e Liaodong), marcou o início desse projeto de acumulação expandida de capital. Na década de 1990, a abertura de cidades de fronteiras e capitais das províncias no interior, junto à implantação de 15 “zonas livres de direitos aduaneiros, 32 zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento industrial de altas e novas tecnologias”¹², completaram a primeira configuração baseada em IEDs no território chinês.

Um conjunto de IEDs, vindos, de início, de dois terços de Hong Kong, do outro lado da fronteira no Sul da China, buscava por força de trabalho barata (ZEE de Guangzhou); e de Taiwan que, concentrados em Xangai (ZEE de Pudong), buscara emular esse milagre da multiplicação de capitais, eram de “chineses que haviam se instalado no exterior” que retornavam para esses polos costeiros implantando indústrias de baixo valor agregado, como têxteis, brinquedos e plásticos, com intensa exploração da força de trabalho¹³. “O que atraiu os capitalistas de Hong Kong foram as recém-criadas ECVs nas áreas rurais; o capital de Hong Kong forneceu o maquinário,

12 POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003, p.148.

13 “China, absorbing surpluses in the form of foreign direct investments from Japan, Korea and Taiwan, is rapidly supplanting those countries in many lines of production and export (particularly of the lower value-added and labour intensive sort, but it is quickly moving up to the higher value-added commodities as well)” (Harvey, 2004, p.68).

os insumos e o marketing, enquanto as ECVs faziam o trabalho” (Harvey, 2008, p.148). Harvey descreve que a mudança para a China, no final da década de 1990, permitia aos capitalistas de Hong Kong pagar 30 centavos de dólar por salário-hora quando se pagaria 2,75 na Coreia do Sul e 5 dólares nos Estados Unidos (Harvey, 2008, p.149).

A década de 1990 é marcada também pelos IEDs de corporações japonesas, sul-coreanas, norte-americanas, entre outras, que desenvolveram a produção de eletros e eletrônicos, na transição para o século XXI, a produção de automóveis, televisores, lavadoras, investimentos em supermercados, estradas e habitações. No entanto, para Harvey, a tônica é a mesma: superexploração da força de trabalho realizada em troca de baixos salários criam vantagens e maiores retornos para os investidores diretos e metamorfoseia a China de um país desigual e isolado internacionalmente, com baixa participação na recepção de IEDs e baseado na produção primária, em um país que, entre 1978 e início do século XXI, se configura como o grande centro da produção manufatureira, marcando, além das transformações no âmbito interno, uma nova projeção de poder econômico e político no cenário internacional¹⁴.

O comércio exterior respondia por apenas 7% do PIB da China em 1978, mas no começo dos anos 1990 disparou para 40% e desde então não saiu desse nível. A participação da China no comércio mundial quadruplicou nesse mesmo período. Por volta de 2002, mais de 40% do PIB do país vinha de investimentos externo direto (e a produção equivalia a metade). Na época, a China tornou-se o maior destino de investimento externo direto do mundo em desenvolvimento, e empresas estrangeiras estavam explorando o mercado chinês com lucro. A General Motors, que teve prejuízo com sua parceria fracassada no começo dos anos 1990, voltou ao mercado no final da década e em 2003 apresentou mais lucros em seu empreendimento na China do que suas operações em território norte-americano (Harvey, 2008, p.146).

14 “A China domina efetivamente toda a parte leste e sudeste da Ásia como *hegemon* regional com enorme influência global, e não está afastada sua iniciativa de reafirmar suas tradições imperiais na região e além dela” (Harvey, 2008, p.151).

O *boom* industrial que produzia um empilhamento de capital acompanhava também as transformações das EPEs grandes e médias em “empresas por ações”, juntamente, com sua queda na participação dos empregos na manufatura, de 40%, em 1990, para 14%, em 2002, nessas empresas, revelando o processo de “privatização/concessão” e, em sequência, da abertura das ECVs e das EPEs para a “propriedade estrangeira plena”. A abertura das ECVs, a partir de 1995, representava também um conjunto de falências do setor manufatureiro na crise de 1997-1998, desdobrando na vasta onda de desemprego e de excedentes de força de trabalho rural, sendo absorvidos pelo Estado chinês em complexos projetos de urbanização (mais de “quarenta e duas cidades passaram da marca de 1 milhão de habitantes desde 1992”) e infraestruturação do território (rodovias, metrô, trem-bala, obras portuárias, aeroportos, etc.)¹⁵.

Since 1998, the Chinese have kept their economy growing and sought to absorb their labour surpluses (and curb the threat of social unrest) by debt-financed investment in huge mega-projects that dwarf the already huge Three Gorges Dam (8,500 miles of new railroads, superhighways and urbanization projects, massive engineering works to divert water from the Yangtze to Yellow Rivers, new airports, etc.) (Harvey, 2004, p.65).

Dito de outra forma, os bancos e outras instituições financeiras vão se apropriar dessa enorme massa de trabalhadores rurais para produzir cidades planejadas, condomínios, mansões, habitações, arranha-céus, hotéis, escritórios, entre outros. Na compreensão de Harvey (2008), uma capacidade excessiva de capitais ligados à urbanização já era sinalizada desde o final da década de 1990 e dos primeiros anos do novo milênio. E, sob as paisagens das novas cidades, estradas, aeroportos, pontes, viadutos, monumentos, estavam a multiplicação dos capitais e a expansão dos bancos, uma amostra da força financeira e do sistema bancário estatal no desenvolvimento da economia de mercado da China. Entre 1993 e 2002, a explosão do núme-

15 “A rápida urbanização proporciona uma maneira de absorver os imensos exércitos de reserva de mão de obra que convergiam para as cidades vindos das regiões rurais. Donguan, cidade bem próxima do norte de Hong Kong, por exemplo, sofreu uma explosão populacional passando de uma cidadezinha a um centro urbano de 7 milhões de habitantes em 20 anos” (Harvey, 2008, p.143).

ro de agências (de 60.785 para 143.796), de empregados (de 973.355 para 1.893.957) e de depósitos (de 427,3 bilhões de yuans para 2,3 trilhões de yuans) representava como os bancos estatais cobriam as despesas e falências no âmbito das construções¹⁶.

Como a China tem “imensos excedentes de mão-de-obra, o país só pode conseguir estabilidade social e política absorvendo ou reprimindo violentamente esses excedentes” (p.152). No início do século XXI, Harvey cita a existência de algo próximo de 15.000 projeto de rodovias, somando 162.000 km, sendo projetado esse conjunto de obras para modernizar a China e absorver esse excedente de força de trabalho. O excesso de construções, como antecipava Harvey, anunciava um perigo futuro referente a uma “grave crise de sobreacumulação de capital fixo”, isto é, cidades fantasmas, infraestruturas sem usos, trens sem usos, excesso de imóveis e habitações fechadas, etc. E mesmo que o Estado chinês apontasse que vinha regulando os controles de capital e da taxa de câmbio, sua dependência das exportações para o ocidente, sobretudo os Estados Unidos, poderia ser interrompida com os prenúncios que rondavam de uma grande crise financeira global.

No entanto, algumas dessas urbanizações e infraestruturação serviram para a China concentrar seus investimentos de modernização da educação e da ciência vinculadas ao desenvolvimento chinês e, nesse sentido, atrair as corporações estrangeiras que tivessem interesse em transferir tecnologia e suas atividades de pesquisas, como fora feito pela Microsoft, Oracle, Motorola, Siemens, IBM, BP, General Motors, entre outras.

Durante a década de 1990, a China começou a subir a escada do valor adicionado da produção e a competir com a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan, a Malásia e Cingapura em esferas com produtos eletrônicos e máquinas operatrizes (...) No início o influxo vinha principalmente de Taiwan, acredita-se que [em 2003] 1 milhão de empreendedores e engenheiros taiwaneses vivem e trabalham na China (...) O influxo sul-coreano também tem sido vigoroso. Em setembro de 2003, por exemplo, a Samsung Eletronics anunciou a transferência de toda a sua produção de PCs para a China, tendo investido

16 “Em 2003, por exemplo, a China anunciou uma complexa transferência de 45 bilhões de suas reservas de divisas a dois grandes bancos estatais, na ‘terceira operação de resgate do sistema bancário em menos de seis anos’” (Harvey, 2008, p.145).

no país 2,5 bilhões de dólares, ‘criando dez subsidiárias de vendas e 26 unidades de produção, empregando um total de 42 mil pessoas’. A transferência da produção japonesa para a China contribuiu para o declínio do emprego da manufatura japonesa de 15,7 milhões em 1992 para 13,1 milhões em 2001. E as empresas japonesas também começaram a sair da Malásia, da Tailândia e outros lugares a fim de ir para a China (HARVEY, 2008, p. 150).

Os excedentes de capital domésticos sob o domínio do PCC e das dezenas de empresas estatais, após mais dos primeiros vinte anos de transferências tecnológicas e exploração da força de trabalho a baixos custos, também permitiram ampliar indústrias chinesas de alto valor agregado, consolidando empresas da China com essa natureza. Estas empresas estatais e com financiamento estatal de cientistas chinesas, como a *Lenovo*, por exemplo, moveram-se de montadoras e distribuidoras para produtoras de computadores, passando a rivalizar com as corporações internacionais, na última década do século XX, pelo mercado interno e, na primeira década do novo milênio, no mercado mundial. A *Lenovo* “se acha agora [2005] engajada em implacável competição com grandes fabricantes da área e assumiu recentemente a linha de computadores pessoais da IBM [International Business Machines] a fim de obter melhor acesso ao mercado global” (Harvey, 2008, p.157).

Em outra passagem, Harvey (2008) assinala os investimentos na Huawei, corporação chinesa projetada no setor de equipamentos de comunicação:

Há um setor chinês de alta tecnologia que hoje decolou em algumas regiões. Em Shenzhen, por exemplo, ‘com dezenas de esbeltos prédios de concreto e vidro que não estariam deslocados do Vale do Silício, o *campus* em expansão abriga muitos dos 10 mil engenheiros que trabalham para transformar a Huawei na primeira corporação internacional da China no negócio de equipamentos de comunicação’. A partir do final da década de 1990, a Huawei investiu pesado no estabelecimento de circuitos de vendas na Ásia, no Oriente Médio e na Rússia; ela vende hoje produtos em quarenta países, muitas vezes a preços três vezes menores do que os das rivais (Harvey, 2008, p.146).

Diferente de uma leitura da modernização da China realizada sob interesses nacionais, Harvey (2008) elabora uma contundente crítica à desi-

gualdade social promovida pelo projeto chinês entre a classe trabalhadora (proletários, desempregados, camponeses, migrantes, improdutivos urbanos, etc.) e um conjunto de dirigentes, gerentes e administradores membros do PCC, muitos deles enriquecidos pela apropriação dos bens comuns, bem como de representantes das corporações estrangeiras e empresários chineses, problematizando o “neoliberalismo com características chinesas” como um projeto que restaurou o poder de uma classe capitalista na China. A venda de um sedã Maybech, de 900.000 mil dólares, para um empresário chinês do ramo imobiliário, em 2004, além da China se tornar o maior mercado de Mercedes-Benz na mesma época, apresentava um país que concentrava renda em algumas famílias, sobretudo nas cidades, enquanto milhões de trabalhadores viviam na extrema pobreza.

Medidas formais de desigualdade social, como o coeficiente de Gini, confirmam que a China passou de uma das sociedades mais pobres e mais igualitárias à desigualdade crônica em apenas vinte anos. O hiato entre rendas urbanas e rurais (ossificado pelo sistema de permissão de residência) foi aumentando com bastante rapidez. Enquanto abastados residentes urbanos desfilam em BMWs, têm sorte os agricultores que comem carne uma vez por semana. Mais enfática tem sido a crescente desigualdade no interior dos setores urbano e rural. As desigualdades regionais também sofreram um aumento, com umas poucas cidades da zona litorânea sul se destacando enquanto no interior e o “cinturão da ferrugem” na região norte ou não conseguiram decolar ou afundaram quase por completo (Harvey, p.154-155).

Mesmo problematizando que “aumentos da desigualdade social constituem um indicador incerto da restauração do poder de classe” (p.156), Harvey (2008) argumenta que, entre 1978 e 2002, houve um processo maciço de proletarização na China, saltando de 120 milhões para 350 milhões de assalariados, sendo 100 milhões dos trabalhadores de empresas não estatais. Além de estarem, os trabalhadores de empresas públicas, sob a mesma legislação que os classificam como assalariados ou ameaçados de perder seus empregos frente às grandes ondas de demissões nas EPEs¹⁷, também

17 “Entre 1998 e 2002, 27 milhões de trabalhadores foram dispensados das EPEs, cujo número caiu de 262 mil para 159 mil” (Harvey, 2008, p.156).

estão incluídos entre parte dos trabalhadores que foram extintos da cobertura de bem-estar social, como a aposentadoria. “Na medida em que o neoliberalismo exige uma força de trabalho ampla, facilmente explorável e relativamente impotente, a China sem dúvida se qualifica como economia neoliberal, embora com *características chinesas*” (Harvey, 2008, p.156).

No outro “extremo da pirâmide”, a acumulação de riqueza por um punhado de famílias, da abertura até o início do século XXI, tem ocorrido sob uma combinação entre “corrupção, artifícios clandestinos e apropriação direta de direitos e ativos que foram um dia propriedade comum” (Harvey, 2008, p.156). Um “novo grupo de magnatas” chineses foi constituído com o processo de transferência das empresas para os governos locais e a reestruturação das empresas estatais como “sociedades anônimas por ações”. Agentes locais, como os gerentes, membros dos partidos e funcionários públicos, receberam parcelas importantes das ações, aumentaram seus salários em até “cem vezes”, compraram as ações de outros trabalhadores, arruinando patrimônio público e abrindo espaço para novas privatizações, sendo salvos ainda pelo Estado, o qual pagou aos bancos os créditos não quitados pelas empresas estatais.

Quando o governo se apossa de 45 bilhões de dólares ganhos à custa de trabalhadores altamente explorados e salva bancos, cobrindo seus créditos de difícil recebimento, ele pode muito bem-estar distribuindo riqueza das classes baixas para as altas em vez de corrigindo os efeitos dos investimentos ruins. Administradores inescrupulosos podem obter o controle de empresas recém-privatizadas e de seus ativos com demasiada facilidade, usando-os para seu enriquecimento pessoal (Harvey, 2008, p.157).

As consequências entre os dois extremos da pirâmide tem sido relevadora na abertura do novo milênio, de um lado, protestos de trabalhadores chineses e migrantes explorados, que recebem baixos salários ou não recebem seus salários, ameaçados de desemprego, expropriações de terras ou destituídos de pensões e aposentadorias, cobram do PCC a fidelidade contra os capitalistas estrangeiros, empresas privadas e governos locais, do outro, essas reivindicações trabalhistas e morais foram recebidas, não raramente, com repressão e unidade entre PCC e empresas públicas e privadas, aceitando a “ampla proletarização da força de trabalho chinesa”, a “impo-

sição de mensalidades e taxas de uso” para educação e saúde, “a criação de regime de trabalho flexível e a privatização que antes eram propriedade comum” (p.162). Enfim, o domínio político da lógica capitalista parece apontar frente as “grandes concentrações de riqueza nos estratos sociais mais altos” (p.162)¹⁸.

Não se pode descartar que as “massas” busquem a restauração de sua forma específica de poder de classe, porque o Partido está hoje alinhado contra elas e claramente pronto a usar seu monopólio da violência para sufocar a dissensão, expulsar os camponeses da terra, suprimir as crescentes demandas não só de democratização como de algum grau de justiça distributiva. Podemos concluir que a China tomou inequivocadamente o rumo da neoliberalização e da restauração do poder de classe, ainda que “com características peculiarmente chinesas”. Contudo, o autoritarismo, o apelo ao nacionalismo e a retomada de certas pressões de cunho imperialistas sugerem que a China pode estar caminhando, ainda que de uma direção bem distinta, para uma confluência com a maré neo-conservadora que hoje percorre com vigor os Estados Unidos (Harvey, 2008, p.163).

2. Economia de mercado na China sob os interesses nacionais

As interpretações de David Harvey, bem como de outros intelectuais tanto no ocidente como no interior da China, para Giovanni Arrighi (2008), fazem parte das análises severas que avaliavam que a China havia errado o caminho, logo, o dinheiro substituído a estabilidade comunitária, concluindo como impossível associar o enriquecimento chinês

18 Em passagem anterior, Harvey (2008) assinala: “o país conseguiu construir uma forma de economia manipulada pelo Estado que produziu um espetacular crescimento econômico (que se aproxima de uma média de 10% ao ano) e padrões de vida em ascensão para uma ponderável parcela de sua população durante mais de vinte anos. Não obstante, as reformas também levaram à degradação ambiental, à desigualdade social e no final a algo que parece desconfortavelmente semelhante a restauração do poder de classe capitalista” (Harvey, 2008, p.132).

com uma sociedade socialista. Na abertura do século XXI, dos resultados das reformas das quatro modernizações de Deng, ganhava destaque a ampliação da desigualdade social, da corrupção, dos saques de bens comuns pelos membros do PCC e da dependência da reprodução da vida cotidiana comunitária de pequenas empresas, famílias e indivíduos aos bancos estatais. “Os marxistas ocidentais se agarraram a esse tipo de acusação para descartar a idéia de que ainda existia algum tipo de socialismo na China, seja de mercado, seja de outro qualquer” (Arrighi, 2008, p.31).

Como uma resposta direta à David Harvey e aos demais intelectuais de esquerda, bem como aos promotores do Consenso de Washington, que vinham pensando o processo de abertura da China como uma “variante neoliberal”¹⁹, Arrighi (2008), encarnado em interpretações *smithianas*²⁰, concebe a origem e a ascensão da China mais próxima da manutenção do arcabouço social de uma economia de mercado não capitalista e, logo, en-

19 “Essa conclusão é comum, tanto entre intelectuais de esquerda quanto entre promotores do Consenso. Deng Xiaoping, por exemplo, aparece em destaque, ao lado de Reagan, Pinochet e Thatcher, na capa de *A Brief History of Neoliberalism*, de David Harvey, e um capítulo inteiro do livro é dedicado ao neoliberalismo ‘com características chinesas’ (...) Na outra ponta do espectro ideológico, os promotores institucionais do Consenso de Washington - o Banco Mundial, o FMI, o Tesouro dos Estados Unidos e o do Reino Unido, apoiado pela mídia formadora de opinião, como o *Financial Times* e o *Economist* - proclamaram que a redução da pobreza e da desigualdade de renda no mundo que acompanhou o crescimento da China desde 1980 pode ser atribuída ao fato de os chineses terem adotado a política que eles recebiam” (p.360).

20 A noção smithiana de desenvolvimento econômico, para Arrighi (2008, 2005), permite pensar o “ressurgimento econômico da Ásia oriental”, baseado nos amplos investimentos que expandiram a capacidade produtiva desde a Guerra Fria, “o milagre da produção”, fundido com as heranças da Revolução Industrial chinesa e todo o arcabouço social vinculado ao “milagre da distribuição” e ao desenvolvimento não capitalista anterior baseado no mercado (a absorção de mão de obra na unidade doméstica - comunitária e familiar -, uso intensivo da força de trabalho na produção, versatilidade, flexibilidade e partilha das funções gerenciais pelos trabalhadores, baixo investimento em técnicas produtivas, baixo consumo de energia, capacidade de organizar a produção e ter acesso aos meios de produção, etc.). Isto é, permite compreender como a China contemporânea aproveita de uma potência da sua história social nacional, em vez de destruí-la, sendo as concepções smithianas do “mercado como instrumento do governo; da competição e da divisão do trabalho como condições de expansão econômica que interagem mutuamente num arcabouço social estabelecido; de caminho ‘natural’ e ‘antinatural’ de desenvolvimento; e de riqueza nacional como fontes de poder nacional” (Arrighi, 2008, p.56-57) essenciais para tratar do enigma chinês.

tende que o desenvolvimento econômico atual da China pode ser desviado para uma reforma do socialismo²¹.

Desde que o princípio de acesso igual à terra continue a ser reconhecido e implementado, não é tarde demais para que a ação social na China contemporânea desvie a evolução numa direção não-capitalista (...) Portanto, apesar da disseminação das trocas de mercado na busca do lucro, a natureza do desenvolvimento da China não é necessariamente capitalista. É claro que isso não significa que o socialismo vá bem na China comunista, nem que seja esse o provável resultado da ação social. Significa apenas que, mesmo que o socialismo já tenha sido derrotado na China, o capitalismo, segundo essa definição, ainda não venceu. O resultado social do imenso esforço de modernização da China continua indeterminado (Arrighi, 2008, p.39).

A principal tese desse argumento se ampara na leitura que o processo de abertura da China para o mercado ocorre de maneira gradual e seletiva pelo PCC, sendo esta gradualidade um método de ordenamento e de regulação estatal das ações do mercado de acordo com os interesses nacionais chineses, ou seja, o mercado é utilizado “como instrumento de domínio e, ao liberar o comércio, fazem-no aos poucos, para não perturbar a tranquilidade pública” (p.364). Assim, as reformas de Deng a partir de 1978, marcadas pela entrada crescente de IEDs, mais que uma aliança radical com o ocidente contra a URSS, em plena Guerra Fria, tratava-se do “uso pragmático do mercado como um instrumento de aumento de poder nacional do PCC e internacional da RPC” (Arrighi, 2008, p.377) e, nesse sentido, uma oportunidade para a restauração chinesa do seu projeto duradouro de desenvolvimento nacional, sendo o mercado e a produção de riquezas a sinergia necessária para esse “socialismo reformado”:

21 Para Arrighi (2008), as quatro reformas de Deng Xiaoping repudiam os últimos anos caóticos da Revolução Cultural de Mao Tsé-tung, mas não os valores socialistas criados pela Revolução Chinesa. Comungando com Hui Wang, entende que esta tradição socialista freava e orientava a abertura para o mercado pelo PCC, utilizando-se dos investimentos diretos para a indústria e o comércio exterior mais para recompor as autoridades políticas e os quadros do partido, bem como para restaurar os interesses dos camponeses e dos operários que a Revolução Cultural ameaçava destruir, tudo isso bem distinto de uma transição para o capitalismo neoliberal (ver p.372-380).

eles fazem os capitalistas, e não os trabalhadores, competir entre si, de modo que o lucro seja levado ao nível mínimo tolerado. Encorajam a divisão do trabalho entre unidades de produção e comunidades, e não no interior delas, e investem em educação para contrabalançar o efeito negativo da divisão do trabalho na qualidade intelectual da população. Dão prioridade à formação do mercado interno e ao desenvolvimento agrícola como base principal da industrialização e, com o tempo, ao investimento estrangeiro e ao comércio exterior. No entanto, caso essa prioridade entre em choque com o ‘primeiro dever do soberano’ - ‘proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes’ - Smith admite que a prioridade deve ser dada à indústria e ao comércio exterior (Arrighi, 2008, p.364).

A abertura inicial para o comércio e os IEDs, sobretudo, oriundos de capitais da “diáspora chinesa” que se concentravam em outros territórios, como Hong Kong, Macau e Taiwan, para Arrighi (2008, 2005), fez parte do projeto de gradualidade, diferente da política de “portas abertas” para os poderosos agentes neoliberais, desenvolvendo uma economia de mercado que não se deslocasse tanto histórico-geograficamente das tradições chinesas quanto do projeto político do PCC do controle na inserção e no uso do mercado mundial²². Por um lado, enquanto as grandes empresas norte-americanas, europeias e japonesas estavam inseguras e investiam de forma tímida temendo as restrições para “contratar e demitir funcionários, comprar e vender mercadorias e remeter lucros para fora da China”, por outro, “os chineses ultramarinos podiam contornar a maioria dos regulamentos graças à familiaridade com o idioma, os costumes, os hábitos locais, a manipulação de vínculos comunitários e de parentesco” (Arrighi, 2008, p.358).

Além de uma lógica puramente expansionista para “multiplicar os capitais”, os laços entre o PCC e os empresários ultramarinos se casavam como uma peça dos interesses do desenvolvimento nacional chinês, sendo tanto a disponibilização de capitais para os poderosos locais chineses pelos empresários ultramarinos como o tratamento diferenciado do PCC com os chineses que retornavam para a China, um reflexo dessa subordinação do mercado ao projeto nacional:

22 “By 1990, the combined investments of US\$ 12 billion from Hong Kong and Taiwan accounted for 75 percent of the total of all foreign investment” (Arrighi, 2005, p.33).

Os empresários chineses começaram a se mudar de Hong Kong para Guangdong, quase tão depressa quanto se mudaram de Xangai para Hong Kong quarenta anos antes (e em volume maior). Em 1988, encorajado pelo sucesso, o governo chinês redobrou os esforços para conquistar a confiança e a ajuda do capital chinês ultramarino, estendendo para os habitantes de Taiwan muitos privilégios antes concedidos apenas aos moradores de Hong Kong (Arrighi, 2008, p.358).

Essa aliança política entre o PCC e os empresários chineses ultramarinos, segundo Arrighi (2008), fora essencial para a expansão da acumulação de capital no interior da China criar “ímpeto próprio” na primeira década da abertura. Os investimentos iniciais e a produção de riqueza sequente fundaram as condições materiais e as circunstâncias territoriais para atrair um conjunto de capitais excedentes dos Estados Unidos, do Japão e das corporações europeias que vislumbravam tanto aproveitar da exploração da força de trabalho barata como marcar uma posição futura entre as empresas que iriam abastecer o gigante e potente mercado interno da China. “O investimento estrangeiro direto, que totalizou apenas 20 bilhões de dólares durante toda a década de 1980, disparou para 200 bilhões em 2000 e então mais que dobrou, chegando a 450 bilhões nos três anos seguintes” (Arrighi, 2008, p.359).

“O capital estrangeiro (principalmente dos Estados Unidos) precisava mais da China do que a China precisava de capital estrangeiro” (p.359). No entanto, a gradualidade aderida pelo governo chinês permitia aproveitar da sua força de trabalho barata e da lucratividade da sua expansão material para encorpar o projeto “uma China” entre “dois sistemas”. As próprias Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs), que reunira tanto os vultuosos investimentos do governo chinês como induzia projetos de IDEs, dividida entre zonas com uso intensivo de tecnologia e outras com uso intensivo de força de trabalho²³, estava “protegida, informalmente pelo

23 “O simples tamanho da China permitiu que ela construísse três conglomerados industriais básicos, cada um com sua própria especialização: o delta do rio Pérola é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão-de-obra, em produção e em montagem de peças de reposição; o delta do rio Yang-tsé é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores; e Zhongguan Cun, em Pequim, é o Vale do Silício da China. Mais que no resto do mundo, ali o governo

idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais” (Arrighi, 2008, p.362).

Em resumo, o relativo gradualismo com que as reformas econômicas foram realizadas e a ação compensatória com a qual o governo buscou promover a sinergia entre a expansão do mercado nacional e as novas divisões sociais do trabalho mostram que a fé utópica que o credo neoliberal dedica aos benefícios das terapias de choque, aos governos minimalistas e aos mercados auto-regulados era tão estranha aos reformadores chineses quanto a Smith (p.363).

A gradualidade do processo de abertura andara distante, então, das “terapias de choque” neoliberais marcadas pelas desregulações dos territórios, dos processos amplos de privatizações das empresas estatais e as escravizações financeiras propostas pelos bancos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. As seletivas privatizações de empresas públicas na China e, assim, o declínio das ocupações da força de trabalho naquelas empresas, quando comparadas com o período entre 1949 e 1979, para Arrighi (2008), era parte dos interesses nacionais traçados pelo PCC. Assim, a principal reforma não estava nas privatizações, mas na “exposição das empresas estatais à concorrência, umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas” (Arrighi, 2008, p.362).

Essa outra característica é o estímulo ativo do governo à concorrência não só entre capitais estrangeiros, mas entre todos os capitais, sejam eles estrangeiros ou nacionais, privados ou públicos. Na verdade, as reformas deram mais ênfase à intensificação da concorrência, com o desmembramento dos monopólios nacionais e a eliminação de barreiras, do que à privatização. O resultado foi a superacumulação constante de capital e a pressão de queda da taxa de lucro que foram caracterizadas como “capitalismo selvagem chinês”, mas que se assemelham sobretudo ao *mundo smithiano* de capitalistas forçados pela competição impiedosa a trabalhar em prol do interesse nacional (Arrighi, 2008, p.365).

intervém diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática” (p.362).

No entanto, além de uma economia puramente de exportações baseadas nas ZPEs, a grande marca da interpretação de Arrighi (2008) refere-se ao duplo aspecto das reformas de Deng, em especial com os espaços rurais e com o passado espacial e social da China. Destaca como *a criação de empresas comunitárias competitivas*, entre 1978 e 1984, cumpriu um papel fundamental na ascensão econômica chinesa, sendo comparadas pelo autor com “as empresas com integração vertical e administração burocrática nas ascensão norte-americana um século atrás” (Arrighi, 2008, p.368). Essas Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) haviam sido pensadas junto aos processos de devolução das “decisões e do controle dos excedentes agrícolas” das comunas para as famílias; a elevação dos preços dos produtos da agricultura; a formação de empresas rurais para a produção não agrícola com uso intensivo de força de trabalho; as permissões para os habitantes rurais saírem das aldeias, primeiro, para buscar mercados mais distantes para seus produtos, segundo, para trabalhar em cidades vizinhas ou nas EAMs (Arrighi, 2008, p.367).

As transformações nos espaços rurais buscavam se apropriar das heranças positivas que havia das forças das comunas vinculadas à reforma agrária, ao desenvolvimento coletivo da educação, da infraestrutura no campo e dos processos de trabalho baseados no uso do trabalho intensivo na era Mao Tsé-tung. Além da reserva de terras, esses espaços reuniam as principais reservas das qualidades da força de trabalho em relação à “instrução, a disposição a aprender e a disciplina da mão-de-obra chinesa” (p.374), vistos por Arrighi (2008) como atrativos muito mais fortes da tradição chinesa e da Revolução Cultural do que apenas a leitura da “imensa reserva de mão-de-obra barata”. Como espaços produtores de alimentos e matérias-primas, com expectativa de vida adulta elevada e capacidade de autogerenciamento, as novas transformações dos espaços rurais se edificam nos valores socialistas e nas “conquistas sociais extraordinárias da época de Mao” (p.375).

A expansão das EAMs, como marca da restituição dos governos locais e estratégia para absorver a força de trabalho rural, estava na descentralização fiscal e na orientação do PCC para seus excedentes agrícolas e industriais, isto é, que os resultados crescentes da produção da riqueza deveriam ser realocados nas próprias Aldeias, a fim de ampliar a infraestrutura agrícola, modernizar a produção e absorver mais trabalhadores rurais, evitando

um processo maciço de desemprego e perda da legitimidade das reformas e do PCC. “O resultado disso foi o crescimento explosivo da força de trabalho rural envolvida em atividades não-agrícolas: de 28 milhões de pessoas em 1978 para 176 milhões em 2003” (Arrighi, 2008, p.367). Mesmo que algumas EAMs tivessem transitado da “propriedade coletiva” para algum tipo de variedade de “propriedade por ações”, no início do século XXI, empregavam “duas vezes mais trabalhadores do que todas as empresas urbanas estrangeiras, privadas e de propriedade conjunta somadas” (p.367).

As EAMs criavam renda no campo, freavam um processo descontrolado de migração para as cidades e redistribuíam os excedentes da agricultura e da indústria nos “circuitos locais e para seu uso em escolas, clínicas e outras formas de consumo coletivo” (p.369), sendo responsabilizadas como lócus de boa parte do crescimento do mercado interno, novos espaços para investimentos contínuos, empregos assalariados e estabilidade social, não permitindo a ociosidade nem dos excedentes de bens manufaturados, de dinheiro, nem da força de trabalho. O deslocamento de camponeses da terra, em maioria, não é lido como um processo amplo de expropriação ou proletarianização, mas vinculado às tradições das múltiplas funções da força de trabalho e sua ocupação em empresas coletivas. Em outras situações, “os moradores podiam ganhar a vida combinando o cultivo intenso em lotes minúsculos com o trabalho na indústria e em outras atividades não agrícolas” (Arrighi, 2008, p.369).

Uma espécie de “acumulação sem desapropriação” estava na base da ascensão da China que reunia, por um lado, uma reforma agrária, anterior ao processo de abertura, que havia destituído o poder de classe dos grandes proprietários rurais e, por outro, criava uma força de trabalho para as empresas agrícolas e não agrícolas que pertencia às aldeias rurais. O segredo estaria nessa “formação de acumulação não-ocidental”, distante do pecado original da acumulação primitiva e da separação da massa humana dos meios de produção como proclamada por Marx e os marxistas ocidentais como as bases de desenvolvimento para uma economia de mercado capitalista, em que restava apenas a venda da força de trabalho como sobrevivência. Esse fenômeno, fruto das empresas de Aldeias e Municípios, “mobilizou recursos humanos, ao invés de não-humanos, e protegeu, ao invés de destruir, a independência econômica e o bem-estar dos produtores agrícolas” (Arrighi, 2008, p.370).

Dessa forma, Arrighi (2008) lê tudo isso como “alicerce” do processo de origem e de ascensão da China contemporânea e, assim, o “sucesso das reformas econômicas” do projeto de reabertura internacional com Deng, ligado às bases da Revolução Chinesa que fora consolidada pela Revolução Cultural de Mao. Diferente do partido marxista-leninista de vanguarda urbana, Mao teorizou que “o partido de vanguarda devia não ser só professor, como também aluno das massas” (Arrighi, 2008, p.378) e, ainda mais, que os fins de qualquer ação do PCC e do mercado deveriam ser orientados para o bem-estar do povo chinês. Em um território com imensa população rural, isso perpassava em construir o campesinato como sua base social, capaz de formar um tipo de organização política de massa que tivesse como fundamento o interesse dessa própria massa rural, sendo esse o desafio para a representação e legitimidade do PCC.

Na China de Mao, em contraste gritante com a União Soviética de Stalin, buscou-se modernizar não com a destruição, mas com a elevação econômica e educacional do campesinato. Em seguida, ajuda a explicar por que, antes e depois das reformas, a modernização chinesa se baseou não apenas na internalização da Revolução Industrial ocidental, mas também na retomada de características da Revolução Industrial nativa, de base rural. Em terceiro lugar, ajuda a explicar por que sob o governo de Mao a tendência ao surgimento de uma burguesia urbana formada por autoridades e intelectuais ligados ao Estado e ao partido fora combatida com a “reeducação” em áreas rurais. Finalmente, ajuda a explicar por que as reformas de Deng foram iniciadas primeiro na agricultura e por que os novos rumos de Hu vão no sentido da expansão da assistência médica, da educação e da previdência social em áreas rurais, sob a bandeira do “novo campo socialista” (Arrighi, 2008, p.379).

Essa divisão territorial do trabalho na China, por um lado, marcada pela gradualidade dos investimentos diretos estrangeiros, pela transferência tecnológica, pela rápida urbanização e intensificação da sua infraestrutura e, por outro, por EAMs, constituídas sob o alicerce da Revolução Cultural de Mao e transformadas em empresas comunitárias estatais e privadas, apresenta duas Chinas que se integram na lógica política e cultura da acumulação de riqueza. Por exemplo, do camponês que dedica parte da sua jornada

de trabalho na terra e outra parte da sua jornada nas indústrias nas EAMs, ao mesmo tempo, das empresas estatais e corporações transnacionais que se apropriam da força de trabalho da juventude rural, barata e instruída, formada em novas escolas técnicas, sendo orientada sua utilização em massa, muitas vezes substituindo até máquinas, no chão de fábricas nas indústrias em China.

A observação de Hart de que nas EAMs o cultivo intensivo de pequenos lotes de terra se combina com o trabalho na indústria e outras formas de atividade não-agrícola e com investimento na melhoria da qualidade da mão-de-obra confirma a validade da tese. Mas o mesmo acontece com a observação frequente de que, mesmo em áreas urbanas, a principal vantagem competitiva dos produtores chineses não é o salário baixo por si só, mas o uso de técnicas que empregam mão de obra instruída e barata, em vez de máquinas e administradores caros. Um bom exemplo disso é a fábrica de automóveis Wanfeng, perto de Xangai, onde não há um único robô à vista. Como em muitas outras fábricas chinesas, as linhas de montagem são ocupadas por fileiras de rapazes recém-saídos das muitas escolas técnicas da China os quais trabalham com pouco mais do que grandes furadeiras elétricas, chaves de boca e martelos de borracha (Arrighi, 2008, p.371).

“A principal vantagem competitiva da China não é que os operários custem 5% do que custam seus colegas norte-americanos, mas que os engenheiros e os gerentes de fábrica custem 35% ou menos” (Arrighi, 2008, p.371). A força de trabalho qualificada substitui o excesso de investimentos em bens de capital, bem como em administradores caros. “Justificando a má opinião de Smith sobre a administração empresarial burocrática, a força de trabalho autogerenciada *também mantém baixo o custo administrativo*” (p.372). Um processo inverso, quando comparado com as economias ocidentais, tem ocorrido: a substituição de máquinas e administradores por mão de obra qualificada e especializada, justificando os altos gastos da China, quando comparada com os EUA, o Japão e a UE, em pesquisa e desenvolvimento (Arrighi, 2008, p.372).

Arrighi (2008) apresenta uma China que aumenta suas desigualdades de renda entre “áreas rurais e urbanas”, “entre classes, estratos sociais e províncias” (p. 380) e, ao mesmo tempo, o início de processos de “acumulação

por desapropriação” e o aumento de lutas sociais de proletários e de camponeses que chamava atenção para o afastamento e a necessidade de retorno do PCC como estudante das massas. “O desvio da terra agricultável para o desenvolvimento industrial, imobiliário e infraestrutural, a degradação do meio ambiente e a corrupção de autoridades locais do governo e do partido tornaram-se os problemas mais explosivos” (p.381). Além de apresentar a explosão das contradições sociais na China e, assim, de movimentos sociais de operários, camponeses, migrantes e desempregados, Arrighi (2008) conclui que o PCC se depara com novos problemas e cobranças sobre essa China contemporânea, bem como das exigências que muito recorrem à tradição socialista:

Esse imenso surto de agitação social em áreas urbanas e rurais impôs um desafio totalmente novo aos líderes do PCC, e obrigou-os a mudar a retórica e a linha política para buscar um desenvolvimento mais equilibrado entre as áreas rurais e as áreas urbanas, entre regiões, entre economia e sociedade, e, mais recentemente, a criar nova legislação trabalhista que visa aumentar os direitos dos trabalhadores. Se a mudança resgatará de fato a tradição socialista e redicionará o desenvolvimento num sentido mais igualitário, só podemos especular (Arrighi, 2008, p.382).

Considerações finais

Os textos de David Harvey e Giovanni Arrighi, na abertura do século XXI, abrem duas interpretações sobre a difícil tarefa que tem sido decifrar o enigma da China contemporânea. Assim, diferente do que se possa pensar, os textos apontam para divergências que ainda rondam as arenas intelectuais, sobretudo, o debate se o fenômeno chinês é um ponto de inflexão tanto para as variadas teorias do neoliberalismo, inclusive do “neoliberalismo com características chinesas”, bem como para as teorias do socialismo, sendo o processo de abertura chinesa e seus desdobramentos no mercado se distanciando das teorias ortodoxas do socialismo planificador. Harvey e Arrighi, juntamente com um conjunto de outros interlocutores, inauguram dois debates sobre a China contemporânea que, mesmo se aproximando ao

tratar do distanciamento chinês da “terapia de choque”, revelam processos de desenvolvimento do capitalismo chinês ou uma indeterminação quanto ao modo de produção que corresponde a China atual.

Para Harvey (2007), o processo de abertura da China, nascido do âmago de um país socialista antigo, constrói uma nova realidade chinesa, marcada por fortes processos de *acumulação por desapossamento* (privatização de bens comuns, expropriação da força de trabalho rural, desemprego rural, mercantilização da saúde, educação, previdência, etc.) e da *proletarização* de populações rurais, urbanas e de migrantes (por empresas públicas e privadas chinesas, corporações estrangeiras, na construção e nos serviços urbanos baseados em baixos salários). Aflora uma economia manipulada por um bloco de poder que domina o Estado e que enriquece aliado a uma nova classe capitalista em detrimento da imensa desapropriação de ativos públicos e da exploração da força de trabalho barata. Nesse sentido, ao acompanhar o Estado chinês, com seus bancos, salvando empresas em situação de risco, apresenta uma China da revolução chinesa que se decompõe, nascendo uma outra China, como uma variante neoliberal, que restaura o poder de uma classe dominante interna.

Para Arrighi (2008), as reformas de Deng foram uma forma de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado, ou seja, de utilizar os investimentos estrangeiros e a criação de riqueza para aumentar o poder nacional da China, sendo operada de forma gradual sob o controle do PCC. Essa gradualidade dizia respeito, por um lado, ao controle das ações e interferências do capital estrangeiro no território chinês pelo Estado e, ao mesmo tempo, do domínio político da economia para os interesses nacionais, afastando-se qualquer semelhança ou variação de neoliberalismo. Entre esses interesses nacionais, o autor destaca como a abertura fora realizada sob os alicerces Revolução Cultural de Mao Tsé-tung, como a reforma agrária e todo o projeto educacional e infraestrutural dos espaços rurais, sendo a reapropriação desses espaços e das populações rurais, principalmente, a partir das Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs), o principal pilar da ascensão da China contemporânea e, ao mesmo tempo, da restauração do projeto chinês que pode ser desviado para renovar um novo tipo de socialismo.

Arrighi reserva, para as notas de rodapé ou alguns parágrafos, as questões espinhosas levantadas por Harvey, como o processo de expropriação

e privatização de bens comuns das comunidades rurais por membros do PCC, ou mesmo da formação de uma classe capitalista, de chineses ou estrangeiros, marcada pela concentração da riqueza, muitos deles quadros do PCC, frente à enorme desigualdade social que se alastra com operários e camponeses. Ameniza, como parte de interesses nacionais, os processos de exploração da força de trabalho que se dão nas EAMs nos espaços rurais, na proletarianização em massa de chineses ou de migrantes que trabalham com baixos salários nas ZPEs, ou mesmo que não têm seus salários pagos, bem como da repressão que tem sido feita aos protestos que cobram do PCC as renovações dos valores da Revolução Chinesa.

Encontra-se ausente em Harvey (2007) uma elaboração sobre os interesses tradicionais chineses a partir do processo de abertura, como alguns projetos de privatização de empresas estatais, de investimentos externos diretos e atração de empresas estrangeiras, de investimentos em urbanização e infraestrutura são parte da expansão material necessária para que a China construa ímpeto próprio, isto é, domínios sobre os excedentes de capital, podendo atualizar as bases produtivas e tecnológicas para a construção de uma sociedade socialista mesmo ligada ao mercado. Harvey não consegue enxergar nesse mesmo projeto um horizonte de “prosperidade compartilhada”, bem como problematiza a legitimidade e representatividade do PCC pelos trabalhadores e migrantes perante os níveis de desigualdade, afirmando que em vez dos compromissos com os valores da Revolução Chinesa, a China parece tomar as medidas a favor da lucratividade.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. States, markets and capitalism, East and West. En: **Seminário Internacional REG GEN - Alternativas à Globalização**. Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.
- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. A perspectiva da Geopolítica do capitalismo para David Harvey. **Conexão Política**. V. 9, n. 1, p. 67 - 88, Teresina, jan./jun. 2020.
- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. China, Brasil e Piauí: nova regionalização no “cerrado piauiense” em face da dinâmica da geopolítica contemporânea (2008 - 2019), **Confins**. V. 50, São Paulo/Paris, p. 1-20, 2021.
- BOTELHO, Maurílio Lima; BARREIRA, Marcos. “Capitalismo asiático” e crise global. **Margem Esquerda**. V. 37, São Paulo, Boitempo, set. 2021, p. 59-69.
- FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. The ‘new’ imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register - The new imperial challenge**. Londres, p. 63-87, 2004.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MUSSE, Ricardo (Org). **China contemporânea**: seis interpretações. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 148.

CAPÍTULO 17

Capital, trabalho e crise na perspectiva da produção do espaço¹

Elementos para a compreensão de uma vertente de análise

César Simoni-Santos
Elisa Favaro Verdi

Seguindo a organização que orientou a exposição dessas ideias no evento Geografia e Marxismo, este capítulo está estruturado a partir de dois grandes movimentos, além desta breve introdução e da conclusão. O primeiro grande movimento envolve duas partes: a primeira, intitulada “Capital trabalho e crise na produção do espaço: uma perspectiva”, apresenta uma maneira de equacionamento da problemática a partir da tentativa de articulação entre os três termos propostos para a mesa - capital, trabalho e crise - na perspectiva da produção do espaço; a segunda, intitulada “A formulação lefebvriana”, procura alguns delineamentos para situar o trabalho de Henri Lefebvre no âmbito do debate marxista na Geografia a partir da temática da mesa e num dos aspectos a partir do qual ele se relaciona mais diretamente ao movimento apresentado na primeira parte.

O segundo grande movimento, intitulado “A recepção da tese lefebvriana no Brasil”, compreende a recepção das ideias tratadas na primeira parte ao contexto de acomodação de uma vertente dos estudos urbanos na geografia brasileira que consolidou uma interpretação própria da produção do espaço ao superar uma leitura absoluta do mesmo. Partindo de um recorte específico da Geografia produzida na USP (Universidade de São Paulo) no final da década de 1970 e início da década seguinte, analisamos a trajetória de algumas pesquisadoras que, desde então e por diferentes caminhos,

1 Este capítulo foi escrito com o apoio da *Urban Studies Foundation (International Fellowship - Grant Reference: USF-INT-220703)*.

construíram os pilares e desdobramentos de uma leitura marxista-lefebvriana do capital, do trabalho e da crise tendo como eixo estruturante a perspectiva da produção social do espaço.

1. Capital trabalho e crise na produção do espaço: uma perspectiva

A respeito do tratamento que o processo de produção do espaço recebeu no âmbito do debate marxista, duas posições, aparentemente muito próximas e não necessariamente excludentes, concorrem entre as mais ventiladas. Assim, temos hoje:

1. Tanto as vertentes do pensamento geográfico que, inspiradas na compreensão marxiana da relação homem-natureza, sobretudo amparadas nos trabalhos de juventude do próprio Marx, lidam mais numa chave de continuidade do processo de produção do espaço, afirmando sua natureza social a partir categoria trabalho;
2. Quanto aquelas que encontram a pertinência da reflexão geográfica a partir da importância que a compreensão das dinâmicas espaciais assume especialmente em nosso tempo: um tempo marcado pela crise dos processos correntes de acumulação.

Assim, por um lado, não é difícil observar o volume de trabalho impregnado, cristalizado ou materializado nas mais distintas paisagens existentes na superfície terrestre, o que esclarece o espaço e a dimensão espacial como um produto da atividade humana. Por outro, no entanto, tem se tornado parte de um consenso o fato de que, diante de momentos de exacerbação dos efeitos críticos do processo de acumulação, é a produção do espaço, como forma de canalização e orientação dessa pulsão ao trabalho, que absorve boa parte das investidas do capital. Esta última é representante de uma posição que põe ênfase na produção do espaço como uma dimensão importante diante da crise de acumulação, e que funciona, também, como um tipo de marcador, uma espécie de socioindicador da erupção do potencial crítico da economia capitalista.

Uma vez que é a segunda posição que reúne de forma mais evidente os três termos propostos no título da mesa à problemática espacial, já que o conceito de crise ou é dispensável ou não fica evidente na primeira formu-

lação, cabe-nos declarar, de saída, que será ela, então, a figurar no fundamento das considerações deste capítulo. Mesmo que se compreenda a crise não como um evento isolado, mas como um dado permanente e interno ao próprio processo de acumulação do capital, a associação das considerações do espaço no processo de reprodução social e econômica com o quadro crítico tem se revelado mais rico em termos analíticos. Isso ocorre não só porque a perspectiva de análise daí derivada se reporta mais facilmente seja aos elementos contextuais do mundo empírico, seja aos aspectos categoriais de um dos maiores aparatos teóricos conceituais de fundamentação crítica. Ela também se torna mais conveniente para gerar respostas a um problema do campo epistemológico que se define em torno da pergunta sobre por que o espaço teria sido por tanto tempo negligenciado pelo pensamento crítico e hoje tem aparecido como uma das grandes descobertas para a compreensão dos processos de reprodução social críticos. Concordando ou não com o emprego da noção, esse ponto de inflexão é o mesmo que, de alguma forma, chegou a ser capturado pela própria noção de “virada espacial” (Carlos, 2015; Soja, 2013): um movimento amplamente reconhecido por diversas perspectivas dentro e fora da Geografia.

Seguindo essa trilha, a mudança de orientação no pensamento social crítico que inclui a dimensão espacial como um dos mais importantes acessos ao desvendamento da problemática contemporânea, teria uma forte ancoragem na realidade. A virada espacial não seria, assim, um movimento da intuição somente, fruto de uma revolução epistemológica ou de um delírio acadêmico. As acomodações no mundo real sustentam a reorganização do debate que incorporou amplamente o espaço como dimensão crucial para a compreensão da vida.

Uma expressão desse caminho analítico pode ser encontrada no fato de que, desde os anos 1980, muitos trabalhos no campo da Geografia Urbana passaram a identificar o direcionamento de investimentos para o segmento imobiliário. Essa tendência se intensificou nos anos 1990 e atingiu o seu auge no século XXI. A explicação para isso está na impressionante ascensão do segmento de incorporações no conjunto dos ramos da atividade econômica (Carlos, 2001; 2004; Simoni-Santos, 2015) e no contínuo aumento de dispositivos legais e financeiros que amparam esse volume de recursos canalizados para a produção do espaço urbano (Alvarez, 2017; Botelho, 2007; Sanfelici, 2016).

Abria-se, assim, mais uma frente para a consideração do espaço no âmbito da teoria social crítica. Dessa perspectiva, o espaço não mais podia ser encarado meramente como sinônimo da localização: ela exige a passagem de uma geografia da localização para uma geografia da produção do espaço (Carlos, 2011). O espaço, dessa perspectiva, não flerta mais com o marxismo somente como ambiente de circulação (ou entrave, barreira), no movimento de sua aniquilação pelo tempo, portanto. Há na perspectiva da produção do espaço, podemos cogitar, uma inversão de rumos: vemos mais a própria aniquilação do tempo pelo espaço. Para que as distâncias sejam reduzidas é preciso a produção de um novo espaço, e essa produção foi incorporada como momento produtivo pelo capital. É isso que a perspectiva da produção do espaço deixa inscrito como contribuição do pensamento geográfico no âmbito do pensamento social crítico. A mobilização da renda da terra também não explicava mais, sozinha, o sentido e a importância da dimensão espacial para a produção e para a acumulação. A passividade do espaço na teoria social crítica estava, a partir daí, definitivamente enterrada.

A perspectiva da produção do espaço nos ensina que ele é produto e produção simultaneamente. É nessa direção que aponta a observação de Henri Lefebvre quando ele reconhece a produção do espaço como uma dimensão ligada ao chamado circuito secundário da economia. É amparado nessa concepção que David Harvey vai entender que a produção do espaço emerge como o destino de massas de capital que passam a se tornar excedentes nos circuitos primários da acumulação e da produção. Essas duas contribuições partem dos problemas, das barreiras e das dificuldades de investimento do capital em condições correntes, em suma: da crise, para encontrar o espaço como dimensão produtiva e ligada à acumulação.

Atualmente, contudo, ao mesmo tempo em que se nota uma orientação dos investimentos em direção à transformação e à reprodução do espaço social como alternativa para a absorção de capital e trabalho, como dimensão possível de reunificação dessa polaridade da reprodução social, nota-se também uma fuga desses investimentos em direção às finanças. É importante recuperar um sentido bastante preciso do que se entende por “finanças”. Chesnais (2010, p.100) emprega o termo “finança” “para designar simultaneamente as instituições especializadas na centralização do dinheiro ‘inativo’ em busca de colocação em empréstimos ou em títulos” e a capacidade de “impor às empresas as normas a serem respeitadas em matéria de

rentabilidade e, então, o grau de exploração da força de trabalho vivo que elas devem atingir”. Mas as conexões entre o mundo das finanças e o mundo do trabalho não nos autoriza a descartar a produção e captura do excedente social como dimensão crucial do processo de acumulação, mesmo frente a um processo de financeirização - ainda que, por vezes, este (o processo de acumulação) pareça se autonomizar diante do primeiro (o trabalho para a produção do excedente). É desse modo que uma poderosa convergência parece estar dando sustentação aos inúmeros e muito pertinentes trabalhos que começam a se avolumar neste século e que apostam nas aproximações entre o mundo das finanças e o mercado imobiliário.

Em 2001, o trabalho de Ana Fani Alessandri Carlos é um dos que vai abrir esse horizonte na Geografia brasileira, e, com isso, dar origem a uma série de trabalhos em nosso campo disciplinar a respeito da temática. A partir daí, a associação entre o mercado de capitais e o mercado imobiliário passa a ter papel definitivo na compreensão das grandes movimentações de valores que a produção do espaço, sobretudo metropolitano, passa a envolver. Seguramente, a contribuição do pensamento lefebvriano para o arremate dessa orientação teórica que se estrutura na Geografia uspiana, não é desprezível. Assim, a partir daqui, o argumento será partilhado em dois momentos. Primeiramente será apresentada uma muito breve tentativa de caracterização da formulação lefebvriana que dá acesso e se compatibiliza com essa perspectiva de análise. Posteriormente, uma tentativa de caracterização das condições de recepção da tese lefebvriana por parte dessa Geografia nascente em solo brasileiro deve encerrar a reflexão do capítulo.

2. A formulação lefebvriana

Como não caberia, por razões de extensão e de propósito, tentar uma caracterização mais detalhada do trabalho de Lefebvre aqui, optou-se pela apresentação rápida de um movimento presente no livro *Espaço e Política* (Lefebvre, 2016) e capturado pela noção de mobilização do espaço. A reflexão da professora Isabel Alvarez (2019), presente no dossiê *Henri Lefebvre e a problemática urbana*, organizado na revista *Geosp*, é um importante guia para esse tratamento.

Com o objetivo de capturar a gênese disso que foi chamado por Henri Lefebvre de mobilização do espaço, a localização no tempo de alguns macroprocessos envolvendo as dinâmicas de crise da acumulação capitalista se tornou um procedimento importante. A II Guerra Mundial aparece como um marco definitivo na entrada do espaço social no âmbito dos processos de acumulação do capital, vale dizer, assim como o cotidiano. Além disso, diante da intensidade e abrangência dos impactos da planificação territorial na França, Lefebvre (2016, 2000) observa a emergência do espaço como categoria central para a compreensão da reprodução das relações sociais de produção - temática à qual ele vinha se dedicando quase ao mesmo tempo (Lefebvre, 1973). Assistindo o esboroamento das relações tradicionais rurais, ele chega à ideia de urbanização total da sociedade. Assim, uma tríade importante para a compreensão dessa nova etapa envolve dimensões conceituais cruciais para a caracterização do pensamento lefebvriano. A produção do espaço, a urbanização da sociedade e o cotidiano passam, desse modo, a compor o quadro das dimensões e conceitos capazes de explicar a transformação do capitalismo durante o século XX.

Mas, aqui, um movimento em particular chama atenção na articulação entre crise, trabalho e capital com o processo de produção do espaço. Essa possibilidade não se reconhece exclusivamente diante do advento do chamado espaço-mercadoria, ou da instituição da propriedade privada do solo. Ela se formula diante do fato de que serão justamente essas modalidades que constituirão barreira à continuidade do processo de reprodução das relações sociais de produção, e no momento em que isso ocorre, na crise, portanto, entendida aqui como expressão das contradições do espaço, uma nova dimensão do processo de reprodução social é atingida por meio dos deslocamentos das contradições originais do capitalismo. Logo, não somente o espaço e a produção do espaço emergem como âmbitos de absorção das tendências críticas do processo de produção do capital, como também transportam as contradições do processo da acumulação capitalista para a sua própria esfera de determinações, tornando-se eles próprios o foco da produção de crises e de novas contradições. Esse processo demarca, no pensamento lefebvriano, a passagem de uma sociedade tipicamente industrial para uma sociedade que tem na urbanização e na produção do espaço social total os seus principais dispositivos de acumulação, marcando também a passagem da produção simples de mercadorias à produção e

reprodução do espaço. Esse é o momento em que entra em foco as contradições do espaço.

3. A recepção da tese lefebvriana no Brasil

A compreensão da recepção da tese lefebvriana no Brasil, mais especificamente na Geografia brasileira, tem como marco inicial um grupo de estudos coordenado pelo professor José de Souza Martins, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Esse grupo se dedicou, durante quase 20 anos - entre meados da década de 1970 e meados da década de 1990 -, à leitura das obras de Karl Marx e de Henri Lefebvre. De acordo com Martins, Lefebvre seria o prolongador da obra de Marx para o século XX, ou seja, o que Marx escreveu a respeito do século XIX seria prolongado, atualizado para o século XX por Lefebvre. Um dos objetivos do grupo era ampliar a leitura e a compreensão crítica dos textos de modo a constituir uma orientação teórico-metodológica a partir deles próprios e da análise do movimento da obra desses autores. Retomar o significado dessa experiência para os propósitos deste capítulo é pertinente, pois fizeram parte dele geógrafas que constituíram, mais tarde, uma leitura marxista-lefebvriana da realidade por dentro da Geografia Brasileira. No caso, participaram desse grupo Ana Fani Alessandri Carlos, Amélia Luiza Damiani, Margarida Maria de Andrade, Odete Carvalho de Lima Seabra e Sandra Lencioni.

No entanto, cabe diferenciar a recepção da tese lefebvriana no Brasil da superação de uma leitura absoluta do espaço na Geografia brasileira. Fazendo um recorte especificamente da Geografia produzida na USP à época - final da década de 1970 e início da década seguinte -, compreendemos que essa superação da leitura absoluta do espaço aconteceu antes da acomodação da tese lefebvriana no Brasil e foi empreendida por parte das autoras mencionadas, as quais fizeram parte do grupo organizado pelo professor José de Souza Martins no momento da sua formação de Pós-graduação. Tal superação reside na leitura de que o espaço é uma produção social, e está presente nos trabalhos de Mestrado dessas hoje professoras: Ana Fani A. Carlos e Odette C. de Lima Seabra, que defenderam suas dissertações em 1979; Amélia Damiani, com dissertação defendida 1984; e Sandra Lencioni, que defendeu no ano seguinte (1985). Todas essas pesquisas caminharam

na direção de construir reflexões sobre os conteúdos e contradições de um espaço socialmente produzido. Em comum nesses trabalhos há a utilização de instrumentos teóricos do materialismo histórico na reflexão sobre a organização do espaço, de modo a construir um afastamento de uma perspectiva de interpretação do espaço geográfico que o analisa apenas pelas suas formas superficiais, considerando-o como palco ou receptáculo das atividades humanas, desse modo não revelando os processos reais e as relações sociais, algo que era o principal objetivo da pesquisa pautada pela perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico.

Pode-se afirmar, então, que nesse momento ocorreu a superação da chamada pesquisa monográfica na Geografia brasileira, a qual compreende os fenômenos isoladamente e não em relação contraditória com outros fenômenos. A proposta que encontramos nos trabalhos dessa geração é, assim, pensar sobre a totalidade da realidade, um procedimento que exige o entendimento de múltiplas relações e, especialmente, das contradições existentes nas relações sociais. A análise da organização do espaço como fruto das relações contraditórias que se estabelecem entre a sociedade e o espaço é um produto histórico da transformação contínua que resulta do desenvolvimento das relações sociais.

Nessa seara, ganha grande destaque a noção de *trabalho* que, naquele momento, definia-se como um ato exercido pelas pessoas que as colocam em relação aos objetos mediante a utilização de instrumentos e que tem como resultado a transformação da natureza. O trabalho, portanto, era lido como uma atividade criadora que permite à sociedade produzir os elementos necessários para sua existência. Trata-se, assim, de uma crescente centralidade dessa categoria de análise na história da Geografia brasileira. Nesse contexto, o trabalho se torna categoria fundamental para a compreensão da organização do espaço, a qual viabiliza o processo de produção e é também viabilizada por ele, dialeticamente. Com isso, se define teoricamente uma influência recíproca entre a sociedade e o espaço: ao mesmo tempo em que o espaço é transformado pelo processo de trabalho, a sociedade também o é ininterruptamente. Portanto, a compreensão da organização espacial de um determinado momento histórico está intrinsecamente relacionada à compreensão das relações de trabalho desse mesmo momento.

O grupo de geógrafas que desenvolveu e desdobrou essa leitura da relação entre sociedade e espaço chegou a algumas conclusões: primeira, o

próprio espaço é uma criação humana; o espaço é um produto social que, ao perder seu caráter absoluto de palco ou de receptáculo das ações, deixa de ser passivo e inerte. O espaço torna-se um produto social que só existe em relação à sociedade que o produz. Segunda conclusão, as determinações da produção do espaço em um momento histórico específico são as mesmas do modo de produção predominante nesse mesmo momento. Tal definição exige que a análise geográfica supere o nível da aparência formal e se posicione para além da leitura da paisagem com o objetivo de compreender a essência dos fenômenos e da organização espacial. É relevante destacar que a forma não deixa de ser importante, visto que continua a ser um dos momentos da análise. Em outras palavras, não se joga fora a morfologia ou a paisagem, mas estas passam a constituir um momento da análise, e não a sua finalidade. Como terceira conclusão, a divisão do trabalho e a diferenciação da sociedade em classes são elementos determinantes tanto do modo de produção quanto da organização do espaço. Finalmente, uma quarta conclusão é que as especificidades do trabalho sob o modo de produção capitalista determinam o conteúdo das relações sociais e consequentemente da produção do espaço, definindo, portanto, um espaço especificamente capitalista.

Cabe fazer, aqui, duas ressalvas sobre esse contexto e as ditas conclusões: primeira, outros trabalhos e pesquisas da mesma época também dialogavam com essa perspectiva por dentro do materialismo histórico. Ou seja, tal leitura não era exclusiva do grupo do professor José de Souza Martins, porém ela era um traço característico das pesquisas que giravam em torno desse grupo e que foram realizadas a partir das leituras feitas nesse grupo. Outros trabalhos da época que construíram uma perspectiva materialista histórica na Geografia da USP, especificamente, foram a tese de Doutorado do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, de 1978; as dissertações dos professores Wanderley Messias da Costa, de 1982, e Antônio Carlos Robert Moraes, de 1983; e também a tese de José William Vesentini, de 1984. Segunda ressalva, tal debate não se restringiu às dissertações e teses defendidas na Universidade de São Paulo, visto que estava acontecendo também em uma ampla gama de artigos publicados na época, com especial destaque para os periódicos e encontros da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), instituição que como já se sabe foi fundamental para a consolidação da ruptura crítica na Geografia brasileira na década de 1970.

A partir do final da década de 1970, essas leituras se desdobrarão e incorporarão a tese lefebvriana do espaço como um produto social, com isso realizando uma articulação entre o processo de acumulação capitalista e a urbanização. Uma das premissas de tal articulação é que os conceitos de produção, trabalho, propriedade, apropriação, divisão social do trabalho e alienação passam a ser chave para a redefinição das noções de paisagem, espaço e região, assim como de cidade e urbano. Essas categorias centrais do materialismo histórico passam, de certa maneira, a dialogar com os com os conceitos próprios da Geografia. Outra premissa da articulação mencionada é que o processo de acumulação, lido como uma condição para a reprodução do capital em escala cada vez mais ampliada, necessita da aglomeração em crescente desenvolvimento para atender às suas necessidades de expansão. Nesse sentido, a reprodução em escala crescentemente ampliada do capital pela acumulação estimula a concentração. Além disso, a organização ocorre simultaneamente ao processo de acumulação capitalista e, desse modo, a relação entre urbanização e acumulação supera metodologicamente o lugar, seja ele entendido como a cidade, a região ou o bairro como o principal fator de organização espacial, sendo substituído pelo capital que, nessa perspectiva, determina o processo de concentração espacial a partir das necessidades da acumulação. O lugar, entretanto, não desaparece da leitura, mas muda o foco de análise: este deixa de ser o objeto e assume a forma espacial da acumulação, que é efetivamente produzida por um espaço capitalista.

Sinteticamente, essas premissas apresentam suas consequências centrais: (i) ocorre uma mudança na análise da história do espaço ou da história da cidade, pois estas passam a se construir sobre novas bases metodológicas e o seu fio condutor se torna a divisão do trabalho e como esta se relaciona com o modo de produção daquele momento sócio-histórico específico; (ii) colocar o trabalho no centro do debate como mediação entre a sociedade e o espaço coloca também no centro do debate as relações de classe, as quais são espaço-temporalmente determinadas pelo modo de produção. Nesse movimento, essas duas categorias - trabalho e classe - passam a ser fundamentais no pensamento geográfico.

Para terminar, é pertinente destacar duas obras que são marcos importantes dessa articulação entre acumulação capitalista e urbanização. A primeira foi publicada em 1996 e se intitula *Henri Lefebvre e o retorno à*

dialética. Esse livro congrega uma série de reflexões acerca de grandes categorias do pensamento lefebvriano em capítulos escritos, por exemplo, pela professora Margarida Maria de Andrade abordando o tema do Estado; pela professora Odette Carvalho de Lima Seabra, tratando do uso; também pela professora Ana Fani Alessandri Carlos, que analisa a mundialidade do espaço. A segunda obra que cabe destacar aqui, publicada em 1999, é *O espaço no fim do século: a nova raridade*, que aborda temas como contradições e crises. Trata-se de um livro coletivo com textos que foram elaborados por professores pesquisadores e estudantes de doutorado à época. No livro, a professora Ana Fani Alessandri Carlos analisa as novas contradições do espaço; a professora Amélia Luísa Damiani, a crise da cidade; a professora Silvana Pintaudi aborda a relação entre a cidade e as crises; o professor José Borzacchiello da Silva trata sobre o espaço e suas contradições específicas, entre outros. Ambas as obras se debruçam especificamente sobre as contradições do espaço e, em tais análises, as categorias de crise, trabalho e capital são mobilizadas para explicar as contradições do espaço em diálogo com a ciência geográfica.

Desse modo, argumentamos que enquanto nos momentos iniciais da acomodação da tese lefebvriana no Brasil houve um entendimento mais geral sobre as categorias necessárias para a renovação do pensamento geográfico que tomou a cena no debate na Geografia uspiana, a partir dos anos 1990 é uma reflexão sobre a crise como elemento de impulsão para as transformações do espaço e para a compreensão das dinâmicas sociais que ganha corpo e se consolida como possibilidade de interpretação da produção do espaço.

4. Considerações finais

O suporte que o pensamento lefebvriano oferece a uma apreensão das dinâmicas sociais a partir da perspectiva da produção do espaço ajuda na consolidação de uma vertente de análise da geografia urbana brasileira que se amparou, desde o início, numa torção nas formas de observação do papel e da posição do espaço numa teoria de pretensões críticas. Como este capítulo procurou mostrar, a articulação dos conceitos de capital, trabalho e crise, desse ponto de vista, esteve implicada na formulação de um entendi-

mento sobre o espaço segundo o qual ele aparece como produto e produção simultaneamente, não podendo figurar mais, por isso, como um elemento ou uma dimensão passiva na teoria social crítica. Para essa vertente, a localização, como dimensão que encerra a reflexão sobre a pertinência do espaço, estava superada pela noção de produção do espaço. Na perspectiva aqui apresentada, esse movimento de superação completa o quadro de renovação disciplinar que envolveu um esforço de magnitude similar para a ruptura com a chamada pesquisa monográfica na Geografia brasileira.

Referências

- ALVAREZ, I. P. A produção de espaços financeirizados na metrópole de São Paulo. In: Ferreira, A.; Rua, J.; Mattos, R.C. (orgs.) **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência: 241-266. 2017.
- CARLOS, A. F. A. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. 1979. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1979.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A. F. A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-84.
- CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista Do Departamento De Geografia**, 1, 105-111. 2011.
- CARLOS, A. F. A. “A virada espacial”. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015.
- COSTA, W. M. **O processo contemporâneo de industrialização** (um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista). 1982. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 1982.
- DAMIANI, A. L. **Na busca das favelas o encontro do “peão” que permanece**. As favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico siderúrgico. 1984. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1984.

- DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações sociais de produção**. Porto: Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, Editora UFMG, pag. 97-132. 2016.
- LENCIONI, S. **Agricultura e urbanização**. A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. 1985. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1985.
- MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MORAES, A. C. R. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel**. 1983. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1983.
- OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen**. 1978. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1978.
- SEABRA, O. C. L. **A muralha que cerca o mar - uma modalidade de uso do solo urbano**. 1979. Dissertação (mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1979.
- SIMONI-SANTOS, César R. **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2015.
- SOJA, E. W. Para além de Postmetropolis. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013.
- VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica** (um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília). 1984. Tese (doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1984.

As metamorfoses da mercadoria e as “mediações das formas irracionais”

Paulo Godoy

1. O método do capital

A naturalidade com a qual a economia política burguesa aceita a equação, em cálculos de juros, $4 = 5$, pode-se comparar sem mistério ou espanto algum, “5 libras esterlinas com o diâmetro da Terra”. No Livro III de *O Capital*, quando Marx analisa, no capítulo 46, a relação entre uma fração do mais-valor, a renda em dinheiro e o solo, argumenta que se trata de uma relação “absurda e irracional”, pois faz referência a uma comparação entre “grandezas incomensuráveis”. De acordo com o autor, “**As mediações das formas irracionais** em que se apresentam e se resumem determinadas condições econômicas não importam em nada aos agentes práticos dessas condições econômicas em sua atividade cotidiana [...]” (2017, p.839).

À primeira vista, pode parecer trivialidade a afirmação de que as mercadorias possuem um valor de uso e um valor, e que podem até mesmo satisfazer necessidades humanas, e serem livremente trocadas umas pelas outras, mediadas ou não pelo dinheiro. As mercadorias, em sua expressão imediata, são apenas coisas que foram produzidas ou não pelo trabalho humano. Nem todo produto é mercadoria, como indica uma das conclusões do Livro I de *O Capital* e, por conseguinte, nem toda mercadoria é produto, expresso no Livro III.

No entanto, para vir ao mundo, para existir como mercadoria, essas coisas pressupõem uma forma social específica de produção e um modo de representação correspondente à especificidade dessa forma social. A apresentação e a representação das relações sociais em que estão submetidos os

agentes ligados a produção, a circulação e as trocas de mercadorias encontram-se, como veremos adiante, envoltas a um espesso véu de mistificações que revelam, na “superfície da sociedade”, o caráter invertido da realidade e a espúria e necessária exigência ideológica de “mediação das formas irracionais”. Com efeito, nos mostra, também, que a sua aparência simples e trivial não passa de ocultação ou apagamento de sua unidade interna constituída por polos opostos e contraditórios entre o valor de uso e o valor, entre o trabalho concreto e trabalho abstrato, entre o capital variável e capital constante, etc.

Valer dizer, de passagem, que a explicação desse processo histórico não consiste na construção de uma definição mediante a eventual unidade entre sociedade e natureza, ou ainda, pela unidade orgânica do homem e seu corpo inorgânico. Isso porque as condições iniciais da produção não são elas mesmas, resultados da produção humana. O que deve ser explicado, segundo Marx, “é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital”¹.

A separação formal e real entre os produtores diretos e os meios de produção, tornada universal mediante a propriedade privada e a crescente produção de mercadorias e, conseqüentemente, a concentração e centralização do capital, desdobram-se em inúmeros processos mediadores que são acompanhados, tanto na dimensão concreta da práxis social quanto pelas formas de expressão e de representação desses processos em seus nexos singulares que caracterizam o fetichismo da produção de mercadorias e, portanto, a especificidade histórica das relações entre a força de trabalho e capital.

No Livro III de *O Capital*, Marx analisa justamente as relações concretas entre as classes sociais, suas categorias e os agentes em suas formas de existência no mundo das abstrações formais das relações entre capital, terra e trabalho, a conhecida “fórmula trinitária”, apresentada na Seção VII intitulada de “Os rendimentos e suas fontes”.

Na dimensão fenomênica em que aparecem as relações de troca entre os agentes do mercado, tanto o capital como a terra e o trabalho exibem-se

1 MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Tradução: João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 6ª edição, 1991, p.82.

como categorias com relativa existência autônoma em relação umas com as outras. O capital, na figura de sujeito, aparece como produtor de mercadorias para obtenção de taxas crescentes de lucro; a terra pressupõe, mediante a forma de propriedade, a existência de uma renda fundiária e, inadvertidamente, o trabalho aparece como a atividade que produz o salário. Esse movimento de efetividade e reprodução das categorias derivadas do capital é acompanhado, igualmente, de um movimento de mistificação e fantasmagorias das representações sociais. A alienação, o estranhamento e o fetichismo tornam-se, cada vez mais abrangentes, as expressões das “mediações das formas irracionais”.

Em relação à renda fundiária, o referido Capítulo 48 (Livro III - *O Capital*), apresenta a seguinte passagem: “(...) A renda diferencial se relaciona com a fertilidade relativa dos terrenos”, ou seja, com as propriedades químicas e físicas do solo. Mas na medida em que os seus diferentes produtos, uma vez sob o domínio da concorrência, passam por um “regulador geral do mercado” que se distingue dos valores individuais, referentes aos diferentes tipos de solo. Isso, de acordo com Marx, “consiste numa lei social que opera mediante a concorrência e que não guarda qualquer relação com o solo nem com seus diferentes graus de fertilidade”.²

O “regulador geral do mercado”, uma abstração absurda sobre uma forma sem conteúdo, consiste no processo de equalização dos valores e sua transformação em preços de mercado que, embora distintos daqueles restritos à esfera privada de produção, “mediante a concorrência” se igualam sem guardar qualquer relação com os “diferentes graus de fertilidade” do solo.

Nesse sentido, a efetividade das categorias em suas “mediações das formas irracionais” reproduz as representações das relações sociais de modo inteiramente invertido. Os processos históricos e geográficos de separação do produtor direto e os meios de produção transformam, como por força de um “feitiço”, os meios de produção em capital, a terra monopolizada em terra de negócio e todo e qualquer tipo de trabalho em trabalho assalariado. Assim, cada qual em sua aparente autonomização de funções, o capital produz o lucro, a terra produz a renda e, “naturalmente”, o trabalho produz o salário.

2 MARX, K. *O Capital - Livro III*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo: 2017, p.885.

A síntese da “fórmula trinitária” se resume na seguinte equação: no primeiro momento: meios de produção = capital; terra = terra monopolizada; trabalho = trabalho assalariado. No segundo momento: capital = meios de produção; terra monopolizada = terra; trabalho assalariado = trabalho. Na faina diária da acumulação primitiva, os meios de produção se apresentam como capital, a propriedade privada da terra como terra monopolizada e todo tipo de trabalho como sendo, exclusivamente, trabalho assalariado.

Em relação ao trabalho que produz o salário, ou seja, o “preço do trabalho”, cuja expressão é tão irracional “quanto um logaritmo amarelo”, Marx apresenta, no Livro III, a seguinte observação:

Poderia aparentar que ao menos em trabalho-salário se enuncia uma relação racional. Mas isso está tão distante da realidade quanto no caso de solo-renda fundiária. Na medida em que é criador de valor e se representa no valor das mercadorias, o salário não tem nada a ver com a distribuição desse valor entre diferentes categorias. Em seu caráter especificamente social do salário, ele não é criador de valor. De modo geral, já demonstramos que salário ou preço do trabalho não é mais que uma expressão irracional para o valor ou preço da força de trabalho; e as condições sociais bem determinadas sob as quais se vende a força de trabalho não guardam qualquer relação com o trabalho na qualidade de agente geral da produção (2017, p.885-886).

Nas mais variadas interpretações da realidade social a partir do ponto de vista de defesa e manutenção da ordem vigente do capital, “as determinações materiais e a gênese histórica da racionalidade capitalista são totalmente ignoradas, sem mencionar a temerária desconsideração da devastadora irracionalidade da racionalidade reificada do capital”. Ou seja, “A irracionalidade prática de separar as manifestações de suas conexões internas é, necessariamente, um importante aspecto desse sistema de reprodução da sociedade” (Mészáros 2009, p.33-35)³.

Além disso, pode-se afirmar, ainda segundo Mészáros, que “A única racionalidade de que o capital necessita (...) é precisamente a *racionalidade*

3 MÉSZÁROS, István. **Estrutura Social e Formas de Consciência** - a determinação social do método. Tradução: Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

operacional e estritamente econômica dos indivíduos no processo de sua reprodução ampliada, independentemente das consequências” (2009, pp.37-38). Nesse sentido, a dimensão prática dessa “racionalidade operacional” efetiva-se da “*irracionalidade substantiva* da subsunção direta dos valores de uso ao valor de troca”. Segundo o autor:

as contradições insuperáveis envolvidas nessa relação não precisam produzir complicações ou receios, graças à estrutura prática das equivalências formais onipresentes nas quais estão inseridos os próprios indivíduos particulares convenientemente reduzidos, como mercadorias ou um tipo específico de valor de troca. Uma estrutura que alcança a *homogeneização* formal e a *equalização* abstrata da maior diversidade, incluindo a mercantilização do trabalho, dos desejos, das aspirações humanas e etc.; uma estrutura universal de reificação formalmente consistente na qual os indivíduos não apenas *possam*, mas que de fato *tenham de* se assumir como dado (2009, p.37-38).

Numa perspectiva benjaminiana, pode-se dizer que o processo de produção visto da perspectiva do trabalho, transforma o operário em meio de sua própria objetivação, enquanto os meios de produção se traduzem na forma de expropriação de mais-valor. Com efeito, vislumbra-se a inversão dos elementos materiais da produção produzidos pelo trabalho em elementos materiais cuja “força motriz” consome o seu próprio processo de vida⁴.

As sucessivas mudanças de formas por que passam as mercadorias no interior da unidade produção-circulação explicitam, neste caso, como a concorrência entre os diferentes capitais em seu movimento tendencial expressa a necessidade externa de mediações da irracionalidade substantiva como componente essencial à operacionalização das transações entre os agentes do mercado.

As formas sociais derivadas do incessante movimento do capital sob as quais “a extroversão das oposições internas redefine essas mesmas oposições em novos sentidos e formas”, ou melhor, como diz Marx, **cria a forma em que elas podem se mover**, produz e articula “o elo entre as duas dimensões da apresentação” da mercadoria que “se revela no conceito tão repetido

4 SCHLESENER, Anita Helena. Benjamin leitor de Marx: na senda de Das Passagen-Werk. Campinas: *Crítica Marxista*, 36, 2013, p.27-41.

de metamorfose, ou seja, de mudança de forma, presidindo o metabolismo da produção social em sentido amplo” (Grespan, 2019, p.167).

Além disso, o método do capital de criação e recriação de formas em correspondência com as tendências internas constituídas por polos contraditórios e determinações efetivas autorreferenciadas no valor traz a necessidade latente de recomposição de suas bases técnicas e funcionais de extração do mais-valor e, ao mesmo tempo, de reconciliação entre as oposições internas e suas mudanças de formas no movimento de objetivação. O processo de valorização do valor pressupõe, entretanto, em condições históricas determinadas, a capacidade crescente de desvinculação entre os elementos constitutivos do processo produtivo e os que se configuram e se apresentam na esfera da circulação.

Mas essa esfera é, na verdade, a esfera da concorrência que, considerada em cada caso particular, é dominada pelo acaso; portanto, a lei interna que se impõe nesses acasos e os regula só se torna visível assim que esses acasos se agrupam em grandes massas, nos casos em que, portanto, ela mesma fica invisível e se torna incompreensível para os agentes individuais da produção. Além disso, o processo real de produção, no qual se conjugam o processo imediato de produção e o processo de circulação, engendra novas configurações, nas quais se torna cada vez mais difícil identificar as conexões internas; as relações de produção tornam-se independentes umas das outras e os componentes de valor se ossificam em formas autônomas (Marx, 2017, Livro III, p.890-891).

A supressão do valor-de-uso pelo valor, ou apagamento do trabalho concreto pelo trabalho abstrato, e de modo mais geral, a representação invertida do capital variável através do capital constante, a transformação da mercadoria em dinheiro e, ao mesmo tempo, a reprodução reificada do dinheiro a partir de si mesmo indicam, que na perspectiva do capital, “a questão básica é a transformação redutora da variedade (...) infinita de valores de uso no valor uniformemente manipulável, sem o qual as onipresentes relações de troca (...) não poderiam ser estabelecidas e reproduzidas” (Mészáros, 2009, p.37).

No Livro I de *O Capital*, Marx mostra-nos, em tom de ironia, o possível “diálogo” entre as mercadorias:

se as mercadorias pudessem falar, diriam: é possível que nosso valor de uso tenha algum interesse para os homens. A nós, como coisas, ele não nos diz respeito. O que nos diz respeito materialmente [*dinglich*] é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas-mercadorias [*warendinge*] é a prova disso. Relacionamo-nos umas com as outras apenas como valor de troca” (2013, p.157-158).

A supressão dos vínculos internos da substância do valor e da forma valor, mediante a circulação de mercadorias, traz a aparência de que o valor de uso não determina as relações de troca na forma social constituída pelo capital, pois se distinguem somente qualitativamente. O movimento de igualação de seus valores, na esfera de circulação, é o mesmo que caracteriza a abstração do trabalho concreto e, desse modo, possibilita a realização e a reprodução das relações de trocas. Isto não significa, de modo algum, que Marx tenha negligenciado a devida e necessária importância ao valor de uso. Ao contrário, pode-se perceber que nos três livros de *O Capital*, a base material da mercadoria constitui-se em elemento fundamental da reprodução e acumulação de capital. Nota-se que as três mercadorias especiais do sistema capitalista analisadas por Marx (equivalente geral, força de trabalho e mercadoria-capital) assumem funções vitais no processo de reprodução como valores de uso.

De acordo com Grespan (2019, p.166),

Desde a forma **simples** da mercadoria, a **apresentação** designa o movimento pela qual se extroverte a oposição interna que caracteriza todas as formas do capital, a oposição em que a propriedade excludente dos meios de produção colocou a esfera social e a privada. Já na troca de duas mercadorias, o valor de uso da mercadoria que está na forma de equivalentes **apresenta** o valor da mercadoria que está na forma relativa; quando passa a equivalente geral, e então a dinheiro, seu valor de **apresentar** o valor de qualquer outra mercadoria faz com que esta **se apresente** como simples valor de uso.

As metamorfoses da mercadoria, que consistem no movimento próprio de realização do mais-valor e, portanto, de valorização do capital, são reproduzidas na esfera das práticas cotidianas, na “superfície da sociedade”, como racionalidades reificada e operacional do capital e, desse modo, funcionam

como determinações sobre as formas de efetividade da irracionalidade substantiva inerente às relações constitutivas da sociabilidade ontonegativa do valor, bem como dos próprios processos homogeneizadores por que passam as mercadorias na esfera da circulação.

Os sucessivos processos históricos e geográficos de separação que produzem, por um lado, o capital e, por outro, a força de trabalho assalariada são, igualmente, processos de mistificação da racionalidade prática. O próprio Hegel⁵ já havia apresentado a argumentação a respeito do caráter irracional da racionalidade. Mas no mundo sob a ordem metabólica do capital, a “incomensurabilidade” entre categorias distintas ganham, ao revés, plena naturalidade e são tidas, entre os que se movem entre elas, como operacionalmente racionais.

2. A irracionalidade operacional do capital

Se o método do capital consiste no aperfeiçoamento dos meios de extorsão e apropriação de trabalho não pago, a sua epistemologia se apresenta, entre tantos outros “ofícios”, como o tribunal de reconciliação das formas irracionais. No entanto, as expressões da irracionalidade substantiva do mundo do capital não se manifestam unicamente no cotidiano das relações de troca no mercado, elas se mostram também nas mais variadas e refinadas formulações teóricas que visam, entre tantas outras coisas, fornecer sustentação a normalidade absurda da irracionalidade operacional.

Os conceitos e metodologias utilizados em diversas áreas do conhecimento científico e, também, na filosofia são, em grande parte, igualmente autonomizados em relação ao seu objeto de pesquisa que, comumente, ignoram os processos historicamente determinados subjacentes à constituição do próprio problema a ser investigado. E, desse modo, a sua existência e as formas de expressão que assumem, teoricamente, são as mesmas funções mediadoras e reconciliadoras da racionalidade reificada do capital, quando confrontadas com a crise de acumulação e o atlântico de contradições internas que caracterizam a sua tendência de autovalorização do valor.

5 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**, v 1: A ciência da lógica. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995, p.404.

O fato de não haver a imediata correspondência entre o movimento dialético das conexões internas dos processos históricos e sociais e suas manifestações e configurações externas faz com que as contradições estruturais da sociedade capitalista, que produz e regula as formas do ser social e as determinações de sua existência, permaneçam relegadas ao segundo plano ou, “naturalmente”, despojadas de sua relevância para o desenvolvimento da investigação científica que deve zelar, sobretudo, pelo rigor metodológico e pela racionalidade operacional de suas mais sérias proposições de cientificidade.

O enunciado de Marx⁶ vale, igualmente, também em sentido ontológico geral, pois faz referência tanto à natureza quanto à sociedade. De acordo com Lukács (1979, p.26), “parte importante dessa relação [entre essência e fenômeno no ser social] é que, em todo processo acabado, o resultado faz desaparecer, a nível imediato, o processo de sua própria gênese”. É neste sentido que a ciência do capital torna-se “instrumento com o qual se cobre, se faz desaparecer a essência” das manifestações fenomênicas e “deixam inteiramente de lado as conexões reais”.

Não há dúvidas, entretanto, que os resultados atingidos pela produção científica nos campos mais diversos do conhecimento aplicado em tecnologias tenham alcançado, em certo sentido, os objetivos a que se propuseram. Mas isso não altera em nada a sua velada irracionalidade substantiva. Com dizem Marx e Engels em **A Ideologia Alemã**⁷, representar realmente algo, sem apresentar algo real. Não se trata aqui, evidentemente, da constatação dos avanços tecnológicos presentes na produção ou no consumo de mercadorias, mas, justamente, o caráter de classe da ciência e das especificidades das determinações históricas e sociais que operam a inversão do realmente existente e da racionalidade operacional do método assumam a função, através de conceitos e metodologias, de mediadoras das formas irracionais de produção, difusão e reprodução do conhecimento.

A interação entre a ciência e o capital, intensificada desde o século XVIII com a industrialização, cumprem inúmeras promessas relativas à moder-

6 Vale lembrar a conhecida passagem do Livro III de O Capital, quando Marx apresenta a sua crítica a economia vulgar: “e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (2017, p.880).

7 Publicação: Boitempo: São Paulo, 2007.

nização da base produtiva, de circulação de mercadorias, etc. em escala planetária. Ou seja, dinamiza o desenvolvimento das forças produtivas do capital orientado para a reprodução ampliada e redefine a divisão internacional do trabalho e, decisivamente, fomenta a ampliação e a eficácia dos meios de extração de mais-valor relativo. O desenvolvimento da indústria bélica mostra-nos, por exemplo, o quão significativos são os investimentos de capital em institutos e laboratórios, públicos e privados, de pesquisa em ciências aplicadas em produção bélica⁸ para o fortalecimento do exercício do poder global do capital e revelam, na verdade, o aparato de forças determinantes na constituição dos quadrantes geopolíticos em que transcorrem os processos expansionistas do capital sob a forma de práticas imperialistas no curso dos últimos dois séculos.

Na interpretação de Lukács, o que a crítica de Marx tem em mira são as categorias hierarquizadas e falaciosas da economia vulgar e seu empirismo ingênuo na percepção dos fatos singulares dados sob a sua forma imediata. Isso porque, na concepção de Marx, o concreto como “unidade do múltiplo” aparece, para a ciência burguesa, idealmente “como um resultado e não como um ponto de partida” e isso a conduz à construção de representações do real a partir de determinações puramente abstratas e a-históricas. No caminho inverso, diz Marx, “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano (*im Weg*) do pensamento”. É nesse sentido que a crítica faz o apontamento de que “seria, além de impossível, falso ordenar as categorias econômicas na sucessão em que foram historicamente determinantes. Sua ordem é antes determinada pela relação que elas mantêm entre si (...) precisamente o inverso do que parece ser a sua ordem natural”⁹.

8 Gastos dos Estados com maiores despesas militares no período 2015-2019 (em milhões de dólares/cotação 2020): EUA: 3.511.809; China: 1.109.934; Índia: 267.677; Rússia: 321.320; Arábia Saudita: 373.320; França: 253.590. Fonte: SIPRI. Arms Transfers Database. Stockholm: International Peace Research Institute, 2022. Disponível em: <https://sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em 21 ago. 2023. Dados coletados e organizados por: CAMARGO, Felipe R. **A Geopolítica do Complexo Industrial-Militar Russo no Século XXI: Forma, Estrutura, Função e Processo (2000-2019)**. Rio Claro, 26 de abril de 2023. Doutorado. Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Rio Claro.

9 MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.256-257; 264-265. O Método da Economia. Terceira parte da “Introdução à crítica da economia política” (1857).

Na acepção de Lukács, Marx parte da

totalidade do ser, e busca apreendê-la em todas as suas intrincadas e múltiplas relações [...]. Onde a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática; ao contrário, são na realidade **formas de ser, determinações da existência**, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo (Lukács, 1979, p.28).

A malha interpretativa que articula e desdobra as categorias do ser social e que visa, em última análise, a reprodução ideal do movimento de complexidade crescente e de suas conexões internas mediante a apreensão das determinações que recaem sobre a práxis social e são, de modo abrangente, reproduzidas como relações reificadas, vislumbra a amplitude em que o método de exposição desenvolvido por Marx torna-se, em si mesmo, uma crítica radical tanto ao sistema do capital e suas formas de apresentação e representação das relações sociais quanto às suas expressões teóricas nos campos da ciência e da filosofia.

Embora desconcertantes à primeira vista, algumas inversões teóricas da racionalidade operacional, sobretudo, no domínio de determinadas ciências, apresentam-se, para os seus adeptos e seguidores, como sendo a mais pura e natural manifestação do conhecimento racional. E isto acontece tanto entre as ciências positivistas quanto, em determinados contextos, no próprio marxismo. É paradoxal que, frente ao legado teórico de Marx, apareçam atitudes diametralmente opostas em relação às questões de método. Os manuais de vulgarização das “leis” do “materialismo histórico e dialético” são prontamente assimilados onde, justamente, não há o mínimo interesse pelo debate teórico.

As metamorfoses das mercadorias e suas aventuras no mundo do Barão de Münchhausen revelam, desde o seu nascimento na esfera da produção até o cume da reificação do capital fictício, as mais variadas tonalidades dos distintos meridianos de fetichismo e de contradições da irracionalidade substantiva em que estão envolvidos, não somente os agentes de mercado, mas também as mais mirabolantes teorias a respeito da realidade social, sob

a ordem da acumulação de capital. Nesse sentido, pode-se dizer que a obra de Marx, especialmente *O Capital*, não se limita unicamente à análise das categorias que derivam diretamente da unidade produção-circulação em suas conexões internas, mas, igualmente, à análise das formas de representação do modo capitalista de produção.

3. O espaço-mercadoria - *tertium datur*

Visto que nem todo produto é mercadoria e, conseqüentemente, nem toda mercadoria é produto, pode-se dizer, em uma primeira aproximação, que o espaço é um tipo específico de mercadoria porque não sendo, imediatamente, mercadoria apresenta-se apenas como produto. A sua apresentação como produto decorre do fato de não ser, diretamente, produzido pelo trabalho abstrato. Para algo que não seja resultado do trabalho e venha transformar-se em mercadoria, é preciso que esse algo possa ser monopolizável, isto é, ser propriedade privada de uso excludente.

De acordo com Grespan (2011, p.28),

Para ser mercadoria, mesmo sem ser produto do trabalho humano ou produto de um trabalho especial, impossível de ser reproduzido, uma coisa tem de ser *monopolizável*. Quer dizer, tem de ser passível de apropriação privada, que monopoliza, exclui outros do direito ao seu uso e à sua alienação. Para ser mercadoria sem produto do trabalho humano, para ter preço sem tem valor, uma coisa deve poder ser objeto de privatização. A propriedade privada é que aqui conta, determinando a forma social de mercadoria.

No entanto, sendo condição e meio de produção, o espaço torna-se, também, resultado da produção e, nesse sentido, força produtiva. As determinações estão, neste primeiro momento, confinadas à sua esfera de valor de uso. Na condição de meio de produção e sob a determinação da propriedade privada, o seu valor de uso pressupõe uma expressão monetária: o preço. No segundo momento, como resultado do trabalho e condição de produção, há objetivação do trabalho concreto e, desse modo, fixação de valor ao solo. Nesse sentido, a produção e a valorização capitalista do espaço constituem-se em processos distintos, mas intimamente articulados. Somente

em condições históricas e geográficas determinadas, ou seja, em sociedades produtoras de mais-valor, é que o espaço, na perspectiva teórica aqui adotada, se apresenta como mercadoria.

Na acepção de Moraes (1984, p.84-85), “o movimento de valorização do espaço é captável em sua essência através do jogo dialético entre o valor contido e o valor criado nos lugares: o da fixação geográfica do valor e o da transferência geográfica do valor”. Isto não significa que em épocas precedentes a emergência e a universalização do capitalismo inexistam a propriedade privada, e que o espaço não se constitua em meio e condição de produção. A diferença essencial é que no transcurso do processo de expansão capitalista, a propriedade privada torna-se o pressuposto da existência do trabalho assalariado e, portanto, da divisão social do trabalho.

Uma vez que a propriedade privada é a forma pela qual se realiza tanto o monopólio sobre essa condição espacial quanto o da alienação do trabalho em relação à produção, a espacialidade própria e imanente às relações sociais de produção sob a ordem do capital apresenta-se, então, como uma abstração cujo conteúdo, constituído por processos antagônicos e contraditórios, está subsumido na paisagem à semelhança do movimento do capital. Isso porque onde o capital abre o buraco da desigualdade real, em seguida, procura fechá-lo com os documentos de barbárie do Direito burguês de igualdade formal.

Nesse sentido, a propriedade privada capitalista não somente orienta como distribui espacialmente as sucessivas divisões sociais do trabalho e, em circunstâncias determinadas, também os processos relativos de produção e valorização do espaço-mercadoria.

Como condição de produção, o espaço está em estreita correspondência com a forma social específica da produção de mercadorias, ou melhor, com a forma social necessária a produção de mais-valor e, por conseguinte, de valorização do valor. A fixação de trabalho concreto ao solo para a criação de novas formas espaciais e, desse modo, a produção propriamente dita do espaço como mercadoria, faz com que a realização do mais-valor nele contido apresente-se, de modo invertido, como sendo a sua primeira metamorfose na esfera da circulação.

No Livro II de *O Capital*, Marx apresenta a seguinte passagem: “No interior do ciclo do capital e da metamorfose das mercadorias, que constitui uma fase desse ciclo, realiza-se o metabolismo do trabalho social”. Esse movimento

determina, em certo sentido, “o deslocamento espacial dos produtos, (...) de um lugar para o outro”. Neste caso, a circulação de mercadorias pode ocorrer sem apresentar, necessariamente, um deslocamento físico. No entanto, a realização de seu valor somente torna-se possível mediante a virtualidade do movimento formal de seu título de propriedade. “Uma casa que A vende a B circula como mercadoria, mas não sai para passear (...). O que realmente se move é o título de propriedade sobre a coisa, não a coisa em si” (2013, p.229).

Na malha interpretativa de Marx, o espaço aparece como condição geral de produção e, ao mesmo tempo, como força produtiva. Segundo o autor,

a circulação sucede no espaço e no tempo [...]. Ele [o espaço] não constitui um momento necessário da circulação, considerada como processo particular do valor, pois um produto pode ser comprado e mesmo consumido no seu local de produção. Todavia, esse *momento espacial* é importante, na medida em que a extensão do mercado, a possibilidade de troca do produto, está relacionada com ele. A redução dos custos dessa circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, diminuição dos custos de sua valorização [...] De qualquer modo, aqui aparece a determinação desse momento pelo grau geral de desenvolvimento das forças produtivas e pela produção fundada sobre o capital. Esse momento espacial [...] poderia ser mais precisamente considerado como transformação do produto em mercadoria (Marx, 2011, p.440-441).

A peculiaridade, neste caso, é que para assumir a plenitude da forma mercadoria o espaço social deve compor-se no movimento engendrado pela totalidade das relações sociais em sua recíproca espacialidade e em diferentes representações em que aparece frente às esferas da produção, da circulação e do consumo. Portanto, não se limita a sua materialidade como valor de uso. As formas abstratas e reificadas da irracionalidade substantiva transformam algo que não possui valor, mas que em condições históricas específicas adquire preço, faz com que se torne possível, também, a apropriação de uma parcela do lucro adicional. Assim, o preço desta mercadoria específica não é senão a renda capitalizada que, somada aos juros decorrentes dos investimentos na criação de formas espaciais, ou seja, do trabalho fixado ao solo, corresponde a uma determinada taxa de juros que é revertida ao proprietário.

Desse modo, mediante a condição de propriedade privada, a incorporação de trabalho ao solo pressupõe, a partir do desenvolvimento das categorias do capital, as alterações de funções do capital fixo autônomo para tornar-se meio para realizar a apropriação de parte do mais-valor total - cuja aparência imediata é a renda - mediante a circulação de títulos de propriedade no mercado financeiro. Assim, a partir da dupla função do capital fixo, podem-se examinar as formas e os processos por que passam as metamorfoses do espaço-mercadoria, tanto no âmbito das forças produtivas, condição e meio de produção, quanto na especificidade que assume as suas formas de circulação no interior do ciclo de rotação do capital financeiro, sob a figura de capital fictício.

Mas isso não é tudo. Além das funções do capital fixo e de sua peculiar forma de circulação deve-se considerar, igualmente, as mediações que se articulam, por meio do sistema de crédito, e cuja finalidade operacional consiste em incrementar a dinâmica e a velocidade dos ciclos de rotação e, desse modo, reduzir as tendências de desvalorização presentes na esfera da circulação.

Nos *Grundrisse*¹⁰, o momento de circulação coloca-se como “processo essencial do capital”. O processo de produção, diz Marx, “não pode ser recomeçado antes da transformação em dinheiro. A permanente continuidade do processo” e as metamorfoses que o acompanham “aparece como condição fundamental para a produção fundada sobre o capital”. Com efeito, na medida em que essa continuidade torna-se necessária, a reprodução do capital, as fases que o caracterizam “se dissociam no tempo e no espaço como processos particulares mutuamente indiferentes”. Entretanto, essa dissociação “aparece como algo contingente [frente] a continuidade dos diversos processos que constituem seu processo total. O crédito é a superação dessa contingência pelo próprio capital” (2011, p.441-442).

No Livro III de *O Capital*, Marx considera que o sistema de crédito está posto, neste sentido, como resultado do próprio desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que apresenta implicações diretas sobre a velocidade progressiva da rotação do capital. Diz o autor: “Além do tempo de trabalho realizado no produto, o tempo de circulação do capital ingressa igualmente

10 MARX, K. *Grundrisse* - manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboço da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

como momento da criação do valor - do próprio tempo de trabalho produtivo”. Entretanto, se o tempo que se emprega a força de trabalho aparece como fonte de valor, o “tempo de circulação do capital aparece como o tempo de desvalorização” (2011, p.445).

A faina diária da barbárie em que se empenha o capital na expansão do mercado mundial pressupõe a realização contínua de processos que envolvem diretamente a produção social do espaço como forma de redução de barreiras externas e, assim, a ampliação e a redefinição dos limites e do dinamismo de suas conexões internas com o objetivo de bloquear as tendências de desvalorização do capital na esfera da circulação. Em suma, a expansão do sistema de crédito constitui-se como forma indispensável de aceleração dos ciclos de rotação do capital e, em escala geográfica crescente, de acumulação de capital.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento do sistema de crédito como força produtiva incide virtualmente na circulação do espaço-mercadoria e desempenha a função essencial em seu processo de valorização e permite, desse modo, que frações do espaço de produção e reprodução social do capital possam ser travestidas de um caráter fictício e com projeções de ganhos futuros, ou seja, mediante o fetichismo da representação capitalista do espaço-mercadoria, ele presume, também, uma forma reificada de capital fictício.

Como visto no início deste capítulo, as sucessivas metamorfoses que caracterizam o movimento de mudanças de forma das mercadorias e onde se encontra envolvido, igualmente, o espaço-mercadoria (o espaço-fetichismo) apresenta-se, na “superfície da sociedade”, em sua natural completude a-histórica, como a inversão própria da irracionalidade substantiva que opera, funcionalmente, as mediações das formas irracionais e, uma vez desdobradas, ocultam as conexões internas constituídas na engrenagem da sociabilidade reificada das determinações históricas e geográficas de produção e valorização do valor.

Referências

- CAMARGO, Felipe R. **A Geopolítica do Complexo Industrial-Militar Russo no Século XXI: Forma, Estrutura, Função e Processo** (2000-2019). Rio Claro, 26 de abril de 2023. Doutorado. Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Rio Claro.
- GRESPAN, J. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 33, 2011, pp. 09-30.
- GRESPAN, Jorge. **O Negativo do Capital** - o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GRESPAN, J. Fetichismo e Alegoria. In: MACHADO, Carlos E. J.; MACHADO Jr., Rubens; VEDDA, Miguel (Orgs.) **Walter Benjamin** - experiência histórica e imagens dialéticas. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 51-58.
- GRESPAN, Jorge. **Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**, v 1: A ciência da lógica. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.
- LUKÁCS, György. **Prolegômenos Para Uma Ontologia do Ser Social I**. Tradução: Lya Luft; Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, György. **Para Uma Ontologia do Ser Social II**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Tradução: João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Grundrisse** – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Maria Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O Capital – Livro I** – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital – Livro II** – O Processo de Circulação do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Tradução: José Paulo Netto; Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, K. **O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, István. **Estrutura Social e Formas de Consciência - a determinação social do método**. Tradução: Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo, Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAES, A. C. R. Fixação do valor e capital fixo. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 72, 1984, pp. 83-93.
- SCHLESENER, Anita Helena Benjamin leitor de Marx: na senda de Das Passagen-Werk. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 36, 2013, pp. 27-41.

Os monstros que devemos enfrentar

Sócrates Menezes

1. Os Monstros

Quando o “monstro do comunismo” colapsou no final do século XX, a figura de Marx se encontrava naquela mesma condição de Hegel em meados do século XIX: como um “cachorro morto”. Assim também a história apareceria novamente, diante dos supostos ganhadores globais, como mortificada. A realidade que se afirmava como nova parecia como inteiramente geográfica: a globalização, a mundialização da técnica, a efetividade da urbanização como padrão da sociabilidade universal, seriam evidências mais que suficientes. De fato, “o fim da história”, como lardeado por Fukuyama, apareceria como triunfo do espaço: das simultaneidades em detrimento das sucessividades, do imediato em detrimento de qualquer passado revolucionário ou de qualquer projeto de utopia para o futuro. Seria esse o momento em que o século XXI se inicia?

De fato, a pretensa estabilidade que concederia ao espaço o triunfo de uma era desistoricizada haveria de competir com as perturbadoras ondas de crises socioeconômicas que se abateram no mundo, agora supostamente capitalista por inteiro. As crises inflacionárias das economias latinoamericanas na primeira metade da década de 1990, a crise dos “Tigres Asiáticos” em 1997 (primeiros experimentos colapsados do neoliberalismo e da acumulação flexível em países não centrais da economia global), a universalização do desemprego pelo mundo e as frequentes crises autoproduzidas, supostamente, pelo mercado financeiro, até o desastre do 11 de setembro, onde o Centro do Mercado Mundial, ou o que significou a derrubada do World Trade Center (EUA), revelou-se um mundo à sua

imagem e semelhança: um mundo em ruína. As tentativas de reestabelecimento dos padrões de acumulação minimamente equilibráveis desde então não seriam suficientemente consolidadas, pelo menos até a acachapante crise de 2008.

Desta vez, o monstro em ruína é o do mercado financeiro. Como metaforicamente denominado por Yanis Varoufakis (2016), “O Minotauro Global”, esse mostro liberto no labiríntico mercado mundial, nutrindo-se de títulos podres, tornou-se uma besta incontrolável e irracional que oferece eminentes riscos à reprodução humana.

Revela-se assim que, desde o “fim do comunismo”, a problemática da crise haveria de se estender muito mais além do que às ruínas do Muro de Berlim. A própria economia de mercado parecia se desintegrar paulatinamente em ondas de crises sucessivas, incontroláveis e cada vez mais globais, quanto mais o mundo se financeirizava na certeza do domínio capitalista. Não por acaso, a premiação máxima que a economia burguesa concede aos seus apoietas, o Prémio Nobel de 2008, foi concedido a uma figura como Paul Krugman, um teórico das crises que conseguiu, mais do que prever o desastre de 2008, formular a base de um prognóstico bastante pessimista para a economia capitalista em um livro sintomaticamente intitulado *Crise de 2008 e Economia da Depressão* (Krugman, 2008).

2. Crise e Crítica

Um mundo em decomposição demarca esses tempos em que o espaço supõe triunfar, agora sob hegemonia do pós-modernismo, a lógica de sua própria produção. A leitura fragmentada da realidade impede vislumbrar sua totalidade, ao mesmo tempo em que ela se aproxima dos objetivos político-econômicos específicos do neoliberalismo. Um descompasso entre tempo histórico e a forma crítica do seu desenvolvimento se acomoda em análises parciais e admitidamente acrílicas sobre o espaço, sem qualquer constrangimento. O triunfo da crise se impõe também no campo da ciência, especialmente da Geografia, não porque ela tenha se tornado incapaz de explicar o mundo ainda que fragmentariamente, mas porque, incapaz de explicá-lo por suas contradições e limites críticos, se tornou refém de sua própria positividade fragmentária pós-moderna.

Mesmo em relação à declarada Geografia Crítica, perspectiva muito atuante até o final da década de 1990, a pauta da crise como objetividade (ontológica) referenciada no mundo real parecia ser apenas o estopim do movimento de renovação que atingiu apenas e efetivamente sua dimensão disciplinar (epistemológica). Ainda que a **crise estrutural do capital** (Mészáros, 2011), eclodida na década de 1970, tivesse relação direta com as motivações políticas e científicas de muitos importantes geógrafos militantes que assimilaram a necessidade de uma crítica social, no seu desenvolvimento ao longo da década de 1980 o “caminho epistemológico” foi o pretendido. Isso evidencia duas coisas: primeiro, a deflagrada crise e seus efeitos destrutivos foi internalizada e inversamente admitida como crise da ciência geográfica e; segundo, diante da “crise da ciência”, uma reestruturação disciplinar logo se fazia necessária para acompanhar as grandes transformações em curso. Como não admitido, um conflito entre os objetivos emancipatórios ontologicamente postos perante a monstruosa crise sociometabólica do capital e a necessidade epistemológica de reestruturação disciplinar logo se estabeleceu. A avaliação que uma crítica geográfica militante e engajada rumo a transformação social pudesse fenecer ao não estar fundamentada em um sistema teórico de conceitos e categorias propriamente geográfico foi a que orientou boa parte das proposições teóricas da chamada Geografia Crítica.

A ruptura não suficientemente admitida entre crise e crítica no seio da Geografia significava ainda uma série de escolhas teóricas que atrofiou a capacidade de leitura geográfica da crise que passava a determinar destrutivamente a realidade promovida pelo capital até então. Conforme observa Mészáros (2011), a **crise estrutural sociometabólica** evidenciada a partir da década de 1970 tem seu fundamento na ativação dos limites absolutos do sistema acumulativo. Dentre várias condicionantes travadoras da dinâmica valorativa do capital, encontra-se especialmente a incapacidade do trabalho, pelos mecanismos extremamente avançados de extração de mais-valia, converter-se em taxas de lucro suficientemente assimiláveis ao conjunto universal de capitais postos em movimento.

Por sua vez, esses capitais destrutivamente entrelaçados na concorrência mundializada, desde as esferas da produção até a da financeirização, só assim se dinamizaram pela condição técnica produzida **capitalisticamente**. É a mesma técnica que nos fala insistentemente Milton Santos e tantos ou-

tros geógrafos da Geografia Crítica, a mesma que condiciona e limita tais processos produtivos e distributivos da mais-valia a todo corpo orgânico do capital global. Assim, a técnica, como materialidade orgânica e funcional desse monstro destrutivo que passa a ser o sociometabolismo do capital em reprodutibilidade crítica, estende seus tentáculos a todo complexo social via perversos processos de territorialização, colocando-se em contradição direta com o trabalho de onde exclusivamente a mais-valia se origina. No entanto, dado os compromissos epistemológicos de centralização da técnica,¹ ela passa a ser concebida de forma abstrata, desconectada da natureza destrutiva do capital em seu contexto de crise estrutural.

Diante de tais compromissos, a formalização de uma crítica e seu consequente aprisionamento disciplinar é uma consequência inevitável. Por sua vez, logo as categorias fundamentais para a explicação da crise e das quais a Geografia havia, em certa medida, familiarizado-se (mercadoria, mais-valia, valor, capital e, principalmente, o trabalho) passam a ser postas como categorias não geográficas. Mais que isso, passam a concorrer em uma composição epistemológica que, se não trilhou o caminho estruturalista de ciência, não saberia efetivamente como caminhar de outra forma. Então, um certo Marx passa a não ser mais reconhecido em tal empreita, ao mesmo tempo em que se forjava, em detrimento dele, um certo “materialismo histórico geográfico”, ou alguma “dialética geográfica” de desenvolvimento do capital, ou como fosse possível assimilar aquelas outras categorias pertencentes à tradição geográfica: território, paisagem, lugar, região, além do próprio espaço. Como não observado nem suficientemente colocado como objeto de autocrítica, a Geografia que se constituiu não seria outra senão aquela autorreferenciada em seus próprios preceitos. Não por outro motivo, não se poupou esforços em construir, além de métodos propriamente geográficos, uma história (ou “periodizações”) propriamente geográfica, uma ontologia propriamente geográfica e até um **modo de produção** propriamente geográfico, como o “modo de produção técnico-científico” proposto por Milton Santos em 1998.²

1 Sobre a centralização da técnica (em detrimento do trabalho) como categoria fundante para o conceito de espaço a ser admitido pelos principais referenciais da denominada Geografia Crítica, conferir: Menezes (2017).

2 Cf. SANTOS, Milton. Modo de Produção Técnico Científico e a Diferenciação Espacial. *Revista Território*, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

Do ponto de vista da crítica autorreferenciada na epistemologia geográfica, o espaço se constitui como uma corporeidade externalizada de matéria, energia, objetos, fixos, fluxos, etc.; um ente positivo da realidade que se corporifica de matéria cristalizada pelo trabalho. Um monstro massificado e empiricamente observável no admirável mundo globalizado e dominado pelas técnicas. E foram muitos os esforços em retratar essa corporeidade de matéria em massa crescente: certa vez como “corpo do tempo”, nos termos de Ruy Moreira (2019); ou como acúmulo desigual de tempos históricos materializados em objetos e ações sistematicamente relacionados, nos termos de Milton Santos (2008); ou ainda como depósito de excedentes deslocados da acumulação capitalista em crise, como nos termos de Harvey (2013). No caso da Geografia Crítica produzida no Brasil, invariavelmente a construção epistemológica se pautou em sistemas de fusões teóricas onde fosse possível assimilar e juntar um certo conceito de trabalho de Marx, um certo conceito de objeto de Durkheim e um certo conceito de “racionalidade” weberiano com um certo conceito de “gênero de vida” lablachiano, um certo conceito de técnica de Max Sorre e uma certa dialética orgânico-inorgânico tricartiano...³

3. Um Frankenstein

Nesses termos, o espaço assim constituído, apesar de toda evidenciação empírica de um mundo em ruína dado o quadro da crise estrutural, é forjado como um Frankenstein, um outro mostro fruto de matéria morta, de partes dissociadas, mas fundidas em um corpo único vivificado apenas pela epistemologia. Assim como na figura originária criada por de Mary Shelley, de 1818, o Frankenstein geográfico que se monta no final do século XX e emerge na passagem para o século XXI remete à criação humana. Diferente dos monstros pré-modernos, oriundos da natureza e sua condição selvagem, ou como fruto dos deuses e do mundo encantado, a figura destes “Frankensteins” é peculiar porque é produto da técnica dos seus res-

3 Sobre os “sistemas de fusões teóricas”, ou amálgamas de referências diversas, que pretendiam constituir e garantir alguma unidade à embrionária crítica geográfica, conferir: MENEZES, S. A Exposição do Explícito: As Pretensões da Crítica e o Papel da Contradição. In: **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica**, 2016.

pectivos tempos. É fruto da ciência moderna experimental e aplicada que, investigadora dos processos naturais, reproduz seus mecanismos lógicos na artificialidade pretensamente humana. É a natureza transformada sob o mais absoluto controle racional da técnica e da ciência. Mas o Frankenstein, assim chamado porque indenominável, apenas herda, além do nome do seu criador, Victor Frankenstein, sua potência de humanidade. É apenas uma potência não humanamente reconhecida: “uma múmia saída do sarcófago não causaria tão horripilante impressão. Quando o contemplara, antes de inocular-lhe o sopro vital, já era feio”, como nas próprias palavras de Shelley. Ainda assim, criatura e criador parecem se confundir, como homem e a técnica, na potência de domínio sobre o outro e sobre a natureza. O conceito de técnica admitido pela crítica geográfica autorreferenciada no seu próprio Frankenstein é também, assim, um monstro sem Deus, por isso sem aparente subjetividade (pois parece não ser fruto do trabalho), mas absolutamente reconhecido como objeto carregado de ações potencialmente destrutivas. Um feito simultaneamente grandioso e hediondo.

Mesmo por isso é curioso como o monstro observado por essa leitura geográfica autorreferenciada parece ser fruto da genialidade dos seus próprios cientista e da objetividade da técnica referenciada em si mesma. O espaço, assim concebido, representa a manipulação da natureza, de sua “anatomia”, dinâmica e organicidade, de suas forças e energia, potência liberada e aplicada na objetividade vivificada na forma monstruosa de ser. O Frankenstein de Shelley, assim como o espaço da crítica autorreferenciada, é um monstro positivo, carregado de conteúdo, que ganha vida própria, racionalidade própria, força destrutiva própria. Sua subjetividade está negada na sua condição monstruosa de objeto produzido, ainda que auto-orientado. Como produto dessa ciência e de sua capacidade criativa, em Frankenstein não se observa trabalho humano: apenas a técnica aplicada que, fetichizada, revela um tipo de produção já alienada, onde a subjetividade própria do trabalho humano não se reconhece mais. O monstro da Geografia autorreferenciada e positivada nas formas e nos conteúdos já é algo decorrente da estrutural divisão social e alienada do trabalho da qual ele não se reconhece mais.

A presente metáfora objetiva indicar duas coisas: primeiro, que o conteúdo da subjetividade contida no espaço a partir da mediação pela técnica se resolve apenas nas possíveis formas de retomada do controle do uso da técnica,

não de sua produção. Segundo, nesses termos em que a própria possibilidade de subjetividade perante a objetividade do mundo só pode ser restituída a partir do uso e controle da técnica como fundamento espacial já alienado, ela mesma já não é mais reconhecida como resultado da capacidade humana produtiva, da capacidade humana de trabalho. Trabalho e técnica se dissociam onde deveriam estar relacionadas em profunda contradição.

4. Ressuscitando o “Cachorro Morto”

A ausência da contradição que permitiria a leitura dialética da totalidade do espaço se tornar inteligível também não deixa de ser resultado do deslocamento do marxismo na construção da crítica geográfica. Conscientemente ou não, a desassimilação dessas categorias que possibilitariam conceber o espaço em processo de ruína crescente, embora expansivo, caminha em paralelo e em decorrência do desenvolvimento da epistemologia autorreferenciada, da perda de objetividade com a práxis revolucionária e do aprisionamento institucional-burocrático das investigações científicas nos limites da pós-modernidade. Do mundo dos “cachorros mortos”, Marx deve assim ressuscitar porque a processualidade histórica por ele tão criteriosamente explicada parece não ter sido superada, pois é decisivo reconhecer que “essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, [obteve] apenas um desenvolvimento unilateral, [convertendo-se] para a maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada” (Marx; Engels, 2007; p.60).⁴

Nestes termos é que, quando se fala em Marx e marxismo, o debate científico apresenta-os como “mais uma” forma de investigação da realidade. Tratado como um método instrumental no cardápio disposto à mera escolha do pesquisador, este já é posto como um sujeito autônomo e alheio à realidade da qual se propõe a investigar. Entre os “simpatizantes” do marxismo, alguns aspectos dessa denominada “corrente” do pensamento humano-científico são até assimilados, mesmo que para isso alguma outra parte

4 Passagem atribuída a Marx e Engels, nos manuscritos intitulados Ideologia Alemã da tradução consultada (Marx; Engels, 2007). Obra inacabada, a coletânea descoberta em 1921 constitui o conjunto de formulações que deram base a concepção materialista da história e dialética dos autores.

dela deva ser, como se diz, “repensada” ou “atualizada”. Entre seus opositores, o marxismo se reduz a uma interpretação economicista da realidade arraigada em uma postura política, por isso não científica, dessa mesma realidade. Uma vontade utópica, uma promessa de poder à classe trabalhadora.

Quando Weber se propõe a estabelecer, no alvorecer do século XX, os princípios metodológicos orientadores da moderna “ciência social axiologicamente neutra”, haveria de proceder sua formulação conservando a necessária distinção entre ciência e política como uma ruptura necessária. Mesmo Karl Popper, curiosamente um simpatizante do socialismo, formulador do “Racionalismo Crítico” que, em larga medida, fez desenvolver o neopositivismo nos anos de 1960, haveria de considerar o marxismo um mero discurso, uma falsa ciência, na medida em que toda a verdade oriunda dela não se dispunha ao princípio da “falseabilidade”.

Seja como for, simpatizantes socialistas, ou conservadores declarados, como no caso de Weber, a quem seus conselhos sobre “democracia” com forte referência bonapartista teria agradado o então chefe do Estado-maior alemão, Ludendorff, um dos primeiros apoiadores de Hitler⁵, a admissão do marxismo como concepção de mundo cientificamente válida sempre encontrou nos diferentes espectros metodológicos científicos forte rejeição. Na verdade, a desconsideração do marxismo como perspectiva teórica e política não poderia encontrar em seus opositores validação suficiente. Basta lembrar que nenhum deles, diante dos mais bárbaros fatos históricos, como bem lembra o professor José Paulo Netto, por serem weberianos ou positivistas, foram perseguidos, torturados e mortos pelo propósito de defenderem seu método de interpretação do mundo.

A evidência histórica destrutiva suficientemente reveladora induz uma objetividade própria do marxismo: a revolução socialista como perspectiva. Do ponto de vista da realidade concreta, é a busca de sua transformação que orienta o próprio edifício teórico que, longe de ser unísono, é carrega-

5 “Estas foram as palavras de Weber registradas não por algum crítico hostil, mas por sua viúva Marianne Weber: ‘Em uma democracia o povo elege como líder um homem em quem confia. Então, o eleito diz: ‘Agora, calem e obedeçam!’. Nem o povo nem os partidos podem contradizê-lo. [...] Depois disso, cabe ao povo julgar - se o líder falhou, à força com ele’. E Lukács acrescentou com razão: ‘não surpreendente que Ludendorff respondesse: ‘Esta democracia me soa bem!’. Assim a ideia de Weber de democracia caía em um cesarismo bonapartista” (Mészáros, 2004; p.148).

do de intensas disputas internas. Inversamente, não pode haver, dentro do marxismo, a constituição de uma ciência que não se objetiva à superação da realidade alienada do capital, pela emancipação substantiva humana. A unidade entre concepção de mundo e a forma de entendê-lo pela sua transformação é a condição específica que o difere dos demais “métodos”. Como observou Antônio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa, no inspirador *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*, nos idos de 1984 e referenciado em Marx, “(...) só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo” (Costa; Moraes, 1984; p.35).

Especificamente na Geografia, é importante destacar o importante e desafiador papel que o marxismo exerceu na construção e avanço de sua crítica nas decisivas décadas de 1970 e 1980. Se, como observou Moraes e Costa, ainda inspirado em Marx, apenas a perspectiva prática de transformação do mundo nos remete ao seu entendimento, a objetividade dessa Geografia deve estar inscrita em um método próprio de interpretação: a dialética especificamente marxista. A objetividade metodológica buscada pela Geografia que se pretende crítica, ou radicalmente crítica, pelos seus princípios genéricos deve, assim, se orientar para que a transformação da realidade se constitua em um projeto transformação da realidade possível. Nesse sentido, é importante que ela se oriente entre três outros objetivos: primeiro, na investigação e reprodução no pensamento dessa realidade em seu movimento específico, por meio da exposição uma teoria suficientemente revolucionária que aponte as contradições com que o sistema de alienação da acumulação pela acumulação inverte **a produção como finalidade em si da necessidade humana em necessidade humana de produzir como finalidade em si mesma**. Segundo, na apresentação científica dessas contradições com o objetivo de, criticamente, apontar os limites do modelo de desenvolvimento empreendido pelo capital a partir da “dissecação” do próprio objeto analisado. Terceiro, que esse procedimento se dê por meio da abertura de seu corpo orgânico (não da busca de sua afirmação positiva) em prol do entendimento de seus órgãos mais elementares, no sentido não apenas de entender o funcionamento de cada um desses órgãos, mas de conceber seu funcionamento e os motivos que leva o colapso do corpo mortificado em processo de dissecação.

Entre essas três objetividades postas pela dialética originalmente desenvolvida por Marx, a partir das categorias mais genéticas (mercadoria,

valor de uso, valor de troca, trabalho vivo, trabalho morto, etc.) até os limites orgânicos do seu metabolismo social, o capital se mostra, nos termos de Mészáros (2011), o maior, o mais expansível, totalizador e incontrolável sistema metabólico de dominação social da história. Igualmente, a natureza de sua crise estrutural, expansível, totalizadora e incontrolável, como um “Minotauro Global” bárbaro solto, está exatamente no evidente colapso em que essas categorias começam a se relacionar. A crise é o momento em que as fissuras do sistema se abrem e as categorias do seu funcionamento se expõe à realidade em observação. Elas afloram como categorias da realidade que, apropriadas no pensamento, devem reproduzir teoricamente seu movimento concreto para, efetivamente, instrumentalizar sua superação. Isso indica que a determinação ontológica do ser social exposta pela crise, da teoria para a epistemologia, não o contrário, deve ser colocada em dissecação.

5. Dissecando o Monstro-Capital

Para tanto, é preciso avançar no conceito de espaço, não mais como a dimensão positivada, material e concreta por onde fluxo de matéria, movimentos sociais, ações e intencionalidades se dão na composição de sua própria produção. Mesmo como “instância” da realidade, o espaço e também a técnica estão inseridos no processo de valorização e, diante da crise também no processo de desvalorização do capital que só pode ocorrer a partir da exploração do trabalho. Marx estava muito correto ao entender que as crises capitalistas seriam apenas epifenômenos da forma crítica com que o capital extrai sua essência vital. A extração de mais-valia, especialmente a relativa, e o desenvolvimento dela pautada da diminuição relativa do capital variável em detrimento do constante, são determinações irrevogáveis e absolutamente incorrigíveis do sistema acumulativo defeituoso do capital. A absurda massa de trabalho morto que se apresenta ao mundo como uma propriedade material e funcional do espaço deve encontrar no trabalho vivo, cada vez menos cristalizado nele, sua fonte de valorização. No entanto, o que se observa é a incapacidade de reencontro de excedentes de valores de uso (capital sem possibilidade de valorização, por isso passíveis à destruição) e excedentes de trabalho (representado pela massa da força de traba-

lho divorciada do processo de extração da mais-valia, por isso não rentável, por isso passível à descartabilidade populacional como amplamente se verifica nos bolsões de desemprego e miséria no mundo).

A acumulação capitalista tende a produzir uma superprodução de capital e trabalho dissociados e, por isso, improdutivos. A solução dessa contradição se dá por meio da desvalorização do próprio capital e do trabalho a níveis críticos, mas não tão críticos a ponto de interromper a acumulação em geral. É uma solução temporal e a aposta é o futuro; ao menos até que os padrões de exploração da mais-valia possibilitem o retorno das altas taxas de lucro e, conseqüentemente, dos investimentos. Mas também, parte da solução dessas contradições se deslocam para o espaço, seja por meio de investimentos em infraestrutura (desenvolvimento do capital constante em geral) ou na exportação de capitais para “ambientes” mais propícios à acumulação: outras regiões, outros países. Como lembra David Harvey (2005), trata-se de um “ajuste espacial” entendido como um processo de acomodação dos excedentes de capital e trabalho criticamente superacumulados nos centros produtivos.

Ainda assim, essas estratégias de deslocamento no tempo e no espaço são transitórias e os limites delas afloram quando o desenvolvimento das contradições do capital encerra a efetividade de suas remediações. Nesse momento em que deslocar para o tempo tais contradições significa consumir prematuramente o próprio futuro (Kurz, 2015) e deslocar para o espaço significa ativar o mecanismo da **produção destrutiva**, ou por espoliação (Harvey, 2005), ou por guerra (Mészáros, 2011), a análise deve se voltar, não mais para às estratégias assumidas pelo capital, mas para seus limites absolutos e destrutivos. Como entende Mészáros (2011), a crise estrutural do capital é aquele momento irremediável em que, como observou Marx, as forças produtivas se convertem em forças destrutivas.

Do ponto de vista da análise geográfica, a gênese dessa contradição pertence, não apenas ao espaço em si, mas à forma de sua produção. Conforme se sabe, a partir de Marx, o capital se divide em duas partes, a constante e a variável. Na verdade, essa é uma leitura inovadora trazida por Marx em contraposição a leitura da economia política, que confundia a especificidade do capital que se valoriza com o trabalho e a totalidade dos investimentos adiantados por ele. Esse ponto é importante destacar e é central na análise porque, mantendo a dimensão espacial como externali-

dade fixada ou circulante de capital e trabalho no espaço, como tradicionalmente feito na Geografia, a perspectiva de valorização do espaço pode incorrer nos mesmos equívocos da Economia Política já advertidos por Marx em seu tempo.

Ainda conforme a leitura marxiana, também como se sabe, o crescimento do trabalho morto incorporado ao conteúdo material do espaço pela atuação dos investimentos do capital em relação ao trabalho vivo, fonte de toda valorização, se dá de forma **orgânica**. E quanto mais crescente for a parte morta em relação à parte viva, maior é o desenvolvimento do capital. A organicidade do capital refere-se a esse corpo, “orgânico”, nas palavras de Marx, em funcionamento sistêmico de matéria e energia humana. Uma monstruosidade que cresce e deve continuar a crescer, incessantemente, quanto menos capacidade tem de se nutrir pela sua própria substância vital, o trabalho. Então, esse monstro específico da sociedade moderna compensa sua deficiência qualitativa em produção quantitativa, crescendo ainda mais, em mais meios de produção cada vez mais centralizados e concentrados em torno de si mesmos, e se generaliza conforme aumenta sua necessidade de sugar mais trabalho vivo. Marx metaforiza a busca mortífera do capital por substância humana viva como, em suas palavras, “a sede vampiresca por sangue vivo do trabalho” (Marx, 1983, v.1, t.1, p.347). A figura do vampiro, recorrente nos escritos de Marx, qualifica a natureza vital dessa monstruosidade que aqui se quer definir.

Os tentáculos dessa monstruosidade não poderiam existir sem as possibilidades de dominação global, conforme são construídas rotas marítimas, redes ferroviárias, hidroviárias, rodoviárias e aéreas, sistemas de comunicação e outras redes de trocas de mercadorias e informação, enfim, o mundo “globalizado” como conhecemos. Nesse mundo entendido pela sua universalidade (que é a do mostro-capital), se expande também pela produção de grandes centros de produção, conglomerados industriais, centros do capital financeiro, metrópoles, megalópoles, “cidades médias” introduzidas ao sistema produtivo-destrutivo, além de cidades pequenas e os campos subsumidos a sua função de produtoras do exército industrial de reserva latente. As periferias das cidades são produzidas como espaço de reprodução desse mesmo exército industrial de reserva, não apenas latente, mas fluente, estagnada e pauperizada no lumpemproletariado urbano. Enquanto isso, biomas inteiros sucumbem à produção de *commodities* para

o mercado mundial. O capital produz, enfim, nosso espaço de vida, como pasto reprodutivo, apenas para consumir toda e qualquer a substância viva que nele e apartir dele se germina.

A condição vampiresca do capital, morta e sedenta de sangue vivo, só pode existir nesse corpo monstruoso a ele correspondente. A esse mostro mortificado, mas que cresce incessantemente por mais consumo das energias vivas do trabalho humano, que nem mesmo qualquer mitologia ou literatura conseguiu ainda metaforizar, a Geografia ainda não ousou chamar de espaço.

6. Espaço: Corpo Mortificado Expansivo

A monstruosidade do corpo mortificado, que é o espaço, não seria outra coisa senão a grandiosa quantidade de excedentes deslocados para o espaço, por isso envolvida no seu processo de produção, em franca desvalorização (pelo descenso relativo do trabalho incorporado a ele). O conteúdo de trabalho morto cristalizado nas formas da materialidade do mundo e o conteúdo do trabalho que concede ao espaço sua vivacidade concreta estão, organicamente, alienados. Isso porque a organicidade monstruosa é resultado da própria capacidade do capital expandir e intensificar a produção (de mercadorias e do próprio espaço como mercadoria) com cada vez menos trabalho vivo. Contraditoriamente, quanto maior é a mais-valia, o sangue vivo do trabalho sugado de forma vampiresca (decorrente dos processos de aumento da produtividade do trabalho), mais se tem uma diminuição relativa de trabalho vivo nesse mesmo mundo produzido em sua forma-capital. A riqueza do mundo capitalista, esse mostro mortificado e apresentado como **imensa coleção de mercadorias**, expressa assim sua incrível capacidade de negar a fonte de sua energia vital, o trabalho. Afinal, se, como observa Marx, sob o domínio do capital, produzir é produzir mais-valia, a produção do espaço não pode ser ontologicamente concebida sem representar essa generalidade monstruosa da qual, maior do que Frankenstein, devemos decisivamente enfrentar e, mais importante, superar.

Também em relação aos geógrafos, como visto, quando se aproximaram a teoria do valor de Marx, preferiram centralizar a análise a partir do capital fixo ou da circulação. Isso parecia um tanto quanto evidente, pois se tratava da dimensão mais “empírica” da teoria do valor e, por isso, mais “geografi-

zável”. Mas não estava evidente para eles como que essa análise, a partir do capital fixo e circulante, sem uma efetiva leitura da totalidade, pôde esconder o movimento orgânico do capital que resulta nessa produção de mais espaço com cada vez menos trabalho. Nesses termos, o espaço aparece quase sempre como uma externalidade, um mero acúmulo de trabalho cristalizado. Sem a devida leitura dialética, logo a substância do espaço deixaria de ter o trabalho como referência em detrimento da técnica, pois esta aparecia providencial à província do saber. Mas, na dimensão empírica do mundo, a expressividade técnica do capital é apenas um subterfúgio do valor, ou do processo de valorização como um todo.

Como observa Marx, o desenvolvimento do capital orgânico (valor do capital constante crescendo em relação ao crescimento do variável) se expressa também por meio de sua massa. Isso significa que o valor gasto em trabalho e meios de produção se apresenta em diferentes quantidades de trabalhadores e diferentes quantidades de maquinarias, meios de produção, insumos, etc. envolvidos na produção. Um mesmo volume de dinheiro pode significar menos trabalhadores produtivos e menos máquinas modernas em uma produção avançada do que naquela produção em que, pelo baixo desenvolvimento produtivo, precisa-se contratar, com o mesmo capital, mais trabalhadores (com salários menores) e mais instrumentos de trabalho (menos modernos, mais baratos e obsoletos). O valor do capital é o mesmo em ambos, mas a massa de trabalhadores e de equipamentos e instrumentos de trabalhos mobilizados são diferentes. A essa dimensão da massa “empírica” do valor, Marx denomina “composição técnica”. Ela que foi privilegiada pelos geógrafos na construção epistemológica que envolveu a Geografia Crítica, enquanto significava apenas um momento do processo da valorização do capital e, conseqüentemente, do espaço.

Como não observado entre os geógrafos, a relação entre valor do capital investido e sua composição técnica não são apenas complementares, mas contraditórias. Como observado acima, considerando um capital mais moderno/desenvolvido, a massa de trabalho e meios de produção é menor, mas a produtividade é maior e a valorização do capital é conseqüentemente também maior. Em setores menos modernizados da produção, a massa técnica do capital é maior, embora sua produtividade seja menor. A relação entre os valores e a massa de trabalho e meios de produção envolvida são, por isso, inversamente desenvolvidas. Quanto maior é a massa “empírici-

sável” no espaço, menor é seu valor e sua capacidade de valorização. Em outras palavras, quanto mais “denso” se torna o espaço de riqueza material nele cristalizado, menor é seu valor (ao menos em termos relativo). É dessa perda de substância do valor que o espaço se converte em força reagente: por onde as forças do trabalho se reproduzem em seus espaços vividos.

A materialidade miserável desse mundo é também corolário da contradição produtiva do capital. O capital fixo é parte do capital constante e sua natureza específica, do ponto de vista do valor, é que eles são consumidos a longo prazo. O conjunto desse tipo de capital e seu funcionamento em forma de sistema (transporte, informação, trocas, comércio, etc.) aumenta a produtividade geral do capital porque efetiva a produção, o consumo produtivo, o consumo individual e a circulação por meio (por exemplo) da redução dos custos com transporte, da aproximação de mercados de consumo, da concentração de assalariados e mercadorias em centros comerciais, etc. Isso é o clássico deslocamento do capital para o espaço e assim é mais intenso nos momentos de crise, como observado anteriormente. Assim, o capital fixo que não é mais e tão simplesmente investimentos no prédio da fábrica ou nas estradas de ferro, mas se complexifica e passa a ser um elemento central na composição técnica desse mesmo capital orgânico. Nesses termos, no que interessa a produção do espaço, a composição técnica do capital diz respeito a massa de meios de produção e força de trabalho mobilizada pelo sistema acumulativo e envolve um complexo crescente de valores de uso dispostos e produzidos no espaço para o processo de produção geral do capital, que envolve também uma forma específica de explorar a força de trabalho, conforme o desenvolvimento das forças produtivas se dão. Quanto mais complexa é a composição técnica do capital, mais complexos são os mecanismos de dominação econômico, político, organizativo, normativo e ideológico (importância do Estado) da classe dirigente. O sistema de objetos e o sistema de ações, do qual se refere Milton Santos (2008) em seu conceito de espaço, caso admitido na contradição capital x trabalho, não teria outro fundamento senão esse, como a dimensão técnica do capital orgânico em funcionamento sistêmico. Falta-lhe, no entanto a dimensão do valor; ou de como essa massa técnica se desvaloriza conforme se desenvolve a acumulação do capital.

Como afirmado, quanto maior a efetividade do complexo sistêmico promovido pelo capital fixo e pela composição técnica como um todo, mais ba-

ratos se tornam os demais elementos constitutivos da produção capitalista (meios de produção e força de trabalho), porque efetiva em níveis cada vez mais superiores a concorrência capitalista (tanto entre capitalistas como entre trabalhadores). Uma maior concorrência significa a exigência de uma maior produtividade que, por sua vez, tende a levar a uma desvalorização geral de capital e trabalho.

Então, uma massa ainda maior e cada vez mais monstruosa de capital fixo e força de trabalho disponível (ainda mais desvalorizados quanto maior for) deve ser mobilizada para manter minimamente crescentes as taxas de lucro em queda. Por fim, o espaço (geográfico) não pode representar outra coisa senão a materialidade concreta da tensão entre a capacidade produtiva crescente em massa de matéria (meios de produção, valores de uso) e em substância humana viva (trabalho) para a manutenção do sistema acumulativo (de mercadorias, de valores de troca) pautado na extração da mais-valia (trabalho morto, trabalho abstrato). Neste termo, o espaço sintetiza essa contradição entre componente técnico e componente valor do capital orgânico, ao mesmo tempo que promove seu desenvolvimento. A composição técnica do capital, que forma a paisagem urbana, por exemplo, não tem sentido se não for considerada sua composição valor (e em processo de desvalorização) que substancia sua existência.

Referências

- COSTA, W. M. da; MORAES, A. C. R, **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**, São Paulo, HUCITEC, 1984.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005
- _____. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KRUGMAN, Paul. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- KURZ, Robert. **O Consumo do Futuro**, 2011. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz380.htm>. Acessado em: 19 jul. 2015.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (v.1, t. 1).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo. 2007.
- MENEZES, Sócrates. A Exposição do Explícito: As Pretensões da Crítica e o Papel da Contradição. In: **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica**. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. **A Inversão Positiva da Crítica Geográfica: Do Trabalho à Técnica**. Porto Alegre: ENANPEGE: Geografia Ciência e Política, 2017.
- MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Para além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, Ruy. **Espaço, Corpo do Tempo: a Construção Geográfica das Sociedades**. São Paulo: Consequência, 2019.
- SANTOS, Milton. Modo de Produção Técnico Científico e a Diferenciação Espacial. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.
- _____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. USP, 2008.
- VAROUFAKIS, Yanis. **O Minotauro Global: A Verdadeira Origem da Crise Financeira e o Futuro da Economia**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alexandrina Luz Conceição. Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Geografia Humana (USP). Líder do Grupo de Pesquisa - Estado Capital, Trabalho GPECT/UFS/CNPq - dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5086215847724681. Professora do Programa de Pós-graduação de Geografia/PPGEO/UFS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5086215847724681> Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6610-6228>. Desenvolve estudos/pesquisas com ênfase em Teoria e Método, Teoria Crítica e Teoria da Geografia Epistemologia da Geografia. Atua principalmente nos seguintes temas: Marxismo, Estado, Mobilidade do Trabalho, Questão Agrária, Políticas Públicas, Relação Campo-Cidade. E-mail: alexandrina.luzconceicao@gmail.com; aluzcon@academico.ufs.br

Ana Fani Alessandri Carlos é professora titular sênior do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP. Mestre (1980), doutora (1987) e livre-docente (2000) em Geografia Humana. Pós-doutorado na Universidade de Paris VII em 1989 e Universidade de Paris I em 1994. Dentre os livros publicados, destaca-se: Espaço-tempo na metrópole (menção honrosa do prêmio Jabuti em Ciências Sociais de 2002). Atualmente é coordenadora do GESP - Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical da FFLCH-USP (e da coleção de livros Metageografia) e coordenadora do GT “Teoria Urbana crítica” do Instituto de Estudos Avançados da USP. Coordenou intercâmbios internacionais Capes/MECD e Capes/Cofecub (Brasil-França). Ganhou os seguintes prêmios: Colar do Centenário, do IPGH; Geografia Crítica da Universidade de Barcelona; Manuela Correia de Andrade da Anpege. Bolsista 1A do CNPq.

Camila Salles de Faria é bacharel e licenciada em Geografia. Mestre e doutora em Geografia Humana pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Autora da tese de doutorado “A luta Guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena” e trabalhos como “Cadeia Domínial: uma leitura da Grilagem e da Constituição da Propriedade Privada Capitalista das Terras”, “A propriedade privada capitalista e as terras de *Nhanduru*” e “A Extensão Universitária como prática de ensino-aprendizagem”.

César Simoni Santos é professor do Departamento de Geografia e credenciado ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, ambos da USP. É membro do "Grupo de Teoria Urbana Crítica" do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) e do "Grupo de Geografia Urbana Crítica e Radical" (GESP). É Coordenador do "Grupo Limiars: limites da acumulação e reprodução do espaço". César é bolsista produtividade do CNPq, tendo sido bolsista da Urban Studies Foundation e professor visitante na Universidade de Toronto. É autor do livro "A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil" e de artigos como "Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial" e "Espaços penhorados: expansão e captura da vida nas franjas da metrópole", entre outros.

Danilo Volochko é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus Curitiba, e do Programa de Pós-graduação da UFPR. Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade de São Paulo (2004), mestrado e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2007 e 2012, respectivamente). É pesquisador do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical), do Grupo de Estudos Teoria Urbana Crítica (IEA-USP) e do Projeto Ocupações Urbanas (UFPR). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em geografia urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, método, metrópole, produção capitalista do espaço urbano, dinâmicas populacionais.

Elisa Favaro Verdi é geógrafa, doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, realiza pesquisa de pós-doutorado no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Sua pesquisa de doutorado teve como temas a segregação socioespacial e a gestão da pobreza com foco em políticas sociais de transferência de renda na periferia de São Paulo. Fez doutorado-sanduíche no Departamento de Sociologia da *The New School for Social Research* (Nova York, EUA). Também é mestra em Geografia Humana pela USP, tendo desenvolvido uma pesquisa sobre a história do Departamento de Geografia da FFLCH/USP durante o período da ditadura civil-militar no Brasil.

Fabrcia de Oliveira Santos - Licenciada e Bacharel em História (DHI/UFS); Mestre e Doutora em Geografia (PPGEO/UFS). Professora no Departamento de Geografia do Campus Professor Alberto Carvalho - DGEI/UFS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT/UFS/CNPq); Coordenadora do Grupo de Estudos Formação Territorial de Itabaiana (GEFTI). E-mail: fabriciase@gmail.com

Glória da Anunciação Alves é professora do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP. Doutora em Geografia Humana. Participa do Grupo de Estudos de Teoria Crítica Urbana do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e do Grupo de Geografia Crítica Radical (Gesp). Pesquisa sobre a produção do espaço a partir dos novos conteúdos da relação centralidade-periferia.

Gustavo Prieto é professor adjunto do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo. Pesquisador do Transborda - Estudos da Urbanização Crítica (Unifesp), membro do Grupo de Geografia Urbana Crítica e Radical (GESP) e membro do Grupo de Teoria Urbana Crítica do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Coorganizador do livro *Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas* (Editora Elefante, 2019) e do volume de *Hispanic Issues Contemporary Brazilian Cities, Culture and Resistance* (University of Minnesota, 2022).

Isabel Pinto Alvarez é professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Econômica e História do Pensamento Geográfico. As pesquisas e orientações desenvolvidas sintetizam-se nas seguintes palavras chaves: cidade, metrópole, sociedade urbana, crise, produção do espaço urbano, planejamento do espaço. É membro do Grupo de Geografia Urbana Crítica e Radical (Gesp) e do Grupo Teoria Urbana Crítica, do Instituto de Estudos Avançados da USP

Manoel Fernandes de Sousa Neto - nasceu vendo o mar de Fortaleza e vive cercado de concreto na desvairada pauliceia. Fez da vida uma geografia inteira desde que iniciou sua graduação na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde leu os clássicos do marxismo por ter participado do movimento estudantil. Depois foi docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (1993-1998), voltou para dar aulas na UFC (1998-2007) e acabou dando com os costados na Universidade de São Paulo (USP), onde entrou na área de Teoria e Método em Geografia, para continuar fazendo movimento docente, participando de greves e escrevendo poesia. Em torno das heranças de um velho e barbudo mouro, publicou artigos e capítulos de livros, como o *A Postura Intelectual de Marx contra a Impostura da Ciência na Forma Mercadoria* (2019).

Paulo Roberto Teixeira Godoy - Docente no Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro, desde 2003. Pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP - FFLCH), Departamento de Geografia, no período de 2017-2018. Livre-docência em Teorias e Métodos em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Rio Claro, em agosto de 2022. Autor do livro “A Valorização Capitalista do Espaço e a Teoria Marxista do Valor”. Publicação: Alameda, São Paulo, 2022.

Rafael Faleiros de Padua - é geógrafo (bacharel e licenciado) pela Universidade de São Paulo, mestre e doutor em Geografia Humana pela USP. Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Participa do GEURB (Grupo de Estudos Urbanos/UFPB) e do GESP (Grupo de Estudos de Geografia Urbana Crítica e Radical).

Raimundo Jucier Sousa de Assis - Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Geografia (CC-GEO), dos Programas de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) e em Ciência Política (PPGCP), Coordenador do projeto de Pesquisa “A geopolítica entre a China, o Brasil e o sudoeste do território do Piauí: da última depressão econômica aos anos (pós)pandêmicos da Covid-19 (2008-2023)” e do “Grupo de estudos do Laboratório de Geopolítica: as relações entre China, América Latina e Brasil no século XXI”, todos realizados no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina.

Rildo Borges Duarte - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é docente e coordenador do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - campus Poços de Caldas. Possui pesquisas e tem interesse em temas ligados à História da Geografia, História da Cartografia, Geografia Histórica do Capitalismo e Geopolítica do Capitalismo.

Rogata Soares Del Gaudio - Graduada em Geografia/UFMG. Mestre em Ciências Sociais/PUC-SP; Doutora em Educação/UFMG; Pós-doutora em Geografia Humana/USP. Professora Associada IV do Curso e do Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG. Pesquisa temas relacionados às ideologias, história da geografia escolar, livros didáticos, formação de professores.

Sinthia Cristina Batista é professora adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculada ao Departamento Interdisciplinar e ao Programa de Pós-graduação em Geografia. Doutora em Geografia pela UFRGS (2014); Mestre em Geografia Física (2006), Bacharel e Licenciada (2004) pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora inserida no debate teórico-metodológico sobre a relação entre a Geografia e a cartografia como mediação nos processos de apropriação e dominação do espaço na luta social. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa CNPQ: GPECT/UFS e NEGA/UFRGS. Associada à Associação de Geógrafos Brasileiros desde 1998, atualmente é membro da Diretoria da Seção Porto Alegre.

Sócrates Menezes - Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor pela Universidade de São Paulo (USP/2015) e Pós-doutor pela Universidade Paulista (UNESP/2022) em Geografia. É membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e Políticas de Reordenamentos territoriais (GEPECT/UFS); integra o Grupo de Estudos sobre o Capital (GECA/USP); compõe o Laboratório de Estudos Marxistas (LEMARX/UESB); e coordena o Grupo de Estudos Crise Crítica (UESB). Tem experiência na área de Teoria Crítica e Teoria da Geografia. Atua principalmente nos temas: trabalho e produção do espaço, teoria e método em geografia, território e luta de classes.

Suzane Tosta Souza - é professora (nível pleno) dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista/BA. Doutora e Pós-doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe/UFS/São Cristóvão/SE. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo-cidade (CNPq/DG/UESB). Pesquisadora do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT/UFS/CNPq) e do Grupo Ideologia e Luta de Classes (UESB/DH/CNPq).

Wagnervalter Dutra Júnior. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas - DCH, campus VI, Caetité/BA. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa - Estado, Capital, Trabalho e as políticas de reordenamento territorial GPECT/UFS/CNPq. Professor do curso de graduação em Geografia e do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS/UNEB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9210258957276827>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2431-6822>. Desenvolve estudos/pesquisas no campo da Teoria e Método, História do Pensamento Geográfico/Epistemologia da Geografia, Geografia Agrária e Relação Sociedade *versus* Natureza. E-mail: w Dutra@uneb.br.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro pela Consequência Editora em setembro de 2023. Na composição foi empregada a tipologia Adobe Garamond.